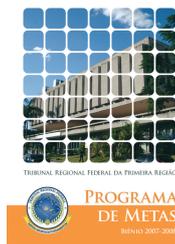




Relatório de Atividades do TRF 1ª Região – 2007





Relatório de Atividades 2007

Brasília/DF
abril/2007

ELABORAÇÃO

Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES
Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG

REDAÇÃO

Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG
Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão – DIGET

PRODUÇÃO EDITORIAL

Divisão de Produção Editorial – DIEDI

REPRODUÇÃO E ACABAMENTO GRÁFICO

Divisão de Serviços Gráficos – DIGRA

COORDENAÇÃO GERAL

Felipe dos Santos Jacinto

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Wânia Maríçta Araújo Vieira

CONSOLIDAÇÃO GERAL E REVISÃO DE CONTEÚDO

Sandra Maria Alves Borges Costa
Wânia Maríçta Araújo Vieira

CONSOLIDAÇÃO E REDAÇÃO

Carlos Roberto de Jesus Domingues
Eduardo Vieira de Oliveira
Eliane de Aguiar Marquez Lacombe Santos
José Roberto Pimenta Ferretti da Costa
Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá
Maria Angela Rocha Paes
Maria Carolina de Souza Ribeiro
Maria Onete Ribeiro da Silva
Reivaldo Dias Barbosa
Sandra Maria Alves Borges Costa
Vania Marinho da Silva (prestadora de serviços)
Wânia Maríçta Araújo Vieira

REVISÃO E CONTROLE DE TEXTO

Magda Giovanna Alves
Maria Benáurea Santos
Renato Cunha
Samuel Nunes dos Santos

DADOS E INFORMAÇÕES

Unidades do TRF 1ª Região
Revista *Destaque* – TRF 1ª Região

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Benvolio Evangelista da Silva

PROJETO GRÁFICO

Renata Guimarães Leitão

CAPA

André Sampaio da Silva

GRÁFICOS

André Sampaio da Silva
Lucas de Moraes Cardoso (estagiário)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Luciana Fernandes Menezes
Renata Guimarães Leitão

TRATAMENTO DIGITAL DE IMAGENS

Lucas de Moraes Cardoso (estagiário)
Renata Guimarães Leitão

FOTOS DO ACERVO DA ASCOM

Ana Clédia Zorzal (Minas Gerais)
Carlos Rodrigues da Silva
Luiz Carlos B. Xavier
Mauro Putini
Saulo Cruz

CONFECÇÃO DE FOTOLITOS

Color Press Bureau Digital

Brasil. Tribunal Regional Federal, Região 1.

Relatório de atividades, 2007. – Brasília : Tribunal
Regional Federal da 1ª Região, 2008.
xxxii, 348 p. : il.

1. Tribunal Regional Federal, Região 1 – Relatório
I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca do TRF 1ª Região.

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL



DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



ASSUETE MAGALHÃES
PRESIDENTE



CARLOS OLAVO
VICE-PRESIDENTE



JIRAIR ARAM MEGUERIAN
CORREGEDOR-GERAL



TOURINHO NETO



CATÃO ALVES



CARLOS FERNANDO
MATHIAS



OLINDO MENEZES



MÁRIO CÉSAR RIBEIRO



LUCIANO TOLENTINO AMARAL

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



CÂNDIDO RIBEIRO



HILTON QUEIROZ



CARLOS MOREIRA ALVES



ÍTALO FIORAVANTI
SABO MENDES



JOSÉ AMILCAR MACHADO



ANTÔNIO EZEQUIEL
DA SILVA



DANIEL PAES RIBEIRO



LUIZ GONZAGA
BARBOSA MOREIRA



JOÃO BATISTA MOREIRA

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



SOUZA PRUDENTE



SELENE DE ALMEIDA



FAGUNDES DE DEUS



ANTÔNIO SÁVIO DE
OLIVEIRA CHAVES



MARIA ISABEL
GALLOTTI RODRIGUES



MARIA DO CARMO
CARDOSO



LEOMAR AMORIM



NEUZA ALVES



FRANCISCO DE ASSIS BETTI

PLENÁRIO

- DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO PACHECO DE MEDEIROS – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – CORREGEDOR-GERAL
- DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO DA COSTA TOURINHO NETO
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO AUGUSTO CATÃO ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO HERCULANO DE MENEZES
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO FRANCO TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ARTUR MEDEIROS RIBEIRO FILHO
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON JOSÉ GOMES DE QUEIROZ
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS EDUARDO MAUL MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA
DESEMBARGADOR FEDERAL SEBASTIÃO FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL DINIZ GALLOTTI RODRIGUES
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI

CORTE ESPECIAL

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSULETE MAGALHÃES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – CORREGEDOR-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

PRIMEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI

PRIMEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES

SEGUNDA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES – PRESIDENTE
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI

SEGUNDA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

TERCEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

QUARTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

TERCEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

QUINTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA

SEXTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

QUARTA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

SÉTIMA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

OITAVA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- DESEMBARGADORA FEDERAL ASSULETE MAGALHÃES – PRESIDENTE
- DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – VICE-PRESIDENTE
- DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – CORREGEDOR-GERAL
- DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
- DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
- DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
- DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES
- DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
- DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA – SUPLENTE

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA – EFETIVO
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES – EFETIVO

COMISSÃO DE PROMOÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO DE CONCURSO

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL – EFETIVO

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA – EFETIVO

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES – SUPLENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – SUPLENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE – SUPLENTE

COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

REVISTA DO TRIBUNAL

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ – DIRETOR

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – DIRETOR

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO – VICE-DIRETOR

SECRETARIA DO TRIBUNAL

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES

FELIPE DOS SANTOS JACINTO

CENTRO DE ESTUDOS E APOIO À GESTÃO ORGANIZACIONAL – CENAG

WÂNIA MARÍÇA ARAÚJO VIEIRA

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU

ÊNIO VIDIGAL OLIVEIRA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – SECOR

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE

JOSÉ MARIA DE ANDRADE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD

RUITER ROBERTO RAMOS

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SECIN

MÁRCIO CRUZ DE SOUZA

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI

IONICE DE PAULA RIBEIRO

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE

SÔNIA MARIA GARCEZ TEIXEIRA

CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA

CHANCELER

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES

MEMBROS

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – VICE-PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – CORREGEDOR-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

SECRETÁRIA

ANDRÉA BALSINI GHISI

CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

PRESIDENTE

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES

REPRESENTANTE DOS MAGISTRADOS

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

DIRETOR-GERAL

FELIPE DOS SANTOS JACINTO

DIRETORA DA SECBE

SÔNIA MARIA GARCEZ TEIXEIRA

DIRETORA DA SECOI

IONICE DE PAULA RIBEIRO

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES

GILMAR SARAIVA DA PAZ

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais, Senhores Servidores,

Em cumprimento ao preceito regimental insculpido no artigo 22, inciso XL, apresento relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados em 2007, bem como os mapas dos julgados desta Corte, o que, na verdade, representa uma oportunidade de prestar contas dos compromissos assumidos quando de minha posse na Presidência do Tribunal e narrar as muitas realizações ao longo desses dois anos de gestão.

Faço-o com grande satisfação, pois acredito, firmemente, que a grandeza e a sobrevivência das instituições repousam na responsabilidade com a coisa e o interesse públicos, na força e na lucidez de homens e mulheres que as integram e dirigem, capazes de infundir-lhes concretude, alma e coração.

Ao tomar posse como Presidente desta Casa, a vastidão da Primeira Região configurava-se como um imenso e desconhecido desafio, já que, em uma vida dedicada à magistratura, acostumei-me ao rito judicial, ao dia-a-dia da litigiosidade. As pequenas incursões no mundo administrativo, durante a direção do foro, ainda não me haviam descortinado toda a amplitude da gestão administrativa.

O poder transformador do conhecimento e da experiência deu-me forças e motivos para sonhar e acreditar na possibilidade de contribuir para uma Primeira Região melhor, para um Brasil sempre melhor. E eu sabia que muitos parceiros de jornada também sonhavam o mesmo sonho. E que eram ousados.

Para o difícil começo, escolhemos a rota mais sólida, ou seja, munimos o Tribunal de uma equipe de diretores e assessores de alto nível, cujo compromisso com a qualidade e a excelência lhes confere um brilho especial, que emana criatividade, empreendedorismo e a alegria da concretização.

Fiz muitas descobertas ao longo desses dois anos. Uma delas é que, se a Administração do Tribunal funciona com tanta celeridade e eficiência, o faz exclusivamente porque os dirigentes e os servidores desta Casa são incansáveis: não param de sonhar, de trabalhar e de concretizar. É uma equipe bem articulada, que se supera a cada dia.

Nessa trajetória, com seus momentos tranquilos e uns tantos obstáculos, foi gratificante poder contar, sempre, com o inestimável e decisivo apoio dos meus companheiros de Administração, Desembargadores Federais Carlos Olavo, na Vice-Presidência, Jirair Aram Meguerian, na Corregedoria-Geral, Carlos Fernando Mathias e Olindo Menezes, na Escola de Magistratura Federal, Luciano Tolentino Amaral e Hilton Queiroz, na Direção da Revista, Antônio Sávio de Oliveira Chaves e Cândido Ribeiro, na Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, dos desembargadores federais mem-

bros das comissões, de todo o Plenário do Tribunal e, ainda, dos diretores de foro e diretores de Subseções Judiciárias.

Registro que 2007 foi um ano especial na vida do Tribunal, que passou a contar com um novo membro, o Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima.

Antecipando o relato dos trabalhos e atividades desenvolvidas pelas diversas unidades que compõem este Tribunal, quero destacar alguns fatos relevantes que marcaram o exercício de 2007. Esclareço que a avaliação de todo o ocorrido durante o ano que passou acaba por resumir os resultados dos trabalhos do biênio 2006-2008, os quais considero extremamente positivos.

Dando continuidade às importantes iniciativas dos Presidentes que me antecederam na Administração desta Corte, vejo com alegria que, nesses dois anos de gestão, estabeleceram-se alguns marcos na história da Primeira Região, como o início da construção da nova sede do Tribunal, a criação da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região e a opção pela videoconferência como meio de integrar efetivamente cada unidade desta vasta jurisdição.

Todas essas medidas e mais uma série de prioridades foram planejadas e executadas de acordo com o Programa de Metas para o biênio 2007-2008, lançado em fevereiro de 2007. O Programa de Metas constitui o desdobramento operacional das quatro diretrizes estratégicas: I – Integração da Primeira Região; II – Melhoria das Instalações Físicas do Tribunal, das Seções e das Subseções Judiciárias; III – Virtualização dos Processos Judiciais; IV – Incremento da Eficiência dos Serviços.

No que tange à integração da Primeira Região, foram muitos os passos dados para contornarem-se as dificuldades decorrentes da extensão territorial de nossa jurisdição. Para a montagem do sistema de videoconferência, foram licitados os equipamentos para a interligação do Tribunal e de todas as Seções e Subseções Judiciárias. Esse sistema deverá estar integralmente instalado no primeiro semestre de 2008. Permitirá a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores e possibilitará julgamentos virtuais das Turmas Recursais, conforme previsto na legislação de regência, bem como a realização de reuniões virtuais gerenciais e técnicas.

Para se aumentarem as possibilidades de peticionamento no âmbito da Primeira Região, foi lançado o Protocolo Postal, que é uma ampliação do projeto de Protocolo Descentralizado, implementado em 1999. O Protocolo Postal — materializado graças ao convênio firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — permite o recebimento de petições e recursos dirigidos ao Tribunal e a todas as unidades jurisdicionadas, por via postal. O efeito de tal medida é muito positivo, sobretudo para os jurisdicionados e advogados que residem ou trabalham em lugares distantes do órgão judicial destinatário.

Ainda dentro da diretriz de integração, buscou-se incrementar os meios administrativos e judiciais de informação ao público, partindo do pressuposto de que a rápida e correta informação constitui um dos pilares da cidadania.

Para tanto, foi ampliada a participação do Tribunal nos dois Telejornais da TV Justiça (1ª e 2ª edições) — canal coordenado pelo Supremo Tribunal Federal — e nos boletins de hora em hora. A página do TRF 1ª Região na internet recebeu atenção especial, com vistas à obtenção de fidedignidade e atualização permanente das informações. Houve um crescimento qualitativo de seu conteúdo, o que garantiu maior agilidade às consultas às diversas áreas desta Corte. Uma moderna solução foi adquirida mediante

projeto da área de tecnologia da informação, a VoIP (Voz sobre IP), que utilizará a rede de dados que interliga a Primeira Região para o tráfego de voz, reduzindo a zero o gasto com ligações telefônicas interurbanas entre o TRF, as Seções e Subseções Judiciárias.

Um dos projetos que se destacaram, pela amplitude e resultados, foi a criação, em meio eletrônico, do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região*, o e-DJF1. Esse projeto já fazia parte dos planos de médio prazo do Tribunal, mas foi antecipado em decorrência dos altos custos de publicação oficial da Seccional de Rondônia, bem como pela oportunidade decorrente da capacidade técnica instalada no TRF. Até o final de 2007, a Primeira Região já havia implantado os cadernos eletrônicos de Rondônia e do Tribunal. No primeiro semestre de 2008, os 15 cadernos eletrônicos — um de cada órgão — já deverão estar implantados, trazendo grande economia para os jurisdicionados e para as unidades da Primeira Região, além de maior rapidez e facilidade de consulta.

Quanto à segunda vertente priorizada, ou seja, a diretriz estratégica II, que trata da melhoria das instalações físicas do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias, registraram-se também grandes avanços. Houve a reforma total e a ampliação dos gabinetes dos desembargadores federais, que tiveram suas áreas úteis aumentadas de 103 a 108 m² para 200 a 210 m², a reforma do Edifício Adriana e a finalização do projeto arquitetônico e o início das obras de construção da nova sede do TRF 1ª Região.

O Tribunal busca, incansavelmente, dotar as Subseções Judiciárias das melhores condições materiais e humanas possíveis. As dificuldades são muitas, mas os resultados já podem ser vistos e sentidos por todos.

Em 2007, houve a inauguração das novas instalações da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, que incorporou três prédios, desapropriados pelo Governo Federal, em dezembro de 2006, em favor da Justiça Federal. As Subseções Judiciárias de Caxias/MA e de Juiz de Fora/MG tiveram concluída a construção de suas sedes definitivas. A primeira inaugurada no final de 2007 e a segunda agora em março deste ano. Segue em ritmo acelerado a construção das sedes das Subseções Judiciárias de Uberaba/MG, Rondonópolis/MT e Imperatriz/MA, esta a ser concluída, com início de suas atividades previsto para o dia 14 de abril de 2008.

Para minorar a ausência da Justiça Federal nas cidades não contempladas com varas federais, o Tribunal está firmando diversos convênios com universidades para a implantação de postos avançados de atendimento dos Juizados Especiais Federais, a exemplo de Paracatu/MG e Viçosa/MG, sem prejuízo de cidades em que esteja presente a Justiça Federal, como Divinópolis/MG, Ilhéus/BA, Itabuna/BA e Teresina/PI.

Hoje, a grande maioria dos processos dos Juizados Especiais Federais é virtual. Temos postos avançados de atendimento em parceria com entidades públicas, como o Na Hora, em Brasília. Foram realizados diversos JEFs itinerantes, rodoviários e fluviais. Grande parte das instalações dos JEFs na Primeira Região já está adequada ao seu regular funcionamento. No Distrito Federal, por exemplo, os Juizados foram transferidos para parte do Edifício Cidade de Cabo Frio, cedida por esta Administração, completamente adaptado para receber idosos e portadores de necessidades especiais.

Realizou-se o décimo segundo concurso público para a magistratura federal da Primeira Região, que aprovou 38 juizes federais substitutos, de forma que todas as unidades jurisdicionais do interior já contam com, pelo menos, um magistrado nelas lotado.

Realizou-se, igualmente, um grande certame público para servidores do Tribunal e de todas as Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região, o que tem permitido o preenchimento das lacunas dos quadros funcionais, especialmente no interior dos Estados jurisdicionados.

A atualização do parque tecnológico é uma das preocupações permanentes desta Corte. Nesse segmento, em 2007, foram feitos investimentos maciços, da ordem de 7,2 milhões de reais, sendo 76% das aquisições destinadas à primeira instância, que recebeu milhares de microcomputadores e impressoras, além de equipamentos que garantiram às Subseções maior autonomia de processamento de dados.

Tais equipamentos, além de conferir maior rapidez, qualidade e eficiência à realização dos serviços, serão fundamentais para os projetos de virtualização da Primeira Região.

Uma das tônicas priorizadas na diretriz estratégica III do Programa de Metas foi a virtualização processual, capitaneada pelo projeto chamado Sistema Virtual Judicial – e-JUS, que se encontra em desenvolvimento, para interligar todos os sistemas judiciais da Primeira Região.

O ano de 2007 registrou uma inovação emblemática: o engajamento do Tribunal no projeto do Supremo Tribunal Federal para virtualização dos recursos extraordinários. O TRF 1ª Região foi responsável pela remessa ao STF dos primeiros recursos extraordinários eletrônicos da história.

Complementarmente, ainda na área da virtualização, o Tribunal firmou convênios com órgãos públicos com o objetivo de incrementar o compartilhamento de informações necessárias à atividade jurisdicional.

A quarta diretriz estratégica do Programa de Metas é voltada ao incremento da eficiência dos serviços prestados pela Primeira Região. Há muito o que dizer também nessa esfera, com destaque para a criação da Ouvidoria Administrativa do Tribunal e para o planejamento e acompanhamento da execução das metas previstas, que constituem avanços significativos em direção à modernização e ao aprimoramento da gestão do Tribunal.

No tocante ao julgamento de processos, ou seja, à própria razão de ser desta Corte, a conjuntura exige medidas enérgicas, uma vez que o volume de processos distribuídos no Tribunal em 2007 — 106.772 feitos — voltou a patamares semelhantes aos do ano de 2000, quando houve um avassalador pico de demanda. Nesse propósito, além de investir na virtualização, consagramos a conciliação como um novo paradigma da Primeira Região, consolidando tal prática entre os operadores jurídicos e os próprios jurisdicionados, tendo em vista os excelentes resultados alcançados tanto em 2006 como em 2007, com índices de acordo superiores a 50%. Na primeira instância, a conciliação também avançou com grande êxito nos Juizados Especiais Federais.

Resta enfatizar que todas essas realizações ocorreram em um cenário de extrema escassez orçamentária, que somente foi contornada graças à irrepreensível gestão, por parte da Secretaria do Tribunal, dos recursos destinados ao Tribunal e à primeira instância e à determinação na busca de novos meios e parceiros para o financiamento dessa enorme máquina que é a Primeira Região.

Essas são apenas algumas das muitas e relevantes realizações da Corte no ano de 2007. Sinto-me, pois, com a sensação do dever cumprido, embora saiba que apenas ajudo a semear, inspirada pelo sonho de aprimorar permanentemente esta Casa de Justiça.

Como lembra o imortal Fernando Pessoa, “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”.

Devo dizer que foi uma grande honra, pela gentileza e confiança dos meus pares, ocupar a Presidência desta Casa, na qual serei sucedida, em poucos dias, pelo eminente Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian.

E, para finalizar, registro que administrar é, sobretudo, trabalhar em equipe e agregar esforços em prol de objetivos comuns. Assim, quero novamente reconhecer e agradecer o valioso trabalho de todos os que prestaram seu apoio para a realização das atividades aqui descritas e para a construção de uma Justiça Federal célere, eficiente, democrática e acessível a todos os cidadãos.

Agradeço a todos os meus colegas, desembargadores federais membros desta Casa, membros da Corte Especial, do Conselho de Administração, com os quais tenho a alegria de dividir todo e qualquer mérito, e, em especial, por todo apoio e colaboração:

- ◆ ao Vice-Presidente, Desembargador Federal Carlos Olavo;
- ◆ ao Corregedor-Geral, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian;
- ◆ aos dois últimos Coordenadores dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, Desembargadores Federais Antônio Sávio de Oliveira Chaves e Cândido Ribeiro;
- ◆ aos dois últimos Diretores da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, Desembargadores Federais Carlos Fernando Mathias e Olindo Menezes;
- ◆ aos dois últimos Diretores da Revista do Tribunal, Desembargadores Federais Luciano Tolentino Amaral e Hilton Queiroz;
- ◆ aos membros da Comissão de Obras, Desembargadores Federais Cândido Ribeiro, João Batista Moreira e Olindo Menezes;
- ◆ aos membros da Comissão de Regimento Interno, Desembargadores Federais Carlos Moreira Alves, Carlos Olavo, Daniel Paes Ribeiro e Luiz Gonzaga Barbosa Moreira;
- ◆ aos membros da Comissão de Jurisprudência, Desembargadores Federais José Amilcar Machado, Antônio Ezequiel da Silva, João Batista Moreira e Maria Isabel Gallotti Rodrigues;
- ◆ aos membros da Comissão de Promoção, Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian, José Amilcar Machado, Carlos Moreira Alves, Cândido Ribeiro, Hilton Queiroz, Fagundes de Deus, Daniel Paes Ribeiro, Antônio Ezequiel da Silva e Leomar Amorim;
- ◆ aos membros da Comissão de Concurso, Desembargadores Federais Tourinho Neto, Luciano Tolentino Amaral, João Batista Moreira, Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, Carlos Olavo e Souza Prudente;
- ◆ aos membros da Comissão de Acervo Jurídico, Desembargadores Federais José Amilcar Machado, Antônio Ezequiel da Silva e João Batista Moreira;
- ◆ aos dois últimos Presidentes da Comissão de Avaliação de Documentos, Desembargadores Federais Leomar Amorim e Neuza Alves.

Agradeço, ainda:

- ♦ a todos os juízes federais da Primeira Região, pelo comprometimento, pela dedicação e pelos relevantes serviços prestados à causa da Justiça;
- ♦ ao Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, convocado para prestar auxílio à Presidência, por seu valioso apoio nas atividades judicantes, em especial na coordenação dos Projetos de Conciliação implantados no âmbito do Tribunal;
- ♦ a todos os juízes federais convocados para atuar em substituição ou auxílio a desembargador federal, pela valiosa colaboração prestada;
- ♦ ao Diretor-Geral da Secretaria, Felipe dos Santos Jacinto, por sua inestimável colaboração na gestão administrativa e pela transformação de tantos sonhos em realidades;
- ♦ ao Secretário-Geral da Presidência, Deyr José Gomes Júnior, aos meus assessores e demais colaboradores da Presidência, pela dedicação e compreensão quanto à enorme carga de trabalho;
- ♦ ao valoroso corpo de dirigentes, pelo empenho e dedicação com que conduzem as unidades e lideram equipes, fazendo-as alcançar seus objetivos;
- ♦ a todos os devotados servidores do Tribunal e da Justiça Federal da Primeira Região, pela colaboração na construção de tantas realizações e pela capacidade incansável de superação de desafios;
- ♦ à equipe do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag, pela dedicação e pelo zelo na produção deste Relatório de Atividades e de tantos outros trabalhos.

Por derradeiro, quero externar à próxima Administração meus votos de felicidades e muitas realizações.

Brasília (DF), 10 de abril de 2008.

Desembargadora Federal Assusete Magalhães
Presidente

QUADROS E GRÁFICOS

PRESI

- Gráfico 1 Processos do Tribunal – Sistema Financeiro da Habitação
Acordos firmados
- Gráfico 2 Evolução do Projeto de Conciliação – 2007
Sistema Financeiro da Habitação – processos do Tribunal
- Quadro 1 Processos do Tribunal – Sistema Financeiro da Habitação
Audiências e acordos
- Gráfico 3 Processos do Tribunal – Sistema Financeiro da Habitação
Comparativo dos percentuais de acordo (por Estado)
- Gráfico 4 Processos do Tribunal – Sistema Financeiro da Habitação
Comparativo de audiências realizadas e acordos firmados (por Estado)
- Quadro 2 Movimento pela Conciliação/CNJ – 2007
Resultados da Primeira Região (SFH/varas comuns/JEFs) – período de 03 a 08/12/2007
- Quadro 3 Convênios firmados
- Quadro 4 Convênios firmados para os JEFs
- Quadro 5 Sessões administrativas realizadas
- Quadro 6 Presidência da Corte Especial Judicial

ASRET

- Gráfico 5 Decisões e despachos exarados segundo a natureza
- Gráfico 6 Movimentação de processos
- Quadro 7 Processos analisados

ASESP

- Quadro 8 Siglas utilizadas

SEGEP

- Quadro 9 Publicação *O quê do mês*

ASREP

- Quadro 10 Solenidades e eventos na Primeira Região
- Quadro 11 Programa de Visitas – Bem-vindo ao TRF 1ª Região
- Quadro 12 Exposições realizadas no Espaço Cultural do TRF 1ª Região

ASCOM

- Quadro 13 Atividades de jornalismo *on-line*
- Quadro 14 Publicações periódicas
- Quadro 15 Produção para a TV Justiça
- Quadro 16 Programas editados para o Via Legal
- Quadro 17 Destaques do Painel de Notícias
- Quadro 18 Produção para a Rádio Justiça
- Quadro 19 Acervo do DVD anexo

VIPRE

- Quadro 20 Admissibilidade de recursos decididos pela Vice-Presidência
- Quadro 21 Presidência de órgão julgador
- Quadro 22 Substituição à Presidente em sessões de julgamento
- Quadro 23 Presidência na distribuição de processos
- Quadro 24 Participação em sessões de julgamento
- Quadro 25 Votos de desempate
- Quadro 26 Estatística processual

COGER

- Quadro 27 Provimentos expedidos
- Quadro 28 Portarias expedidas
- Quadro 29 Orientações normativas expedidas
- Quadro 30 Principais circulares expedidas
- Quadro 31 Correições gerais ordinárias e extraordinárias
- Quadro 32 Atividades administrativas e disciplinares realizadas
- Quadro 33 Participação do Corregedor-Geral em sessões
- Quadro 34 Fórum Permanente de Corregedores-Gerais
- Quadro 35 Distribuição de varas federais na Primeira Região
- Quadro 36 Varas federais na capital e no interior

Quadro 37	Dados estatísticos da primeira instância
Gráfico 7	Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas varas federais
Gráfico 8	Processos distribuídos, julgados e em tramitação nos Juizados Especiais Federais
Gráfico 9	Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Turmas Recursais
Quadro 38	Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Seccionais
Gráfico 10	Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Seccionais

COJEF

Quadro 39	Início do funcionamento de JEFs adjuntos
Quadro 40	Quantidade e tipos de Juizados e Turmas Recursais
Quadro 41	Movimentação de processos nos JEFs da Primeira Região
Gráfico 11	Comparativo anual da movimentação de processos nos JEFs da Primeira Região
Quadro 42	Composição do acervo dos JEFs
Gráfico 12	Evolução da composição do acervo dos JEFs
Quadro 43	Composição do acervo de processos no JEF por Seção Judiciária
Gráfico 13	Percentual de processos virtuais em ordem decrescente
Gráfico 14	Composição do acervo de processos no JEF por Seção Judiciária
Quadro 44	Juizados Especiais Federais itinerantes realizados (competência: cível e previdenciária)
Quadro 45	Itinerantes no Estado do Amazonas
Quadro 46	Composição do acervo de processos nas Turmas Recursais (por Seção Judiciária)
Gráfico 15	Composição do acervo de processos na Turma Recursal
Quadro 47	Crescimento das Turmas Recursais na Primeira Região
Gráfico 16	Demonstrativo do crescimento das Turmas Recursais na Primeira Região
Quadro 48	Sessões da Turma Regional de Uniformização
Quadro 49	Convênios assinados
Quadro 50	Desempenho do mutirão do JEF de Castanhal

ESMAF

Quadro 51	Magistrados afastados para participar em cursos
Quadro 52	Eventos realizados pela Esmaf
Quadro 53	Participação do Diretor da Esmaf em eventos externos

DIGES

Quadro 54	Acompanhamento do Programa de Metas
-----------	-------------------------------------

ASMAG

Quadro 55	Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos
Quadro 56	Posse e exercício de magistrados
Quadro 57	Quantitativo de cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto
Quadro 58	Magistrados convocados para gabinete de desembargador federal
Quadro 59	Magistrados eleitos para compor os Tribunais Regionais Eleitorais
Quadro 60	Vitaliciação de juízes federais substitutos
Quadro 61	Movimentação de juiz federal
Quadro 62	Movimentação de juiz federal substituto
Quadro 63	Remoção de juiz federal
Quadro 64	Remoção de juiz federal substituto
Quadro 65	Remoção de juiz federal de outras Regiões
Quadro 66	Permuta de magistrados na Primeira Região
Quadro 67	Permuta de magistrados entre Regiões

COREJ

Gráfico 17	Beneficiários de RPV e precatório
Gráfico 18	Pagamento de precatórios
Gráfico 19	Pagamento de RPVs
Quadro 68	Processamentos e pagamentos
Quadro 69	Precatórios e RPVs que aguardam pagamentos em 2008
Quadro 70	Outras atividades

COJUD

Quadro 71	Acórdãos processados
Quadro 72	Acórdãos processados – Turmas Recursais e Turma Regional de Uniformização
Quadro 73	Pesquisa de jurisprudência
Quadro 74	Massa documental descartada
Quadro 75	Processos arquivados e desarquivados
Quadro 76	Publicação mensal dos inteiros teores dos acórdãos
Quadro 77	Média de conferência de publicação de acórdãos
Quadro 78	Atendimentos realizados
Quadro 79	Empréstimo de processos
Quadro 80	Atividades desenvolvidas pela Biblioteca

Quadro 81	Registro e processamento técnico de acervo
Quadro 82	Atividades relativas a periódicos
Quadro 83	Atendimento ao usuário da Biblioteca
Quadro 84	Atividade de apoio à comissão de concurso

CENAG

Quadro 85	Principais reproduções gráficas
Quadro 86	Criação e alteração de formulários
Gráfico 20	Atendimento na Ouvidoria Administrativa a partir de novembro

SECJU

Quadro 87	Petições recebidas no TRF e nas Subseções Judiciárias via Protocolo Postal
Gráfico 21	Petições apresentadas no Tribunal
Quadro 88	Petições iniciais e diversas protocolizadas
Gráfico 22	Petições protocolizadas
Quadro 89	Petições diversas recebidas no Tribunal
Quadro 90	Petições diversas recebidas nas Seções Judiciárias
Quadro 91	Protocolo descentralizado de petições iniciais
Quadro 92	Processos distribuídos no Tribunal (por grupo)
Quadro 93	Processos registrados
Quadro 94	Processos distribuídos e registrados (por magistrado)
Quadro 95	Processos redistribuídos (por magistrado)
Gráfico 23	Processos com assuntos recadastrados com base na TUA
Gráfico 24	Atualização em andamentos processuais
Quadro 96	Sessões realizadas no Tribunal
Quadro 97	Desempenho dos órgãos julgadores
Gráfico 25	Processos distribuídos e julgados no Tribunal e decisões/acórdãos publicados
Quadro 98	Outras estatísticas
Quadro 99	Movimentação de recursos
Quadro 100	Publicação de decisões e despachos em recursos
Quadro 101	Notas taquigráficas

SECOR

Quadro 102	Orçamento aprovado para a Primeira Região
Quadro 103	Alterações à Lei Orçamentária Anual
Quadro 104	Distribuição do orçamento
Gráfico 26	Dotação consignada por unidade orçamentária
Gráfico 27	Provisão orçamentária concedida

Gráfico 28	Comparativo orçamentário: dotação e provisão
Gráfico 29	Sub-repasse para as Seccionais
Quadro 105	Provisão orçamentária concedida
Quadro 106	Recebimento e distribuição dos limites financeiros
Quadro 107	Execução orçamentária consolidada (excluídos precatórios e RPVs)
Quadro 108	Execução orçamentária – Pessoal
Quadro 109	Execução orçamentária – Atividades
Quadro 110	Execução orçamentária – Benefícios
Quadro 111	Execução orçamentária – Projetos
Quadro 112	Execução de Restos a Pagar inscritos em 2007
Quadro 113	Aquisição de veículos
Quadro 114	Obras e reformas por unidade gestora
Quadro 115	Gasto com os Juizados Especiais Federais itinerantes
Quadro 116	Precatórios e RPVs pagos
Quadro 117	Execução de precatórios e RPVs inscritos em Restos a Pagar
Quadro 118	Projetos priorizados para 2008
Quadro 119	Comparativo dos orçamentos de 2007 e 2008 (por unidade orçamentária)
Quadro 120	Emendas ao PL 30/2007 aprovadas na relatoria setorial
Quadro 121	Projetos constantes do PPA 2004-2007
Quadro 122	Limites definidos para a Primeira Região no período de 2008-2011

SECRE

Quadro 123	Período de trânsito por distância
Quadro 124	Pagamento do adicional de qualificação
Quadro 125	Cursos oferecidos pela UniCorp
Quadro 126	Outros eventos de capacitação – externos com ônus
Quadro 127	Outros eventos de capacitação – externos sem ônus
Quadro 128	Eventos internos de capacitação
Quadro 129	Distribuição de servidores em primeira lotação
Quadro 130	Seleção interna para funções comissionadas
Quadro 131	Contratação de estagiários na Primeira Região
Quadro 132	Quantitativo de estagiários na Primeira Região
Quadro 133	Força de trabalho da Primeira Região
Quadro 134	Movimentação de pessoal – TRF 1ª Região
Quadro 135	Movimentação de pessoal – Justiça Federal de primeiro grau
Quadro 136	Processos analisados sobre legislação de pessoal

SECAD

- Quadro 137 Procedimentos de aquisição
- Quadro 138 Procedimentos licitatórios
- Quadro 139 Elaboração e acompanhamento de contratos
- Quadro 140 Atividades de comunicação e expedição
- Quadro 141 Remessa de documentos
- Quadro 142 Recebimento de documentos
- Quadro 143 Crédito provisionado e liquidado por categoria de gasto – Tribunal (Unidade Gestora 090027)
- Quadro 144 Crédito provisionado e liquidado por subprojeto/ atividade (Unidade Gestora 090027)
- Gráfico 30 Crédito provisionado e liquidado por subprojeto/ atividade (Unidade Gestora 090027)
- Quadro 145 Crédito provisionado e liquidado de cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (Unidade Gestora 090049)
- Quadro 146 Atividades da área de material e patrimônio
- Quadro 147 Atividades da área de engenharia e manutenção
- Quadro 148 Apoio às Seções e Subseções Judiciárias
- Quadro 149 Ações do Programa de Metas desenvolvidas nas Seccionais – Meta 14
- Quadro 150 Ações do Programa de Metas desenvolvidas no Tribunal
- Quadro 151 Execução e controle de contratos de serviços gerais e segurança
- Quadro 152 Acesso de pessoas às dependências do Tribunal

SECIN

- Quadro 153 Sinopse dos principais sistemas desenvolvidos ou em desenvolvimento

SECOI

- Quadro 154 Outras atividades realizadas
- Quadro 155 Execução de auditorias
- Gráfico 31 Processos avocados e analisados
- Quadro 156 Prestação de contas em folhas de pagamento
- Quadro 157 Exame de despesas do Pro-Social
- Quadro 158 Análise de licitações e contratos

SECBE

- Quadro 159 Atendimentos médicos e de enfermagem no Tribunal
- Gráfico 32 Clientela atendida pela assistência direta no Tribunal

- Quadro 160 Serviços psicológicos
- Gráfico 33 Causas de afastamento do trabalho no Tribunal
- Quadro 161 Atendimentos odontológicos no Tribunal
- Gráfico 34 Beneficiários do Pro-Social
- Gráfico 35 Evolução do número de beneficiários do Pro-Social
- Quadro 162 Atividades de credenciamento no Tribunal
- Quadro 163 Atendimentos realizados pela rede credenciada na Primeira Região
- Gráfico 36 Acompanhamento financeiro do Pro-Social
- Quadro 164 Receitas e despesas do Pro-Social
- Quadro 165 Aplicação dos recursos do Pro-Social (por benefício)
- Gráfico 37 Aplicação dos recursos do Pro-Social (por benefício)

SUMÁRIO



PRESIDÊNCIA – PRESI, 1

Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – ASRET, 41

Assessoria Especial da Presidência – ASEP, 47

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA – SEGEP, 57

Assessoria de Representação e Programação Social – ASREP, 61

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, 71

VICE-PRESIDÊNCIA – VIPRE, 83

CORREGEDORIA-GERAL – COGER, 91

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – COJEF, 111

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO – ESMAF, 131

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES, 139

Assessoria de Assuntos da Magistratura – ASMAG, 165

Coordenadoria de Execução Judicial – COREJ, 179

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJUD, 185

CENTRO DE ESTUDOS E APOIO À GESTÃO ORGANIZACIONAL – CENAG, 199

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU, 223

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – SECOR, 239

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE, 273

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD, 289

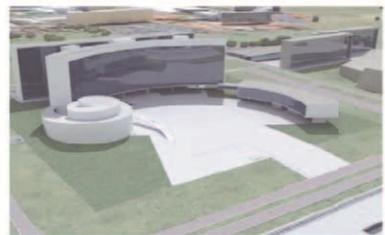
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SECIN, 311

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI, 323

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE, 331

PRESI

PRESIDÊNCIA



Dando continuidade à gestão iniciada em abril de 2006, o Tribunal chegou ao final de 2007 com importantes projetos implantados e iniciados, cujas positivas repercussões poderão ser sentidas ao longo de muitos anos.

A realização das atividades aqui descritas foi possível graças ao trabalho desenvolvido pela Diretoria-Geral da Secretaria, responsável pelo planejamento, organização, coordenação e execução dos serviços administrativos e de apoio judiciário.

Revisão geral do Regimento Interno do Tribunal

O Regimento interno do TRF 1ª Região, como todo ato normativo, necessita de revisões periódicas, de forma que reflita a evolução das leis e acompanhe a dinâmica de funcionamento do Tribunal.

No final de 2007, a Comissão de Regimento concluiu uma revisão geral do documento, sob a Presidência do Desembargador Federal Carlos Moreira Alves, a qual havia sido iniciada em 2005, quando a Comissão de Regimento era presidida pelo Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian.

A proposta apresentada pela Comissão ao Plenário foi motivada, principalmente, pela Emenda Constitucional 45, que exigiu a adequação de alguns dispositivos, entre os quais o que previa as férias coletivas dos desembargadores federais. A proposta incorporou as sugestões dos membros da Casa, encaminhadas durante o estudo de cada um dos artigos do Regimento. Além disso, a Comissão procurou ajustar a sistematização da norma, inclusive em relação a sua redação, atividade realizada com o inestimável auxílio da Consultoria em Língua Portuguesa da Presidência do Tribunal.

Devido às inúmeras alterações legislativas ocorridas no direito processual e às edições de resoluções pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Conselho da Justiça Federal – CJF sobre assuntos relevantes e igualmente regulados pelo Regimen-

to Interno, a Comissão precisou reexaminar alguns pontos sobre os quais já havia deliberado, o que prolongou os trabalhos.

Após inúmeras reuniões da Comissão, a proposta de alteração do Regimento foi submetida ao Tribunal Pleno que, durante cinco sessões, que duraram o dia inteiro, aprovou, com pequenas alterações, a revisão geral, consubstanciada na Emenda Regimental 6. A sessão plenária que finalizou a apreciação e aprovação do Regimento ocorreu em 30 de novembro.

Nova composição do Tribunal

A composição do Tribunal foi alterada, com a aposentadoria, em 30 de maio, do Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima.

Para a vaga decorrente, foi eleito pelo critério de antiguidade, na quarta sessão plenária ordinária do Tribunal, realizada em 9 de agosto, o Juiz Federal Francisco de Assis Betti, que exercia a titularidade da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais.

O novo integrante do Tribunal tomou posse na sessão solene realizada na tarde de 17 de setembro e passou a compor a Segunda Turma e a Primeira Seção do Tribunal.

Novos dirigentes da Revista do Tribunal e da Cojef

Além da atuação como relatores, os Desembargadores Federais prestam inestimável colaboração ao dirigir os trabalhos de unidades e comissões do Tribunal.

Em 2007, foi concluído o biênio do Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves à frente da Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região – Cojef, que deixou importantes contribuições à Primeira Região. A partir de 5 de novembro, conforme deliberado na sessão de 11 de outubro da Corte Especial Administrativa, a Coordenação da Cojef passou a ser exercida

pelo Desembargador Federal Cândido Ribeiro. A designação ocorreu pela Portaria/Presi 1104-240 de 16/10/2007.

Também trocou de mãos a direção da *Revisita do Tribunal Regional Federal da Primeira Região*, com a sucessão do Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral pelo Desembargador Federal Hilton Queiroz, que assumiu as novas incumbências para o biênio 2007-2009, de acordo com decisão da Corte Especial Administrativa, na sessão de 23 de agosto. A designação ocorreu pela Portaria/Presi 1104-200 de 27/08/2007.

Programa de Metas: gestão em busca da excelência

Partindo da premissa de que a Administração Pública deve estar sempre voltada para a excelência na gestão, em processo de permanente evolução e aprimoramento, o Tribunal inovou ao criar o seu Programa de Metas – Biênio 2007-2008.

É tempo de mudança, e, nesse contexto, é inevitável repensar permanentemente o Poder Judiciário brasileiro, para resgatar sua credibilidade perante a opinião pública. Em se tratando de gestão de recursos públicos, os sonhos devem ser transformados em projetos sólidos, avaliados e controlados sistematicamente, e construídos a partir da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência, da responsabilidade e da ética.

Lançado em fevereiro, o primeiro programa de metas da Justiça Federal da Primeira Região trouxe um rol de ações estratégicas planejadas e priorizadas pela atual gestão, voltadas para a qualidade dos serviços e a produtividade organizacional, abrangendo as áreas gerenciais, técnicas e operacionais. Na concepção do programa, considerou-se a realidade da Justiça Federal da Primeira Região, que, como as demais esferas do Judiciário, enfrenta o descompasso entre o crescimento acelerado da demanda jurisdicional e o lento processo de alocação de recursos humanos, orçamentários e financeiros.

Para a consecução do Programa de Metas, foram definidas pela Presidência do Tribunal quatro diretrizes estratégicas para a Primeira Região:

- Integração da Primeira Região – objetiva valorizar a condição continental da área que está jurisdicionada pelo Tribunal, unindo anseios e integrando esforços e experiências provenientes do TRF 1ª Região, das 14 Seções Judiciárias vinculadas e 42 Subseções.
- Melhoria das Instalações Físicas – objetiva dotar, de acordo com os recursos orçamentários disponíveis e mediante critérios rigorosos de priorização, os edifícios que abrigam o Tribunal, as Seccionais e as Subseções Judiciárias de condições físicas adequadas ao seu funcionamento.
- Virtualização de Processos Judiciais – objetiva a substituição do processo físico, em papel, pelo processo totalmente eletrônico nos autos de execução fiscal e nos dos Juizados Especiais Federais, com acessibilidade, segurança e compartilhamento de informações entre todos os segmentos e usuários envolvidos. Esta meta foi ampliada, com a implementação da virtualização dos recursos extraordinários encaminhados ao Supremo Tribunal Federal – STF, em parceria com aquela Corte.
- Eficiência dos Serviços – objetiva aumentar a produtividade em todos os níveis, dar maior celeridade à realização das atividades, otimizar a execução do orçamento e aumentar o nível de satisfação da sociedade com os serviços oferecidos pelo Tribunal, por meio do melhor gerenciamento dos métodos, rotinas e procedimentos de trabalho.

Essas diretrizes estratégicas foram desdobradas em 26 metas, a serem alcançadas no decorrer de 2007 e 2008. Para sua execução, foram estabelecidos planos e cronogramas de trabalho pelas unidades técnicas.

A expressiva maioria das metas traçadas para 2007 foi concluída com sucesso, como poderá ser

constatado nos relatos particularizados das áreas técnicas do Tribunal, que integram o presente relatório. Além disso, como fator intrínseco ao processo de planejamento e gestão, novas metas foram traçadas, algumas redimensionadas e realinhadas, e outras adiadas, seja em face das avaliações constantes pelas quais passam, seja para atender novas necessidades e prioridades.

Muitas das metas previstas são de longa duração e terão apenas algumas fases concluídas no biênio programado, como, por exemplo, a construção da nova sede do Tribunal. As fases a serem executadas nas gestões futuras poderão ser redefinidas pelos próximos Presidentes, segundo as prioridades que estabelecerem.



FOTOS: SAULO CRUZ

Em direção à nova sede do Tribunal

Desde sua instalação, em 30/03/1989, o TRF 1ª Região luta contra a falta de espaço físico. Decorridos 19 anos, esta Corte finalmente pode iniciar a construção de sua própria sede.

Conforme o planejado, o projeto arquitetônico, contratado, em 27/11/2006, com o escritório do renomado arquiteto Oscar Niemeyer, foi concluído e entregue ao Tribunal em 2007, possibilitando o início dos procedimentos licitatórios.

O projeto foi concebido a partir de um rigoroso levantamento das necessidades da instituição, que permitiu soluções arquitetônicas personalizadas para o Tribunal, inclusive para atender seu crescimento futuro. A projeção de área construída totalizou 168.886 m², distribuídos em quatro blocos interligados, que ampliarão em duas vezes a área atual do Tribunal.

Além do projeto, outras importantes etapas foram concluídas, entre as quais a realização, em



LUIZ C. B. XAVIER

A Presidente, Assusete Magalhães, recebe das mãos do arquiteto Oscar Niemeyer as plantas do projeto arquitetônico para a nova sede do Tribunal.

15/06/2007, de audiência pública para a licitação da obra e a licitação propriamente dita, que teve por vencedor o consórcio formado pelas empresas Via Engenharia S.A., Construtora OAS Ltda. e Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., contratado em 21/12/2007.

A data de início das obras foi prevista para 02/01/2008. O prazo de conclusão total projetado para 60 meses, ou seja, para janeiro de 2013.

Considerando que a construção da nova sede envolve grandes somas financeiras e execução em longo prazo, a Administração do Tribunal — imbuída do propósito de realizar procedimento licitatório e contratação da obra dentro da mais estrita legalidade e moralidade e com o objetivo de garantir a sua execução e conclusão sem prejuízos ao Erário — antecipou-se e requereu ao Tribunal de Contas da União, em 04/07/2007, que acompanhasse as atividades relativas à execução da construção, a partir do procedimento licitatório até a conclusão da obra.

LUIZ C. B. XAVIER



Da esquerda para a direita: o Diretor-Geral do Tribunal, Felipe dos Santos Jacinto, a Presidente do TRF, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, e o Presidente do TCU, Ministro Walton Rodrigues.

O Tribunal de Contas da União, por desdobramento de pedido formulado por este Tribunal, nos autos do TC-027.405/2007-5, inspecionou o projeto básico e o edital de licitação da obra em apreço (Concorrência 2/2007), concluindo não haver nenhum vício quanto à dimensão da obra nem relativamente ao seu valor.

Todos os atos administrativos praticados — levantamento de necessidades para o prédio, procedimento licitatório, contratação e início da construção — encontram-se no *site* do Tribunal, para garantia da transparência, da ampla publicidade e do acesso da população aos atos relativos à construção da nova sede do TRF 1ª Região.

O desenvolvimento do projeto arquitetônico e a contratação das obras são resultado de um trabalho conjunto e interdisciplinar, que envolveu várias equipes técnicas do Tribunal, primorosamente coordenadas pelo Diretor-Geral.

Foram também decisivos para o sucesso do projeto e o bom andamento das licitações o acompanhamento e total empenho da Comissão integrada pelos Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian (Presidente), Cândido Ribeiro e João Batista Gomes Moreira, constituída pela Portaria/Presi 600-446 de 31/10/2006. Posteriormente, a composição da Comissão foi alterada a pedido do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, com sua substituição pelo Desembargador Federal Olindo Menezes, de acordo com a Portaria/Presi 167 de 13/07/2007, passando a responder pela Presidência da Comissão o Desembargador Federal Cândido Ribeiro.

Desembargadores Federais, Diretor-Geral do Tribunal e arquitetos analisam o projeto executivo de construção da nova sede.



LUIZ C. B. XAVIER

Expansão da Primeira Região

Ampliação do Tribunal

A longa trajetória para ampliação da composição dos Tribunais Regionais Federais, retomada em anos anteriores, ainda não teve seu desfecho em 2007 — com a esperada remessa do anteprojeto de lei ao Congresso Nacional —, mas passou por importantes fases ao longo do ano.

Em reunião realizada em 15/06/2007, o Conselho da Justiça Federal aprovou nova minuta de anteprojeto de lei que altera a composição dos Tribunais. Essa proposta, que se encontra aguardando apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, contém um corte de 60% no anteprojeto de lei aprovado em 2005 pelo CJF (PA 2004/161265), realizado por aquele colegiado, em acordo com os Tribunais, para adequar os valores propostos aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O TRF 1ª Região empenhou-se de forma especial pelo incremento de sua estrutura judicial e administrativa, como forma de enfrentar as dificuldades inerentes à grande extensão de sua jurisdição. Pela proposição final aprovada pelo CJF, o TRF 1ª Região terá, em um primeiro momento, acréscimo de oito cargos de Desembargador Federal, o que deverá elevar a composição de 27 para 35 membros. A expectativa é de que o Tribunal possa ser ampliado, a cada ano, até que se atinja o quantitativo de 51 desembargadores federais.

O texto aprovado pelo CJF propõe ainda a criação de mais duas Turmas e de uma nova Seção; a padronização das estruturas dos gabinetes e das unidades processantes e de apoio aos julgamentos nos cinco TRFs, criando cargos e funções para essas unidades; a criação de cargos e funções para a área de tecnologia da informação, que possui acentuada carência de pessoal.

Ampliação da primeira instância

Os Tribunais Regionais Federais, juntamente com o CJF, têm lutado, dia após dia, para sensibilizar

o Congresso Nacional quanto à importância da aprovação do Projeto de Lei 5.829/2005 — que cria 230 novas varas federais no território nacional —, a fim de que possa ser consolidado especialmente o trabalho de sucesso dos JEFs, com repercussão direta na responsabilidade ético-social do Estado brasileiro.

O mencionado projeto de lei foi aprovado, em 24/10/2007, pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Em 15/11/2007, foi publicado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

Segundo a Agência Câmara, a CCJC aprovou o substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao projeto de lei, pelo qual serão criadas 230 varas federais, a serem implantadas gradativamente até 2014. Prevê o projeto a criação de 230 cargos de Juiz Federal e 230 de Juiz Federal Substituto, 2.070 de Analistas Judiciários e 2.530 de Técnicos Judiciários. As funções comissionadas previstas são 3.220; os cargos em comissão, 230. A etapa seguinte será a análise pelo Plenário da Câmara.

Na Justiça Federal de primeira instância da Primeira Região, há quase 2 milhões de processos em tramitação, em apenas 194 varas federais. Para essa extensa jurisdição, há somente 356 juízes federais em exercício. A relação número de habitantes por juiz de primeiro grau é assustadora. No início de 2007, por exemplo, cada magistrado federal de primeiro grau, na Primeira Região, deveria atender, em tese, a 217.437 habitantes, ou seja, a uma população maior que a de muitas cidades de médio porte.

Posse de novos juízes federais substitutos

Os esforços do Tribunal para o preenchimento do quadro da magistratura da primeira instância são permanentes. Os concursos se sucedem como forma de suplantar as dificuldades decorrentes da intensa movimentação de magistrados no âmbito da Primeira Região, tendo em vista suas peculiaridades, com localidades distantes e de difícil acesso.

Em 2007, foi concluído o XII Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargo de Juiz

Federal Substituto da Primeira Região. Nesse certame, foram oferecidas 52 vagas, para as quais se inscreveram 3.212 candidatos. Após todas as fases do concurso, foram aprovados 38 candidatos, dos quais 32 foram empossados pelo Tribunal em 25/06/2007.

Com o ingresso desses novos magistrados, a Primeira Região passou a contar com um quadro de 356 juízes na primeira instância, sendo 190 juízes federais e 166 juízes federais substitutos. No final de 2007, havia 28 cargos vagos na Primeira Região.

LUIZ C. B. XAVIER



A Desembargadora Federal Assusete Magalhães na posse dos novos magistrados da Primeira Região.

Convocação de juízes federais

Embora, do ponto de vista orçamentário, tenha sido necessária a redução do projeto de ampliação da composição do Tribunal, a situação estatístico-processual permanecerá crítica, pois o aumento de oito membros previsto ainda ensejará a maior média processual em tramitação por julgador (6.207 feitos) no âmbito da Justiça Federal brasileira.

Diante dessas dificuldades, a Primeira Região sugeriu que fosse excluída do anteprojeto a proposta de revogação do art. 4º da Lei 9.788/1999, que permite a convocação de juízes federais para auxílio nos Tribunais Regionais Federais. O CJF acolheu, no ponto e por unanimidade, o voto vogal da Desembargadora Federal Assusete Magalhães, mantendo a possibilidade de convocação de juízes federais para auxílio nos Tribunais.

Novos espaços para o TRF

A Administração do Tribunal buscou soluções efetivas para o grave e antigo problema de espaço físico vivenciado pelos gabinetes dos desembargadores federais.

Até que a nova sede seja concluída, parte dos gabinetes foi transferida para o Anexo I do Tribunal, o que permitiu a ampliação de todos, que passaram a contar com áreas internas de aproximadamente 210m². No Edifício Sede permaneceram 17 gabinetes, enquanto no Anexo I foram alocados 10 gabinetes, sendo dois por andar. Por ocasião da reestruturação dos gabinetes, o Edifício Sede do Tribunal passou a ser denominado Edifício Sede I e o Anexo I passou a Edifício Sede II.



A Presidente, Assusete Magalhães, e o Vice-Presidente, Carlos Olavo, descerram a placa do Edifício Sede I.

LUIZ C. B. XAVIER



A Presidente, Assusete Magalhães, e o Corregedor-Geral, Jirair Aram Megueriam, descerram a placa do Edifício Sede II.

LUIZ C. B. XAVIER

A inauguração das novas instalações dos Edifícios Sede I e II ocorreu em 17/12/2007.

Essa importante medida foi possibilitada pelo remanejamento de áreas administrativas que ocupavam parte do Edifício Sede II, as quais foram acomodadas nos Edifícios Funasa, Dona Marta e Adriana, todos localizados próximos ao Tribunal.

Além das mudanças e ampliações nos gabinetes dos desembargadores federais, continuam em curso os estudos para a ampliação do Edifício Sede I, por meio da ocupação da área externa sob o segundo pavimento, no nível da Praça dos Tribunais Superiores.

Outro relevante acontecimento foi a conclusão das reformas do Edifício Adriana, iniciadas em 2005, devido à precariedade das instalações do prédio. Inteiramente reformado, o edifício foi reinaugurado em 17 de dezembro, passando a contar com maior qualidade das instalações e melhores condições funcionais. Com a finalização das obras, as unidades que anteriormente ocupavam o prédio, todas do segmento administrativo, puderam retornar e assim liberar novos espaços para a Justiça Federal do Distrito Federal, no Edifício Cabo Frio, localizado na Asa Norte.



LUIZ C. B. XAVIER

A Presidente, Assusete Magalhães, e o Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto, descerram a placa do Edifício Adriana.

Além das grandes obras e reformas, outras de menor vulto, mas de grande importância para o dia-a-dia da Corte, foram realizadas, como a modernização dos elevadores do Edifício Sede I, que também teve o tratamento e a pintura geral de suas fachadas, bem como a conclusão da impermeabilização da laje, que tantos transtornos trouxe aos gabinetes. Quanto à proteção contra incêndio e pânico, houve reforma das instalações de três prédios, o Sede I, o Sede II e o Edifício Cabo Frio. Novos móveis, armários e balcões foram adquiridos para melhor acomodar os servidores e preservar a documentação.

Consolidação da interiorização da Primeira Região

Hoje, a Justiça Federal da Primeira Região faz-se presente nas 13 capitais dos Estados Federados, na Capital da República e em 42 cidades-pólo do interior. O Tribunal tem intensificado as ações para dotar cada unidade jurisdicional com as melhores condições materiais e humanas possíveis, a fim de que a população possa ter um atendimento rápido e eficiente.

Com a conclusão do XII Concurso Público para a magistratura federal, o quadro de magistrados das unidades do interior foi reforçado.

A fim de se ampliarem as possibilidades de acesso à Justiça Federal, o Tribunal tem firmado convênios com universidades, para a implantação de postos avançados dos Juizados Especiais Federais. Em 2007, foram conveniadas universidades para atender as cidades de Ilhéus/BA, Itabuna/BA, Viçosa/MG e Divinópolis/MG. A Seção Judiciária do Distrito Federal, com a interveniência do Tribunal, realizou convênio com a empresa Infraero, atendendo determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para a instalação de posto de Juizado no Aeroporto Juscelino Kubitschek, em Brasília.

As instalações físicas também foram contempladas. No Distrito Federal, os JEFs foram transferidos

para o Edifício Cidade de Cabo Frio, completamente adaptado para receber os idosos, deficientes físicos e demais portadores de necessidades especiais.

No Maranhão, a Subseção Judiciária de Caxias teve a construção de seu prédio concluída, com inauguração em 10/12/2007, antes do prazo previsto na Meta 14 do Programa de Metas – Biênio 2007-2008, pela qual a construção seria concluída no primeiro trimestre de 2008.

MAURO PUTINI



A Presidente, Assusete Magalhães, e autoridades durante a solenidade de inauguração da nova sede da Subseção de Caxias/MA.

As Subseções Judiciárias de Juiz de Fora/MG e de Imperatriz/MA poderão contar, no primeiro semestre de 2008, com instalações físicas próprias. Encontram-se em andamento ainda as obras de construção das sedes das Subseções Judiciárias de Uberaba/MG e de Rondonópolis/MT.

A Seção Judiciária de Minas Gerais inaugurou, em 10 de maio, em Belo Horizonte, as três novas sedes que, integradas ao antigo Edifício Sede, passaram a compor o Fórum Ministro Oscar Saraiva.

Também no campo tecnológico foram grandes e relevantes os investimentos, que permitiram a

implantação de um novo modelo tecnológico em todas as Subseções da Primeira Região. Com essa medida, todas as Subseções Judiciárias instaladas a partir da edição da Lei 10.772/2003 passaram a contar com uma infra-estrutura de tecnologia própria, que lhes garante maior independência de funcionamento de *hardware* e *software* em relação às Seções Judiciárias e ao TRF 1ª Região. Essa providência foi fundamental para o bom andamento dos trabalhos no interior, já que os *links* de acesso para interligação com as capitais apresentam muitas falhas.

A Justiça virtual

A modernização, a eficiência e a qualidade são o que o serviço público deve ao jurisdicionado. Os meios tecnológicos permitem agregação dessas características aos processos, por meio da virtualização.

Nessa vertente, prioridade absoluta foi dispensada pelo Tribunal à sua inserção completa e definitiva no mundo digital. A Casa vive uma atmosfera que estimula o desenvolvimento de novas práticas no campo virtual, de modo que foi possível atingir vários objetivos, como a modernização e ampliação do parque de equipamentos, a adequação da infra-estrutura da área de tecnologia da informação e a videoconferência, cujos investimentos ficaram próximos a 21 milhões de reais, garantidos pelo orçamento federal e por convênios firmados.

Entre vários e importantes projetos de virtualização desenvolvidos durante o ano, dois destacaram-se pelo caráter inovador: o recurso extraordinário eletrônico e o Sistema Virtual Judicial da Primeira Região – e-JUS.

O TRF 1ª Região está trabalhando para, até o final de 2011, virtualizar, de forma definitiva, os processos em toda a Primeira Região.

Recurso extraordinário por meio eletrônico

Com a promulgação das Leis 11.280/2006 e 11.419/2006, o Supremo Tribunal Federal universalizou a emissão virtual dos processos ao lançar a versão eletrônica para a tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais — o e-STF. Na diretriz desse projeto, o STF lançou o Recurso Extraordinário eletrônico – e-RE como experiência piloto, considerada um marco histórico na Justiça brasileira.

O Tribunal, de pronto, filiou-se à idéia. No momento inicial de testes do novo projeto, participaram, no âmbito da Justiça Federal do País, somente o TRF 1ª Região e o Tribunal Superior do Trabalho – TST.

A integração do sistema do TRF 1ª Região com o do STF permitiu registros históricos, como a remessa, pela Presidente do Tribunal, em 4 de junho, do primeiro recurso extraordinário virtual brasileiro ao Supremo Tribunal Federal. Este processo, um mandado de segurança individual, foi distribuído originalmente à 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais. Em 02/12/2005, foi remetido ao TRF 1ª Região, sendo autuado como AMS 2005.38.00.022539-8, cujo Relator foi o Desembargador Federal Leomar Amorim, da 8ª Turma. No STF, o recurso foi registrado como o RE 551476.

Na mesma data, foram enviados outros quatro recursos eletrônicos, AMS 2003.38.00.059204-2, AMS2003.39.00.013598-0, AMS2005.38.00.013673-0 e AC 2000.38.00.031326-0, registrados no STF, respectivamente, como RE 551173, RE 551219, RE 551641 e RE 551431.

O primeiro recurso extraordinário eletrônico julgado por aquela Corte também teve origem na Primeira Região. O processo, uma ação civil, foi apreciado originalmente pela 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Em 04/08/2006, foi distribuído no TRF sob o número AC 2005.34.00.030148-5, cujo Relator foi o Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves, da 7ª Turma. No STF, o recurso foi registrado como RE 551476 e julgado pelo Relator Ministro Sepúlveda Pertence.



A Ministra Ellen Gracie preside solenidade de instalação do e-STF. Presente, a Presidente, Assusete Magalhães.

LUÍZ C. B. XAVIER

Deu-se início, assim, à utilização do e-RE no TRF 1ª Região, que substituirá integralmente — após o desenvolvimento de todas as fases, adaptação e implantação do programa — o encaminhamento físico dos Recursos Extraordinários ao STF, exceto dos relativos a processos criminais e de cunho sigiloso, que não podem ser remetidos por esse meio.

Os recursos encaminhados pelo Tribunal, a partir da implementação do e-RE, seguiram prioritariamente por meio eletrônico.

A segunda etapa de remessa de recursos extraordinários admitidos nesta Corte para o Supremo Tribunal Federal, por meio eletrônico, foi iniciada em 27/06/2007 pela Vice-Presidência do Tribunal.

Até o final do ano, a Coordenadoria de Recursos do TRF 1ª Região enviou ao STF 438 e-REs, de um total anual de 1.306 recursos extraordinários remetidos.

Sistema Virtual Judicial da Primeira Região – e-JUS

O e-JUS é uma das importantes ferramentas desenvolvidas em 2007 e que, quando concluído, abrangerá todos os sistemas processuais e unidades jurisdicionais existentes na primeira e na segunda instâncias da Primeira Região — tais como os sistemas JEF Virtual, Processual, PJD-EF e Juris —, com o objetivo de desenvolver uma forma de trabalho única, que possibilite a integração com os outros sistemas já existentes na Justiça Federal da Primeira Região e a virtualização dos processos judiciais. Com esse sistema, as movimentações processuais poderão ser acompanhadas com mais rapidez, transparência, além de proporcionar melhor coleta de dados e reaproveitamento das informações.

Para coordenar o desenvolvimento e a implantação do e-JUS, no âmbito da Primeira Região, foi instituída uma Comissão Gestora central, por meio da Portaria/Presi 600-291 de 24/12/2007, integrada pelos seguintes magistrados: Juíza Federal Kátia Balbino Ferreira da Silva, representante da Presidência, gestora da segunda instância e presi-

dente da comissão; Juíza Federal Daniele Maranhão Costa, representante da Corregedoria-Geral, gestora da primeira instância; e Juiz Federal Alexandre Machado Vasconcelos, Presidente da Comissão de Execução Fiscal Virtual da Primeira Região.

Em suas atividades, a Comissão Gestora conta com suporte de um corpo técnico especialmente destacado e da Secretaria do Tribunal.

Diário da Justiça Federal da Primeira Região

O projeto de um diário da Justiça próprio da Primeira Região e em meio eletrônico nasceu das dificuldades advindas da demora na entrega do *DJ* em alguns municípios jurisdicionados ao Tribunal, da necessidade de redução de custos operacionais com publicações oficiais para a Justiça e das facilidades de pesquisa proporcionadas pelos meios eletrônicos.

O início da implantação desse projeto na Primeira Região estava previsto para o ano de 2008. Todavia, sobreveio urgência da Seção Judiciária de Rondônia, que exigiu sua antecipação.

Dessa forma, graças ao total empenho da equipe técnica do Tribunal, foi criado, em outubro de 2007, o *Diário da Justiça Federal da Primeira Região* em formato eletrônico – *e-DJF1*, como meio oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região. O projeto recebeu aprovação unânime pelo Conselho de Administração, na sessão de 4 de outubro, regulamentado pela Resolução/Presi 600-011 de 04/10/2007.

O *e-DJF1* substitui a versão impressa das publicações oficiais e é veiculado gratuitamente no Portal da Justiça Federal da Primeira Região, na internet, no endereço eletrônico www.trf1.gov.br.

Sua implementação ocorrerá de forma gradativa na Primeira Região, dependendo das condições técnicas de cada localidade, de acordo com adesão e mediante portaria da Presidência do Tribunal.

Em 2008, o meio eletrônico substituirá em definitivo a versão impressa. A publicação será integrada por matérias do Tribunal e das 14 Seções Judiciárias da Primeira Região, somando 15 cadernos independentes. As matérias relativas aos atos das Subseções Judiciárias constarão dos cadernos das respectivas Seções Judiciárias.

Até o final de 2007, o *Diário* já contava com dois cadernos, um relativo ao Tribunal, implantado pela Portaria/Presi 600-243 de 22/10/2007, e outro à Seccional de Rondônia, implantado pela Portaria/Presi 600-352 de 04/10/2007.

Para o TRF, o *e-DJF1* traz economia de tempo e de recursos financeiros, principalmente devido à grande proporção geográfica da Primeira Região e ao fato de que existem 42 Subseções localizadas no interior, dificultando o acesso rápido a publicações impressas e onerando em demasia o orçamento anual.

Para o jurisdicionado e operadores do Direito, apresenta inúmeras vantagens, entre elas a veiculação gratuita, as facilidades de pesquisa e o acesso imediato à publicação oficial.

Redefinição dos critérios para apuração de merecimento de juízes

Devido às modificações constitucionais introduzidas pela Emenda Constitucional 45 no art. 93, incisos II, III, IV, IX e X, e no art. 103-B, incisos I e II do § 4º, o Conselho Nacional de Justiça determinou aos Tribunais, por meio da Resolução 6/2005, a edição de ato administrativo para disciplinar a valoração objetiva de desempenho, produtividade e presteza no exercício da jurisdição, para efeito de promoção por mérito, e a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento ou especialização de magistrados que serão considerados para fins de ascensão por mérito, com a respectiva gradação.

Desta forma, o Tribunal fez uma revisão geral da sua regulamentação sobre as funções, as atribuições, o estágio probatório, a avaliação, a vitaliciedade e a promoção dos juízes federais substitutos, assim como a remoção de juízes federais e juízes federais substitutos.

Além de atualizar as normas em conformidade com os dispositivos constitucionais e os normatizados pelo CNJ, o TRF 1ª Região inovou ao adotar uma metodologia de incentivo, que permite uma análise sistêmica, dinâmica e integrativa da atuação dos magistrados da primeira instância, com ênfase nos aspectos qualitativos, buscando reconhecer sua dedicação à causa da Justiça e estimular as iniciativas para otimização da judicatura.

Na avaliação para fins de merecimento, o desempenho de cada magistrado será comparado com o de magistrados de mesma especialidade e atribuições que atuam na Primeira Região e, ainda, considerados fatos, circunstâncias, características e condições de trabalho relevantes que impliquem maior dificuldade na realização das atividades exigidas ou que demonstrem situação favorável em relação à produtividade, presteza e eficácia.

A proposta aprovada pela Corte Especial Administrativa, em várias sessões realizadas ao longo de 2007, foi consubstanciada na Resolução/Presi 600-17 de 17/12/2007, que prevê, basicamente, quatro critérios para aferição objetiva do merecimento de magistrados:

- critérios para aferição da produtividade e da eficácia do juiz;
- critérios para aferição da presteza;
- critérios para aferição da frequência e aproveitamento em eventos de preparação/aprimoramento;
- critérios para fomento à eficiência dos serviços judiciários.

Tribunal cria universidade corporativa na Primeira Região

Com o objetivo de criar uma cultura de aprendizagem contínua, com o compartilhamento de experiências, informações e práticas de trabalho, o TRF 1ª Região lançou, em 26 de novembro, a Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – UniCorp.

A criação de uma universidade própria da Primeira Região foi um dos meios escolhidos pela direção do Tribunal para o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, bem como para a modernização e otimização dos serviços prestados aos jurisdicionados.

A UniCorp tem por finalidade planejar, implantar, consolidar e expandir sistema integrado de educação corporativa, alinhado às diretrizes e objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal, respeitando a realidade e as demandas da Primeira Região.

Os conteúdos programáticos serão voltados estritamente às necessidades de trabalho do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias e transmitidos pelo Sistema de Ensino a Distância – EAD ou pelo método tradicional, com a realização de aulas presenciais, ou ainda de ambas as formas, de maneira a se complementarem.



LUIZ C. B. XAVIER

O Diretor da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf, Desembargador Federal Olindo Menezes, na solenidade de inauguração da UniCorp.

Aliada à eficiência da metodologia, há a tecnologia da informação adotada, que utiliza extensivamente ferramentas de comunicação como videoconferência, correio eletrônico, internet. Essas soluções interligarão as 57 unidades que integram a Primeira Região — incluindo as 42 Subseções Judiciárias —, permitindo que o conhecimento seja levado a longas distâncias através da transmissão de áudio, dados e vídeo em tempo real, de forma cooperativa e com baixo custo. Além disso, evitarão deslocamentos físicos por parte dos magistrados e servidores.

Em 2007, por meio da UniCorp, foram pagas 32 bolsas de estudos de pós-graduação e promovidos cinco cursos a distância, que chegaram a 161 servidores.

Instituído na Primeira Região o Serviço de Ouvidoria Administrativa

O Tribunal tem o compromisso com a sociedade de buscar a constante excelência na prestação do serviço público que lhe é inerente. Para dar cumprimento a essa vocação, em 22 de maio, foi criado o Serviço de Ouvidoria Administrativa do TRF 1ª Região, de acordo com a Portaria/Presi 600-117/2007. O serviço foi inaugurado em 4 de junho.

LUIZ C. B. XAVIER



A Presidente, Assusete Magalhães, entrega ao Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto, diploma de reconhecimento pelos relevantes trabalhos desenvolvidos para a criação e implantação da UniCorp.

O objetivo do novo serviço é manter um canal de comunicação simples, ágil, pessoal e interativo com os públicos interno e externo, ao ouvir e responder prontamente questões administrativas ou encaminhar problemas para busca de soluções.

A Ouvidoria Administrativa foi concebida e estruturada no TRF 1ª Região de forma diferenciada e inovadora, pois não possui um corpo funcional específico. Seu funcionamento ocorre mediante plantão rotativo entre as unidades técnicas administrativas, no qual atuam como ouvidores os próprios diretores das áreas técnicas da Administração, sem que haja prejuízo de suas atividades cotidianas. O atendimento na Ouvidoria é realizado pessoalmente, por telefone ou por *e-mail* específico.

Parcerias estratégicas

Rede Infoseg: parceria tecnológica com órgãos do Judiciário

O TRF 1ª Região e o STJ assinaram, em 28/11/2007, o Acordo 19/2007 para cooperação técnica com intercâmbio de dados por meio eletrônico, em tempo real.

O acordo permitirá a integração das bases de dados das duas instituições, eliminando assim a necessidade do recadastramento de dados do processo pelo STJ, além de garantir a segurança, o sigilo e a integridade das informações.

O TRF 1ª Região foi o primeiro órgão, em âmbito federal, a firmar parceria com o STJ. O acordo firmado permite o aproveitamento das informações disponíveis nas bases de dados dos Tribunais, conferindo agilidade na recuperação dos dados que estão na base de dados do TRF, redução de recurso humano para efetivação do cadastramento dos processos e garantia de unicidade de dados entre o segundo grau e o STJ, além de servir como laboratório para implementar, em futuro próximo, de forma definitiva, o processo virtual, criando os meios tecnológicos para viabilizá-lo.

Inicialmente, o STJ poderá recuperar na base de dados do TRF informações como o número do processo, a data de autuação, o órgão julgador, o nome do relator do processo e o nome do advogado. Futuramente o TRF 1ª Região poderá beneficiar-se com a inclusão de peças jurídicas produzidas pelo STJ no sistema processual Juris.

LUIZ C. B. XAVIER



A Presidente, Assusete Magalhães, assina o Acordo, ao lado do Ministro Raphael de Barros Monteiro.

Protocolo Postal: nova forma de acesso do jurisdicionado aproxima ainda mais a Justiça da sociedade

O Tribunal disponibilizou à sociedade brasileira nova forma de acesso à Justiça, o Protocolo Postal, fruto da parceria do TRF com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Com o Protocolo Postal, as partes podem enviar, por meio de qualquer agência dos Correios do País, recursos e petições que tenham como destinatários quaisquer órgãos da Justiça Federal de primeiro e de segundo grau da Primeira Região.

A solenidade de lançamento do Protocolo Postal ocorreu no dia 12 de outubro, no Salão Nobre do Tribunal, com a assinatura do Protocolo de Intenções. Na ocasião, foi carimbado o selo comemorativo do lançamento do Protocolo Postal. A primeira obliteração foi feita pela Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães; a segunda, pelo Presidente do Conselho Federal da OAB, César Britto; a terceira, pelo Vice-Presidente, Desembargador Federal Carlos Olavo; a quarta, pelo Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva; e a quinta, pela Desembargadora Federal Neuza Alves. O Diretor da ECT entregou álbum que continha a peça filatélica lançada a cada um dos magistrados.

Essa iniciativa — regulamentada pela Resolução/Presi 600-12 de 08/10/2007, após aprovação

na sessão do Conselho de Administração realizada 04/10/2007 — faz parte do projeto de ampliação do Protocolo Descentralizado da Primeira Região, que teve início no Tribunal no ano de 1999, como parte do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos Processuais – Gedop. Na fase inicial, apenas o recebimento de petições de processos originários do Tribunal era descentralizado. Com o êxito de tal iniciativa, foi implantado, posteriormente, o protocolo eletrônico de petições diversas destinadas a processos em tramitação apenas no Tribunal, embora só se encontrasse disponível nas sedes das 14 Seções Judiciárias.

Com a nova fase proporcionada pelo Protocolo Postal, foram também descentralizadas as petições destinadas a todas as Seções e Subseções Judiciárias, ou seja, podem ser entregues de uma Seção Judiciária para outra, entre as Seções e Subseções e de uma Subseção Judiciária para outra.

O Protocolo Postal foi uma alternativa para a imediata descentralização do peticionamento, tendo em vista que as soluções eletrônicas relativas ao sistema processual e à interligação entre o TRF, as Seções e as Subseções Judiciárias requerida para a descentralização do protocolo judicial entre unidades da primeira instância estão previstas para 2009.

LUIZ C. B. XAVIER



Selos comemorativos do lançamento do Protocolo Postal.



LUIZ C. B. XAVIER

A Presidente, Assusete Magalhães, carimba a peça filatélica comemorativa do lançamento do Protocolo Postal.

Banco do Brasil viabilizou investimentos para melhor atender aos jurisdicionados

O Banco do Brasil é um dos grandes parceiros do Tribunal na melhoria e modernização da prestação jurisdicional.

Em 21/12/2006, foi assinado o Sexto Termo Aditivo ao Convênio 3/2004 — celebrado entre a União, por intermédio do TRF 1ª Região, e o Banco do Brasil — para viabilizar a implementação de vários projetos de interesse jurisdicional.

Esse aditivo proporcionou importantes investimentos, ao longo de 2007, tais como a aquisição de equipamentos de informática, destinados principalmente às Seções e Subseções Judiciárias, a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para a Assessoria de Comunicação Social e a aquisição de imóvel (terreno contíguo à Seccional do Maranhão).

Projeto Conciliação – adesão total na Primeira Região

A Primeira Região abriu as portas à conciliação, em 2006, para processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação em grau de recurso no Tribunal. No mesmo ano, os Juizados Federais também iniciaram a intensa participação no Projeto Concilia-

ção, buscando a transação em feitos diversos, com o propósito de reduzir o acervo em tramitação, a partir da triagem dos feitos e de audiências de conciliação.

Essas iniciativas também foram incrementadas com a total adesão da Primeira Região ao movimento Conciliar é Legal, empreendido pelo Conselho Nacional de Justiça, que promoveu, em 2007, a Semana Nacional de Conciliação.

O incentivo à cultura da harmonização de interesses entre as partes é o principal fim dos projetos de conciliação da Primeira Região, de modo que se solucionem as controvérsias com maior agilidade, redução de custos, satisfação das partes e pacificação social.

A busca por novas técnicas para solução de litígios, para alcançar maior celeridade processual, levou o TRF 1ª Região a promover dois seminários sobre conciliação. O primeiro ocorreu em Brasília/DF, em 2006. O segundo seminário foi realizado em 2007, em Teresina/PI, com enfoque especial à conciliação no JEF, reunindo mais de 100 participantes.

Impulsionado pelos excelentes resultados alcançados desde sua criação, o Projeto Conciliação manteve seu forte ritmo em 2007, tanto no Tribunal, com índice de acordos superior a 50%, como nos JEFs, onde foram homologados mais de 10.000 acordos.

Gráfico 1
Processos do Tribunal – Sistema Financeiro da Habitação
Acordos firmados

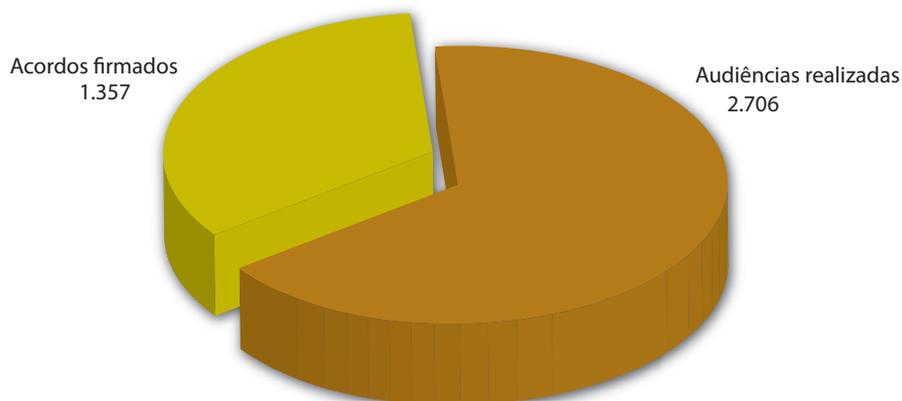
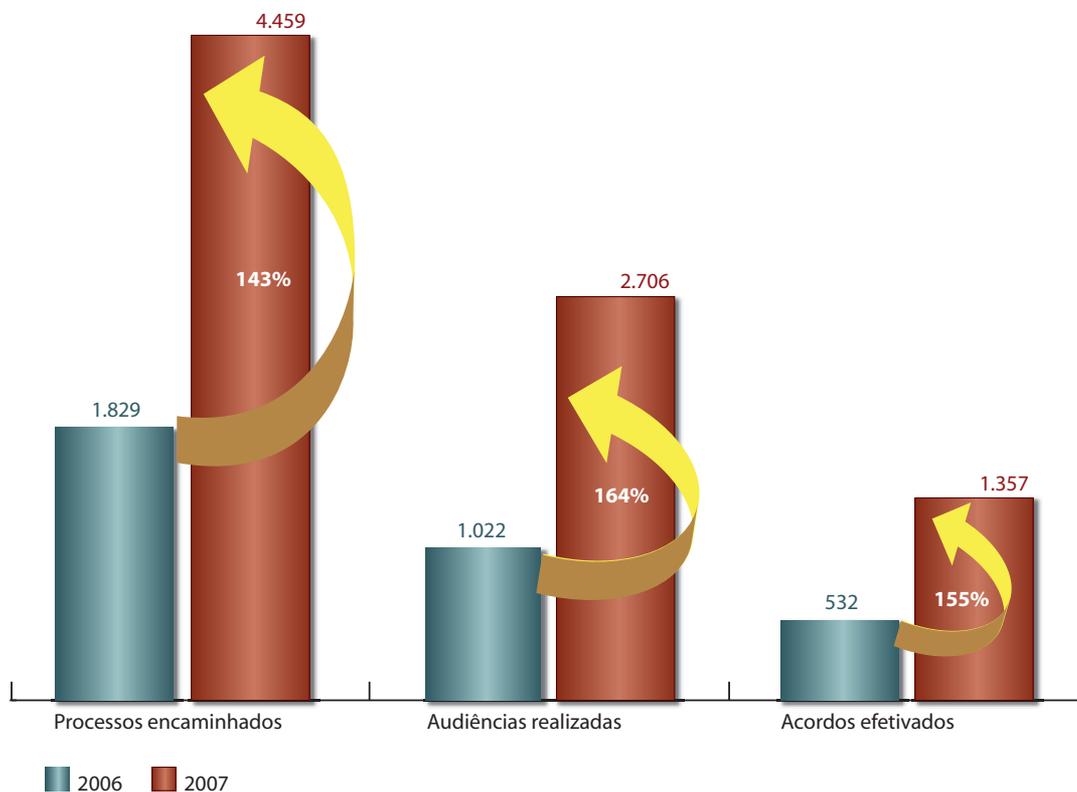


Gráfico 2
Evolução do Projeto Conciliação – 2007
Sistema Financeiro da Habitação – processos do Tribunal



Em 2007, a prática conciliatória tornou-se uma cultura na Justiça Federal, com as audiências de conciliação sendo feitas durante todo o ano. A visibilidade obtida em 2006 com o Movimento pela Conciliação, promovido pelo CNJ em parceria com os Tribunais, e os resultados dos Juizados Especiais Federais itinerantes (fluviais e terrestres) provocaram a aproximação da sociedade, sobretudo dos hipossuficientes, com o Judiciário.

Além do mais, desmistificou-se a idéia de que os entes públicos não podem transigir. Na atualidade, a Caixa Econômica Federal, a União, o INSS e as demais autarquias e empresas públicas federais compreenderam a importância da cultura da conciliação, inclusive para a redução dos custos operacionais da máquina administrativa e das dívidas estatais, bem como para a implementação das políticas públicas.

Para o jurisdicionado, a vantagem da conciliação é imediata e com reflexos para o futuro. Diminuiu-se, consideravelmente, o tempo de tramitação processual.

Para o Estado, as vantagens são indiscutíveis. Com a cultura da conciliação, realizam-se políticas públicas, levando desenvolvimento a regiões extremamente pobres, como é o caso das ações previdenciárias, especialmente nas áreas rurais. O acordo celebrado e homologado diminui o peso econômico da máquina estatal, pois cada dia de tramitação processual enseja elevados custos para o erário. Adicionalmente, o acordo reduz quase sempre os acréscimos legais, importando em redução da dívida.

Os Quadros 1 e 2 e os Gráficos 3 e 4 quantificam os resultados do Projeto Conciliação no âmbito da Primeira Região em 2007.

Quadro 1
Processos do Tribunal – Sistema Financeiro da Habitação
Audiências e acordos

SEÇÃO JUDICIÁRIA/SUBSEÇÃO	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS FIRMADOS	AUDIÊNCIAS/ACORDOS
Acre	25	9	36%
Amapá	2	2	100%
Amazonas	28	11	39,28%
Bahia	359	173	48,18%
Distrito Federal	320	167	52,18%
Goiás	549	260	47,35%
Maranhão	11	7	63,63%
Mato Grosso	274	96	35,03%
Minas Gerais	945	537	56,82%
Pará	119	67	56,30%
Piauí	20	14	70%
Rondônia	34	12	35,29%
Roraima			
Tocantins	20	2	10%
TOTAL	2.706	1.357	50,14%

Gráfico 3
Processos do Tribunal – Sistema Financeiro da Habitação
Comparativo dos percentuais de acordo (por Estado)

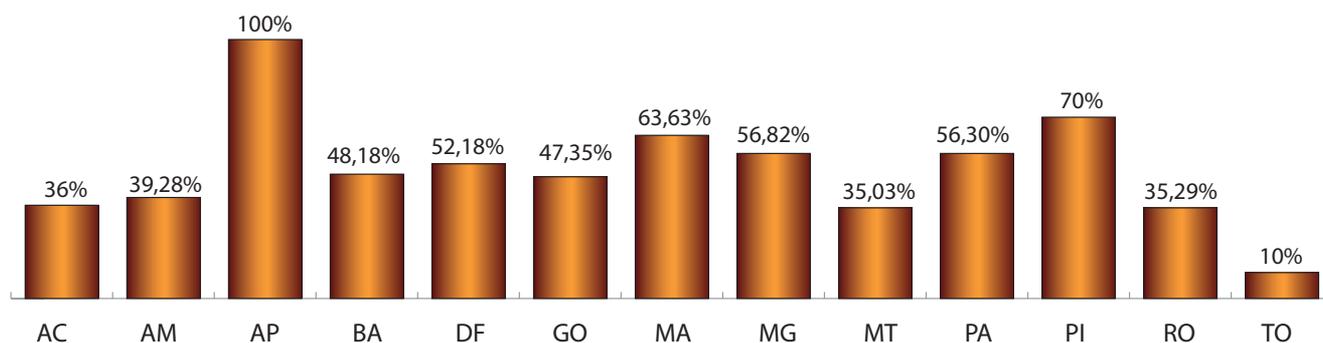
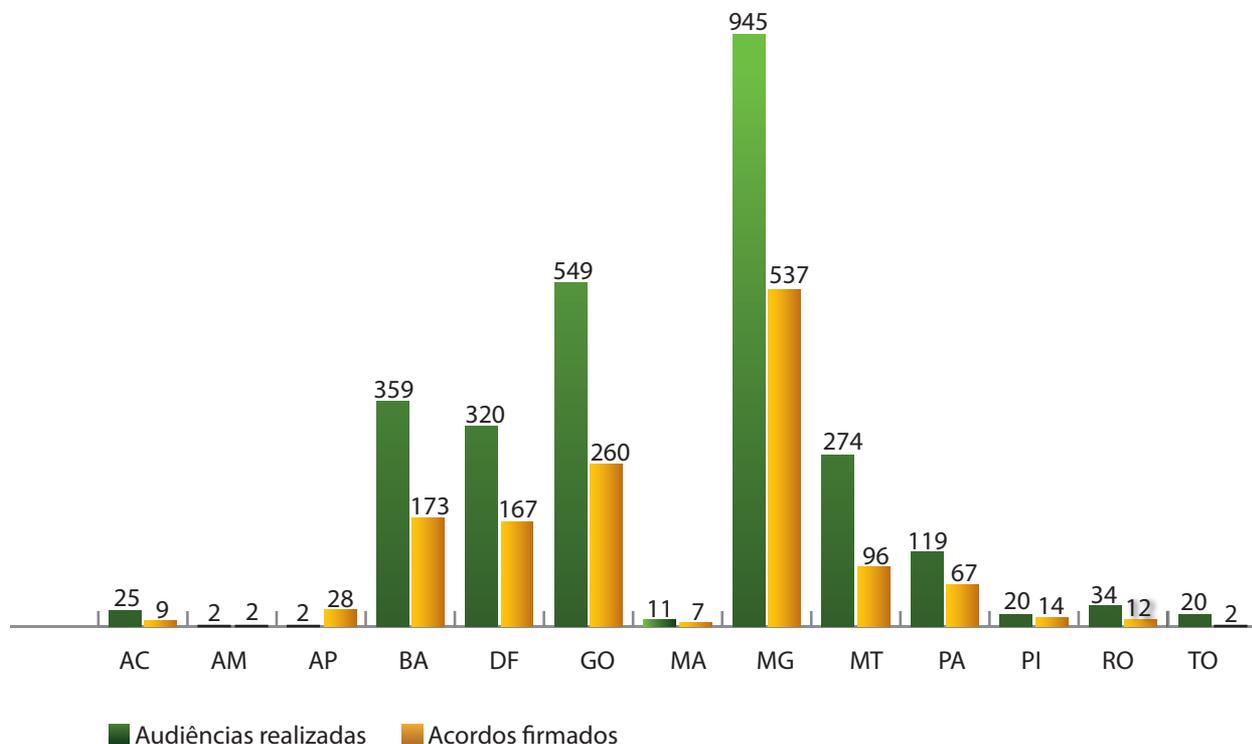


Gráfico 4
Processos do Tribunal – Sistema Financeiro da Habitação
Comparativo de audiências realizadas e acordos firmados (por Estado)



Movimento pela Conciliação

A participação da Primeira Região no Movimento pela Conciliação, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça na semana de 03 a 08/12/2007, trouxe excelentes resultados, espelhados no Quadro 2, com um índice de acordos de 70,44% nos processos do Tribunal, da primeira instância e dos JEFs. Segundo estatísticas preliminares do Conselho Nacional de Justiça, o índice de acordos resultantes de audiências na Semana Nacional da Conciliação, em 2007, em todo o País, atingiu a média de 42,42%.

Quadro 2
Movimento pela Conciliação/CNJ – 2007
Resultados da Primeira Região (SFH/varas comuns/JEFs) – período de 03 a 08/12/2007

AUDIÊNCIAS MARCADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS OBTIDOS	VALORES NEGOCIADOS	PESSOAS ATENDIDAS	PALESTRAS MINISTRADAS
6.945	6.157	4.337	R\$ 27.031.549,50	8.746	26

Participaram da Semana Nacional da Conciliação, em regime de esforço concentrado, os magistrados e servidores das 14 Seções Judiciárias e das 42 Subseções que integram a Primeira Região.

A abertura do evento foi iniciada pela Seccional de Minas Gerais e contou com a participação da Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Os valores negociados na Semana Nacional da Conciliação — cerca de 27 milhões na Primeira Região e mais de 340 milhões de reais em todo o Poder Judiciário brasileiro (Justiça Estadual, Federal e Trabalhista) — evidenciam os reflexos econômicos da efetividade do novo paradigma de Justiça.

Tais dados demonstram os excelentes resultados obtidos na conciliação de demandas com conteúdo econômico e apontam para os possíveis efeitos das práticas conciliatórias nas demandas sem conteúdo econômico direto, mas de altíssima relevância social, como, por exemplo, concursos públicos, ensino superior, direito de família.

Esses resultados tão positivos decorrem do empenho e da dedicação de mais de 100 magistrados federais e de mais de 300 servidores, que se prontificaram a participar do grande Movimento pela Conciliação, sem prejuízo de suas funções originárias e sem contraprestação pecuniária adicional.



MAURO PUTINI

A Presidente, Assusete Magalhães, e o Diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Juiz Federal Eduardo José Corrêa, recebem a Ministra Ellen Gracie na Justiça Federal mineira, onde é homenageada.

LUIZ C. B. XAVIER



O Coordenador do Projeto Conciliação do TRF, Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, em audiência de conciliação no Distrito Federal: mudança da cultura do litígio pela pacificação social.



LUIZ C. B. XAVIER

O Coordenador do Projeto Conciliação do TRF, o Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, entrega baixa de hipoteca à mutuária na Seção Judiciária do DF.

Convênios

Quadro 3
Convênios firmados

EMPRESA	ABRANGÊNCIA	CONVÊNIO/ PROCESSO ADMINISTRATIVO	OBJETO	VIGÊNCIA
Banco do Brasil	Primeira Região	4/2007 868/2007	Cessão de equipamentos em informática	16/10/2008
ECT	Primeira Região	5/2007 1571/1999	Protocolo Postal	31/10/2012

Quadro 4
Convênios firmados para os JEFs

UNIVERSIDADE	OBJETIVO
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC	Parceria entre o TRF 1ª Região e a UESC para instalação de Posto de Peticionamento do JEF para Ilhéus e Itabuna/BA
SJ/DF/ TJDFT/ Infraero/ UniCeub/ GDF	Posto Avançado do Juizado Especial do Aeroporto JK, em Brasília/DF
Universidade Federal de Viçosa – UFV	Parceria entre o TRF 1ª Região e a UFV para instalação de Posto de Avançado do JEF em Viçosa/MG
Faculdade do Oeste de Minas – Fadom	Parceria entre o TRF 1ª Região e a Fadom para instalação de Posto de Avançado do JEF em Divinópolis/MG

Sessões administrativas realizadas

Para a apreciação das alterações regimentais e matérias administrativas do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias, foram realizadas pelo Plenário, pela Corte Especial Administrativa e pelo Conselho de Administração um total de 52 sessões de julgamento, dirigidas pela Presidente e, em suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente. A realização dessas sessões resultou no julgamento de 533 processos, sendo 88 pelo Plenário, 291 pela Corte Especial administrativa e 154 pelo Conselho de Administração.

Quadro 5
Sessões administrativas realizadas

COLEGIADO	SESSÕES ORDINÁRIAS	SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
Plenário	6	2	8
Corte Especial Administrativa	22	2	24
Conselho de Administração	19	1	20
TOTAL	47	5	52

Fonte: Asmag.

Entre as diversas matérias apreciadas, além dos assuntos pormenorizados, tiveram especial destaque:

- indicação do Juiz Federal Francisco de Assis Betti para a vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima;
- eleição de desembargadores e juízes federais para comporem listas quintuplas para o Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público;
- homologação do resultado do XII Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região;
- alteração de Resolução/Presi 600-08/2004, para regulamentação da dispensa da jurisdição de origem para magistrados que integram as Turmas Recursais em Seções Judiciárias com quantidade de varas superior a 15;
- alteração da Resolução/Presi 600-17/2005, que define as jurisdições das unidades jurisdicionais da Primeira Região;
- aprovação de minuta de resolução sobre a designação de juízes federais substitutos para auxiliar os JEFs;
- aprovação de minuta de resolução para instalação da Terceira Turma Recursal de Minas Gerais;
- autorização de convênio dos JEFs com universidades em Ilhéus e Itabuna/BA, em Viçosa/MG e em Divinópolis/MG.

Atividades judicantes da Presidência

A Presidente do Tribunal tem sob sua responsabilidade grande diversidade de incumbências relativas à gestão e representação do Tribunal e da primeira instância. Não obstante, suas atividades judicantes não cessam com a investidura na Presidência.

Durante o ano, a Presidente realizou 104 audiências de distribuição ordinárias e 72 audiências de distribuição extraordinárias.

O Tribunal registrou, durante o ano, 6.803 processos de competência da Presidente. Consoante previsão regimental, as decisões sobre a admissibilidade de recursos especiais e extraordinários foram divididas com o Vice-Presidente do Tribunal, de acordo com a delegação de competência fixada na Portaria/Presi 100-259/2006.

A Presidente do Tribunal exarou 12.443 despachos e decisões judiciais. A maioria referiu-se aos recursos especiais e aos recursos extraordinários, dos quais 3.545 foram admitidos e 6.562 não admitidos.

A Presidente assinou 866 documentos, entre despachos e ofícios, relativos a informações em medidas cautelares e *habeas corpus*, bem assim no que diz respeito ao cumprimento de decisões tomadas pelas Cortes Superiores, comunicando-as aos eminentes relatores da Corte e aos juízos competentes, sempre que necessário.

Nos plantões judiciais realizados, a Presidente, Assusete Magalhães, proferiu 128 decisões e 62 despachos. Sob sua presidência, foram realizadas 11 sessões da Corte Especial Judicial.

Quadro 6
Presidência da Corte Especial Judicial

DESEMBARGADOR FEDERAL	QUANTIDADE DE SESSÕES
Assusete Magalhães – Presidente	11
Carlos Olavo – Vice-Presidente	7
Tourinho Neto – decano do Tribunal	2
TOTAL	20

Fonte: Cocse.

Comparecimento a audiências institucionais

DATA AUDIÊNCIA

16/02 Ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União, para tratar de assuntos relacionados à desapropriação dos imóveis para abrigar a Justiça Federal em Belo Horizonte/MG.

02/07 Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura, para tratar da cessão de imóvel para abrigar a sede da Subseção Judiciária de Itabuna/BA.

04/07 Por solicitação da Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Rodrigues, para firmar o acompanhamento do processo licitatório e da construção da nova sede do TRF 1ª Região. Compareceram à audiência o Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto, a Diretora da Secoi, Ionice de Paula Ribeiro, e o Diretor da Divisão de Compras, Marco Antônio França.



LUÍZ C. B. XAVIER

25/07 Célia Corrêa, Secretária do Orçamento Federal, para tratar de assuntos relacionados a recursos orçamentários para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

24/08 Ministro Raimundo Carrero, do Tribunal de Contas da União, para tratar de assunto relacionado ao edital de licitação para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

10/10 Deputado Federal José Pimentel, relator-geral do Orçamento, e Deputados Federais Geraldo Magela e Ciro Nogueira, para tratar de assuntos relacionados a recursos orçamentários para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

21/11 Deputado Federal Carlos Eduardo Cadoca, relator setorial do Orçamento, para tratar de assuntos relacionados a recursos orçamentários para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.



LUÍZ C. B. XAVIER

Deputado Federal Carlos Eduardo Cadoca, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do Tribunal, e Felipe dos Santos Jacinto, Diretor-Geral do TRF 1ª Região.

30/11 Ministro Raimundo Carrero, do Tribunal de Contas da União, para tratar de assunto relacionado à licitação para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

12/12 Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, Luiz Fernando de Almeida, acompanhado do Juiz Federal Eduardo Corrêa, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, e da Juíza Federal Cristiane Miranda Botelho, Diretora da Subseção Judiciária de São João del-Rei, para tratar da possibilidade de cessão de imóvel para abrigar a sede da Subseção Judiciária de São João del-Rei.

Visitas recebidas

DATA VISITANTE

- 06/02 Oscar Corrêa Júnior, advogado.
- 09/02 Juiz Federal Alexandre Vidigal, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal.
- Maria Soares Cordioli, Procuradora Regional da República.
- 12/02 Deputado Federal Mauro Lopes (PMDB/MG).
- 14/02 Juiz Federal José Alexandre Franco, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Pará.
- 16/02 Paulo Machado Guimarães, advogado.
- 16/02 Lideranças indígenas pataxós Hã-Hã-Hãe das aldeias Caramuru e Panelão, localizadas no Estado da Bahia, que pediram apoio à Presidente, Assusete Magalhães, para que fossem suspensas as três liminares deferidas pelo Juízo Federal da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista (BA), permitindo aos fazendeiros locais reintegração na posse das terras daquela região e a consequente desocupação da área pelos índios.

LUIZ C. B. XAVIER



- 02/03 Marco Antônio de Rezende Teixeira, Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte.

- 23/03 Governador do Piauí, José Wellington Barroso de Araújo Dias. Na ocasião, o Governador propôs parceria para o uso do espaço da antiga sede da Justiça Federal em Teresina, onde deverá funcionar um centro cultural de preservação da memória da Justiça Federal de primeira instância e uma exposição permanente sobre a origem do homem americano, com réplicas de fósseis, utensílios e pinturas rupestres.
- 29/03 Desembargador Federal Alberto Vieira da Silva, primeiro Presidente do TRF 1ª Região.



LUIZ C. B. XAVIER

Desembargador Federal Alberto Vieira da Silva, Felipe dos Santos Jacinto, Diretor-Geral do TRF 1ª Região, e Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região.

- 03/04 João Batista de Oliveira Filho, Procurador Regional da República aposentado.
- Thompson Flores, Vice-Presidente da OAB/DF.
- 09/04 Duciomar Gomes da Costa, Prefeito de Belém/PA.
- 25/05 Juiz Federal José Magno Linhares Moraes, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.
- 30/05 Paulo Alfredo Unes Pereira, Chefe da Defensoria Pública da União.
- 10/07 Presidente da Empresa Gestora de Ativos – Emgea, Walter Correia da Silva, que parabenizou a Presidente deste Tribunal pelo trabalho de incentivo ao Projeto Conciliação na Primeira Região referente aos processos oriundos do Sistema Financeiro da Habitação.

DATA VISITANTE

11/07 José Luís Gomes Rollo, Procurador Regional da Fazenda Nacional.

17/07 Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, Diretor da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG.

19/07 Deputado Federal João Leão (PP/BA), integrante da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

25/07 Embaixador da Itália no Brasil, Michele Valensise, em visita protocolar ao TRF 1ª Região. Na ocasião, foi entregue ao Embaixador medalha e diploma de visitante ilustre, destinados a personalidades que prestaram relevantes serviços ao Tribunal. A Embaixada tem oferecido, gratuitamente, cursos de língua italiana para aperfeiçoamento dos conhecimentos dos magistrados da Primeira Região.

13/08 Vice-Presidente do Tribunal Supremo de Moçambique, Juiz Conselheiro Luiz Filipe Sacramento, acompanhado dos Juízes Conselheiros Valentim Sambo, Chefe da Inspeção Judicial do Tribunal Supremo, e Ernesto Luis Cuambe, Chefe da Cooperação Internacional daquela Corte. O Chefe Adjunto da Assessoria de Relações Internacionais do Superior Tribunal de Justiça, Marcos Degout, acompanhou a visita da missão ao Tribunal para conhecer o funcionamento da Justiça Federal da Primeira Região.

14/08 Vice-Presidente do Tribunal Supremo de Moçambique, Juiz Conselheiro Luiz Filipe Sacramento, e sua comitiva ao Centro de Treinamento da Justiça Federal da Primeira Região – Centrejufe.

22/08 Deputados Federais Maurício Randes (PT/PE), ex-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); José Pimentel (PT/CE), relator da Comissão de Orçamento; Leonardo Picciani (PMDB/RJ), Presidente da CCJC, e Senador Romero Jucá (PMDB/RR), líder do Governo no Senado Federal. Na ocasião foram tratados assuntos relacionados à construção da nova sede do Tribunal.



LUIZ C. B. XAVIER

30/08 Deputado Federal José Múcio Monteiro (PTB/PE).

03/09 César Brito, Presidente do Conselho Federal da OAB.



MAURO PUTINI



LUIZ C. B. XAVIER

13/08 Juíza Federal Solange Salgado, Diretora do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal.

DATA VISITANTE

11/09	Diretoria do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.
12/09	Parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados: Deputados Federais Jofran Frejat (PR/DF), Bonifácio Andrada (PSDB/MG), Humberto Souto (PPS/MG), Gonzaga Patriota (PSB/PE), Roberto Magalhães (DEM/PE), além dos representantes dos Deputados Federais Geraldo Magela (PT/DF) e Tadeu Filipelli (PMDB/DF). O encontro tratou da viabilização de recursos para a construção da nova sede do Tribunal.
18/09	Deputado Federal Carlos Melles (DEM/MG); Prefeito de Passos, Nelson Jorge Maria; Prefeito de São Sebastião do Paraíso, Márcio da Silveira, e Juízes Federais Bruno Augusto Santos Oliveira, Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, Klaus Kuschel e André Prado Vasconcelos. O objetivo do encontro foi discutir a necessidade da construção da nova sede do Tribunal e os escassos recursos orçamentários para viabilizá-la.
26/09	Deputado Federal Flávio Dino, para tratar de assuntos relacionados a recursos orçamentários para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.
	Cláudio Sarian, Assessor Parlamentar do Tribunal de Contas da União.
	Juízes Federais Marcos Augusto de Souza e Marcus Vinícius Reis Bastos.
10/10	Marcus Vinícius Furtado Coelho, advogado da OAB/PI.
16/10	Deputado Federal Adilson Roveda (PR/PR).
	Roberto Policarpo Fagundes, Coordenador-Geral do Sindjus.
31/10	Deputado Federal Sandro Mabel (PR/GO).
06/11	Major Paulo Branco, Oficial do Departamento de Ensino para o Judiciário, do Ministério da Aeronáutica.

07/11 Antônio Carlos Biscaia, Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.



LUIZ C. B. XAVIER

Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Antônio Carlos Biscaia, e a Desembargadora Federal Assuete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região.

07/11 Visita da comitiva de advogados hondurenhos e do Vice-Presidente do Colégio de Advogados de Honduras, Denis Gallardo Funes. A visita integrou o Programa de Intercâmbio com o Colégio de Advogados de Honduras, organizado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Na ocasião, a Presidente do Tribunal explicou o funcionamento do Tribunal e sua jurisdição.

09/11 Guilherme Cassel, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, e Rolf Hackbart, Presidente do Incra.

04/12 César Brito, Presidente do Conselho Federal da OAB.

17/12 Mário Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai, e Antonio Marcos Guerreiro Salmeirão, Coordenador-Geral Federal da Funai.

19/12 Deputado Federal João Bacelar (PL/BA), para tratar de assuntos relacionados a recursos orçamentários para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

Participações nas sessões do Conselho da Justiça Federal

DATA	LOCAL E DECISÕES DE DESTAQUE
15/02	Sessão ordinária realizada na sede do Conselho da Justiça Federal – CJF, em Brasília/DF. Previamente ao julgamento dos processos em pauta, foi realizada a apresentação dos trabalhos da Comissão de Estudo para Padronizar a Plataforma Tecnológica de Informática no Âmbito da Justiça Federal – Cominf pela Juíza Federal Kátia Balbino e pelo Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CJF, Lúcio Melre da Silva. Na seqüência, entre os principais processos julgados, o Conselho aprovou, por unanimidade, o Processo 2007.16.0506, que tratava da proposta de regulamentação do Plano de Cargos e Salários – PCS do Poder Judiciário (Lei 11.416/2006).
16/03	Sessão ordinária organizada pelo Tribunal Regional Federal da Segunda Região, realizada em Angra dos Reis/RJ. Na ocasião, prestou-se homenagem aos Conselheiros Frederico Gueiros e Francisco Cavalcanti, então Desembargadores Presidentes do TRF 2ª Região e do TRF 5ª Região, respectivamente, procedendo-se à entrega de uma placa a ambos. A homenagem ocorreu por ocasião da última participação dos Conselheiros em reunião do Conselho como representantes máximos dos referidos TRFs.
27/04	Sessão ordinária realizada na sede do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, em São Paulo/SP. Durante a sessão, foi referendado, por unanimidade, o despacho do Ministro Presidente, mantendo a orientação traçada pelo Conselho da Justiça Federal para que sejam absorvidas pelo PCS do Poder Judiciário as decisões judiciais e administrativas editadas anteriormente a ele. Ao final dos julgamentos, o Ministro Fernando Gonçalves foi convidado a entregar a placa em homenagem à Desembargadora Federal Diva Malerbi, em virtude da conclusão de seu mandato como Presidente do TRF 3ª Região. Antes de encerrar os trabalhos, a Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região, convidou os membros do Conselho para a inauguração dos prédios da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG.
15/06	Sessão ordinária realizada na sede do CJF, em Brasília/DF. Destaque-se a aprovação, por unanimidade, da proposta de anteprojeto de lei de ampliação da composição dos TRFs, com conseqüente encaminhamento ao Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o Regimento Interno do Conselho. Foram prestadas homenagens ao Ministro Fernando Gonçalves e à Desembargadora Federal Maria Lúcia Luz Leiria, em virtude da conclusão dos mandatos como Coordenador-Geral da Justiça Federal e Presidente do TRF 4ª Região, respectivamente.
02/08	Sessão extraordinária realizada no CJF, em Brasília/DF. Na ocasião, foram referendadas, por unanimidade, as Resoluções 562, de 05/07/2007 (revoga o art. 2º da Resolução 527, de 19/10/2006, que regulamenta a atividade de conciliador nos JEFs), e 563, de 05/07/2007 (acrescenta dispositivo à Resolução 461, de 15/08/2005, a qual regulamenta a concessão de ajuda de custo e diárias no âmbito do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau). Antes de finalizar, prestou-se homenagem ao Ministro Felix Fischer, por sua última participação como membro daquele Colegiado.
31/08	Sessão ordinária realizada no CJF, em Brasília/DF. Durante os julgamentos, foi referendada, por unanimidade, a Resolução 566, de 14/08/2007 (dá nova redação aos arts. 3º e 4º da Resolução 387, de 23/08/2004, que dispõe sobre o instituto da remoção no âmbito da Justiça Federal de primeiro grau). Foram aprovadas também, por unanimidade, as propostas de resoluções que dispõem sobre os institutos do ingresso e enquadramento e ocupação de cargo em comissão e função comissionada no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, nos termos da Lei 11.416/2006 e da Portaria Conjunta 3 de 31/05/2007 do Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores.

DATA LOCAL E DECISÕES DE DESTAQUE

- 21/09 Sessão ordinária realizada na sede do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, em Recife/PE. Na ocasião, aprovou-se, por unanimidade, a proposta de resolução sugerindo modificações quanto ao instituto da remoção no âmbito da Justiça Federal de primeiro grau, nos termos da Lei 1.416/2006 e da Portaria Conjunta 3 de 31/05/2007 do Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores. Foi aprovada, ainda, por unanimidade, a proposta de concessão de auxílio-moradia a ocupante de cargo em comissão no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
- 29/10 Sessão ordinária realizada no Tribunal Regional Federal da Segunda Região, no Rio de Janeiro/RJ. Durante os julgamentos, aprovou-se, por unanimidade, a proposta de instituição da base de dados de jurisprudência dos JEFs.
- 26/11 Sessão ordinária realizada no CJF, em Brasília/DF. Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de alteração da Resolução 507, de 31/05/2006, que estabelece diretrizes para o tratamento de processos e investigações sigilosas ou que tramitem em segredo de justiça, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Aprovou-se também a proposta de alteração de dispositivos do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs. Ao final da sessão, o Ministro Aldir Passarinho Junior foi homenageado em virtude do encerramento de seu mandato como membro efetivo.
- 14/12 Sessão ordinária realizada no CJF, em Brasília/DF. Deram-se boas-vindas ao Ministro Paulo Gallotti, que, pela primeira vez, participou do colegiado como membro suplente. Entre os julgados, foi referendado, por unanimidade, o despacho que determinou a adequação da decisão do CJF de 29/06/2006 à deliberação do STF, reconhecendo o direito dos servidores aos juros sobre a URV (11,98%).

Solenidades institucionais da Primeira Região**DATA SOLENIDADE INSTITUCIONAL**

- 26/02 Instalação do Posto Avançado de Atendimento do JEF da Subseção Judiciária de Patos de Minas em Paracatu/MG.
- 06/03 Comemoração do primeiro aniversário da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG, instalada em 07/03/2006.
- 08/03 Comemoração do Dia Internacional da Mulher – Salão Nobre do TRF 1ª Região.
- 26/03 Entrega dos certificados de baixa de hipoteca de imóveis do Projeto Conciliação do Sistema Financeiro da Habitação — Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

- 27/03 Lançamento da campanha Justiça em Ação no Combate ao Tráfico de Drogas – Subseção Judiciária de Cáceres/MT.



MAURO PUTINI

DATA SOLENIDADE INSTITUCIONAL

30/03 Comemoração dos 18 anos do TRF 1ª Região – Brasília/DF.

LUIZ C. B. XAVIER



Desembargadores federais e convidados celebram o aniversário do Tribunal.

13/04 Sessão solene em homenagem ao Ministro José Arnaldo da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça – TRF 1ª Região.

07/05 Comemoração dos 15 anos da Seção Judiciária do Estado do Tocantins e posse da Diretoria do Foro – Palmas/TO.

08/05 Abertura do I Congresso Brasileiro de Serviços de Saúde do Poder Judiciário – Superior Tribunal de Justiça.

10/05 Inauguração das novas sedes da Justiça Federal – Belo Horizonte/MG.

ACERVO DA ASCOM



Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do Tribunal, e Juíza Federal Maria Edna Fagundes Veloso, Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

14/05 Inauguração das novas instalações da 6ª Vara do JEF e Turma Recursal e posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado do Amazonas – Manaus/AM.

15/05 Posse da Diretoria do Foro e entrega de baixa de hipoteca de imóveis do Projeto Conciliação do Sistema Financeiro da Habitação – Seção Judiciária do Estado do Pará.

18/05 Comemoração dos 15 anos de instalação da Seção Judiciária do Estado do Amapá e posse da Diretoria do Foro – Macapá/AP.

21/05 Posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG.

23/05 Comemoração dos 40 anos da instalação da Seção Judiciária do Distrito Federal – Brasília/DF.

25/05 Posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Brasília/DF.

28/05 Posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso – Cuiabá/MT.

01/06 Comemoração dos 15 anos de instalação da Seção Judiciária do Estado de Roraima – Boa Vista/RR.

04/06 Instalação da Ouvidoria Administrativa do TRF 1ª Região – Brasília/DF.

Envio do primeiro recurso extraordinário em versão eletrônica (e-RE) ao STF – Brasília/DF.

14/06 Abertura do I Encontro de Juízes Administradores de Foro da Primeira Região e homenagem ao Ministro Fernando Gonçalves – São Luís/MA.

20/06 Abertura do IX Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região e homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

DATA SOLENIDADE INSTITUCIONAL

- 21/06 Lançamento do Sistema de Processo Eletrônico no Supremo Tribunal Federal, com a distribuição dos primeiros recursos extraordinários eletrônicos encaminhados pelo TRF 1ª Região – Brasília/DF.
- 22/06 Encerramento do IX Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.
- 25/06 Posse dos juízes federais substitutos – Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.
- 29/06 Posse dos primeiros servidores aprovados no IV Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal do TRF 1ª Região – Brasília/DF.
- 06/07 Comemoração dos 20 anos de instalação da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.
- 10/08 Assinatura de convênio para instalação de posto de petição do JEF no Escritório Modelo da Universidade Estadual de Santa Cruz – Itabuna/BA.
- Comemoração dos 20 anos de instalação da Justiça Federal em Ilhéus/BA.
- 28/08 Entrega do projeto da nova sede do TRF 1ª Região, no escritório do arquiteto Oscar Niemeyer – Rio de Janeiro/RJ.
- 30/08 Posse do Diretor da Revista do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Hilton Queiroz – Brasília/DF.
- 31/08 Inauguração da Galeria de Coordenadores dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, no Edifício Cabo Frio – Brasília/DF.
- 05/09 Entrega de certificados de baixa de hipoteca de imóveis do Projeto Conciliação do Sistema Financeiro da Habitação – Seção Judiciária do Estado da Bahia.

- 17/09 Posse do Juiz Federal Francisco de Assis Betti no cargo de Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Brasília/DF.
- 05/10 Assinatura de convênio entre a Justiça Federal do Distrito Federal e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF para instalação de Posto Avançado do Juizado Especial Federal no Aeroporto de Brasília/DF.
- 05/10 Homenagem ao Desembargador Federal Plauto Ribeiro, aposentado do TRF 1ª Região.



LUIZ C. B. XAVIER

A Presidente, Assusete Magalhães, entrega o Grande Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria ao Desembargador Federal Plauto Ribeiro.

- 08/10 Inauguração do Posto do Juizado Especial Federal no Aeroporto de Brasília/DF.
- 15/10 Assinatura de convênio com a Universidade Federal de Viçosa/MG para a instalação do Posto de Atendimento do JEF da 32ª Vara de Belo Horizonte/MG.
- 17/10 Abertura do I Seminário sobre Conciliação nos Juizados Especiais Federais da Primeira Região – Teresina/PI.
- 19/10 Encerramento do I Seminário sobre Conciliação nos Juizados Especiais Federais da Primeira Região – Teresina/PI.
- 26/10 Implantação do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região* em formato eletrônico – Salão Nobre do TRF 1ª Região.

DATA SOLENIDADE INSTITUCIONAL

05/11 Posse do Desembargador Federal Cândido Ribeiro como Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região – Brasília/DF.

09/11 Descarte Central de Precatórios e Documentos Administrativos da Primeira Região – Brasília/DF.

Homenagem ao Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, aposentado do TRF 1ª Região.

LUIZ C. B. XAVIER



Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima recebe da Presidente, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, o Grande Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria.

12/11 Lançamento do Protocolo Postal de petições e recursos na Primeira Região, no TRF 1ª Região – Brasília/DF.

26/11 Lançamento da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – TRF 1ª Região.

LUIZ C. B. XAVIER



28/11 Assinatura de acordo de cooperação técnica para o intercâmbio eletrônico de dados e informações com o Superior Tribunal de Justiça – Salão Nobre do TRF 1ª Região.

03/12 Abertura da Semana Nacional da Conciliação, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG.



MAURO PUTINI

Da esquerda para a direita: Ministra Ellen Gracie, Presidente do STF e do CNJ; Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região, e Juiz Federal Eduardo José Correa, Diretor do Foro da SJ/MG.

03/12 Abertura da Semana Nacional da Conciliação, no Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região – Belo Horizonte/MG.

Abertura da Semana Nacional da Conciliação, com a presença da Presidente do STF e do CNJ, Ministra Ellen Gracie – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Assinatura de convênio com a Sociedade Educacional e Cultural de Divinópolis (Faculdades Integradas do Oeste de Minas – Fadom) para instalação do Posto Avançado de Atendimento do JEF da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG.

07/12 Comemoração dos 40 anos de instalação da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG.

DATA SOLENIDADE INSTITUCIONAL

- 10/12 Inauguração da Sede da Subseção Judiciária de Caxias/MA.
- 17/12 Descerramento de placas alusivas à reestruturação dos Edifícios Sede I e II e à reforma do Edifício Adriana – Salão Nobre do TRF 1ª Região.
- 21/12 Assinatura do contrato para construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, realizada na sala de reuniões da Presidência, com os representantes do consórcio composto pelas empresas Via Engenharia S.A., Construtora O.A.S. Ltda. e Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. – Brasília/DF.



LUIZ C. B. XAVIER

Participação em solenidades externas**DATA SOLENIDADE EXTERNA**

- | | |
|---|--|
| <p>28/02 Homenagem da Associação dos Magistrados Brasileiros ao Desembargador aposentado Régis de Oliveira e ao ex-Juiz Federal Flávio Dino, atualmente Deputado Federal pelo PC do B/MA – Brasília/DF.</p> | <p>18/03 Abertura do VIII Encontro de Magistrados Federais da Segunda Região – Rio de Janeiro/RJ.</p> |
| <p>07/03 Sessão solene em homenagem ao Ministro José Arnaldo da Fonseca no Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF.</p> | <p>09/04 Posse de Antônio Carlos Biscaia como Secretário Nacional de Justiça; de Rogério Favreto como Secretário da Reforma do Judiciário e de Mariana Tavares de Araújo como Secretária de Direito Econômico, no Ministério da Justiça – Brasília/DF.</p> |
| <p>09/03 Descerramento de placa em homenagem a Osiris Lopes Neto, na Procuradoria-Geral do Distrito Federal – Brasília/DF.</p> | <p>09/05 Posse de defensores públicos do Distrito Federal – Brasília/DF.</p> |
| <p>12/03 Transmissão de cargo na Advocacia-Geral da União – Brasília/DF.</p> | <p>22/05 Homenagens póstumas aos Ministros Adhemar Raymundo da Silva e Américo Luz, no Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF.</p> |
| <p>Comemoração do Dia Internacional da Mulher no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Brasília/DF.</p> | <p>23/05 Colóquio Internacional de Direito e Economia, no Supremo Tribunal Federal – Brasília/DF.</p> |

DATA SOLENIDADE EXTERNA

- 23/05 Posse do Desembargador Federal Napoleão Nunes como Ministro do Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF.
- 24/05 Lançamento da petição eletrônica certificada, no Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF.
- 25/05 Dia do Contribuinte, no Plenário da Câmara dos Deputados – Brasília/DF.
- 19/06 Despedida do Ministro Fernando Gonçalves dos cargos de Coordenador-Geral da Justiça Federal, de Diretor do Centro de Estudos Judiciários e de Presidente da Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, no Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF.
- 28/06 Homenagem ao Ministro Carlos Mário Veloso, no Supremo Tribunal Federal – Brasília/DF.
- 06/08 Posse de advogados da União, na Advocacia-Geral da União – Brasília/DF.
- 15/08 Abertura do Seminário Brasileiro O Futuro da AGU, sobre Advocacia Pública Federal – Brasília/DF.
- 22/08 Abertura do Congresso Brasileiro de Direito Administrativo – Brasília/DF.
- 12/09 Homenagem ao Ministro Fernando Gonçalves pelos 50 anos de serviços prestados à Administração Pública, no Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF.

- 14/09 Homenagem ao Ministro Sepúlveda Pertence, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG.
- 26/09 Abertura do Congresso sobre Gestão de Custos na Administração Pública, no Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF.
- 27/09 Homenagem ao Ministro Nelson Jobim, no Supremo Tribunal Federal – Brasília/DF.
- 27/09 Comemoração dos 35 anos da Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe – Brasília/DF.
- 04/10 Posse dos Ministros Pedro Paulo Teixeira Manus, Fernando Eizo Ono e Guilherme Augusto Caputo Bastos, no Tribunal Superior do Trabalho – Brasília/DF.
- 30/10 Lançamento do *Diário da Justiça Eletrônico do Superior Tribunal Militar* – Brasília/DF.



LUIZ C. B. XAVIER

- 21/11 Aposição de foto do Ministro Fernando Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, na Galeria de Coordenadores-Gerais do Conselho da Justiça Federal – Brasília/DF.
- 12/12 Posse dos Ministros Sidney Beneti e Jorge Mussi, no Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF.



Ministro Fernando Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, e Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região.

Palestras proferidas

DATA	TEMA E LOCAL
06/03	Os Desafios da Justiça Federal no Século XXI – Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG.
28/04	O Papel da Justiça Federal no Atual Contexto Nacional – OAB/MG.
26/06	O Poder Judiciário Federal – Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, em Brasília/DF.
07/08	Os Novos Paradigmas da Justiça Federal e seus Reflexos no Processo Civil: conciliação e virtualização – Porto Velho/RO.
29/08	A Reforma do Poder Judiciário e os Novos Paradigmas da Justiça Federal – Faculdades Alves Faria, em Goiânia/GO.



ACERVO DA ASCOM

A Presidente discursou para um público de professores e alunos das Faculdades Alves Faria em Goiânia/GO, sobre o tema A Reforma do Poder Judiciário e os Novos Paradigmas da Justiça Federal.

05/09	A Realização da Justiça e a Responsabilidade Ético-Social – abertura do 5º Encontro Anual da Ajufer, em Salvador/BA.
-------	--



MAURO PUTINI

A Presidente, Assusete Magalhães, fala a juízes federais.

19/09	A Reforma do Poder Judiciário e os Novos Paradigmas da Justiça Federal – palestra da Jornada Jurídica – Universidade Estadual do Piauí, em Parnaíba/PI.
-------	---

Condecorações e homenagens recebidas

A Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, teve seu nome indicado em lista tríplice elaborada para escolha de Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ. A esta vaga concorreram ainda os Desembargadores Federais Benedito Gonçalves, do TRF 2ª Região, e Napoleão Nunes Maia Filho, do TRF 5ª Região.

A lista foi definida pelo Pleno do STJ, em eleição ocorrida em 10 de abril, entre 76 concorrentes à vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jorge Scartezini.

Dois dias após o pleito, a lista foi encaminhada ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, e, em seguida, ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

No dia 23 de abril, o Desembargador Federal Napoleão Nunes Maia Filho, do TRF 5ª Região, foi indicado pelo Presidente da República para ocupar a vaga.

DATA CONDECORAÇÃO E HOMENAGEM

21/04 Outorga da Medalha da Inconfidência pelo Governo do Estado de Minas Gerais – Ouro Preto/MG.



A Presidente do TRF 1ª Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, recebe medalha do Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves.

25/06 Outorga do Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, pela Secretaria Nacional Antidrogas do Ministério da Justiça, no Palácio do Planalto – Brasília/DF.

A Presidente, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, recebe diploma do Secretário Nacional Antidrogas e Secretário Executivo do Conselho Nacional Antidrogas, Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa.



LUÍZ C. B. XAVIER

DATA CONDECORAÇÃO E HOMENAGEM

31/08 Outorga da Ordem do Mérito de Dom Bosco, no Grau de Grande Cruz, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – Brasília/DF.



17/10 Outorga da Medalha da Ordem Estadual do Mérito Renascença do Piauí pelo Governo do Estado do Piauí – Teresina/PI.



13/09 Outorga do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alckmin pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG.



23/10 Outorga da Comenda da Ordem do Mérito Aeronáutico, no Grau de Comendador, pelo Ministério da Aeronáutica – Brasília/DF.

27/11 Outorga da Medalha Teófilo Otoni pelo Governo do Estado de Minas Gerais – Serro/MG.



Visitas e reuniões realizadas

DATA	ATIVIDADE
25/01	Reunião da Comissão de Obras com o escritório Oscar Niemeyer para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.
09/02	Reunião da Comissão de Obras para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.
05/03	Visita à Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG.
06/03	Visita à Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG.
21/03	Reunião com o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Juiz Federal Sérgio Tejada, e com a Secretária de Tecnologia da Informação do TRF 1ª Região para tratar da participação do Tribunal no projeto Recurso Extraordinário eletrônico (e-RE) – Brasília/DF.

MAURO PUTINI



Da esquerda para a direita: Juiz Federal Sérgio Tejada, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça; Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região; Felipe dos Santos Jacinto, Diretor-Geral do Tribunal, e Juiz Federal em auxílio à Presidência, Reynaldo Soares da Fonseca.

03/04	Reunião com a Coger, Cojef e Secin sobre a virtualização processual no âmbito da Primeira Região – Brasília/DF.
07/05	Reunião da Comissão de Obras para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.
09/05	Sessão do Conselho Deliberativo do Pro-Social.

29/05	Entrega de placa ao Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em agradecimento ao apoio em prol da aquisição das novas instalações da Justiça Federal em Minas Gerais, no Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF.
31/05	Apresentação do projeto da nova sede do TRF 1ª Região aos desembargadores federais – Plenário do TRF 1ª Região.
06/06	Entrega de placa ao Deputado Federal Gilmar Machado (PT/MG), em agradecimento ao apoio em prol da aquisição das novas instalações da Justiça Federal em Minas Gerais, na Câmara dos Deputados – Brasília/DF.



LUIZ C. B. XAVIER

DATA ATIVIDADE

15/06 Audiência pública para realização de concorrência para a construção da nova sede do TRF 1ª Região no Setor de Administração Federal Sul – Brasília/DF.

LUIZ C. B. XAVIER



19/06 Participação no Fórum da Justiça Federal sobre eficiência na aplicação de recursos públicos e responsabilidade ambiental, na Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Brasília/DF.

20/06 IX Encontro de Juizes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Belo Horizonte/MG.

03/07 Visita à Subseção Judiciária de Caxias/MA.

11/07 Sessão do Conselho Deliberativo do Pro-Social.

13/07 Reunião com a Comissão de Obras para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

16/07 Reunião Diagnóstico das Ações Coletivas, no Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais, em São Paulo/SP, onde representantes do TRF 1ª Região, da Secretaria da Reforma do Judiciário, da Justiça Federal da Terceira e Quarta Regiões e do Ministério Público Estadual e Federal reuniram-se com o propósito de fazer um mapeamento do impacto das ações coletivas no Poder Judiciário e identificar os principais problemas para a elaboração de propostas para o aperfeiçoamento da legislação processual.

23/08 Reunião com a Comissão de Obras para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

30/08 Reunião com a Comissão de Obras para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

05/09 Participação no V Encontro Anual da Ajufer – Salvador/BA.

12/09 Reunião com a Comissão de Obras para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

26/09 Reunião com a Comissão de Obras para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

10/10 Sessão do Conselho Deliberativo do Pro-Social.

15/10 Reunião para tratar de assuntos relacionados à abertura da Semana Nacional da Conciliação, em Belo Horizonte/MG, com os Juizes Federais Eduardo Corrêa, Sílvio Mourthè e Evaldo de Oliveira Fernandes, filho.

22/10 Reunião com a Comissão de Obras para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

24/10 Reunião com a Comissão de Obras para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

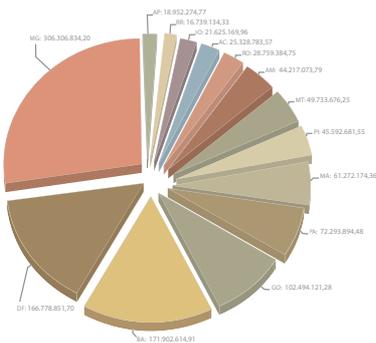
21/11 Sessão do Conselho Deliberativo do Pro-Social.

06/12 Reunião sobre Repercussão Geral na Admissibilidade de Recursos Extraordinários no Supremo Tribunal Federal – Brasília/DF.

12/12 Sessão do Conselho Deliberativo do Pro-Social.

ASRET

ASSESSORIA DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS



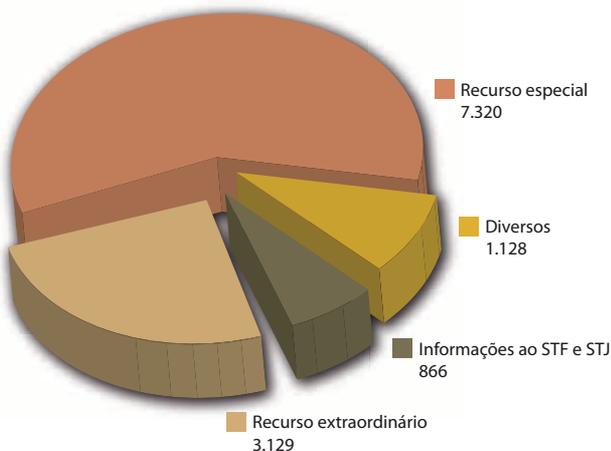
A Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – Asret, na função precípua de prestar assessoramento técnico e jurídico à Presidência do Tribunal em suas atividades judicantes, analisou as condições legais dos processos recebidos e avaliou as razões de urgência na admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, nos pedidos de suspensão de segurança e decisões em medidas cautelares incidentais.

No que concerne ao juízo de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários oriundos da Terceira e Quarta Seções e respectivas Turmas, analisou os feitos, pesquisou a legislação, a doutrina e a jurisprudência, o que resultou na emissão de decisões e despachos da ordem de 7.320 recursos especiais e 3.129 recursos extraordinários pela Presidência.

No tocante aos processos de suspensão de segurança, que têm como principal objetivo proteger o interesse público — e demandam grande urgência —, foram emitidas 57 decisões de deferimento e 65 de indeferimento, além de 21 decisões diversas e 119 despachos.

Gráfico 5

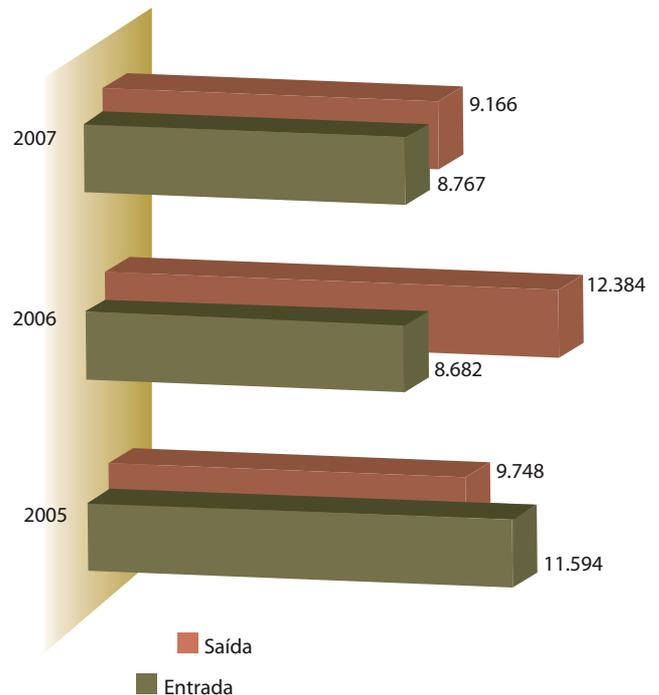
Decisões e despachos exarados segundo a natureza



Em 2007, a exemplo do desempenho do ano anterior, o volume de saídas de processos superou o de entradas, baixando o acervo da movimentação, conforme espelha o gráfico abaixo.

Gráfico 6

Movimentação de processos



A Asret é também responsável pelo assessoramento à Presidência no serviço de plantão judicial, durante os finais de semana e feriados e após o encerramento do horário de expediente do Tribunal, para apreciação de medidas urgentes. Nos plantões judiciais realizados, a Presidente, com o auxílio da Asret, proferiu 128 decisões e 62 despachos.

Virtualização de recursos extraordinários

A Asret, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, preparou o envio eletrônico dos primeiros recursos extraordinários (e-RE) para a base de dados do STF, consagrando o Tribunal, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais do País, como pioneiro nesse tipo de encaminhamento de recurso extraordinário ao STF.

Em solenidade realizada no TRF 1ª Região, em 4 de junho, a Presidente, Assusete Magalhães, enviou os cinco primeiros e-REs ao STF, como uma iniciativa de assegurar ao jurisdicionado a razoável duração do processo nas instâncias que percorre. O e-RE trouxe maior eficiência ao serviço judicial, abrindo a possibilidade de agilizar a movimentação processual e racionalizar o trabalho, gerando melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais. O Tribunal irá gradualmente substituir, após o desenvolvimento de todas as fases, o encaminhamento físico dos REs à Corte Superior de Justiça.

Coube ainda à Asret a digitalização de 181 processos com recursos extraordinários admitidos, para encaminhamento ao STF, resultando em economia de papel e preservação do meio ambiente. Segundo afirmou a Ministra Ellen Gracie, na solenidade de inauguração do e-STF, só em 2006 foram gastas 46 mil toneladas de papel com 23 milhões de processos que ingressaram na justiça naquele ano. Para demonstrar o impacto ambiental, revelou a Presidente do STF que a utilização desse papel representa o sacrifício de 690 mil árvores, o desmatamento de uma área de aproximadamente 400 hectares e o consumo de 1,5 milhão m³ de água, suficiente para abastecer uma cidade de 27 mil habitantes durante um ano.

Na oportunidade do lançamento do e-STF, de acordo com dados daquela Corte, dos 22 recursos extraordinários recebidos e distribuídos eletronicamente pelo STF, 21 foram enviados pelo TRF 1ª Região. O primeiro processo recebido na base de dados do STF foi o AMS 2005.38.00.022539-8.

Segundo informações da Secretaria de Comunicação Social do STF, no dia 22 de junho, um dia após o lançamento do sistema e-STF, foi julgado pelo Ministro Sepúlveda Pertence o primeiro recurso extraordinário por meio eletrônico (RE 551476), contra decisão do TRF 1ª Região.



LUIZ C. B. XAVIER

A Presidente, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, acompanhada do Chefe da Asret, Manoel Maia Jovita, envia os primeiros recursos extraordinários eletrônicos ao Supremo Tribunal Federal.

Repercussão geral

Com a edição da Lei 11.418/2006, o recorrente, no recurso extraordinário, passou a ter a obrigação de demonstrar, em preliminar de recurso, a existência de repercussão geral para apreciação exclusiva do STF. Essa exigência se aplica aos recursos extraordinários contra decisões cuja intimação tenha ocorrido a partir da data de publicação da Emenda Regimental 21 – STF, de 03/05/2007.

Estabeleceu-se, também, na referida lei, que cabe ao tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando-se os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

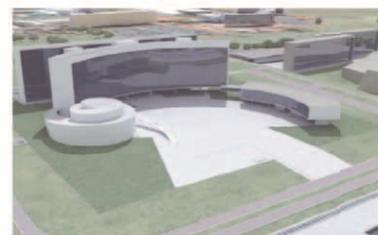
Assim, a Presidente do Tribunal encaminhou ao Supremo Tribunal Federal quatro recursos representativos da controvérsia e sobrestou, na Coordenadoria de Recursos do Tribunal, 147 recursos.

Quadro 7
Processos analisados

NATUREZA	TOTAL
Recurso extraordinário admitido	1.062
Recurso especial admitido	2.483
Recurso extraordinário não admitido	1.739
Recurso especial não admitido	4.823
Despacho diverso proferido	470
Decisão diversa proferida	129
Recurso especial adesivo não admitido	14
Decisão em plantão	128
DESPACHO EM PLANTÃO	62
Suspensão de segurança deferida	57
Suspensão de segurança indeferida	65
Decisão diversa em suspensão de segurança	21
Despacho diverso em suspensão de segurança	119
Agravo regimental prejudicado	27
Agravo regimental provido	2
Agravo regimental não provido	6
Agravo regimental não conhecido	1
Embargos de declaração acolhidos	3
Embargos de declaração rejeitados	36
Embargos de declaração não conhecidos	2
e-RE encaminhado para o Supremo Tribunal Federal – via Corec	181
Recurso extraordinário admitido – sobrestado na Corec	147
Informações por ofício ao STF e STJ	866
TOTAL	12.443

ASESP

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA



A Assessoria Especial da Presidência – Asesp tem como competência básica promover a articulação do Tribunal com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados, bem como acompanhar, conforme determinação da Presidente, assuntos de interesse do Tribunal, em andamento, no Poder Executivo Federal e no Governo do Distrito Federal.

Visando à continuidade do cumprimento dos seus objetivos, a Asesp providenciou o encaminhamento e acompanhamento de proposições de interesse do Tribunal no âmbito da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, inclusive no que se refere à apresentação de emendas; acompanhou a Presidente do Tribunal nas audiências com parlamentares e encaminhou aos órgãos competentes os pleitos solicitados durante os encontros, bem como assessorou a Presidente e demais dirigentes deste Tribunal nas relações com o Poder Legislativo.

Café-da-manhã com o Deputado Federal Flávio Dino (PC do B/MA), em 26/09/2007



Da esquerda para a direita: Assessora Especial da Presidência, Helga Ferraz Jucá; Deputado Federal Flávio Dino e Presidente do Tribunal, Desembargadora Federal Assusete Magalhães.

São diversos projetos de lei que tratam de assuntos relacionados a servidor público, magistrados, alteração da legislação penal, internet, entre outros, em tramitação no Congresso Nacional, na Câmara dos

Deputados e no Senado Federal. A seguir foram relacionados os principais projetos de lei, com as respectivas ações realizadas em 2007.

Poder Judiciário

- PEC 406/2001: acrescenta o § 5º ao art. 103 da Constituição Federal. Autoriza o Supremo Tribunal Federal, nos casos de incidente de constitucionalidade, para a ação direta de inconstitucionalidade, a suspender todos os processos para proferir decisão que verse exclusivamente sobre matéria constitucional, alterando a Constituição Federal. Por desmembramento da PEC 382/2001. Tramitando na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 11/09/2007 – CCJC – aprovado o parecer com complementação de voto contra os votos dos Deputados Zenaldo Coutinho e Regis de Oliveira. Apresentou voto em separado o Deputado Regis de Oliveira.
- PEC 544/2002: cria o Tribunal Regional Federal da Sexta Região, com sede em Curitiba/PR; da Sétima Região, com sede em Belo Horizonte/MG; da Oitava Região, com sede em Salvador/BA; da Nona Região, com sede em Manaus/AM, alterando o art. 27 do ADCT da Constituição Federal. Tramitando na Câmara dos Deputados.
- PL 4.694/2004: dispõe sobre a criação de cargos e funções no Conselho da Justiça Federal e na Justiça de primeiro e segundo grau e dá outras providências. Tramitando na Câmara dos Deputados.
- PL 5.829/2005: dispõe sobre a criação de 400 varas federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País e dá outras providências. Tramitando na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 14/11/2007 – CCP – encaminhado à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 15/11/2007, letra A.

- PEC 29/2000: introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. Volume XV. Reforma do Poder Judiciário. Origem: PEC 96/1992 – Câmara dos Deputados. Tramitando no Senado Federal.
 - ◆ Última ação: 05/02/2007 – devolvida após consulta. Em fase de arquivamento.
- PEC 50/2001: cria o Tribunal Regional Federal da Sexta Região. Iniciada no Senado Federal.
 - ◆ Última ação: 23/03/2007 – arquivada.
- PEC 230/1995: dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da Sexta Região, com sede em Curitiba/PR; da Sétima Região, com sede em Belo Horizonte/MG; da Oitava Região, com sede em Salvador/BA; da Nona Região, com sede em Manaus/AM. Iniciada na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 31/01/2007 – arquivada nos termos do art. 105 do Regimento Interno.
- PEC 358/2005: altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A e dá outras providências. Iniciada na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 02/02/2007 – CCP – encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial publicado no DCD de 02/02/2007, letra B.

Juizados Especiais Federais

- PL 6.954/2002: altera a competência funcional dos Juizados Especiais cíveis regulada no art. 3º da Lei 9.099, de 26/09/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais cíveis e criminais e dá outras providências, determinando que o Juizado Especial cível tem competência funcional obrigatória para conciliação e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a R\$ 4.800,00. Reforma Processual Civil. Tramitando na Câmara dos Deputados. Origem: PLS 520/1999.

- ◆ Última ação: 11/04/2007 – CCJC – aprovado por unanimidade o parecer.
- PL 3.629/2004: altera o art. 23 da Lei 10.259, de 12/07/2001. Prorroga por até cinco anos a autorização para que o Conselho da Justiça Federal limite a competência dos Juizados Especiais cíveis. Tramitando na Câmara dos Deputados.

Conselho Nacional de Justiça

- PL 7.560/2006: dispõe sobre o pagamento de retribuição pecuniária aos membros do Conselho Nacional de Justiça e aos juizes auxiliares. Revoga a Lei 11.365/2006. Tramitando na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 10/12/2007 – CFT – parecer do relator, Deputado Federal José Pimentel, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Magistrados

- PEC 50/2003: modifica a Constituição Federal, para denominar desembargadores federais os membros dos Tribunais Regionais Federais. Tramitando no Senado Federal.
 - ◆ Última ação: 19/11/2007 – redistribuída ao Senador Jayme Campos para emitir relatório. Art. 84, § 2º, III, do RISF.
- PEC 37/2004: altera a redação da alínea *d* do inciso II do art. 93 da Constituição Federal, tornando obrigatória a promoção do juiz indicado pelo tribunal competente que figurar por duas vezes em lista de antiguidade. Tramitando no Senado Federal.
 - ◆ Última ação: 09/08/2007 – recebida o relatório do Senador Demóstenes Torres com voto pela rejeição da Emenda 5. Matéria pronta para a pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Alteração de legislação penal

- ▶▶▶ PL 3.473/2000: altera a parte geral do Decreto-Lei 2.848, de 07/12/1940, Código Penal, e dá outras providências. Tramitando na Câmara dos Deputados.
- ▶▶▶ PL 4.203/2001: altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 03/10/1941, Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. Iniciado na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 26/03/2007 – remessa ao Senado Federal por meio do Ofício 73/07/PS-GSE.
- ▶▶▶ PL 7.128/2002: altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 03/10/1941, Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. Origem: PLS 70/2002. Tramitando na Câmara dos Deputados.
- ▶▶▶ PL 7.129/2002: altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 03/10/1941, Código de Processo Penal, relativos ao interrogatório do acusado e à defesa efetiva. Origem: PLS 71/ 2002. Tramitando na Câmara dos Deputados.
- ▶▶▶ PL 7.130/2002: altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 03/10/1941, Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. Origem: PLS 72/2002. Tramitando na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 17/07/2007 – indeferido o pedido do Deputado Enio Bacci pelo desarquivamento desta proposição constante do REQ 1.348/2007 e do REQ 1/2007 CFT, porquanto a proposição não foi arquivada. Tramitando na Câmara dos Deputados.
- ▶▶▶ PL 7.132/2002: dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio e contra os costumes e dá outras providências. Origem: PLS 106/2002. Tramitando na Câmara dos Deputados.
- ▶▶▶ PL 7.133/2002: altera a Parte Geral e os arts. 157, § 2º, I, 158, 329 e 334 do Decreto-Lei 2.848, de 07/12/1940, Código Penal, e dá outras provi-

dências. Altera os arts. 85 e 86 da Lei 9.099, de 26/09/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais cíveis e criminais e dá outras providências. Tramitando na Câmara dos Deputados.

Arquivamento de processos judiciais

- ▶▶▶ PL 2.161/1991: dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais. Tramitando na Câmara dos Deputados.

Lei da Mordaza

- ▶▶▶ PLC 65/1999: altera dispositivos da Lei 4.898, de 09/12/1965, regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade, com a redação dada pelas Leis 6.657, de 05/06/1979, e 7.960, de 21/12/1989, que dispõem sobre prisão temporária; da Lei 8.429, de 02/06/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências; da Lei 7.347, de 24/07/1985, que disciplina a ação pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado), e dá outras providências. Lei da Mordaza. Origem: PL 2.961/1997. Iniciado no Senado Federal.
 - ◆ Última ação: 20/03/2007 – arquivado.

Servidor público

- ▶▶▶ PEC 137/1999: estabelece limite para remuneração, subsídio, provento ou pensão, aplicável aos Três Poderes públicos e ao Ministério Público (subteto salarial). Tramitando na Câmara dos Deputados.
- ▶▶▶ PL 4.825/2005: dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração de subsídios dos servidores

públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata o art. 37, X, da Constituição, referente a 2005. Tramitando na Câmara dos Deputados.

- ◆ Última ação: 28/11/2007 – CFT – designado relator o Deputado Federal João Dado (PDT/SP).
- ▬ PEC 457/2005: altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao ADCT. Tramitando na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 31/05/2007 – PLEN – retirada de pauta de ofício.
- ▬ PEC 42/2003: altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao ADCT. Tramitando no Senado Federal.
- ▬ PLP 248/1998: disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável e dá outras providências. Tramitando na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 09/10/2007 – aprovado por unanimidade o parecer do relator, Deputado Federal Luciano Castro (PR/RR), pela rejeição das Emendas do Senado Federal.
- ▬ PLP 9/1999: dispõe sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Regulamenta o disposto nos §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal. Tramitando na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 09/10/2007 – apresentação da Mensagem 733/2007 do Poder Executivo, que solicita a retirada do Projeto de Lei Complementar 9/1999, em virtude da nova proposta apresentada ao Congresso Nacional pela Mensagem 664/2007.

Internet

- ▬ PL 4.906/2001: dispõe sobre o comércio eletrônico. Origem PLS 672/1999. Tramitando na Câmara dos Deputados.
- ▬ PL 7.316/2002: disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação. Tramitando na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 10/12/2007 – CDC – recebimento.

Indenizações devidas pela Fazenda Pública

- ▬ PEC 83/1999: acrescenta parágrafos aos arts. 100 e 184, modifica a redação do art. 225 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao ADCT, que dispõe sobre pagamento de indenizações devidas pela Fazenda Pública. Iniciada no Senado Federal.
 - ◆ Última ação: 28/03/2007 – arquivada.

Requisição de pagamento

- ▬ PL 5.760/2001: conceitua as obrigações de pequeno valor e disciplina o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório), dando nova redação ao art. 6º, e acrescenta o art. 10-A à Lei 9.469, de 10/07/1997, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional 30/2000, e o teor da Lei 10.099, de 19/12/2000, que altera a Lei 8.213, de 24/06/1991, regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal. Origem: PLS 255/2000. Tramitando na Câmara dos Deputados.
 - ◆ Última ação: 19/04/07 – CCJC – encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
- ▬ PLS 567/1999: regulamenta o *caput* e o § 3º do art. 100 da Constituição Federal. Fixa o valor para

o pagamento de créditos de natureza alimentícia. Iniciado no Senado Federal.

♦ Última ação: 02/03/2007 – arquivado.

Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA

Emendas aprovadas

► PLOA 30/2007. Tramitando na Câmara dos Deputados.

♦ Última ação: 06/11/2007 – aprovação de cinco emendas na CCJC:

- Justiça Federal da Primeira Região: sistema de interiorização da informática. Emenda no valor de R\$ 150.000.000,00;
- Conselho Nacional de Justiça: modernização da infra-estrutura da tecnologia da informação da Justiça brasileira. Emenda no valor de R\$ 101.000.000,00;
- Defensoria Pública da União: prestação de assistência jurídica ao cidadão. Emenda no valor de R\$ 100.000.000,00;
- Ministério Público Federal: implantação de procuradorias nas varas federais (90 unidades). Emenda no valor de R\$ 90.000.000,00;
- Tribunal Superior do Trabalho: modernização de instalações da Justiça do Trabalho Nacional. Emenda no valor de R\$ 60.000.000,00.

► Emenda de bancada

♦ Macapá/AP: construção da sede da Seção Judiciária.

- Juiz Federal João Bosco Costa Soares da Silva, Diretor do Foro; Senadores José Sarney PMDB/AP, Gilvam Borges PMDB/AP e Papaléo Paes PSDB/AP e todos os Deputados Federais representantes do Amapá.

► Emendas individuais

♦ Brasília/DF: construção do edifício que abrigará a nova sede do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

▪ Deputado Federal Jofran Frejat (PR/DF). Emenda no valor de R\$ 2.000.000,00.

♦ Campo Formoso/BA: construção da sede da Subseção Judiciária.

▪ Deputado Felix Mendonça (DEM/BA). Emenda no valor de R\$ 200.000,00.

▪ Deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA). Emenda no valor de R\$ 300.000,00.

▪ Deputado Severiano Alves (PDT/BA). Emenda no valor de R\$ 500.000,00.

♦ Feira de Santana/BA: construção da sede da Subseção Judiciária.

▪ Deputado Federal Colbert Martins (PMDB/BA). Emenda no valor de R\$ 370.000,000.

▪ Deputado Federal Fernando de Fabinho (DEM/BA). Emenda no valor de R\$ 200.000,00.

▪ Senador Antônio Carlos Júnior (DEM/BA). Emenda no valor de R\$ 150.000,00.

♦ Jequié/BA: construção da sede da Subseção Judiciária.

▪ Senador Antônio Carlos Júnior (DEM/BA). Emenda no valor de R\$ 150.000,00.

▪ Deputado Guilherme Menezes (PT/BA). Emenda no valor de R\$ 200.000,00.

▪ Deputado Federal Nelson Pellegrino (PT/BA). Emenda no valor de R\$ 200.000,00.

♦ Palmas/TO: construção da sede da Seção Judiciária.

▪ Senador Leomar Quintanilha (PMDB/TO). Emenda no valor de R\$ 200.000,00.

♦ Palmas/TO: construção do anexo da Seção Judiciária.

▪ Deputado Eduardo Gomes (PSDB/TO). Emenda no valor de R\$ 200.000,00.

▪ Senador João Ribeiro (PR/TO). Emenda no valor de R\$ 200.000,00.

▪ Senadora Kátia Abreu (DEM/TO). Emenda no valor de R\$ 400.000,00.

- Deputado Laurez Moreira (PSB/TO). Emenda no valor de R\$ 150.000,00.
- Deputado Vicentinho Alves (PR/TO). Emenda no valor de R\$ 200.000,00.
- ◆ Paulo Afonso/BA: construção da sede da Subseção Judiciária.
 - Deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA). Emenda no valor de R\$ 300.000,00.
- ◆ Sinop/MT: construção da sede da Subseção Judiciária.
 - Deputado Carlos Abicalil (PT/MT). Emenda no valor de R\$ 200.000,00.
 - Senador Jonas Pinheiro da Silva (DEM/MT). Emenda no valor de R\$ 100.000,00.

Emendas encaminhadas

- ◆ Altamira/PA: construção da sede da Subseção Judiciária.
 - Emenda no valor de R\$ 430.000,00.
- ◆ Juiz de Fora/MG: construção da sede da Subseção Judiciária.
 - Emenda no valor de R\$ 1.981.467,00.
- ◆ Manaus/AM: construção do anexo da Seção Judiciária.
 - Emenda no valor de R\$ 2.350.000,00.
- ◆ Rondonópolis/MT: construção da sede da Subseção Judiciária.
 - Emenda no valor de R\$ 772.663,00.
- ◆ Uberaba/MG: construção da sede da Subseção Judiciária.
 - Emenda no valor de R\$ 2.331.115,00.

Plano Plurianual – PPA

- ◆ PLN 16/2006: Mensagem 738/2006 da Presidência da República (31/08/2006). MCN 95/2006. Ementa: altera a Lei 10.933, de 11/08/2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004-2007.

Projeto de Lei de Revisão – PPA 2004-2007. Tramitando no Congresso Nacional.

- ◆ PLN 31/2007: dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011. Volume II – Projeto de Lei e Anexos. PPA – 2008/2011. Tramitando no Congresso Nacional.
 - ◆ Última ação: 06/12/2007 – Plenário — aprovada a redação final. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para a elaboração da redação final no prazo de três dias, nos termos do art. 151 da Resolução 1/2006 – CN. À sanção.
- ◆ Incluída no PPA 2008-2011 a obra de construção da sede do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em Brasília/DF.
 - ◆ Autor da emenda: Deputado Federal João Leão (PP/BA).

Lei Orçamentária Anual – LOA

- ◆ PLN 2/2006: dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências. Iniciado no Congresso Nacional.
 - ◆ Última ação: 02/01/2007 – transformado em norma jurídica. Com veto parcial. Lei 11.439/2006. Vetado parcialmente. Publicado no *DOU* de 29/12/2006. Sancionada em 29/12/2006. Republicado no *DOU*, Seção 2, de 03/01/2007.
- ◆ PLN 15/2006: estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007. Iniciado no Congresso Nacional.
 - ◆ Última ação: 12/04/2007 – transformado em norma jurídica com veto parcial da Presidência da República. Lei 11.451/2007. Vetado parcialmente. *DOU* de 08/02/2007. Sancionada em 07/02/2007.

- ◆ PLN 1/2007: altera os arts. 2º e 3º da Lei 11.439, de 29/12/2006, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007. Iniciado no Congresso Nacional.

- ◆ Última ação: 30/05/2007 – transformada em norma jurídica. Lei 11.477/2007. *DOU* de 30/05/2007. Sancionada em 29/05/2007. Inicia-se no Congresso Nacional.
- ▶ PLN 2/2007: dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências. Iniciado no Congresso Nacional.
 - ◆ Última ação: 14/08/2007 – transformado em norma jurídica com veto parcial da Presidência da República. Sancionada. Lei 11.514/2007. Vetoado parcialmente. *DOU* de 14/08/2007. Sancionada em 13/08/2007.
- ▶ PLN 3/2007: altera os itens I.2 e I.4 do Anexo V da Lei 11.451, de 07/02/2007. Tramitando no Congresso Nacional.
 - ◆ Últimas ações:
 - 08/11/2007 – aprovado o substitutivo. Rejeitado o destaque, ficando suprimido do texto o art. 2º. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para redação final. Leitura do Parecer 65/2007 – Comissão Mista de Orçamento, oferecendo a redação final da matéria. Aprovada a redação final. À sanção.
 - 24/12/2007 – transformada em norma jurídica. Sancionada. Lei 11.612/2007. *DOU* de 18/12/2007. Sancionada em 17/12/2007.
- ▶ PLN 30/2007: estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008. Orçamento de investimento. Quadros orçamentários consolidados. Detalhamento da programação. Detalhamento das ações (PLOA/2008). Tramitando no Congresso Nacional.
 - ◆ Última ação: 14/12/2007 – o Orçamento 2008 será votado na segunda semana de fevereiro de 2008.
- ▶ PLN 65/2007: altera o Anexo VII da Lei 11.451, de 07/02/2007. Alteração da LOA/2007. Tramitando no Congresso Nacional.

◆ Últimas ações:

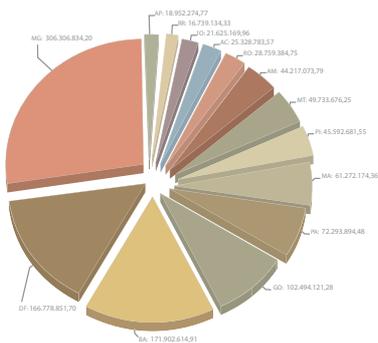
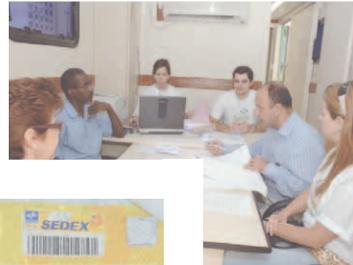
- 06/12/2007 – aprovado o substitutivo, sem debates.
- 04/01/2008 – transformado em norma jurídica. Sancionada. Lei 11.629/2008. *DOU* de 27/12/2007.

Quadro 8
Siglas utilizadas

SIGLAS	DESCRIÇÃO
PL	Projeto de lei
PLC	Projeto de lei da Câmara dos Deputados em tramitação no Senado Federal
PLS	Projeto de lei do Senado Federal
PEC	Proposta de emenda à Constituição
PLP	Projeto de lei complementar
PLN	Projeto de lei do Congresso Nacional
CCJR	Comissão de Constituição e Justiça e Redação
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CESP	Comissão Especial
CMPOF	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CTASP	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
MCN	Mensagem do Congresso Nacional
SSCL	Subsecretaria de Coordenação Legislativa
SSCLSF	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal
SSCLCN	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional

SEGEP

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA



A Secretaria-Geral da Presidência – Segep coube, em 2007, prestar assessoramento técnico e administrativo à Presidência, colaborando para a execução dos trabalhos, a integração entre as diversas áreas e unidades do Tribunal e o esclarecimento à opinião pública e à sociedade em geral.

O Secretário-Geral acompanhou a Presidente do Tribunal em solenidades oficiais e na recepção a autoridades, além de manifestar-se em diversos processos judiciais e administrativos submetidos a sua apreciação.

Sob a coordenação da Segep, foram realizadas as atividades de comunicação, representação, programação social e cultural e de consultoria em língua portuguesa, destacando-se as seguintes atividades.

Memória do Tribunal

Em atendimento à Meta 5 — Lançamento da 3ª edição da publicação *Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região* — do Programa de Metas – Biênio 2007-2008, foi instituída comissão, por intermédio da Portaria 600-115 de 14/05/2007, composta pelos servidores: Deyr José Gomes Júnior, Secretário-Geral da Presidência; Nádia Barbosa da Cruz Santana, Diretora da Divisão de Arquivo e Memória Institucional; Ana Cláudia Cordeiro Correia Lima, Diretora da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental; Andréa Balsini Ghisi, Chefe da Assessoria de Representação e Programação Social; Ivani Luiz de Moraes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social, e Benvolio Evangelista da Silva, Diretor da Divisão de Produção Editorial. A presidência da comissão coube ao Secretário-Geral da Presidência.

No desenvolvimento dos trabalhos, houve participação das unidades administrativas do Tribunal no fornecimento de informações e elaboração de textos e a participação constante de servidores das unidades envolvidas na comissão.

Para organizar e resguardar a história do Tribunal, a comissão buscou atualizar os dados constantes da 2ª edição, ampliar o escopo do livro e alterar o formato gráfico da publicação.

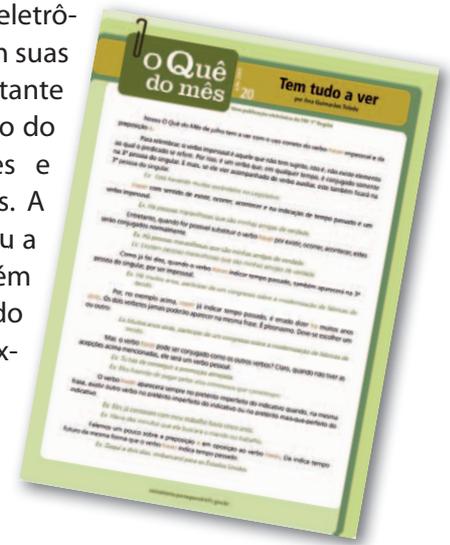
A publicação traz a história do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, apresentando, entre outros aspectos, a formação do corpo de magistrados, a evolução dos serviços administrativos, a ampliação da Corte decorrente do crescimento da demanda, gestão da informação, e o desenvolvimento da Justiça Federal de primeiro grau.

Consultoria em Língua Portuguesa

A Seção de Consultoria em Língua Portuguesa – Sepor revisou documentos assinados pela Presidência e deu prosseguimento ao projeto Consultoria em Língua Portuguesa, prestando atendimento especializado, *in loco*, a diversos gabinetes de desembargadores federais.

O atendimento para dirimir dúvidas de redação e gramática da língua portuguesa estende-se às unidades e aos servidores do Tribunal por meio de consultas telefônicas e via *e-mail* (consultoria.portugues@trf1.gov.br).

A publicação eletrônica *O quê do mês*, em suas 12 edições, foi bastante acessada pelo público do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias. A partir de 2007, passou a ser veiculada também na internet, buscando atender o público externo.



Quadro 9
Publicação *O quê do mês*

Mês	TEMA	AUTOR
Janeiro	Crase	Profa. Ana Toledo
Fevereiro	Assim seja	Prof. Renato Cunha
Março	Verbo restar	Profa. Ana Toledo
Abril	Seja concedida preferência	Prof. Samuel Nunes
Maiο	Senão ou se não? Vejamos	Profa. Ana Toledo
Junho	Enquanto o quê	Profa. Ana Toledo
Julho	Tem tudo a ver	Profa. Ana Toledo
Agosto	Acerca de	Profa. Ana Toledo
Setembro	Pronomes demonstrativos	Profa. Ana Toledo
Outubro	Eis que surge um eis que	Profa. Ana Toledo
Novembro	Gerúndio x gerundismo	Profa. Ana Toledo
Dezembro	Tautologia: o que é isso?	Profa. Ana Toledo

Representação e programação social

Por intermédio da Assessoria de Representação e Programação Social – Asrep, a Segep foi, ainda, responsável pela realização de solenidades oficiais e festivas; pela integração interna entre as diversas unidades do Tribunal e do Tribunal com as Seções e Subseções Judiciárias; pelo gerenciamento do espaço cultural do Tribunal e pela coordenação do Programa de Visitas de Estudantes.

Comunicação social

Por meio da Assessoria de Comunicação Social – Ascom, a Segep assessorou a Presidência e demais autoridades do Tribunal no que concerne à informação do público interno e externo; ao atendimento à imprensa e à cobertura jornalística, fotográfica, televisiva e radiofônica dos principais julgamentos, eventos e ações desenvolvidas pelo Tribunal e pela Primeira Região. Foram, ainda, produzidos programas e vídeos institucionais; *releases*, *clipping* diário e as publicações *Destaque do Dia*, *Destaque Especial*, *Destaque Extra*, *Destaque InfoJef* e da revista mensal *Destaque*.



Exibição de vídeo produzido pela Ascom para a solenidade de aniversário dos 18 anos do Tribunal.

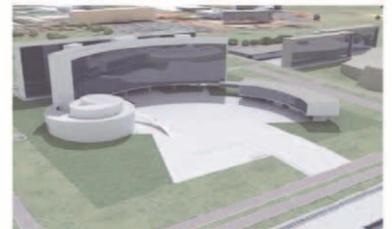


Equipes da Asrep e da Ascom na comemoração do Dia Internacional da Mulher.



ASREP

ASSESSORIA DE REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO SOCIAL



A Assessoria de Representação e Programação Social – Asrep executou e acompanhou com dinamismo ações voltadas à realização de solenidades e de eventos de integração, que promoveram a imagem do Tribunal.

Desenvolveu, ainda, a comunicação integrada entre esta Corte e as Seções Judiciárias, outros órgãos públicos e instituições privadas, bem como o trabalho de consultoria em relações públicas.

O ano de 2007 foi marcado pela realização de importantes eventos, que contaram com o apoio e a colaboração da equipe da Asrep:

- comemoração do 18º aniversário da Corte;

LUIZ C. B. XAVIER



Desembargadores federais e autoridades na solenidade do 18º aniversário do Tribunal.

- inauguração das novas sedes da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;
- abertura da I Mostra Justiça e Bem Viver;
- comemoração dos 40 anos de instalação da Justiça Federal em Minas Gerais;
- lançamento do Protocolo Postal e do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região* em formato eletrônico – e-DJF1.
- inauguração da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região;
- descerramento de placas alusivas à reestruturação dos Edifícios Sede I e II e à reforma do Edifício Adriana.

Relevante também foi a participação da As-



Aniversário de 18 anos. O bolo temático representa as 14 Unidades da Federação que integram a Primeira Região.

LUIZ C. B. XAVIER

essoria na cerimônia de lançamento do selo comemorativo da implantação do Protocolo Postal, resultado da parceria entre o TRF 1ª Região e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Asrep promoveu a atualização do *Indicador de Autoridades*, ferramenta de consulta rápida e segura, por meio da internet, de autoridades e instituições.

Posse de novo desembargador federal do Tribunal

A sessão solene de posse do Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, o mais novo integrante do TRF 1ª Região, registrou o grau de profissionalismo da Asrep na organização e na condução de eventos.

Encerramento do ano de 2007

Ficou a cargo da Asrep a coordenação dos seguintes eventos de final de ano:

- Missa de Natal, da qual participaram cerca de 200 servidores e vários magistrados;
- Concerto de Natal, que contou com a apresentação do Coral Habeas Cantus e de corais de diversas entidades públicas;

LUIZ C. B. XAVIER



Apresentação do Coral Habeas Cantus – TRF 1ª Região.

LUIZ C. B. XAVIER



Apresentação do Coral 10 – TRT 10ª Região.

- doação beneficente de Natal a 150 crianças do Lar Anjinhos Felizes;
- festa de encerramento de 2007 do TRF 1ª Região — E Vai Rolar a Festa —, que atingiu o objetivo de integrar os servidores.

Espaço Cultural

Desde sua criação, o Espaço Cultural do Tribunal Regional Federal da Primeira Região vem realizando várias exposições artísticas e eventos literários e culturais. Aproximadamente 5 mil visitantes percorreram as 14 exposições artísticas realizadas no ano.



LUIZ C. B. XAVIER

Na exposição Retorno, a artista plástica Evoá Ferreira e os Desembargadores Federais Antônio Ezequiel da Silva e José Amílcar Machado.

Merece destaque a inovação dada à I Mostra Justiça e Bem Viver, onde a Asrep organizou oficinas de mosaico, de pintura em tela e em blusa, bem aceitas e prestigiadas por servidores e seus familiares.

As exposições TRF Mix do Dia Das Mães e TRF Mix de Natal proporcionaram a servidores e convidados a oportunidade de divulgar seus trabalhos.



LUIZ C. B. XAVIER

Espaço cultural – TRF Mix do Dia das Mães.

Programa de Visitas – Bem-vindo ao TRF 1ª Região

O Programa de Visitas, além de manter a participação de magistrados e membros do Ministério Público em sessões de julgamento simulado, em interação com estudantes de ensino fundamental, expandiu suas atividades, contando com a colaboração de servidores de diversas áreas do Tribunal, que ministraram palestras e prestaram esclarecimentos sobre o funcionamento das unidades visitadas.

Destacaram-se em 2007 dois julgamentos simulados realizados por ocasião da I Mostra Justiça e Bem Viver e a visita de um grupo de advogados de Honduras, recebido pela Presidente, Assusete Magalhães, e pelo Juiz Federal Alexandre Vidigal.

O Programa de Visitas registrou o atendimento de cerca de 500 alunos dos cursos de Direito do Distrito Federal e de outros Estados da Federação, além de estudantes de escolas públicas de ensino fundamental. Os estudantes tiveram a oportunidade de acompanhar a realização de sessão de julgamento e os trâmites de processos julgados pela Casa, de assistir ao vídeo institucional Tramitação Processual na Justiça Federal e TRF 1ª Região e de conhecer as instalações de algumas unidades desta Corte.

LUIZ C. B. XAVIER



A Presidente, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, o Juiz Federal Alexandre Vidigal e autoridades do Tribunal recebem a visita de advogados de Honduras.



LUIZ C. B. XAVIER

Estudantes assistem a sessão de julgamento no Plenário.

Quadro 10

Solenidades e eventos na Primeira Região

DATA	NOME	LOCAL
26/02	Implantação do Posto Avançado de Atendimento do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Patos de Minas, em Paracatu, no Centro Educacional Hyarte – Faculdade Atenas	Paracatu/MG
28/02	Inauguração da nova sede do Juizado Especial Federal do Distrito Federal	Edifício Cabo Frio
06/03	Comemoração do aniversário de instalação da Subseção Judiciária de Governador Valadares, com a palestra A Justiça Federal da Primeira Região no Século XXI, proferida pela Presidente do TRF 1ª Região	Ilusão Esporte Clube
08/03	Dia Internacional da Mulher	TRF 1ª Região
26/03	Solenidade de entrega do Certificado de Baixa de Hipoteca do Projeto de Conciliação da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	SJ/MT

Solenidades e eventos na Primeira Região

DATA	NOME	LOCAL
27/03	Campanha Justiça em Ação no Combate ao Tráfico Internacional de Drogas, em Cáceres e região	Subseção Judiciária de Cáceres/MT
30/03	18º aniversário do Tribunal Regional Federal da Primeira Região	TRF 1ª Região
13/04	Outorga do Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria ao Ministro José Arnaldo da Fonseca	TRF 1ª Região
27/04	Inauguração do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal do Piauí	JEF da SJ/PI
10/05	Culto em homenagem ao Dia das Mães	TRF 1ª Região
10/05	Inauguração das novas sedes da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com descerramento de placas dos edifícios que compõem o Fórum Ministro Oscar Saraiva, entrega de placas e outorgas de comendas Grã-Cruz do Mérito Judiciário Milton Campos e de medalhas Justiça Século XXI	SJ/MG
11/05	Sustentação oral da UniDF	TRF 1ª Região
14/05	Inauguração das novas instalações do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas e transmissão do cargo de Diretor do Foro	SJ/AM
15/05	Comemoração dos 40 anos de instalação da Justiça Federal no Pará e transmissão do cargo de Diretor do Foro	SJ/PA
18/05	Posse do Diretor e Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia	SJ/BA
18/05	Comemoração dos 15 anos da Seção Judiciária do Estado do Amapá	SJ/AP
21/05	Transmissão do cargo de Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	SJ/MG
25/05	Transmissão do cargo de Diretor do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal	SJ/DF
28/05	Transmissão do cargo de Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	SJ/MT
01/06	Comemoração do 15º aniversário de instalação da Seção Judiciária do Estado de Roraima	SJ/RR
14 e 15/06	Primeiro Encontro de Juizes Administradores de Foro promovido pela Ajufer	São Luís/MA
15/06	Audiência pública 1/2007 — preliminar à contratação das obras e serviços da construção da nova sede do TRF 1ª Região	TRF 1ª Região
20 a 22/06	IX Encontro de Juizes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região — Alterações na Legislação Processual	Belo Horizonte/MG
25/06	Posse dos juizes federais substitutos	Auditório da Esmaf
06/07	Comemoração dos 20 anos de instalação da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG	Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG
25/07	Outorga da Medalha de Visitante Ilustre ao Embaixador da República Italiana no Brasil, Michele Valensise	TRF 1ª Região

Solenidades e eventos na Primeira Região

DATA	NOME	LOCAL
10/08	Comemoração dos 20 anos de instalação da Justiça Federal em Ilhéus e solenidade de instalação do Posto Avançado do Juizado Especial Federal na UESC	Subseção Judiciária de Ilhéus/BA e Universidade Estadual Santa Cruz
30/08	Posse do Diretor da Revista do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Hilton Queiroz	TRF 1ª Região
31/08	Inauguração da Galeria de Coordenadores dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região e aposição dos retratos dos Desembargadores Federais Selene de Almeida e Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	Edifício Cabo Frio
05/09	Entrega dos Certificados de Baixa de Hipoteca do Projeto de Conciliação, na Seção Judiciária do Estado da Bahia	SJ/BA
04 a 09/09	V Encontro Anual da Ajufer	Guarajuba/BA
17/09	Posse do Desembargador Federal Francisco de Assis Betti	TRF 1ª Região
05/10	Homenagem ao Desembargador Federal Plauto Ribeiro	TRF 1ª Região
05/10	Sustentação oral da UniDF	TRF 1ª Região
08/10	Implantação do Posto Avançado do Juizado Especial Federal no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília	Aeroporto Internacional de Brasília
11/10	Sustentação oral da UniDF	TRF 1ª Região
15/10	Assinatura do convênio entre o Tribunal Regional Federal da Primeira Região e a Universidade Federal de Viçosa	TRF 1ª Região
17 a 19/10	I Seminário sobre Conciliação nos Juizados Especiais Federais da Primeira Região	Teresina/PI
23 a 26/10	Abertura da I Mostra de Justiça e Bem Viver em comemoração ao Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil e do Dia do Servidor Público	Estação Cultura e Lazer – Praça dos Tribunais Superiores
26/10	Implantação do <i>Diário da Justiça Federal da Primeira Região</i> , em formato eletrônico	TRF 1ª Região
26/10	Julgamento simulado para crianças	TRF 1ª Região
05/11	Posse do Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, Desembargador Federal Cândido Ribeiro	TRF 1ª Região
09/11	Homenagem ao Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima	TRF 1ª Região
09/11	Solenidade de Descarte Central de Precatórios e Documentos Administrativos da Primeira Região	TRF 1ª Região
10/11	Sustentação oral da UniDF	TRF 1ª Região
12/11	Implantação do Protocolo Postal de petições e recursos na Primeira Região	TRF 1ª Região
19/11	Solenidade de inauguração da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região	TRF 1ª Região

Solenidades e eventos na Primeira Região

DATA	NOME	LOCAL
03 a 08/12	Semana da Conciliação/ Movimento pela Conciliação, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais	SJ/MG
07/12	Comemoração aos 40 anos de instalação da Justiça Federal de primeiro grau em Minas Gerais	SJ/MG
10/12	Inauguração da sede da Subseção Judiciária de Caxias	Subseção Judiciária de Caxias/MA
14/12	Missa de Natal e confraternização dos magistrados e seus familiares	TRF 1ª Região
17/12	Descerramento de placas alusivas à reestruturação dos Edifícios Sede I e II e à reforma do Edifício Adriana	TRF 1ª Região
18/12	IV Encontro de Corais – participação do Coral Habeas Cantus	TRF 1ª Região
19/12	E Vai Rolar a Festa – confraternização de Natal	TRF 1ª Região

Quadro 11

Programa de Visitas – Bem-vindo ao TRF 1ª Região

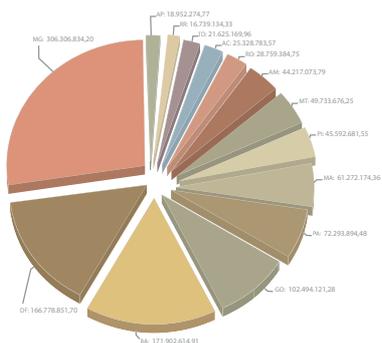
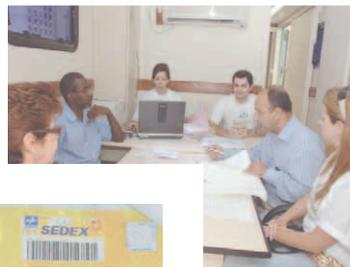
DATA	INSTITUIÇÃO	VISITANTES/ ESTUDANTES
18/04	Faculdade Alfa de Goiás	45
16/05	Faculdade Projeção	11
25/04	Faculdade UniPlan	18
30/04		22
20/03	UniCEUB	21
03/04		25
29/05		42
28/08		32
22/10		30
28/10		34
07/11		41
12/04	UniDF	45
12/09		41
27/06	Universidade Católica de Brasília	10
24/05	Universidade Federal de Ouro Preto/MG	44

Quadro 12
Exposições realizadas no Espaço Cultural do TRF 1ª Região

PERÍODO	EXPOSIÇÃO
05 a 17/03	Exposição comemorativa do Dia Internacional da Mulher, com os artistas plásticos Alessandra Alves Caixeta e Cláudio Borges Caixeta
26/03 a 03/04	Maravilhas do Cerrado: mandalas artesanais em madeira, dos artistas Zélia e Ge
16 a 27/04	Retorno, da artista plástica Evoá Ferreira – homenagem da artista plástica ao primeiro ano de gestão da Presidente, Assuete Magalhães
07 a 11/05	A Fonte, do fotógrafo Wilson Maccagnan – homenagem ao Dia das Mães
08 a 10/05	TRF Mix do Dia das Mães
21 a 31/05	Nonsense, da artista plástica Nilva Pawlowski
11 a 22/06	Manfil, do artista plástico Manoel de Andrade
30/07 a 10/08	Mix cultural Brasil & Índia, da artista plástica Shanta Rathie
20 a 31/08	Artes com Consciência e Justiça, do escultor Krishnamurti
10 a 21/09	Cores da Primavera, das artistas plásticas Norma Autuori e Rosemeire Silva
08 a 19/10	Arte e Terapia, das artistas Josiane Zanella, Cidinha Salomão e Esmeralda Guedes
05 a 16/11	Ciranda do Mosaico, dos artistas Clarissa Gennari, Cláudia Verônica, Fabiano Lopes, Gisele Daher, Margarete Medeiros, Odete Rodrigues, Rosângela Evangelista, Ruth Ataíde e Shirley Neves
26/11a 07/12	Caminhando, da artista plástica Linda Khord
10 a 19/12	TRF Mix de Natal

ASCOM

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



A Assessoria de Comunicação Social – Ascom realizou, em 2007, todas as atividades típicas de uma assessoria moderna. Fez uso dos recursos tecnológicos necessários e disponíveis para consecução de seu objetivo geral: o assessoramento à Presidência e às autoridades do Tribunal nas atividades relativas à imprensa. Promoveu ainda a imagem institucional, salvaguardando-a e informando o público interno e a opinião pública sobre os acontecimentos e atividades dos órgãos que compõem a Primeira Região.

Como grande parte dos trabalhos envolve áudio e vídeo, acrescentou-se a esta edição do Relatório de Atividades um DVD com uma seleção do acervo de matérias. As matérias disponíveis no DVD encontram-se identificadas com o símbolo . O Quadro 19 relaciona as reportagens que constam da mídia.

Entre as diversas atividades realizadas pela Ascom, destacaram-se: atender a imprensa; elaborar *releases*; disponibilizar matérias no *site* do Tribunal; acompanhar julgamentos; manter contato com os veículos de comunicação para divulgação de eventos e ações; realizar a cobertura jornalística, fotográfica, televisiva e radiofônica dos principais acontecimentos do TRF e da Justiça Federal da Primeira Região para veiculação nos informativos impressos, na TV e na Rádio Justiça; disponibilizar em videotape os eventos do Tribunal e das Seccionais na página

LUIZ C. B. XAVIER



Entrevista da Desembargadora Federal Assusete Magalhães em 28 de janeiro.

da Ascom; elaborar *clipping* diário e *mailing list* (lista de contatos de profissionais de imprensa); disponibilizar videoteca; produzir programas e vídeos institucionais; efetuar cópiagem de produtos em mídias diversas; prestar serviço de mensageiro para divulgação instantânea de informações urgentes.

No que diz respeito à mídia, um dos assuntos que mais despertou interesse foi a inauguração do Protocolo Postal , em novembro, que gerou reportagem no programa Via Legal.

Relacionamento com a imprensa

A Ascom, por meio de contatos diários com a imprensa nacional, prestou esclarecimentos sobre as principais decisões do Tribunal, de modo que assegurasse a fidedignidade das informações, intermediando os contatos dos jornalistas interessados com os desembargadores federais relatores dos processos, bem como acompanhou as sessões de julgamento para posterior divulgação das decisões relevantes.

Foram vários os processos julgados no Tribunal que despertaram o interesse da mídia, entre eles destacam-se:

- ▶ estudos de viabilidade da Usina Hidrelétrica de Belo Monte;
- ▶ indenização moral a jornalista torturado durante o regime militar;
- ▶ invasão da comunidade de quilombos na base de Alcântara, no Maranhão;
- ▶ continuidade das atividades comerciais da Cargill no Porto de Santarém;
- ▶ exigência de exame de HIV para admissão no serviço;
- ▶ hidrovía Paraguai-Paraná e Porto de Morrinhos;
- ▶ aquisição de controle acionário do BCN pelo Bradesco;
- ▶ requerimento de aquisição acionária formulado pela empresa TIM Brasil Serviços e Participações perante a Anatel;

- inclusão de companheiro homossexual como beneficiário em plano de saúde;
- reparação de vítimas do acidente com o Césio 137 pela União;
- caso dos pilotos do Legacy;
- transposição do Rio São Francisco.

Premiações

A reportagem Planejamento Estratégico Humanitário , realizada pela equipe de TV do TRF 1ª Região para o programa Via Legal, mostrando projeto desenvolvido em Uberaba/MG para dar mais agilidade na tramitação de processos de pessoas com doenças graves ou em estado de abandono e miséria, foi uma das cinco finalistas da 4ª edição do Prêmio AMB de Jornalismo, na categoria Jornalismo Nacional/Segmento TV, concorrendo com 327 trabalhos inscritos.

Novas ferramentas

➤ Destaque Especial

- ◆ Com o fim de divulgar textos sobre datas comemorativas de relevo, foi criado o *Destaque Especial*. Com isso, o já existente *Destaque Extra* ficou reservado à publicação de matérias relativas a recursos humanos e comunicados de extrema relevância.

➤ Destaque InfoJef

- ◆ Esta publicação veio atender demanda pela divulgação das principais ações dos Juizados Especiais Federais – JEFs da Primeira Região. O impresso recebeu logomarca própria e possui circulação quinzenal.



➤ Videomail

- ◆ Foram produzidos quatro *videomails*, ferramenta que permite à Presidente do Tribunal enviar mensagens em vídeos, por meio do correio eletrônico, para todos os magistrados e servidores.

Jornalismo on-line

A Assessoria divulgou, permanentemente, na página eletrônica do Tribunal (internet e intranet), matérias destinadas ao público interno, à imprensa em geral e ao público externo — decisões, notícias sobre concurso público, projetos e ações com repercussão sobre o jurisdicionado, notícias de utilidade pública e de interesse social.

O serviço de mensageiro mostrou-se eficiente instrumento de divulgação. Sempre que solicitado o serviço, a Ascom enviou para a tela de todos os computadores do Tribunal pequenos comunicados urgentes relativos a assuntos como falta de energia, desligamento de equipamentos de informática, perences encontrados pela área de segurança, veículos com vidros abertos ou mal estacionados.

Quadro 13
Atividades de jornalismo on-line

TIPO	QUANTIDADE
Internet	443
Intranet	1.036
Mensageiro	2 notícias por dia útil, em média

O *clipping* — publicação que reúne matérias jornalísticas divulgadas pelos mais importantes veículos impressos do País sobre o TRF e a Justiça Federal da Primeira Região — foi disponibilizado para as Seções Judiciárias por meio de senhas para criação de *clipping regional*. Foram também incluídos novos veículos no rol de pesquisa, tornando o serviço de cobertura ainda mais abrangente.

Periódicos

A nova revista *Destaque*

Em 2007, a revista *Destaque* passou por mudanças significativas de conteúdo e apresentação gráfica. De periodicidade mensal, circulou com mais de 40 páginas, em média, tendo sua tiragem ampliada para 2.500 exemplares.

Veículo moderno, tratou com profundidade os principais acontecimentos do TRF e das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região, com o intuito de ampliar o interesse de seu público-alvo.

Foram frutos da mudança na linha editorial da revista *Destaque* as seções Especial — composta por reportagem de cunho mais abrangente, que extrapola a esfera institucional — e Ponto de Vista — onde o leitor pode conferir as idéias de servidores, prestadores de serviço e estagiários da Primeira Região. As capas das edições também passaram por adequações. Optou-se pela utilização de conceitos semióticos, como, por exemplo, os ícones, que, além de dar um caráter mais moderno à revista, remetem o leitor às idéias centrais das matérias.

Em suas 12 edições, produzidas ao longo do ano, a revista trouxe como temas centrais:

- ▶ Um Caminho para a Pacificação Social;
- ▶ Programa de Metas da Justiça Federal da Primeira Região;
- ▶ Tribunal Regional Federal da Primeira Região – 18 anos de história;
- ▶ Ética;
- ▶ Meta Alcançada – Seção Judiciária de Minas Gerais inaugura três novas sedes em Belo Horizonte;
- ▶ Envio Eletrônico de Recurso Extraordinário é Marco na História da Justiça Brasileira;
- ▶ Crimes Cibernéticos;
- ▶ Acesso à Justiça Federal;
- ▶ Nova Sede para o TRF 1ª Região;

- ▶ Lançado Oficialmente o e-DJF1;
- ▶ Universidade Corporativa;
- ▶ Semana da Conciliação.



Quadro 14 Publicações periódicas

PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE DE EXEMPLARES	PERIODICIDADE
<i>Destaque</i> – revista que divulga os mais significativos acontecimentos do TRF e das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região.	12	Mensal
<i>Destaque do Dia</i> – boletim editado para divulgar notícias sobre fatos e acontecimentos relacionados ao Tribunal, bem como notas de interesse dos magistrados e servidores da Casa.	267	Diário
<i>Destaque Extra</i> – publicação destinada a divulgar fatos ou acontecimentos extraordinários referentes à Primeira Região.	8	Esporádico
<i>Destaque Especial</i> – destina-se a divulgar textos sobre importantes datas comemorativas.	8	Esporádico
<i>Destaque Variedades</i> – publicação que reúne os classificados de magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários e a lista de magistrados e servidores aniversariantes.	38	Semanal
<i>Destaque InfoJEF</i> – divulga as principais ações dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.	3	Quinzenal

Telejornalismo

Além de acompanhar as decisões judiciais mais importantes, incluindo as de repercussão nacional, o Núcleo de Televisão do TRF 1ª Região incrementou a produção de audiovisuais com séries de programas especiais ligadas a temas que, de certa forma, convergem para os trabalhos realizados na Justiça Federal. São produções variadas que procuram cobrir as diversas demandas, tanto do público interno como do externo.

TRF na TV

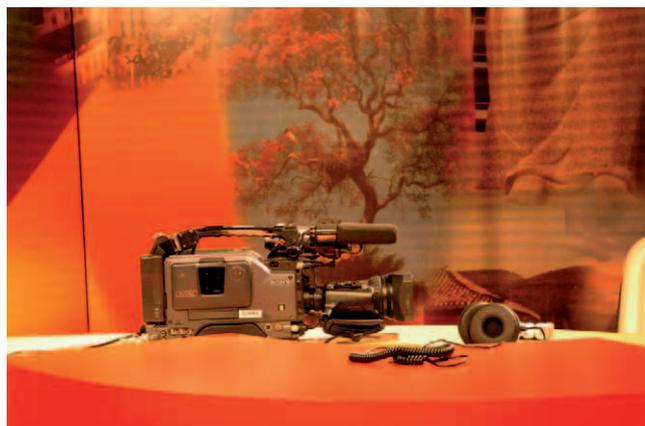


Trata-se de um repositório de matérias que podem ser acessadas na página da Ascom, no site do TRF 1ª Região, com informações acerca de assuntos de cunho judicial, de interesse da sociedade e do próprio Tribunal.

A partir de julho, na página eletrônica do Tribunal, no link TRF na TV, foram disponibilizadas matérias produzidas durante as coberturas televisivas dos eventos e fatos que foram notícia no TRF e na Primeira Região e veiculadas na TV Justiça e na TV Destaque.

Até o final do exercício, reuniu-se um acervo de 133 reportagens. Entre elas: Recurso Extraordinário Eletrônico — a Presidente, Assusete Magalhães, envia o primeiro recurso extraordinário por meio eletrônico para o Supremo Tribunal Federal; *Diário da Justiça Federal da Primeira Região* — TRF 1ª Região implanta diário oficial eletrônico; Descarte — aproximadamente três to-

LUIZ C. B. XAVIER



Estúdio de telejornalismo.

O Tribunal teve seu espaço ampliado nos dois telejornais da TV Justiça (1ª e 2ª edições) e nos boletins veiculados de hora em hora.

neladas de documentos foram descartados; Semana da Conciliação — a Seccional do DF participa da Semana Nacional da Conciliação; TRF 18 Anos — exibe as comemorações dos 18 anos do TRF; *Juizado Especial Federal no Aeroporto Internacional de Brasília* — apresenta a instalação do posto avan-

çado do JEF para atender, principalmente, passageiros insatisfeitos com as companhias aéreas, a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac ou a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero; Justiça em ação no combate ao tráfico internacional de drogas.

TV Justiça

A Ascom contribuiu com a TV Justiça produzindo programas e reportagens com notícias atualizadas sobre temas ligados à Primeira Região, que possibilitam ao público acompanhar o dia-a-dia do Judiciário, buscando esclarecer, ampliar o acesso à Justiça e tornar transparentes suas ações e decisões.

A TV Justiça é um canal de televisão público, de caráter não lucrativo, coordenado pelo Supremo Tribunal Federal – STF. Sua principal finalidade é ser um espaço de comunicação e aproximação entre os cidadãos e o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia.

Quadro 15
Produção para a TV Justiça

PROGRAMAS E REPORTAGENS	QUANTIDADE
Reportagens (factuais) – matérias que, depois de exibidas, migram para o TRF na TV.	113
<i>Lições de Direito</i> – ministrado por desembargadores federais e juízes federais da Primeira Região, o programa traz esclarecimentos, de forma didática, sobre termos jurídicos.	11
<i>Momento Jurídico</i> – programa em que magistrados e juristas expõem idéias e pontos de vista sobre determinado tema jurídico.	12
VTs relativos a decisões judiciais do Tribunal – matérias com duração média de dois minutos que foram ao ar nos dois jornais e nos boletins da TV.	180

TV Destaque

A TV Destaque é um canal de TV na *web* com modelo de programação semelhante ao da TV aberta e da TV por assinatura. Pela internet, espectadores da *web* acessam o programa e assistem a um conjunto de matérias e reportagens voltadas para temas jurídicos.

Inovando em sua programação, a TV Destaque levou à *web*, graças a um convênio com o Banco do Brasil, palestras da Esmaf e da área de recursos humanos, reportagens dos programas Via Legal, Fórum, Momento Jurídico e Lições de Direito, vídeos institucionais e serviços produzidos pela Assessoria.

Programa Via Legal

Produzido pelo Conselho da Justiça Federal em parceria com os cinco Tribunais Regionais Federais, há cinco anos, vem discutindo temas relacionados com o dia-a-dia da população, como: saúde, moradia, previdência social, meio ambiente, cidadania. São histórias reais, exemplos do caminho percorrido pelo brasileiro na hora de fazer valer o que está na lei.

A equipe do programa Via Legal, ao percorrer os espaços da Primeira Região, captou trabalhos especiais que demonstraram iniciativas importantes capitaneadas por juízes e servidores da Primeira Região.

Nessa caminhada, em um total de 50 vídeos, foram retratadas experiências de sucesso, das quais se destacam:

LUIZ C. B. XAVIER



Juiz Federal Márcio Maia, da Subseção Judiciária de Uberaba, apresentando o trabalho Cidadania Rural Itinerante.

- Cidadania Rural Itinerante , trabalho desenvolvido pelo Juiz Federal Márcio Maia e pelo Diretor de Secretaria Ricardo Teixeira Marrara, do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Uberaba/MG, que alcançou destaque na 8ª Mostra Nacional de Qualidade do Judiciário – Estratégia e Gestão, promovida pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, em novembro.

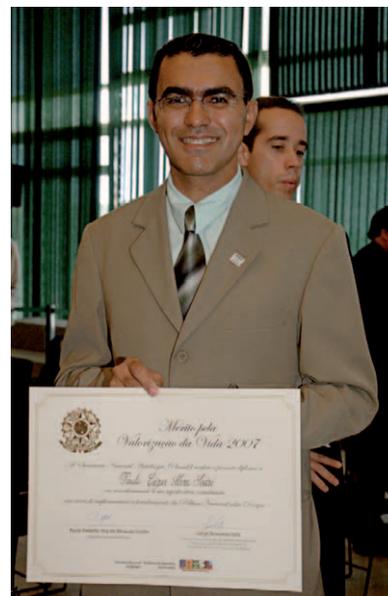
- Justiça em Ação , reportagem que acompanhou o lançamento da campanha na cidade de Cáceres/MT exibindo o contrabando de drogas na fronteira com a Bolívia. O projeto Justiça em Ação no Combate ao Tráfico Internacional de Drogas rendeu à Presidente do Tribunal e ao Diretor da Subseção Judiciária de Cáceres homenagem instituída pela Secretaria Nacional Antidrogas – Senad, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para agradecer aqueles que se distinguem, no País, no desenvolvimento de trabalhos significativos de combate às drogas.

LUIZ C. B. XAVIER



Presidente do TRF 1ª Região, Assusete Magalhães, com o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida.

LUIZ C. B. XAVIER



Diretor da Subseção Judiciária de Cáceres, Juiz Federal Paulo Cezar Sodré, idealizador e coordenador da campanha Justiça em Ação no Combate ao Tráfico Internacional de Drogas, com o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida.

Quadro 16
Programas editados para o Via Legal

EMISSORA	FREQÜÊNCIA	HORÁRIO	TOTAL
Rede TV Educativa	Sábados	8h30	52
TV Nacional – DF	Sábados	8h30	
Rede Cultura	Sábados	8h30	
TV Justiça (canal 95) Sky, Net e Mais TV	Quartas-feiras	20h30	
	Domingos	10h30	
	Segundas-feiras	14h30	

Produção de vídeos institucionais

A Ascom intensificou a produção de vídeos institucionais, em face do aumento da demanda e dos novos equipamentos adquiridos. Foram produzidos os seguintes vídeos:

- Uma Sede para o TRF 1ª Região;
- Juizados Especiais Federais;
- Simplesmente Mulher 
- Festa Junina;
- Ilhéus 20 Anos;
- Amapá 15 Anos;
- I Mostra Justiça e Bem Viver: abertura/Hino Nacional;
- I Mostra Justiça e Bem Viver: encerramento/*making of*;
- 18 anos de História 

LUIZ C. B. XAVIER



Exibição do vídeo *18 anos de História*.

- Entrega dos Projetos da Nova Sede por Oscar Niemeyer/RJ;
- Universidade Corporativa 
- Tramitação Processual (reedição);
- Homenagem ao Desembargador Federal Plauto Ribeiro;
- Confraternização de fim de ano.

Fotojornalismo

A Ascom deu início à renovação do acervo fotográfico dos desembargadores federais, com a realização de sessões de fotos em estúdio durante o segundo semestre. Todo o material produzido para o acervo fotográfico é disponibilizado para as unidades do TRF, os veículos impressos externos e as assessorias de imprensa, sempre que solicitado.

Radiojornalismo

O Núcleo de Rádio manteve a atuação em duas frentes: a Rádio Destaque, veiculada na intranet e voltada para o público interno, e a Rádio Justiça, 104.7 FM, para o público externo.

A Rádio Destaque enfoca, em boletins diários, notícias de eventos, solenidades, projetos e trabalhos desenvolvidos, ao longo do ano, no Tribunal e nas Seções Judiciárias da Primeira Região.

Com o novo quadro intitulado Giro na Primeira Região, as notícias das Seções e Subseções Judiciárias passaram a ter maior difusão. A partir da instalação de um novo equipamento no estúdio (a híbrida), fruto também do convênio com o Banco do Brasil, foi possível a participação gravada dos correspondentes das Seccionais.

As decisões da Corte e das varas federais — além de serviços importantes, como o Protocolo Postal — foram assuntos veiculados pela emissora, que, no segundo semestre, inaugurou novo *site* (www.radiojustica.gov.br). Passaram a ser disponibilizadas no *site* as matérias produzidas pelo núcleo de rádio do TRF 1ª Região, algumas delas encaminhadas ao programa Voz do Brasil – notícias do Poder Judiciário, produzido pelo STF e veiculado para todo o País.

Outras inovações ocorreram. Entre elas, a introdução dos quadros Direito de Saber — com explicações de magistrados da Primeira Região para termos jurídicos — e Minuto TRF — que veicula informações sobre os serviços do Tribunal. Houve, ainda, a instalação de novo equipamento no estúdio do Tribunal que possibilitou aos correspondentes das Seções Judiciárias gravar matérias da Primeira Região para o Painel de Notícias.



LUÍZ C. B. XAVIER

Estúdio de rádio.

Quadro 17 Destaques do Painel de Notícias

Mês	DIA	TEMA
Março	3	Nova sede dos JEFs
	31	Campanha contra o tráfico internacional de drogas.
Abril	21	Transferência de estudante de medicina para universidade federal em razão de síndrome do pânico e transtorno depressivo grave.
	28	Indenização a favor de jornalista torturado durante a ditadura militar.
Maior	5	Filhas de militar maiores de 21 anos que têm direito à pensão vitalícia. Bacharel em Direito pede na Justiça Federal para ser aceito nos quadros da OAB sem fazer exame da Ordem.
Junho	2	União tem de realizar licitação para exploração de serviço de TV via satélite.
	23	Supremo Tribunal Federal recebe os primeiros recursos extraordinários eletrônicos enviados pelo TRF 1ª Região.
Julho	14	Justiça Federal do Pará determina a instalação de banheiros químicos portáteis em uma das praias mais movimentadas do Estado.
	21	Universidade federal deve responder por atendimento odontológico mal sucedido realizado por estudante.
Agosto	4	TRF 1ª Região mantém condenação de médico acusado de homicídio culposo por negligência.
	11	Ex-deputado federal do Pará tem bens bloqueados pela Justiça Federal do Pará.
Setembro	8	Tribunal do Júri na Justiça Federal de Rondônia inocenta acusado de tentativa de homicídio contra policiais rodoviários federais.
	29	TRF1ª Região instala novo sistema de captação de áudio.
Outubro	13	Inauguração do Posto Avançado do JEF no Aeroporto de Brasília.
	27	Vítima do Césio 137 recebe indenização.
Novembro	17	Lançamento do Protocolo Postal.
Dezembro	8	TRF 1ª Região participa da Semana da Conciliação.
	15	Transposição do Rio São Francisco é temporariamente suspensa.

Quadro 18
Produção para a Rádio Justiça

PROGRAMAS E MATÉRIAS	QUANTIDADE
Notícias em Destaque – noticiário diário com as principais informações da Primeira Região. Traz, principalmente, matérias institucionais e de serviço para os servidores do TRF 1ª Região.	223
Panorama Cultural – apresenta a agenda cultural da cidade de Brasília.	197
Painel de Notícias – resumo das notícias que foram destaque no TRF e na Justiça Federal da Primeira Região, com enfoque para decisões.	48
Matérias encaminhadas a noticiários da Rádio Justiça.	168

Participação em eventos de capacitação

- ▶ Encontro Nacional da Rádio e TV Justiça (15 a 17 de agosto, Brasília/DF) – Realizado pelo STF, reuniu os assessores de comunicação do Judiciário e Ministério Público de todo o País para debater o cotidiano da produção dos programas da Rádio e da TV Justiça.
- ▶ Projeto de História Oral da Justiça Federal (19 a 21 de setembro, Brasília/DF) – Promovido pelo Centro de Estudos Judiciários – CEJ, do Conselho da Justiça Federal – CJF, e ministrado pelo Professor Gunter Axt, pós-doutor pelo Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea, Fundação Getúlio Vargas.
- ▶ Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (18 a 22 de novembro, Vitória/ES) – Reuniu mais de 200 assessores para discutir a efetividade da Justiça, o planejamento estratégico e a assessoria de comunicação.

Participação no Projeto Memória Oral

Coletânea de memórias individuais e de registros históricos que constroem a identidade da Justiça Federal.

O Projeto Memória Oral da Justiça Federal, formalizado por meio de acordo de cooperação celebrado entre o CJF, os TRFs, o STJ e o STF, busca registrar a memória oral dos magistrados que atuaram na Justiça Federal.

A meta do projeto é o resgate das raízes históricas do Judiciário Federal, para disponibilizar ao público interno e externo o conhecimento sobre a instituição, suas conquistas, sua missão, os fatores que levaram à consolidação de suas bases culturais, o que servirá para auxiliar no planejamento do futuro das instituições. A pretensão é que seja construído um acervo considerável para o Poder Judiciário e, de modo particular, para a Justiça Federal.

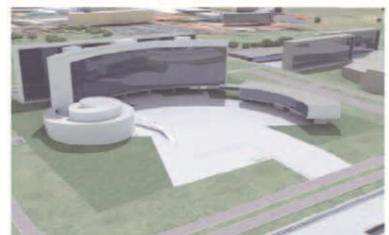
A história oral, com entrevistas, preserva as vivências individuais, um aspecto muito importante que está por trás dos grandes processos. Tais registros podem transformar-se em pesquisa, auxiliando a comunidade acadêmica e educando a sociedade em geral. Exemplo dessa natureza foi a AO 2820986, autuada em 27/10/1976, com 12 volumes e 4.062 laudas, objeto da primeira sinopse e de providências para preservá-lo para a posteridade.

Quadro 19
Acervo do DVD anexo

PREMIAÇÕES	
Projetos premiados	Cidadania Rural Itinerante – Uberlândia
	Justiça em Ação – Cáceres
Vídeo finalista do prêmio AMB	Planejamento Estratégico Humanitário – Uberlândia
TELEJORNALISMO	
Série Justiça Virtual – exibe uma série de reportagens onde são apresentados os programas virtuais que já estão sendo executados pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, impulsionados pela promulgação da Lei 11.419/2006	
Série Projeto Conciliação – traz um conjunto de cinco reportagens que exibem como o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, por meio de acordos, está conseguindo julgar milhares de processos	
Reportagens para TV	JEF Aeroporto – inauguração do Juizado Especial Federal no Aeroporto de Brasília
	Matança de Golfinhos
	Crimes Virtuais
	Prêmio Justiça em Ação – solenidade de entrega do Diploma de Mérito pela Valorização da Vida
	Recurso Eletrônico – envio de Recurso Extraordinário para o STF em meio eletrônico
LIÇÕES DE DIREITO	
Culpabilidade Penal, Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves	
Direito ao Silêncio, Juiz Federal Carlos Brandão (PI)	
MOMENTO JURÍDICO	
Código de Ética dos Magistrados, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian	
Mudança na Lei dos Crimes Hediondos, Desembargador Federal Tourinho Neto	
VIA LEGAL	
Cacaueiros da Bahia	
JEF Itinerante no Amazonas	
Protocolo Postal	
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	
18 anos de História	
Simplesmente Mulher	
Universidade Corporativa	

VIPRE

VICE-PRESIDÊNCIA



A Vice-Presidência – Vipre do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, exercida pelo Desembargador Federal Carlos Olavo, desempenhou, conforme determinações regimentais, suas funções administrativas e judiciais, bem como atividades em substituição à Presidente do Tribunal em suas ausências regulamentares, com destaque para prolação de:

a) decisões e despachos em processos de competência das quatro Seções do Tribunal, em caráter permanente, na condição de relator e como presidente;

b) decisões de admissibilidade em recursos extraordinário e especial e em despachos diversos, inclusive em regime de plantão judiciário, conforme Portaria/Presi 100-259 de 26/04/2006.

Quadro 20

Admissibilidade de recursos decididos pela Vice-Presidência

ATIVIDADES	QUANTIDADE
REsp admitido	1.319
REsp inadmitido	3.128
RE admitido	487
RE inadmitido	1.241
RO admitido	2
RO inadmitido	1
TOTAL	6.178

Quadro 21

Presidência de órgão julgador

ÓRGÃO JULGADOR	QUANTIDADE DE SESSÕES
Primeira Seção	17
Segunda Seção	15
Terceira Seção	19
Quarta Seção	18
TOTAL	69



Luiz C. B. Xavier

O Vice-Presidente, Desembargador Federal Carlos Olavo, dá continuidade à implantação do Recurso Extraordinário eletrônico – e-RE, enviando recursos extraordinários admitidos nesta Corte para o Supremo Tribunal Federal.

Quadro 22

Substituição à Presidente em sessões de julgamento

ÓRGÃO JULGADOR	DATA
Corte Especial	18/01
	01/02
	01/03
	19/04
	03/05
Corte Especial Administrativa	20/09
	18/10
	25/01
Conselho de Administração	14/06
	13/09
	18/01
	01/02
	15/02
	15/03
	19/04
	03/05
	02/08
	30/08
	20/09
18/10	
06/12	

Quadro 23

Presidência na distribuição de processos

TIPOS DE DISTRIBUIÇÃO	QUANTIDADE
Ordinária	81
Extraordinária	88
TOTAL	169

Quadro 24

Participação em sessões de julgamento

ÓRGÃO JULGADOR	QUANTIDADE DE SESSÕES
Corte Especial	16
Corte Especial Administrativa	14
Conselho de Administração	14
Plenário	6
TOTAL	50

Quadro 25

Votos de desempate

ÓRGÃO JULGADOR	QUANTIDADE DE SESSÕES
Primeira Seção	–
Segunda Seção	7
Terceira Seção	13
Quarta Seção	39
TOTAL	59

Quadro 26

Estatística processual

ATIVIDADES	QUANTIDADE
REsp admitido	1.319
REsp inadmitido	3.128
RE admitido	487
RE inadmitido	1.241
RO admitido	2
RO inadmitido	1
Despacho/decisão diversa	1.025
Acórdão (relator)	18
Decisão de plantão	16
Voto-vista	6
Voto de desempate	62
Suspensão de segurança (no exercício da Presidência)	25
Despacho (no exercício da Presidência)	56
Decisão (no exercício da Presidência)	11
TOTAL	7.397

Matérias publicadas

Em jornais

ASSUNTO	JORNAL	DATA
Amazônia Cobiçada	<i>Correio Braziliense</i> (Opinião)	05/02
Tiranía da Máquina, Pobreza e Criminalidade	<i>Correio Braziliense</i> (Opinião)	07/04
A Respeito da Cultura	<i>Estado de Minas</i> (Opinião)	14/05

Em revistas

ASSUNTO	REVISTA	DATA
As Leis e os Reformistas	<i>Revista Jurídica Consulex</i> (ano XI, 245)	31/03
Com a Palavra...	<i>Revista Jurídica Consulex</i> (ano XI, 249)	31/05
Dever Constitucional do Estado	<i>Revista Justiça & Cidadania</i> (edição 82)	Maio
Argüição de Inconstitucionalidade	<i>Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região</i> (ano XIX, 10)	Outubro

Condecorações recebidas

- Medalha Grã-Cruz do Mérito Judiciário Milton Campos, da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, por ocasião da cerimônia de inauguração dos três Edifícios Sede daquela Seccional, em 10 de maio.
- Placa de homenagem por participar da história da Justiça Federal mineira, recebida durante a solenidade de comemoração dos 40 anos de funcionamento da Justiça Federal de Minas Gerais, em 7 de dezembro.



Vice-Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Carlos Olavo, e Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Juíza Federal Maria Edna Fagundes Veloso.



O Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Juiz Federal Eduardo José Corrêa, entrega a placa de homenagem ao Vice-Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Carlos Olavo.

Participação em palestras e seminários

DATA	EVENTO
23/05	Abertura da exposição sobre a história das Constituições brasileiras no STF.
20 a 22/06	IX Encontro de Juizes Federais, organizado pela Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf, em Belo Horizonte.

MAURO PUTINI



Da esquerda para a direita: Desembargador Federal Carlos Olavo, Vice-Presidente do TRF 1ª Região; Adhemar Ferreira Maciel, Ministro aposentado do STJ, e I'talo Fioravanti Sabo Mendes, Desembargador Federal do TRF 1ª Região.

Compromissos oficiais

DATA	DESCRIÇÃO
26/02	Instalação do Posto Avançado de Atendimento do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Patos de Minas em Paracatu/MG.

MAURO PUTINI



Da esquerda para a direita: Desembargador Federal Carlos Olavo, Vice-Presidente do TRF 1ª Região; Desembargadora Federal Assuete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região; Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, Coordenador dos JEFs, e Hyran Costa Rabelo, Diretor-Geral da Faculdade Atenas.

02/04	Primeira sessão de julgamento de 2007 da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, representando a Presidência.
-------	---

DATA **DESCRIÇÃO**

27/04 Inauguração do projeto Sexta Jurídica: o Direito em Debate, na Justiça Federal do Piauí.



MAURO PUTINI

Da esquerda para a direita: Desembargador Federal Olindo Menezes, Diretor da Esmaf; Desembargador Federal Carlos Olavo, Vice-Presidente do TRF 1ª Região, e Juiz Federal Marcelo Carvalho, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

02/05 Posse da Presidência do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, em São Paulo/SP, representando a Presidência.

10/05 Inauguração das três novas sedes que passaram a compor o Fórum Ministro Oscar Saraiva, em Belo Horizonte/MG.



ACERVO DA ASCOM

Da esquerda para a direita: Desembargadores Federais Carlos Olavo, Tourinho Neto e Plauto Ribeiro.

18/05 Reunião do CNJ, representando a Presidência, na cidade de Porto Alegre/RS.

21/05 Posse da nova Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

31/05 Homenagem póstuma ao Ministro Oscar Dias Corrêa, no STF, representando a Presidência.

27/06 Início da segunda etapa de remessa de recursos extraordinários admitidos nesta Corte para o STF, por meio eletrônico.

06/08 Homenagem aos 180 anos de instituição dos cursos jurídicos da Faculdade do Largo de São Francisco/SP e da Faculdade de Recife/PE, representando a Presidência.

08/08 Posse da Presidência do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, em Recife/PE, representando a Presidência.

30/08 Posse do novo Diretor da Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Desembargador Federal Hilton Queiroz.

31/08 Segunda sessão de julgamento de 2007 da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, representando a Presidência.

12/11 Lançamento do Protocolo Postal no âmbito da jurisdição do TRF 1ª Região.



LUIZ C. B. XAVIER

Da esquerda para a direita: Desembargadora Federal Neuza Alves; Desembargador Federal Carlos Olavo; Samir de Castro Hatem, Diretor Comercial da ECT; Menasses Leon Nahmias, Diretor de Tecnologia e Infra-Estrutura, representando a Presidência da ECT; Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região; Cezar Britto, Presidente do Conselho Federal da OAB, e Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva.

DATA	DESCRIÇÃO
23/11	Outorga do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, representando a Presidência.
03/12	Abertura da Semana Nacional da Conciliação e outorga à Ministra Ellen Gracie da Condecoração Grã-Cruz do Mérito Judiciário Milton Campos, na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.
07/12	Comemoração dos 40 anos de instalação da Justiça Federal em Minas Gerais.
14/12	Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais para o biênio 2008-2009.
17/12	Cerimônia de descerramento das placas alusivas à reestruturação dos Edifícios Sede I e II e à reforma do Edifício Adriana.

ACERVO DA ASCOM

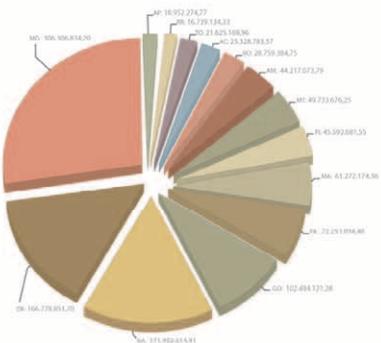


A Presidente do Tribunal, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, e o Vice-Presidente, Carlos Olavo, descerram a placa no Edifício Sede I.

18/12	Abertura do concerto natalino Encantando Sonhos de Natal, representando a Presidência.
-------	--

COGER

CORREGEDORIA-GERAL



A Justiça Federal de primeiro grau da Primeira Região, com jurisdição em 13 Estados da Federação, além do Distrito Federal, totalizando 14 Seções Judiciárias, 42 Subseções Judiciárias e 194 varas, recebeu da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região – Coger especial atenção nas atividades voltadas para orientação, aperfeiçoamento e correção dos serviços.

Expedientes normativos

Para disciplinar a atividade forense da Justiça Federal de primeiro grau, orientar ou recomendar quanto a exercício de cargos ou funções, padronização de procedimentos, afastamentos e substituições de magistrados, designação de correições gerais ordinárias, foram expedidos, no exercício de 2007, dois provimentos, 37 portarias, cinco orientações normativas e 102 circulares, que estão disponíveis para consulta eletrônica no *site* do Tribunal, na página da Coger.

Quadro 27
Provimentos expedidos

NÚMERO	ASSUNTO
Provimento 27, de 31/10/2007	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da criação da Terceira Turma Recursal da SJ/MG.
Provimento 26, de 24/10/2007	Acrescenta o § 3º ao art. 95 do Provimento Geral Consolidado — Provimento 3, de 26/03/2002 — para adoção de critérios de inspeção diferenciados nos Juizados Especiais Federais.

Quadro 28
Portarias expedidas

NÚMERO	DATA DA EXPEDIÇÃO	ASSUNTO
36	05/11	Revoga a alínea <i>b</i> do inciso I da Portaria/Coger 35 de 24/10/2007, referente à correção geral ordinária na SJ/BA, e designa assessor para auxiliar.
35	24/10	Altera, em parte, a Portaria/Coger 31 de 11/10/2007, referente à correção geral ordinária na SJ/BA.
34	18/10	Altera o texto do item III, alínea <i>c</i> , da Portaria/Coger 26 de 14/09/2007 (correção extraordinária no Juízo Federal da 12ª Vara da SJ/MG).
33	18/10	Retifica, em parte, a Portaria/Coger 25 de 10/09/2007, referente à correção geral ordinária na SJ/RO.
32	11/10	Dispõe sobre o trâmite dos inquéritos policiais, com pedido de dilação de prazo para conclusão de diligências investigativas, relativos a indiciado solto e autuados pela Justiça Federal.
31	11/10	Realização de correção geral ordinária na SJ/BA, em duas etapas: primeira etapa, de 13 a 27/11/2007, apenas na sede da Seccional; segunda etapa, de 11 a 25/02/2008, em todas as Subseções Judiciárias.
30	09/10	Regulamenta a classificação das sentenças no âmbito da Justiça Federal, conforme as disposições da Resolução – CJF 535, de 18/12/2006.
29	08/10	Inclui na designação feita no item II da Portaria/Coger 26 de 14/09/2007 o Assessor Judiciário da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região, Luiz Alberto Alves, para auxiliar também nos trabalhos da referida correção.

NÚMERO	DATA DA EXPEDIÇÃO	ASSUNTO
28	20/09	Inclui designação de servidora para auxiliar nos trabalhos da correição extraordinária na 12ª Vara SJ/MG.
27	14/09	Altera o período da correição geral ordinária na SJ/RO para 05 a 09/11/2007.
6	14/09	Portaria Conjunta/Coger/Cojef prorroga, por mais 60 dias, o prazo estipulado na Portaria Conjunta/Coger/Cojef 3 de 14/05/2007.
26	14/09	Correição extraordinária no Juízo Federal da 12ª Vara da SJ/MG, no período de 15 a 30/10/2007.
25	10/09	Correição geral ordinária na SJ/RO, no período de 22 a 26/10/2007.
23	14/08	Correição geral ordinária na SJ/MT, no período de 18 a 25/09/2007.
21	06/07	Correição geral ordinária na SJ/AM (Manaus e Tabatinga), no período de 17 a 24/08/2007.

Quadro 29
Orientações normativas expedidas

NÚMERO	DATA DA EXPEDIÇÃO	ASSUNTO
Coger 26	12/11	Recomenda que os juízes federais e juízes federais substitutos da Primeira Região, em observância do disposto na Orientação Normativa 5, de 10/05/1999: I – esclareçam, na parte dispositiva da sentença, o objeto e a forma do cálculo de correção monetária de forma precisa, determinando as providências que assegurem o resultado prático da decisão, tendo em vista que a sentença deve ser certa, resolvendo a lide, não deixando margens para dúvidas; II – determinem à parte, quando da execução da sentença, a apresentação de cálculos ou planilhas, a fim de evitar a remessa dos autos à Seção de Contadoria; III – nomeiem perito para os cálculos de grande complexidade, haja vista que a Seção de Contadoria não tem condições para elaboração do cálculo.
Conjunta Coger/Cojef 2	04/10	Recomenda a todos os magistrados lotados em varas federais de competência cível ordinária que, antes de decidirem pelo declínio da competência em favor dos Juizados Especiais Federais, com base única e exclusivamente no valor atribuído à causa pela parte autora, determinem o envio dos autos à Contadoria Judicial, com vistas à elaboração de cálculos preliminares para apuração do valor efetivo da pretensão deduzida em juízo.
25	04/10	Recomenda aos juízes federais e juízes federais substitutos da Primeira Região que se abstenham de delegar a qualquer servidor a assinatura em ofícios e outras comunicações oficiais destinadas a autoridades que recebam tratamento protocolar igual ou superior ao dispensado a magistrados de primeiro grau, tais como os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, os chefes do Poder Executivo e membros do Poder Legislativo.
Conjunta Coger/Cojef 1	01/10	Orienta os juízes federais e juízes federais substitutos da Primeira Região quanto ao funcionamento do Posto Avançado do Juizado Especial Federal no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília/DF.
24	30/05	Orienta juízes federais e juízes federais substitutos da Primeira Região em relação à permanência do diretor de secretaria, seu substituto ou de servidor experiente durante todo o horário de expediente externo das secretarias de varas e de Juizados Especiais Federais.

Quadro 30 Principais circulares expedidas

NÚMERO	DATA DA EXPEDIÇÃO	ASSUNTO
91	25/10	Padronização de procedimentos relativos à expedição da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – Dirf nas varas da SJ/MG.
81	10/10	Recomenda a utilização exclusiva do e-Siam (Sistema de Afastamento de Magistrado).
82	10/10	Esclarece quanto à não restrição de atuação dos juízes federais (titulares ou substitutos) durante o período de substituição automática.
49	06/07	Recomenda quanto ao afastamento de magistrados para participação em eventos.
48	06/07	Orienta em relação ao levantamento de valores pagos por meio de RPV. Os valores depositados para pagamento de requisições de pequeno valor devem permanecer à disposição dos beneficiários, e não do juízo.
42	30/05	Solicitação de informação sobre exercício de cargo ou função de magistério de magistrados.
39	15/05	Solicitação de informação sobre a realização de diligências de oficial de justiça avaliador fora da sede.
36	08/05	
35	03/05	Utilização de Darf para pagamento de valor inferior a R\$ 10,00.
18	15/03	Não necessidade de remessa mensal à Corregedoria-Geral de boletins estatísticos impressos de produtividade do juiz, uma vez que os dados respectivos estão disponíveis no sistema processual, ressaltando-se que, em relação aos juízes que ainda não adquiriram a vitaliciedade, permanecem as disposições do art. 234 do Provimento Geral Consolidado.
10	28/02	Situação dos processos criminais nos quais foi expedida carta de sentença.
9	28/02	Orientações sobre o Registro Único de Rol de Culpados.
7	23/02	
8	02/03	Associação e atribuição de processos, observadas as regras dispostas na Portaria/Coger 36/2006.
5	23/02	Solicita divulgação de decisão do CJF quanto à interpretação do art. 1º da Resolução – CJF 442/2005: “[...] que deve haver o registro das decisões tanto concessivas como indeferitórias de liminares e de tutelas antecipadas”.
2	22/01	Comunicação de implantação do Sistema de Afastamento de Magistrado – e-Siam para pedido eletrônico de afastamento de magistrado quando de competência da Coger.

Correições gerais ordinárias e extraordinárias

Em consonância com o art. 14 do Provimento Geral Consolidado, de 26/03/2002, foram realizadas correições gerais ordinárias em todas as varas das Seções Judiciárias dos Estados do Pará, Tocantins, Roraima, Acre, Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais, Rondônia e Bahia.

Também foram realizadas correições gerais ordinárias nas Subseções Judiciárias de Uberlândia, Passos, São Sebastião do Paraíso, Pouso Alegre, Varginha, Lavras, São João del-Rei, Divinópolis, Sete Lagoas, Governador Valadares, Ipatinga, Montes Claros, Patos de Minas, Marabá, Santarém, Altamira, Tabatinga, Rondonópolis, Cáceres, Sinop e Ji-Paraná.

No período de 15 a 30 de outubro, a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais foi submetida a correição geral extraordinária, cujo processo encontra-se, em fase de tramitação, na Coger para oportuna apreciação da Corte Especial Administrativa.

Quadro 31
Correições gerais ordinárias e extraordinárias

PROCESSO	SEÇÃO/ SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA	PERÍODO	VARAS	JUIZES PARTICIPANTES
2007/1026	Bahia	13 a 27/11	Todas as varas da SJ/BA	Lincoln Rodrigues de Faria, Daniele Maranhão Costa e José Alexandre Franco
2007/942	Rondônia	05 a 09/11	Todas as varas da SJ/RO e da Subseção Judiciária de Ji-Paraná	Lincoln Rodrigues de Faria, Daniele Maranhão Costa e Francisco Neves da Cunha
2007/951	Minas Gerais	15 a 30/10	12ª Vara Federal*	(não houve juiz auxiliar)
2007/849	Mato Grosso	18 a 25/09	Todas as varas da SJ/MT e das Subseções Judiciárias de Rondonópolis, Cáceres e Sinop	Lincoln Rodrigues de Faria, Daniele Maranhão Costa e Francisco Neves da Cunha
2007/733	Amazonas	17 a 24/08	Todas as varas da SJ/AM e da Subseção Judiciária de Tabatinga	Lincoln Rodrigues de Faria, Daniele Maranhão Costa e José Alexandre Franco
2007/489	Acre	18 a 22/06	Todas as varas da SJ/AC	Lincoln Rodrigues de Faria
2007/478	Roraima	21 a 25/05	Todas as varas da SJ/RR	Daniele Maranhão Costa
2007/331	Tocantins	16 a 20/04	Todas as varas da SJ/TO	Daniele Maranhão Costa
2007/295	Pará	19 a 29/03	Todas as varas da SJ/PA e das Subseções Judiciárias de Marabá, Santarém e Altamira	Lincoln Rodrigues de Faria e Anselmo Gonçalves da Silva
2006/630	Minas Gerais	23/02 a 09/03	Todas as varas da SJ/MG e das Subseções Judiciárias de Uberlândia, Passos, São Sebastião do Paraíso, Pouso Alegre, Varginha, Lavras, São João del-Rei, Divinópolis, Sete Lagoas, Belo Horizonte, Governador Valadares, Ipatinga, Montes Claros e Patos de Minas	Lincoln Rodrigues de Faria, Adverci Rates Mendes e Francisco Neves da Cunha

* Correição extraordinária.

Em todos os procedimentos correccionais, foram observados os requisitos de comunicação prévia, com dez dias de antecedência, expedição de ato de designação dos juizes auxiliares e servidores para atuar nas correições e a não suspensão dos prazos processuais, da distribuição e das audiências em todas as varas.

Durante os trabalhos de correição, foram realizadas:

- ▀ reuniões com os juizes federais, a fim de que fossem analisadas e debatidas as sugestões para o melhor funcionamento dos respectivos juizes e da Justiça Federal de primeira instância;
- ▀ análise de dados e informações complementares ou circunstanciais;
- ▀ verificação dos relatórios da inspeção anual realizada pelos próprios juizes federais (Lei 5.010, de 30/05/1966, art. 13, III);
- ▀ consultas ao relatório anual circunstanciado dos trabalhos sob jurisdição dos juizes federais das Seções e Subseções Judiciárias (Lei 5.010/1966, art. 13, VIII);
- ▀ vistoria na relação dos processos conclusos para despacho, decisão e sentença cujos prazos foram excedidos, com a devida justificativa (Lei Complementar 35, de 14/03/1979, art. 39);

- ▀ verificação de boletins mensais estatísticos e o resumo dos mapas de produtividade dos oficiais de justiça avaliadores.

Correições parciais

No período de 01/01 a 06/12/2007, foram autuados 82 processos de correção parcial, dos quais foram julgados 26 pela Corte Especial Administrativa e encaminhadas cópias das decisões aos juízos de origem, tendo sido adotadas ainda as providências cabíveis nos casos em que houve implicação de natureza disciplinar.

A correção parcial é o procedimento utilizado contra ato ou despacho de juiz do qual não caiba recurso, bem como de omissão que importe erro de ofício ou abuso de poder. Ao receber o pedido de correção parcial, o Corregedor-Geral determina sua autuação e a notificação do magistrado requerido para que preste informação no prazo de dez dias. O Corregedor-Geral poderá ordenar a suspensão do ato ou despacho impugnado até o final do julgamento, se relevantes os fundamentos do pedido ou se de sua execução puder decorrer dano irreparável. Poderá ainda rejeitar de plano o pedido se inepto, intempestivo ou insuficientemente instruído.

Correições virtuais

As correções gerais ordinárias virtualizadas, sob o comando da Coger, foram realizadas nas varas onde funcionam o sistema processual de acompanhamento de autos virtuais de Juizados Especiais Federais – JEFs. Os magistrados que auxiliaram nas correções verificaram, de forma *on-line*, se todos os procedimentos legais estavam sendo efetuados em cada processo, conforme determina a legislação.

A ferramenta virtual de correção, denominada Módulo de Correção Virtual dos Processos, foi criada pela Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, de acordo com orientação da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região, para ser utilizada nos processos virtuais.

Este módulo permite que os magistrados responsáveis pelas correções possam inspecionar os processos virtuais pelo sistema informatizado, de qualquer lugar do mundo, verificando, por exemplo, se as partes foram devidamente citadas ou intimadas, se os documentos necessários foram juntados ao processo, se os prazos legais foram respeitados.

Inspeções ordinárias anuais

No decorrer de 2007, foram enviados pelas varas da Justiça Federal da Primeira Região 215 relatórios de inspeção anual, conforme calendário estabelecido para o período. A Coger analisou os relatórios enviados e expediu ofícios às unidades competentes do Tribunal para a adoção das providências relativas às reivindicações, sugestões e observações feitas pelos diversos juízos quanto às necessidades de lotação de pessoal, revisão de quadro funcional, manutenção e suporte no sistema processual informatizado e designação de juízes titulares e substitutos.

Âmbito administrativo e disciplinar

Consoante as disposições regimentais, a Corregedoria-Geral realizou intenso trabalho de sindicância e procedimentos diversos, tendo o Corregedor-Geral presidido os inquéritos destinados à apuração de infrações penais praticadas por magistrados da Primeira Região. Tais procedimentos, dado o caráter sigiloso, não estão detalhados neste relatório. Registre-se que os procedimentos já concluídos foram devidamente submetidos à apreciação do órgão colegiado competente e que aqueles ainda em fase de instrução serão encaminhados oportunamente.

De acordo com o Sistema de Controle de Tramitação Interna e Externa de Documentos – Sisdoc, foram recebidos e autuados na Coger 1.258 processos, realizados 556 expedientes administrativos e 314 procedimentos avulsos. Foram ainda expedidos 3.381 ofícios e arquivados 746 processos.

Quadro 32
Atividades administrativas e disciplinares realizadas

ATIVIDADE	PROCESSOS AUTUADOS	DECISÕES EXARADAS*	DESPACHOS EXARADOS*
Consulta	39	11	28
Correção extraordinária	1		
Correção geral ordinária**	32	32	32
Correção parcial	82	73	9
Expediente administrativo	556		224
Inquérito	3	3	
Inspeção ordinária	215	215	
Processo administrativo	4	4	
Processo avulso	314		314
Representação	9	3	6
Sindicância	1		1
Recurso em processo administrativo	2	2	2
TOTAL	1.258	343	616

* Valores estimados.

** Estão incluídas no total de correções as Subseções Judiciárias.

Vitaliciamento e promoções de juízes federais substitutos

Em 2007, foram deferidos pelo Plenário o vitaliciamento de 70 magistrados, sendo:

- ▀ 26 juízes federais substitutos, na sessão plenária ordinária de 8 de fevereiro;
- ▀ 1 juiz federal substituto, na sessão plenária de 12 de abril;
- ▀ 5 juízes federais substitutos, na sessão plenária extraordinária de 28 de junho;
- ▀ 37 juízes federais substitutos, na sessão plenária de 11 de outubro;
- ▀ 1 juiz federal substituto, na sessão plenária de 13 de dezembro.

Foram realizadas duas reuniões da Comissão de Promoção, em 27 de setembro e em 12 de novembro, para examinar processos relativos a vitaliciamento de juízes federais substitutos.

Movimentações, remoções e afastamentos de magistrados

A Coger se manifestou em três processos de movimentação, dez de remoção, seis de remoção por permuta e 18 de afastamento de magistrados.

Para controle dos afastamentos dos magistrados, entrou em funcionamento, no início do ano, o Sistema de Afastamento de Magistrado – e-Siam, solicitado pela Coger e desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin. O e-Siam utiliza modernas tecnologias de armazenamento de dados e comunicação a distância, propiciando celeridade e economia na análise e concessão dos afastamentos de juízes federais e juízes federais substitutos.

Sistema de acompanhamento processual

Para aprovação e implementação de ajustes técnicos no Sistema de Acompanhamento Processual

da Primeira Instância – Siapro, a Coger constituiu, em caráter permanente, grupo de gestão composto pelas Juízas Federais Daniele Maranhão Costa e Geneviève Grossi Orsi, respectivamente, como gestora e co-gestora do sistema da Primeira Região. O grupo também ficou responsável pela implementação, na primeira instância, da Tabela Única de Movimentação Processual da Justiça Federal – Tump, aprovada pela Resolução – CJF 471, de 05/10/2005.

Integram ainda o grupo técnico servidores da área de informática e de diversas unidades do Tribunal e das Seccionais, que vêm realizando estudos para o desenvolvimento e modernização de toda estrutura de informática da primeira instância.

Ouvidoria

O Provimento Geral Consolidado determina que “cabe à Ouvidoria da Justiça Federal da Primeira Região propor ao Corregedor-Geral a imediata adoção de medidas adequadas a sanar eventuais erros, omissões ou abusos detectados na Justiça Federal da Primeira Região”. Esse serviço tem como características a rapidez, a informalidade, a eficiência e a discricionariedade, na pronta satisfação do interessado. As solicitações, reclamações ou sugestões são encaminhadas

pessoalmente, por telefone, ou por meio de registro em formulários eletrônicos do Sistema da Ouvidoria – Siouv, *e-mails*, correspondências ou por formulários depositados nas urnas instaladas nos prédios da Justiça Federal da Primeira Região.

Em 2007, a Ouvidoria recebeu 2.689 manifestações registradas pelo sistema Siouv, 1.902 por *e-mail* e 143 por carta. Foram expedidos pelo Corregedor-Geral 1.047 ofícios solicitando esclarecimentos ou determinando providências e foram resolvidos, no âmbito da própria Ouvidoria, 3.687 ocorrências nas diversas modalidades.

Atividades do Corregedor-Geral

Quadro 33

Participação do Corregedor-Geral em sessões

ÓRGÃO	QUANTIDADE
Tribunal Pleno	4
Corte Especial Administrativa	9
Conselho de Administração	7
TOTAL	20

Quadro 34

Fórum Permanente de Corregedores-Gerais

DATA	EVENTO
16/03/2007	A reunião aconteceu em Angra dos Reis/RJ, como parte da programação do VIII Encontro dos Magistrados Federais da Segunda Região e contou com a presença do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, representando a Coger. Os membros do fórum aprovaram a regulamentação do envio de dados estatísticos pelas varas federais especializadas em lavagem de dinheiro. Os dados irão compor cadastro nacional sobre crimes de lavagem de dinheiro, a ser mantido pelo CJF. Para tanto, as varas federais especializadas deverão encaminhar, anualmente, estatísticas dos inquéritos instaurados, ações propostas, sentenças condenatórias, absolutórias e de extinção da punibilidade, processos de seqüestro ou arresto de bens, relação de bens, direitos e valores apreendidos e o valor total desses bens.
28/09/2007	O evento aconteceu na Coordenação-Geral da Justiça Federal, em Brasília/DF, e contou com a participação do Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian. O principal tema debatido foi a conveniência de se manter ou não a jurisdição delegada no ordenamento jurídico brasileiro. A jurisdição delegada consiste na permissão legal para se ajuizarem processos sobre matéria previdenciária ou de execução fiscal federal em comarcas da Justiça Estadual, ainda que essas matérias sejam da competência da Justiça Federal. Tal jurisdição tem suscitado um grau de recorribilidade muito grande, contribuindo no aumento do número de processos nos Tribunais Regionais Federais. O fórum, no entanto, entendeu que ainda não é possível admitir a possibilidade de ajuizamento dessas execuções fiscais exclusivamente na Justiça Federal.

Condecoração

LUIZ C. B. XAVIER



12/12

O Corregedor-Geral, Jirair Aran Meguerian, foi agraciado com a Comenda Bicentenário da Justiça Militar, no grau Alta Distinção – Superior Tribunal Militar – STM. A medalha é dedicada a autoridades, professores, formandos e personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça Militar, que é a Corte mais antiga do Brasil.



LUIZ C. B. XAVIER

Homenagem do STM.

Eventos, seminários e solenidades

DATA	EVENTO
02 a 04/05	Encontro Nacional de Corregedores da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e Militar, promovido pela Corregedoria Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O evento, realizado no Supremo Tribunal Federal – STF, reuniu cerca de 150 corregedores e magistrados.

LUIZ C. B. XAVIER



Da esquerda para a direita: representando a Coger, a Juíza Federal Daniele Maranhão Costa, o Juiz Federal Lincoln Rodrigues de Faria e o Diretor da Divisão de Estatística – Diest/Secin, Ricardo Paulo Tomaz.

DATA	EVENTO
10/05	O Corregedor-Geral, Jirair Aran Meguerian, prestigiou a solenidade de inauguração das três novas sedes da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, que passaram a compor o Fórum Ministro Oscar Saraiva.



LUIZ C. B. XAVIER

Da esquerda para a direita: Desembargadores Federais José Amilcar Machado, Jirair Aran Meguerian, Luciano Tolentino Amaral, Assusete Magalhães e Antônio Ezequiel da Silva.

01/06	A solenidade comemorativa do 15º aniversário da Seção Judiciária do Estado de Roraima foi realizada no Auditório Araceli Maria Caldeira Souto Maior, daquela Seccional, e contou com a presença do Corregedor-Geral, Jirair Aran Meguerian.
-------	---

DATA EVENTO

14/06 O Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian, concluiu seu mandato como um dos 14 conselheiros do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em seus dois primeiros anos de existência. Por ocasião da solenidade de encerramento do mandato, os conselheiros fizeram um balanço de sua atuação. Em dois anos, o CNJ recebeu mais de quatro mil representações das mais diversas naturezas e origens, envolvendo praticamente todos os Tribunais do País. Em sua avaliação, apresentada na solenidade, o Corregedor-Geral afirmou que o primeiro mandato do CNJ foi muito frutífero: “Hoje, o Conselho já está com sua posição firmada, é um órgão reconhecido e respeitado por todos os Tribunais [...]. O CNJ respondeu à sociedade. Deu mais transparência às atividades do Poder Judiciário, demonstrando que não era, como se dizia, um poder encastelado, que ninguém conhecia”.

15/06 O Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian, participou do I Encontro de Juizes Administradores de Foro, na Seção Judiciária do Estado do Maranhão, proferindo palestra sobre as demandas das diretorias dos foros na Corregedoria. O evento, realizado de 14 a 16 de junho, foi organizado pela Associação dos Juizes Federais da Primeira Região – Ajufer, em parceria com a Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf e com aquela Seccional. Teve como objetivo reunir os novos juizes administradores das Seções Judiciárias para discutirem a rotina administrativa da Justiça Federal da Primeira Região.

ACERVO DA ASCOM



Da esquerda para a direita: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso, Diretor do Foro da SJ/MA, e Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca.

DATA EVENTO

26/06 O Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian, proferiu a palestra A Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região: estrutura e atribuições – correições, no Curso de Formação para Juizes Federais Substitutos da Primeira Região aprovados no XII concurso.



LUIZ C. B. XAVIER

Palestra na Esmaf: A Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região: estrutura e atribuições – correições.

10/08 O Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian, prestigiou a solenidade festiva de comemoração dos 20 anos de instalação da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA. O evento, realizado na sede da Subseção, contou também com a presença de autoridades locais e nacionais.



ACERVO DA ASCOM

14/09 Abertura do curso Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. Iniciativa da Coger, com o apoio do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda – COAF/MF.

DATA EVENTO

03/10 O sistema de gravação de áudio das audiências realizadas nas Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região foi demonstrado pelo Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, Márcio Cruz, ao Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian, no Salão Nobre do Tribunal. O sistema tem como objetivo agilizar as audiências e sessões, pois dispensa a digitação simultânea, agiliza a recuperação e a resscuta de dados, reduz o tempo de julgamento e facilita a gravação instantânea em CD ou DVD de quaisquer eventos audíveis ocorridos durante a audiência.



LUIZ C. B. XAVIER

Inauguração do sistema de gravação de áudio de sessões e audiências desenvolvido pela Secin.

08/10 O Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian, prestigiou a inauguração do Posto Avançado do Juizado Especial Federal no Aeroporto Juscelino Kubitschek, em Brasília/DF. A finalidade do posto é resolver questões entre os passageiros e as companhias aéreas, a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero. O atendimento, em regime de plantão, conta com um juiz federal e um juiz de direito, que despacham por via eletrônica, sem necessidade de deslocamento até o Aeroporto.



LUIZ C. B. XAVIER

DATA EVENTO

28/11 A solenidade para celebração de acordo de cooperação entre o Superior Tribunal de Justiça e o TRF 1ª Região foi realizada no Salão Nobre desta Casa e contou com a presença dos presidentes dos dois Tribunais, além do Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian. O acordo visa à troca de informações processuais por meio eletrônico, em tempo real, garantindo agilidade, economicidade e confiabilidade à transmissão de dados entre os dois Tribunais.



LUIZ C. B. XAVIER

07/12 Solenidade de comemoração dos 40 anos de instalação da Justiça Federal em Minas Gerais, ocasião em que o Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian foi homenageado como personalidade de destaque na história da Seccional pelo Juiz Federal Eduardo José Corrêa, Diretor do Foro da SJ/MG.



ACERVO DA ASCOM

14/12 O Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian, participou de reunião na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PI, em Teresina, com advogados e juízes da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

DATA	EVENTO
17/12	Cerimônia de descerramento das placas alusivas à reestruturação dos Edifícios Sede I e II e à reforma do Edifício Adriana.

Dados e estatística da primeira instância

A Coger controla os dados estatísticos da primeira instância, mediante a geração de relatórios analíticos e sintéticos pelo Sistema de Acompanhamento Processual. Com base nos relatórios, são expedidos ofícios aos diversos juízos, quando da verificação de ocorrências de irregularidades ou excesso de prazo de paralisação dos autos nas diversas fases constantes da tabela de movimentação processual.

Quadro 35

Distribuição de varas federais na Primeira Região

TIPO	QUANTIDADE
Varas nas capitais	145*
Varas no interior	49
Total de varas	194
Turmas Recursais	15
JEFs adjuntos a varas de capital	12
JEFs adjuntos a varas de interior	41
JEFs destacados	2

*Dessas, 27 varas com competência de Juizado Especial Federal.

Quadro 36
Varas federais na capital e no interior

SEÇÃO JUDICIÁRIA	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
Acre	Capital	4
Amapá	Capital	3
Amazonas	Capital	6
	Interior	1
Bahia	Capital	23
	Interior	11
Distrito Federal	Capital	26
Goiás	Capital	14
	Interior	4
Maranhão	Capital	7
	Interior	2
Mato Grosso	Capital	6
	Interior	3
Minas Gerais	Capital	32
	Interior	22
Pará	Capital	8
	Interior	4
Piauí	Capital	6
	Interior	1
Rondônia	Capital	4
	Interior	1
Roraima	Capital	3
Tocantins	Capital	3
TOTAL		194

Quadro 37
Dados estatísticos da primeira instância

SEÇÕES JUDICIÁRIAS		QUANTIDADE DE PROCESSOS		
		DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
AC	Varas	3.562	1.250	8.205
	Juizados	8.514	6.286	7.749
	Turma Recursal	2.615	1.692	1.521
AM	Varas	3.139	939	12.394
	Juizados	3.724	4.957	7.433
	Turma Recursal	1.961	1.656	1.380
AP	Varas	9.094	4.472	49.668
	Juizados	6.605	7.902	19.607
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJ/PA		
BA	Varas	68.764	27.738	196.063
	Juizados	51.929	43.367	72.053
	Turma Recursal	19.289	18.626	33.075
DF	Varas	43.804	22.753	155.603
	Juizados	19.858	22.326	55.366
	Turma Recursal	5.084	8.996	5.673
GO	Varas	36.294	15.023	108.857
	Juizados	25.048	22.022	34.651
	Turma Recursal	6.864	5.549	4.878
MA	Varas	14.340	9.134	59.840
	Juizados	48.099	47.116	71.059
	Turma Recursal	1.683	1.784	4.546
MG	Varas	115.842	49.869	358.617
	Juizados	88.446	68.550	193.415
	Turma Recursal	18.226	13.538	22.376
MT	Varas	26.648	13.157	53.232
	Juizados	8.260	8.773	20.222
	Turma Recursal	2.007	1.681	651
PA	Varas	17.816	11.690	82.974
	Juizados	41.893	34.666	70.648
	Turma Recursal	4.427	4.876	4.619

SEÇÕES JUDICIÁRIAS		QUANTIDADE DE PROCESSOS		
		DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
PI	Varas	8.766	3.787	39.186
	Juizados	30.385	30.230	65.809
	Turma Recursal	2.003	1.264	1.499
RO	Varas	11.318	3.867	24.338
	Juizados	12.398	8.753	25.268
	Turma Recursal	3.670	2.764	1.378
RR	Varas	2.965	1.142	10.710
	Juizados	10.195	11.418	7.493
	Turma Recursal	Autorizado o funcionamento no final de 2007. Dados consolidados com a SJ/AM		
TO	Varas	6.937	2.065	9.282
	Juizados	6.969	6.494	7.532
	Turma Recursal	1.821	2.331	850
TOTALS	VARAS	369.289	166.886	1.168.969
	JUIZADOS	362.323	322.860	658.305
	TURMA RECURSAL	69.650	64.757	82.446

Fonte: Sistema Processual da Primeira Instância – Diest/Secin.

Gráfico 7
Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas varas federais

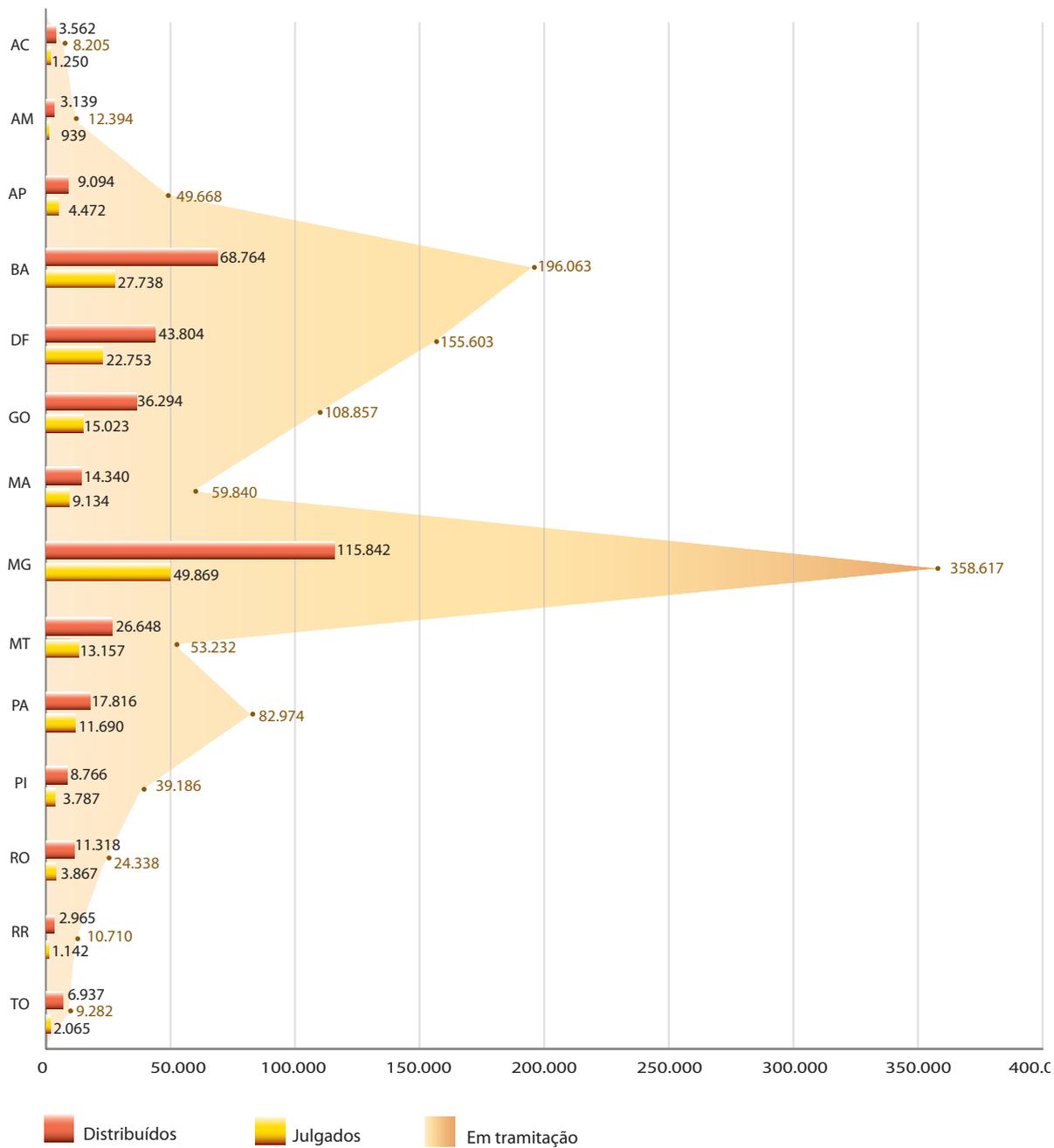


Gráfico 8
Processos distribuídos, julgados e em tramitação nos Juizados Especiais Federais

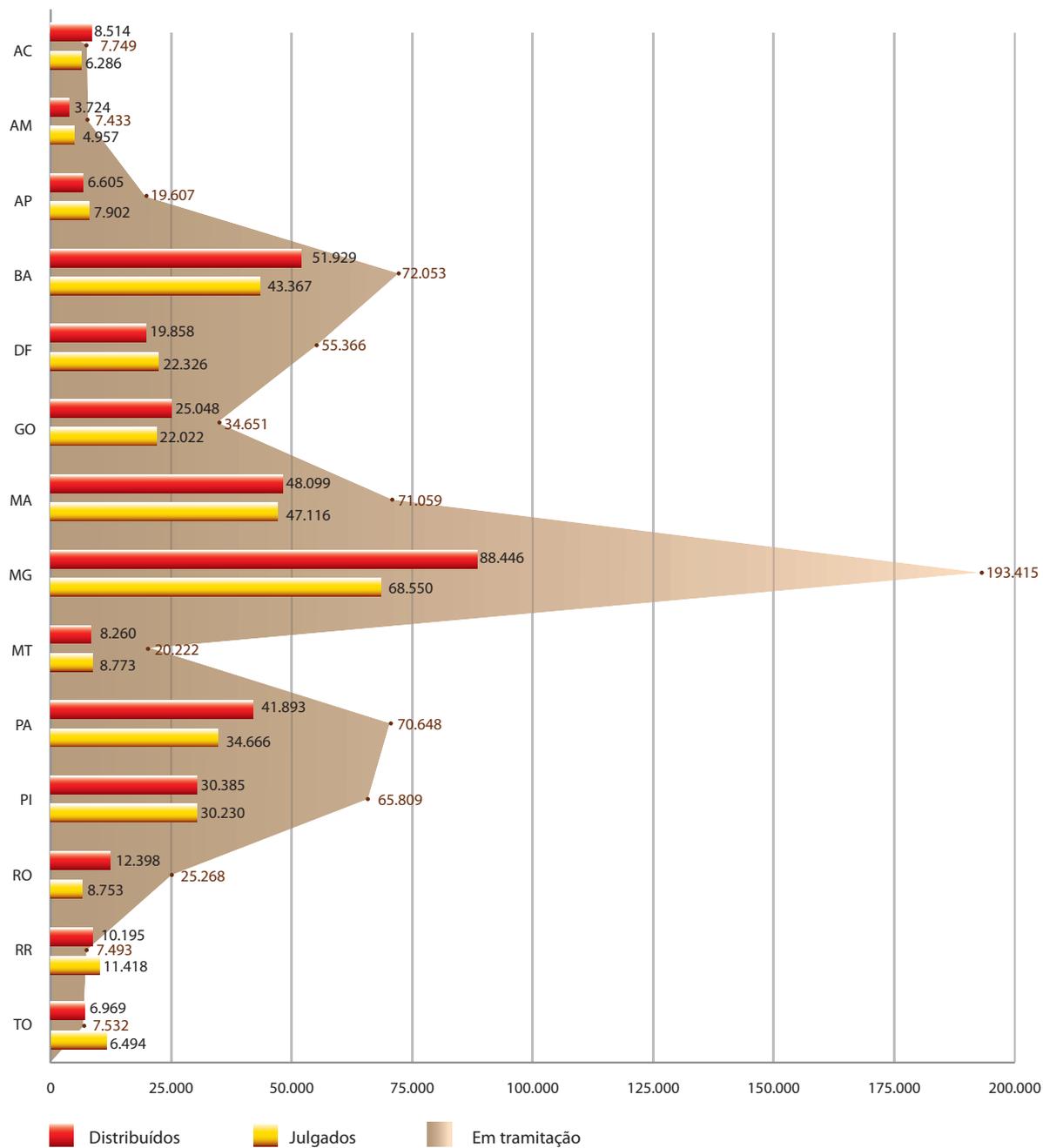
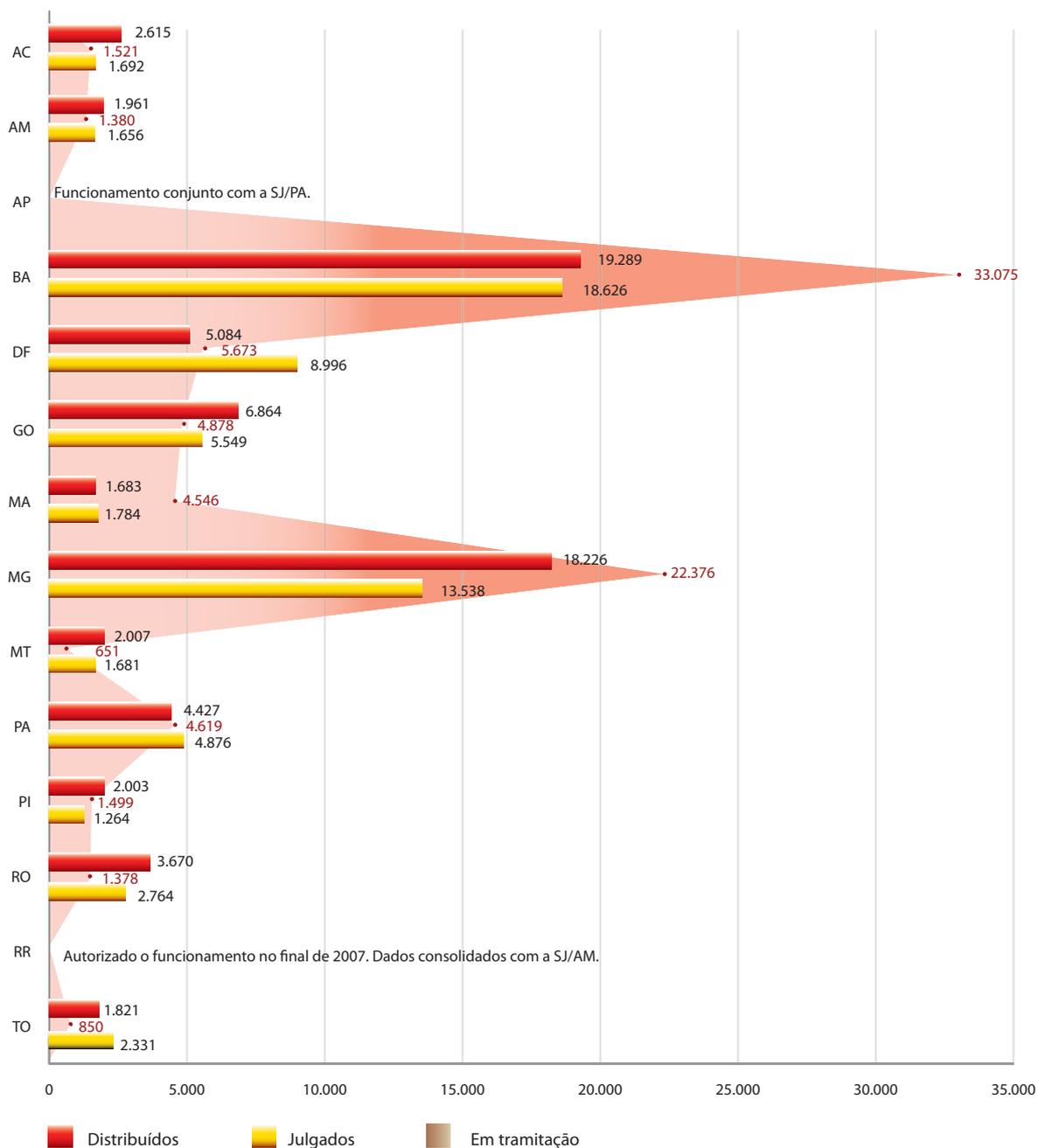


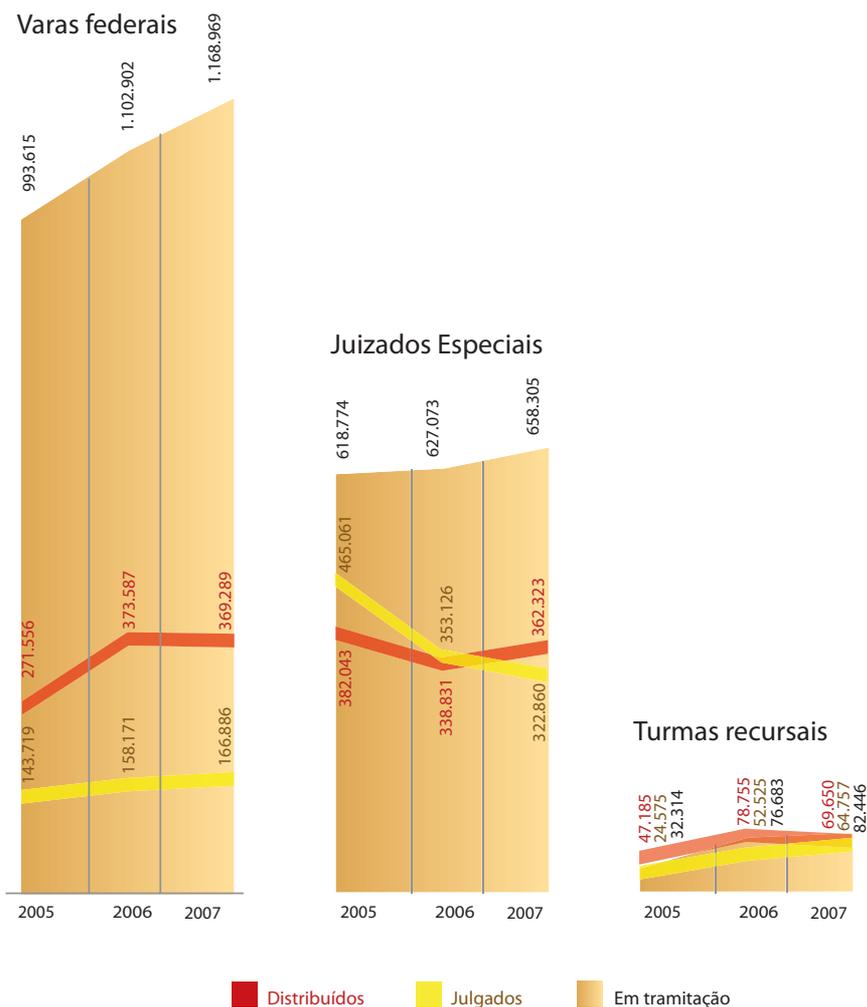
Gráfico 9
Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Turmas Recursais



Quadro 38
Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Seccionais

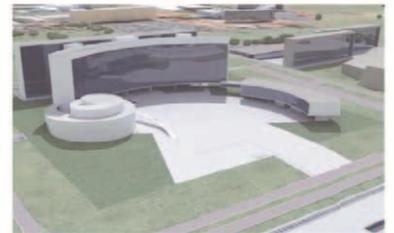
ÓRGÃOS JULGADORES	DISTRIBUÍDOS			JULGADOS			EM TRAMITAÇÃO		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Varas	271.556	373.587	369.289	143.719	158.171	166.886	993.615	1.102.902	1.168.969
Juizados	382.043	338.831	362.323	465.061	353.126	322.860	618.774	627.073	658.305
Turmas Recursais	47.185	78.755	69.650	24.575	52.525	64.757	32.314	76.683	82.446
TOTAL	700.784	791.173	801.262	633.355	563.822	554.503	1.644.703	1.806.658	1.909.720

Gráfico 10
Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Seccionais



COJEF

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS





Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região – Cojef foi exercida pelo Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves até 04/11/2007. Em 05/11/2007, tomou posse o novo Coordenador, Desembargador Federal Cândido Ribeiro, eleito pela Corte Especial Administrativa em sessão do dia 11/10/2007, para o biênio 2007-2009.



ARQUIVO DA ASCOM

Discurso do Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, que passa a Coordenação dos JEFs da Primeira Região ao novo empossado. Na mesa, o Desembargador Federal Cândido Ribeiro, empossado, a Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do Tribunal, e Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico do Brasil.



ARQUIVO DA ASCOM

Desembargador Federal Cândido Ribeiro, empossado novo Coordenador dos JEFs para o biênio 2007-2009, profere discurso.

No ano de 2007, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região priorizou:

- o início de funcionamento dos JEFs já implantados, que resultou no total de 21 JEFs adjuntos a varas federais instaladas no interior;
- o melhoramento das condições de funcionamento dos Juizados e das Turmas Recursais;
- a organização das Turmas Recursais na Primeira Região.

Novos Juizados Especiais Federais em funcionamento

Entraram em funcionamento 21 JEFs adjuntos a varas federais instaladas no interior dos Estados que compõem a Primeira Região, relacionadas no Quadro 39. Todavia, conforme demonstrado nos quadros e gráficos, ainda é excessiva a quantidade de processos em tramitação.

Quadro 39
Início do funcionamento de JEFs adjuntos

ESTADO	MUNICÍPIO	DATA DE INÍCIO AUTORIZADA	PORTARIA/PRESI
Bahia	Barreiras	16/01/2007	600-503 de 19/12/2006
	Feira de Santana	15/10/2007*	600-098 de 26/04/2007
	Jequié	21/05/2007	600-95 de 13/04/2007
	Juazeiro	01/03/2007	600-502 de 19/12/2006
	Paulo Afonso	13/08/2007*	600-118 de 23/05/2007
	Vitória da Conquista	1º/03/2007*	600-47 de 28/02/2007
Goiás	Anápolis	27/06/2007	600-135 de 08/06/2007
	Aparecida de Goiânia	15/01/2007*	600-470 de 30/11/2006
	Rio Verde	12/02/2007	600-469 de 30/11/2006
Maranhão	Caxias	13/04/2007*	600-27 de 06/02/2007
Mato Grosso	Rondonópolis	15/10/2007	600-134 de 06/06/2007
	Sinop	17/09/2007	600-131 de 08/06/2007
	Cáceres	11/06/2007*	600-110 de 03/05/2007
Minas Gerais	Governador Valadares	18/09/2007	600-133 de 05/06/2007
	Ipatinga	17/09/2007	600-162 de 11/07/2007
	Montes Claros	27/08/2007*	600-129 de 05/06/2007
	Pouso Alegre	03/10/2007	600-159 de 11/07/2007
	Passos	10/09/2007	600-132 de 01/06/2007
	São Sebastião do Paraíso	10/09/2007	600-160 de 11/07/2007
	Sete Lagoas	06/08/2007	600-146 de 26/06/2007
	Varginha	04/09/2007*	600-161 de 11/07/2007
Pará	Santarém	15/10/2007*	600-226 de 28/09/2007

* Funcionamento adiado.

Quadro 40

Quantidade e tipos de Juizados e Turmas Recursais

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Varas de JEF	27
JEF adjunto a varas de capital	12
JEF adjunto a varas de interior	41
JEF destacado	2
TOTAL DE JEFs EM FUNCIONAMENTO	82
Turmas Recursais	15
Vara de JEF com processos virtuais	27

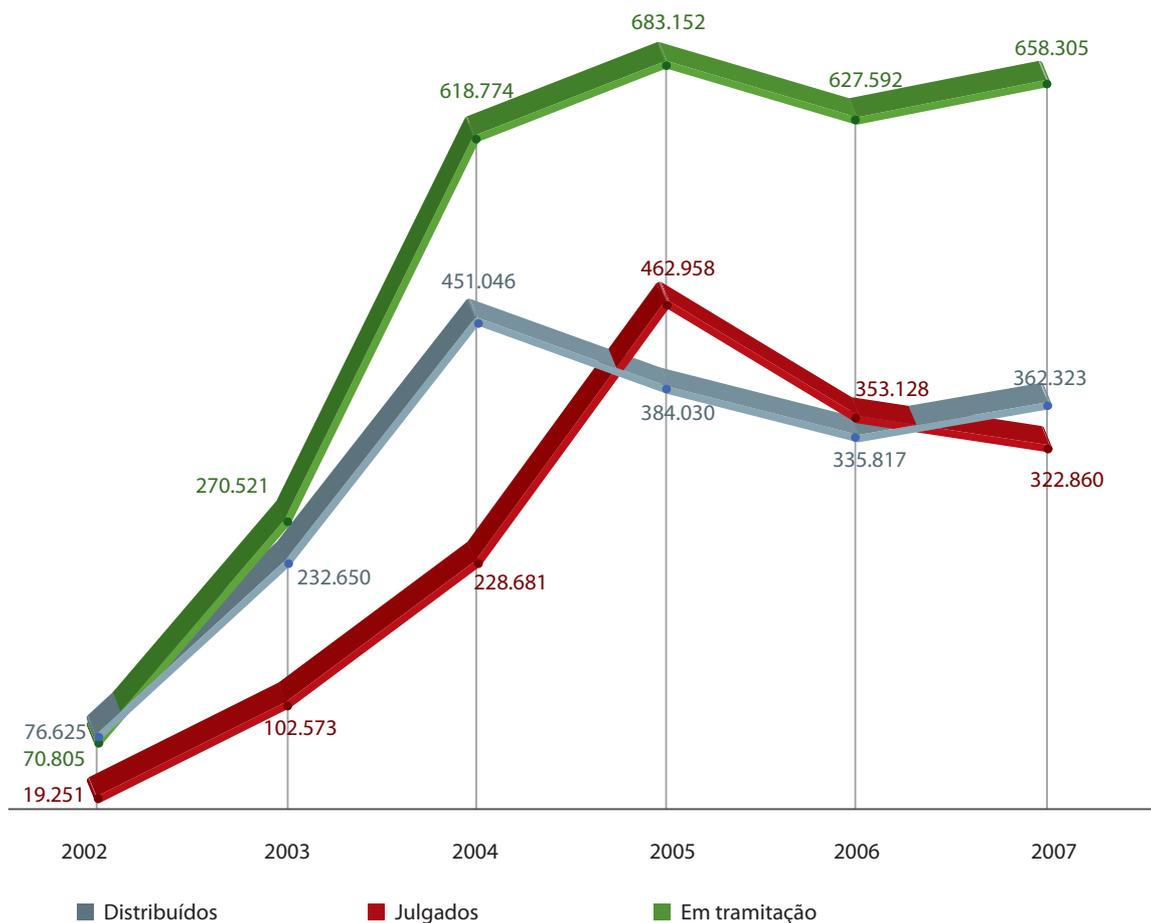
Quadro 41

Movimentação de processos nos JEFs da Primeira Região

ANO	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
2002	76.625	19.251	70.805
2003	232.650	102.573	270.521
2004	451.046	228.681	618.774
2005	384.030	462.958	683.152
2006	335.817	353.128	627.592
2007	362.323	322.860	658.305

Gráfico 11

Comparativo anual da movimentação de processos nos JEFs da Primeira Região



Juizado Virtual

Importante instrumento para acelerar a prestação jurisdicional, o JEF virtual tem por objetivo eliminar a movimentação física de processos por meio de recursos como petição e assinatura digital, citação e intimação por *e-mail* e marcação automática de audiências. Ademais, sua adoção proporciona relevante economia de papel e espaço físico, além de mobiliários para a guarda dos processos.

A edição da Lei 11.419, de 19/12/2006, acompanhando as fortes inovações no campo das tecnologias de informação e de comunicação, marca o início de transformações radicais na transmissão de dados e informações na área judicial.

O uso de meio eletrônico na tramitação de processos, incentivado pela norma, incitou buscas de aprimoramento de procedimentos no TRF 1ª Região. Entre eles, pode-se destacar o Recurso Extraordinário eletrônico – e-RE e o Sistema de Citação e Intimação Eletrônica – e-Cint.

Recurso Extraordinário eletrônico – e-RE

A Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal encaminhou o primeiro processo — número 2004.34.00.907093-8, originário da 24ª Vara do Distrito Federal — totalmente eletrônico, desde o protocolo da petição inicial até a remessa do recurso ao Supremo Tribunal Federal, em 05/10/2007, inaugurando uma nova fase de transmissão de informações judiciais.

O fato determina limites, pois tal processo judicial nasceu, trafegou e alcançou o ápice da estrutura do Poder Judiciário sem o uso sequer de uma folha de papel.

Sistema de Citação e Intimação Eletrônica – e-Cint

A Lei 10.259/2001, que prevê expressamente a intimação das partes por meio eletrônico (art. 8º, § 2º), possibilitou a instituição do Sistema de Citação e Intimação Eletrônica, que privilegia os critérios de

simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, previstos no art. 2º da Lei 9.099/1995.

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, sob a coordenação da Cojef e o acompanhamento da Coger, em 2006, o e-Cint esteve em funcionamento experimental no Distrito Federal, Minas Gerais, Acre, Maranhão e Rondônia. Em 2007, por meio da Resolução/Presi 600-13, de 19/12/2006, o sistema foi estendido às demais seccionais.

O sistema e-Cint é uma ferramenta que proporciona a otimização dos procedimentos de trabalho e a aplicação da inteligência institucional para significativas reduções de custos e de prazos, pois permite que, nos processos virtuais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, as partes, os advogados e procuradores de entes públicos, previamente cadastrados, possam ser citados e intimados via correio eletrônico.

Perfeitamente acoplável ao Sistema de Envio de Petição por Meio Eletrônico – e-Proc, o e-Cint, além de ser um sistema facultativo, aproxima a Justiça e o jurisdicionado, bastando para a sua completa operação apenas a adesão dos interessados no processo.

Processo físico e processo virtual

Para um panorama sobre a situação do acervo dos processos judiciais, com ênfase nos virtuais, foram elaborados e estão a seguir apresentados quadros e gráficos que trazem uma sucessão de estados e a posição no final de 2007 do acervo processual.

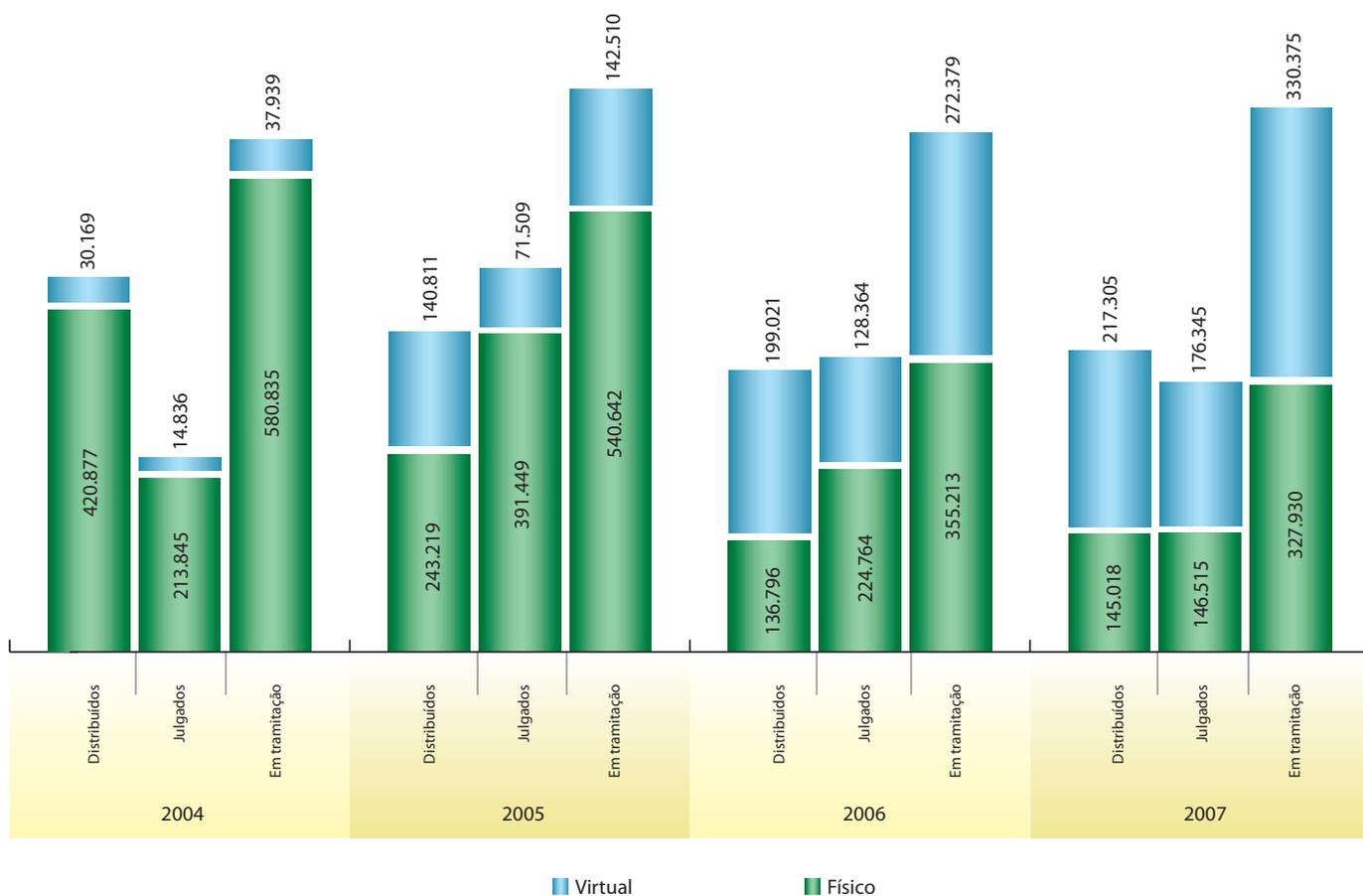
Os dados apresentados permitem uma análise da evolução da transformação dos processos físicos em virtuais. Chama-se a atenção para as Seções Judiciárias do Tocantins, de Rondônia e de Roraima, que demonstram distintos desempenhos no que diz respeito à virtualização.

Quadro 42
Composição do acervo dos JEFs

TIPO	2004			2005			2006			2007		
	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO									
Físico	420.877	213.845	580.835	243.219	391.449	540.642	136.796	224.764	355.213	145.018	146.515	327.930
Virtual	30.169	14.836	37.939	140.811	71.509	142.510	199.021	128.364	272.379	217.305	176.345	330.375
TOTAL	451.046	228.681	618.774	384.030	462.958	683.152	335.817	353.128	627.592	362.323	322.860	658.305

Fonte: Sistema Processual de Primeira Instância.

Gráfico 12
Evolução da composição do acervo dos JEFs



Quadro 43
Composição do acervo de processos no JEF (por Seção Judiciária)

SEÇÃO JUDICIÁRIA	DISTRIBUÍDOS			JULGADOS			EM TRAMITAÇÃO		
	FÍSICO	VIRTUAL	% VIRTUAL	FÍSICO	VIRTUAL	% VIRTUAL	FÍSICO	VIRTUAL	% VIRTUAL
AC	1.339	7.175	84,3	1.453	4.833	76,9	392	7.357	94,9
AM	3.951	2.654	40,2	5.187	2.715	34,4	11.527	8.080	41,2
AP	1.167	2.557	68,7	1.549	3.408	68,8	2.019	5.414	72,8
BA	34.651	17.278	33,3	23.382	19.985	46,1	52.258	19.795	27,5
DF	664	19.194	96,7	9.788	12.538	56,2	9.199	46.167	83,4
GO	12.049	12.999	51,9	14.132	7.890	35,8	22.527	12.124	35,0
MA	7.862	40.237	83,7	6.047	41.069	87,2	15.527	55.532	78,1
MG	60.068	28.378	32,1	66.601	1.949	2,8	154.043	39.372	20,4
MT	2.963	5.297	64,1	3.079	5.694	64,9	4.092	16.130	79,8
PA	8.896	32.997	78,8	9.395	25.271	72,9	24.208	46.440	65,7
PI	10.640	19.745	65,0	4.793	25.437	84,1	30.143	35.666	54,2
RO	112	12.286	99,1	399	8.354	95,4	1.264	24.004	95,0
RR	656	9.539	93,6	707	10.711	93,8	689	6.804	90,8
TO	0	6.969	100,0	3	6.491	100,0	42	7.490	99,4
SUBTOTAL	145.018	217.305	60,0	146.515	176.345	54,6	327.930	330.375	50,2
TOTAL	362.323			322.860			658.305		

Fonte: Sistema Processual de Primeira Instância.

Gráfico 13
Percentual de processos virtuais em ordem decrescente

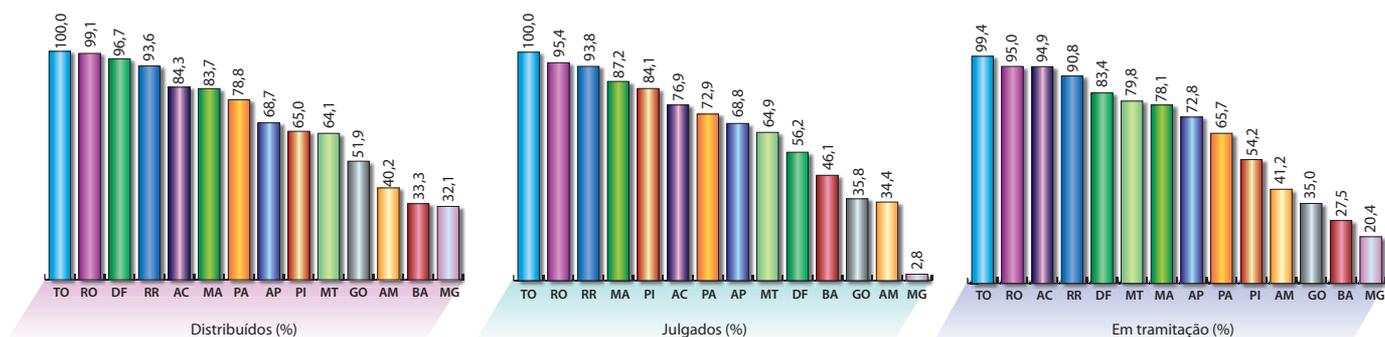
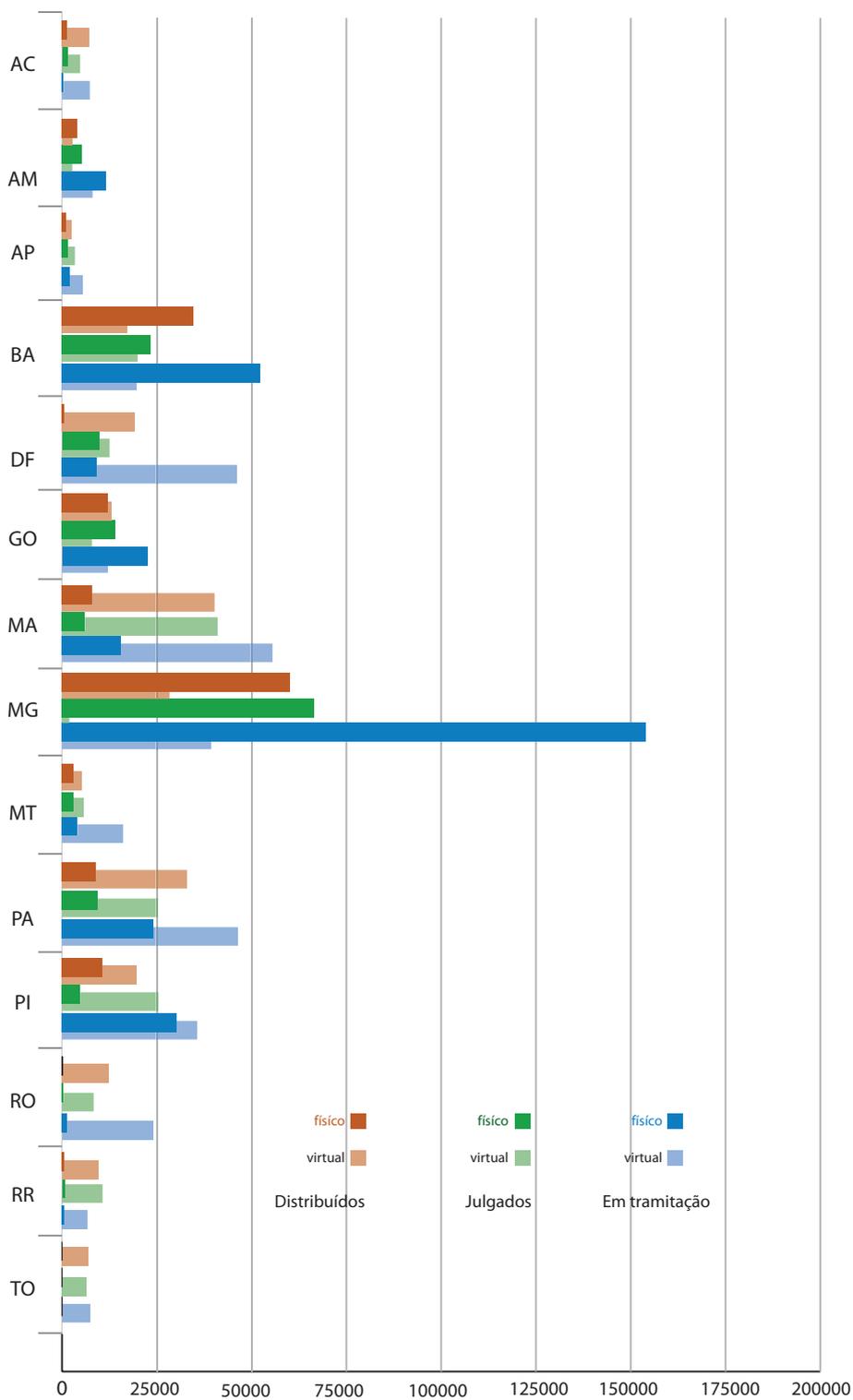


Gráfico 14
Composição do acervo de processos no JEF por Seção Judiciária



Juizados Especiais Federais itinerantes

Já conhecidos em boa parte dos Estados que compõem a Primeira Região, os Juizados Especiais Federais itinerantes, em 2007, contabilizaram 17.738 ações ajuizadas, tendo sido atendidas 25.845 pessoas, realizadas 17.074 audiências e proferidas 16.428 sentenças.

Quadro 44
Juizados Especiais Federais itinerantes realizados
(competência: cível e previdenciária)

ESTADO	CIDADE	FASES	PERÍODO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	PROCESSOS SENTENCIADOS
AC	Tarauacá	Divulgação	07 a 09/05/2007	1.330	1.891	1.330	1.323
		Atermação	20 a 29/05/2007				
		Audiências	20/08 a 02/09/2007				
AM	Rio Preto da Eva	Divulgação	17 a 20/01/2007	250	750	232	229
		Atermação	29/01 a 03/02/2007				
		Audiências	12 a 20/03/2007				
	Itacoatiara	Divulgação	28 a 31/03/2007	734	2.176	690	725
		Atermação	09 a 14/04/2007				
		Audiências	20/05 a 02/06/2007				
	Presidente Figueiredo	Divulgação	07 a 10/08/2007	457	1.500	454	439
		Atermação	10 a 15/09/2007				
		Audiências	22/ a 31/10/2007				
	Manacapuru	Divulgação	27 a 30/08/2007	1.734	4.500	1.657	1.665
		Atermação	24 a 29/09/2007				
		Audiências	19 a 30/11/2007 e 09 a 15/12/2007				
	Benjamin Constant	Divulgação	Não houve	637	1.770	592	583
		Atermação	Não houve				
		Audiências	04 a 11/11/2007				

ESTADO	CIDADE	FASES	PERÍODO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	PROCESSOS SENTENCIADOS
AP	Vitória do Jari e Laranjal do Jari	Divulgação	05 e 06/03/2007	729	919	766	441
		Atermação	28/05 a 31/05/2007				
		Audiências	21/05 a 25/05/2007				
	Tartarugalzinho e Pracuúba	Divulgação	17 a 21/09/2007	357	704	397	346
		Atermação	24 a 28/09/2007				
		Audiências	22 a 27/10/2007				
GO	Posse	Divulgação	08 e 09/02/2007	875	900	752	855
		Atermação	05 a 09/03/2007				
		Audiências	17 a 25/05/2007				
	Morrinhos	Divulgação	11 e 12/06/2007	606	720	604	606
		Atermação	09 a 13/07/2007				
		Audiências	13 a 21/09/2007				
MT	Pontes e Lacerda	Divulgação	05 a 07/02/2007	2.475	2.760	2.554	2.443
		Atermação	05 a 11/03/2007				
		Audiências	16 a 27/04/2007				
MG	Santa Maria do Suaçuí	Divulgação	18/05 a 08/07/2007	2.344	1.254	2.107	2.045
		Atermação	09 a 13/07/2007				
		Audiências	23 a 31/08/2007				
	Taiobeiras	Divulgação	08/01 a 04/02/2007	1.553	1.851	1.448	1.405
		Atermação	05 a 09/02/2007				
		Audiências	26/03 a 30/03/2007				
	Pedra Azul	Divulgação	19/03 a 15/04/2007	2.040	1.865	1.910	1.801
		Atermação	16 a 20/04/2007				
		Audiências	28/05 a 08/06/2007				
RO	Jaru	Divulgação	13 a 15/06/2007	385	934	378	369
		Atermação	26 a 29/06/2007				
		Audiências	15 a 19/10/2007				
TO	Tocantinópolis e Ananás	Divulgação	26/02 a 02/03/2007	1.232	1.351	1.176	1.153
		Atermação	16 a 26/04/2007				
		Audiências	30/07 a 17/08/2007				
TOTAIS				17.738	25.845	17.047	16.428

* valor aproximado

Segundo informações da Coordenação dos Juizados da Seccional do Amazonas – Cojef/AM, o Estado com o maior número de itinerantes já realizados, de 2003 a 2007, foram 88 cidades contempladas com o projeto.

Para realizar seis itinerantes na Seccional do Amazonas, foram disponibilizados, em 2007, R\$ 348.954,67. Desse valor, foram gastos apenas

R\$ 309.187,26, economizando-se R\$ 39.767,41 com 4.854 processos julgados, tendo ainda sido realizado um sétimo itinerante. Esse resultado extremamente positivo se deu em virtude das medidas implementadas pela Cofej/AM, tais como o apoio da Força Aérea Brasileira e da Polícia Federal nos traslados e a participação de acadêmicos, estagiários voluntários e servidores municipais nas fases de atermação e instrução.

Quadro 45
Itinerantes no Estado do Amazonas

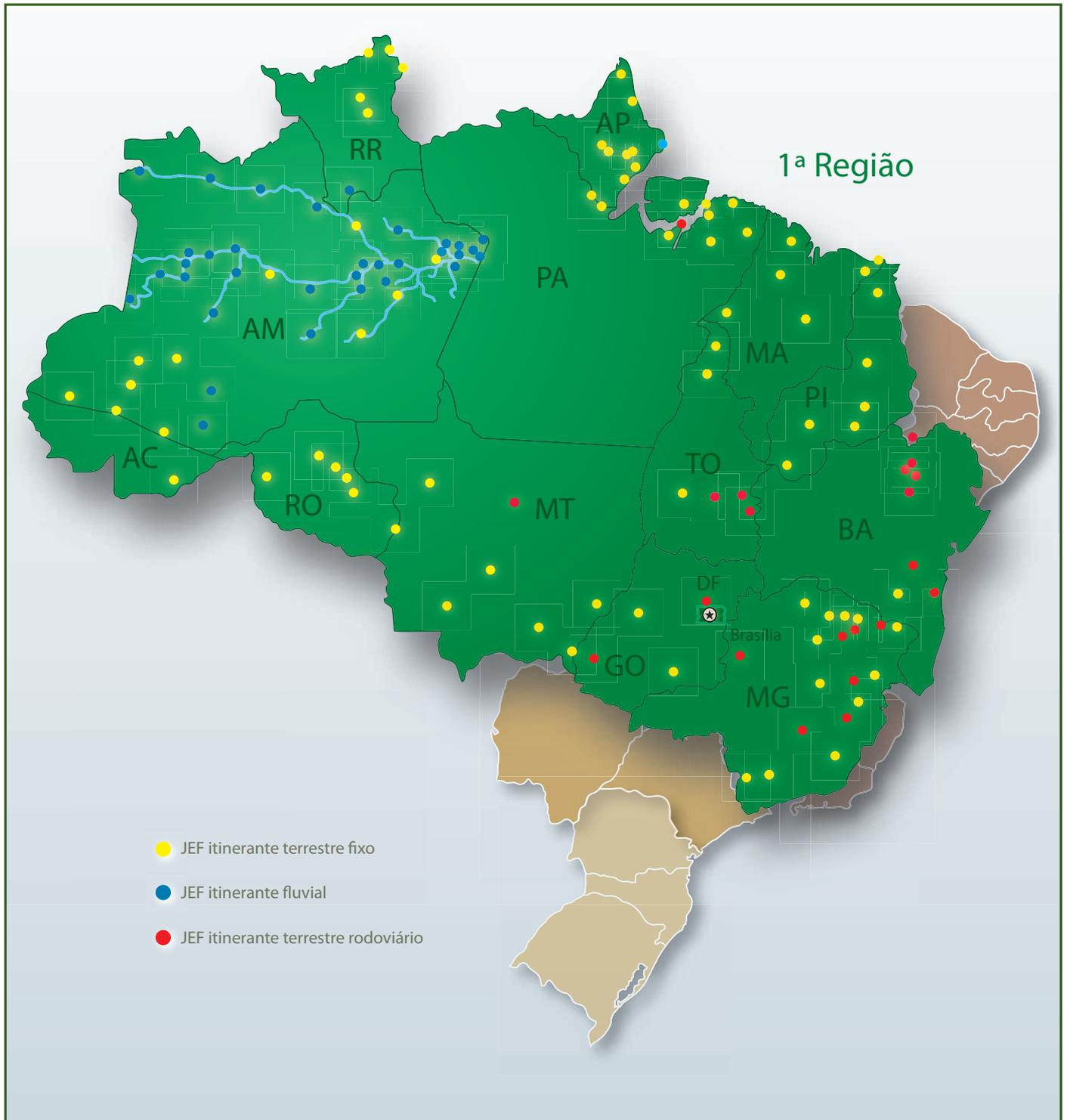
MUNICÍPIOS QUE RECEBERAM EQUIPES DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL ITINERANTE	ATENDIMENTOS	AÇÕES AJUIZADAS	ACORDOS E SENTENÇAS PROCEDENTES	TOTAL ANUAL DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (R\$)	TOTAL ANUAL EM RPVs	TOTAL ANUAL DE BENEFÍCIOS TEMPORÁRIOS
Silves ¹	210	70	49	53.580,00		
Rio Preto da Eva	750	250	160	467.780,00	65.668,90	
Itacoatiara	2.176	734	415	1.207.230,00	129.981,47	145.540,00
São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá ²	2.916	972	817	1.151.020,00	1.097.200,00	551.150,00
Presidente Figueiredo	1.500	457	285	881.767,49	253.858,62	63.460,00
Manacapuru	4.500	1.734	956	2.622.106,00	412.885,96	451.060,00
Benjamin Constant ³	1.770	637	236	117.040,00	1.074.500,00	6.080,00
TOTAIS	13.822	4.854	2.918	6.500.523,49	3.034.094,95	217.290,00

1 Os processos de Silves foram ajuizados em 2004.

2 Os processos de São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá foram ajuizados em 2006.

3 Os processos de Benjamin Constant são remanescentes de 2003 e 2004.

JEFs realizados



Turmas Recursais

Em 2007, foram criadas mais duas Turmas Recursais: a 3ª Turma Recursal de Minas Gerais e a Turma Recursal de Roraima, que foi desmembrada da Turma Recursal do Amazonas, passando os Juizados Especiais Federais da Primeira Região a contar com 15 Turmas Recursais em funcionamento.

A Seção Judiciária do Estado do Amapá é a única que não conta com Turma Recursal instalada. Os recursos impetrados contra atos de magistrados do JEF dessa Seccional são analisados na Turma Recursal do Pará.

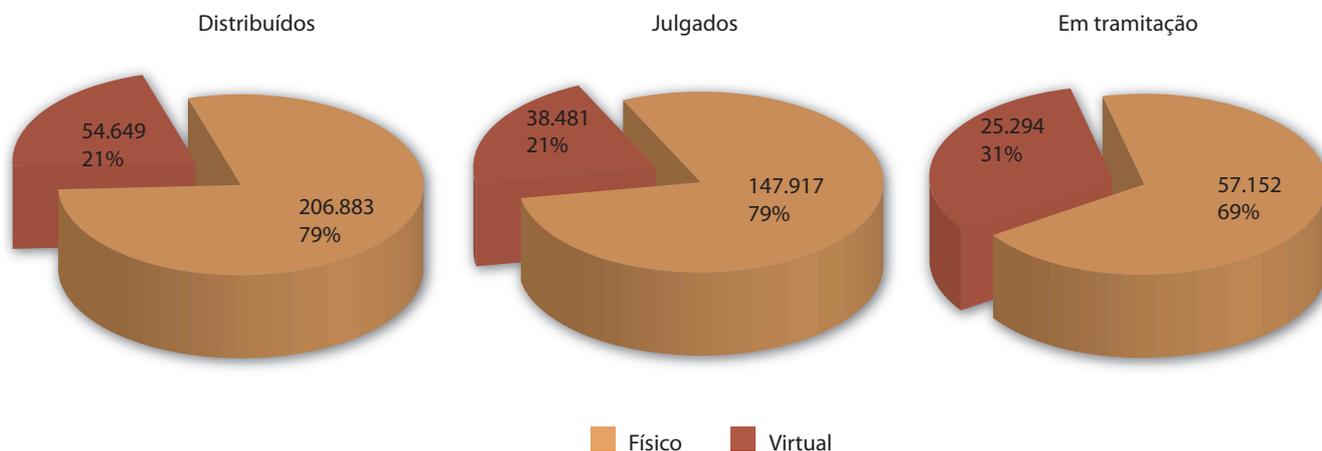
Quadro 46

Composição do acervo de processos nas Turmas Recursais (por Seção Judiciária)

SEÇÃO JUDICIÁRIA	DISTRIBUÍDOS			JULGADOS			EM TRAMITAÇÃO		
	FÍSICO	VIRTUAL	% VIRTUAL	FÍSICO	VIRTUAL	% VIRTUAL	FÍSICO	VIRTUAL	% VIRTUAL
AC	397	2.218	84,8	304	1.388	82,0	313	1.208	79,4
AM/RR	1.648	313	16,0	1.656	0	0,0	1.067	313	22,7
BA	6.514	12.775	66,2	13.010	5.616	30,2	18.463	14.612	44,2
DF	961	4.123	81,1	1.077	7.919	88,0	1.708	3.965	69,9
GO	5.643	1.221	17,8	5.055	494	8,9	3.875	1.003	20,6
MA	1.107	576	34,2	1.674	110	6,2	3.945	601	13,2
MG	18.197	29	0,2	13.536	2	0,0	22.348	28	0,1
MT	1.149	858	42,8	1.126	555	33,0	288	363	55,8
PA/AP	3.943	484	10,9	4.866	10	0,2	4.112	507	11,0
PI	1.485	518	25,9	1.264	0	0,0	980	519	34,6
RO	143	3.527	96,1	154	2.610	94,4	37	1.341	97,3
TO	28	1.793	98,5	20	2.311	99,1	16	834	98,1
SUBOTAL	41.215	28.435	40,8	43.742	21.015	32,5	57.152	25.294	30,7
TOTAL	69.650			64.757			82.446		

Até o final de 2007, não havia dados cadastrados no sistema processual relativos à Turma Recursal de Roraima.
Fonte: Sistema Processual de Primeira Instância

Gráfico 15
Composição do acervo de processos na Turma Recursal

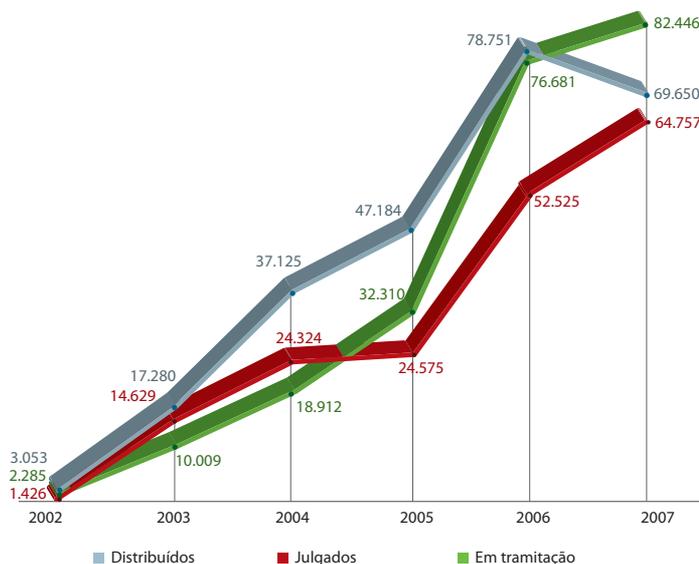


Quadro 47
Crescimento das Turmas Recursais na Primeira Região

ANO	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
2002	3.053	1.426	2.285
2003	17.280	14.629	10.009
2004	37.125	24.324	18.912
2005	47.184	24.575	32.310
2006	78.751	52.525	76.681
2007	69.650	64.757	82.446

Fonte: Sistema Processual de Primeira Instância.

Gráfico 16
Demonstrativo do crescimento das Turmas Recursais na Primeira Região



Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência

Em 2007, foram realizadas quatro sessões de julgamento da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, que resultaram no julgamento de 442 incidentes de uniformização.

Dos 872 recursos extraordinários encaminhados à Turma Regional de Uniformização, 98 não foram admitidos e 774 foram julgados prejudicados. A quantidade de autos remetidos ao Supremo Tribunal Federal com agravo de instrumento totalizou 17 processos.



Reunião da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência realizada no dia 15 de junho.

Conciliação

A mudança de paradigma, no qual o litígio cede terreno à conciliação, ganha força entre os operadores jurídicos, representantes de órgãos costumadamente presentes (CRF, Emgea, INSS e União) e os próprios jurisdicionados.

Da busca dessa harmonização, em 2006, nasceu o Projeto de Conciliação dos Juizados Especiais Federais, no âmbito dos JEFs, que vê nas práticas conciliatórias um meio de atender o mais prontamente possível aos reclamos dos cidadãos. Em 2007, foram homologados nos JEFs mais de 10 mil acordos.

Quadro 48

Sessões da Turma Regional de Uniformização

DATA	PROCESSOS JULGADOS
02/04	111
15/06	181
31/08	113
19/10	37
TOTAL	442



Abertura do II Seminário sobre Conciliação dos JEFs na Primeira Região.

O projeto visa:

- evitar o ajuizamento de novas demandas cuja matéria esteja pacificada na jurisprudência;
- dar solução às causas que necessitam de maior celeridade na tramitação (concessão de benefícios previdenciários);
- permitir que os juízes e os advogados possam melhor empregar o seu tempo no estudo e implantação de novas teses jurídicas.

Em 2006, a Cojef aderiu ao movimento pela conciliação Conciliar é Legal, instituído pelo CNJ. O

projeto, em 2007, foi ampliado e resultou na Semana Nacional da Conciliação, realizada de 03 a 08/12, com a mobilização de mais de 100 magistrados, 300 servidores e inúmeros réus das capitais dos 14 Estados que compõem a Primeira Região.

▀ 5.354 audiências marcadas;

▀ 4.758 audiências realizadas;

▀ 5.798 pessoas atendidas;

▀ 2.935 acordos;

▀ Valores negociados: R\$ 14.194.840,02;

▀ 6 palestras.

II Seminário sobre Conciliação nos JEFs da Primeira Região



Abertura do II Seminário sobre Conciliação nos JEFs na Primeira Região.

Em parceria com a Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf e com o suporte da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Piauí, a Cojef realizou, de 17 a 19/10/2007, o II Seminário sobre Conciliação nos JEFs, em Teresina.

Com o objetivo de oferecer conhecimento que possibilite o aprimoramento das técnicas de conciliação, o evento destinou-se a profissionais que atuam nos JEFs da Primeira Região: presidentes das Turmas Recursais, coordenadores, magistrados, procuradores e representantes do INSS, da AGU e da CEF e advogados.

As atividades do seminário, que contou com 110 participantes, consistiram em diversas palestras e *workshops*.

Na oportunidade, foram aprovados três enunciados, a saber:

- ◆ **ENUNCIADO 1** – É válida a cláusula resolutiva, parcial ou total, que sujeite a perfeição do acordo homologado judicialmente à não ocorrência de litispendência ou coisa julgada, bem como em caso de pagamento em duplicidade a possibilidade de desconto de parcelas eventualmente recebidas.
- ◆ **ENUNCIADO 2** – É ônus processual da parte ré alegar litispendência, conexão, prevenção ou coisa julgada, sem prejuízo do controle exercido pelo sistema informatizado do Poder Judiciário, principalmente por ocasião da distribuição e da expedição de RPV ou Precatório.
- ◆ **ENUNCIADO 3** – O prévio requerimento administrativo é imprescindível para o encaminhamento de proposta de acordo por parte do INSS, salvo em caso de itinerante em localidade de difícil acesso.

Parcerias estratégicas para os JEFs

Em parceria com entidades de ensino, mediante celebração de convênios, visando à ampliação do serviço de assistência jurídica, a Cojef buscou alianças com diversas instituições (Quadro 49).

As entidades parceiras cederão o espaço, o mobiliário e o equipamento necessários para atender aos interessados. Quando se tratar de estabelecimentos de ensino, haverá as figuras do aluno assistente, a quem compete executar os procedimentos, e de um professor designado pela instituição para realizar a supervisão das atividades.

No posto de Paracatu/MG, que atende também a população dos 37 municípios jurisdicionados

à Subseção de Patos de Minas/MG, aconteceu uma experiência inédita. O TRF 1ª Região instalou um posto de Juizado Federal em um município onde não havia vara federal. O feito mereceu o destaque da Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães, durante a solenidade de instalação ocorrida em 26/02/2007, no Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Atenas.

No Estado do Amazonas, está em andamento um outro convênio com o Comando Militar da Amazônia, que busca na guarnição das Forças Armadas o efetivo necessário para mobiliar o posto de peticionamento.

Quadro 49
Convênios assinados

EMPRESA	CIDADE/ESTADO	CONVÊNIO/ PROCESSO ADMINISTRATIVO	OBJETO	VIGÊNCIA
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC	Ilhéus/BA	1/2007 720/2006	Parceria entre o TRF 1ª Região e a UESC para instalação de Posto de Peticionamento do JEF.	10/08/2012
Infraero	Brasília/DF	2/2007 7313/2007	Parceria entre a SJ/DF e a Infraero, com interveniência do TRF 1ª Região para instalação de posto avançado do JEF.	08/02/2008
Universidade Federal de Viçosa – UFV	Viçosa/MG	3/2007 6038/2006	Parceria entre o TRF 1ª Região e a UFV para instalação de posto de avançado do JEF	15/10/2012
Faculdade do Oeste de Minas – Fadom	Divinópolis/MG	6/2007 4374/2007	Parceria entre o TRF 1ª Região e a Fadom para instalação de posto de avançado do JEF	03/12/2012

Posto do Aeroporto Juscelino Kubitschek

Inaugurado, em 08/10/2007, pela Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e pela Desembargadora Assusete Magalhães, o posto avançado do Juizado Especial é uma parceria entre a Seção Judiciária do Distrito Federal e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que possibilita atendimento a usuários de serviços aéreos.

A medida atende a determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ para a instalação de cinco postos de Juizados, distribuídos nos Aeroportos de Congonhas e Cumbica, em São Paulo, Santos Dumont e Tom Jobim/Galeão, no Rio de Janeiro, e Juscelino Kubitschek, em Brasília, devido à crise no setor aéreo brasileiro.



Ministra Ellen Gracie na solenidade de inauguração do Posto do Juizado Especial, no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek.

Mutirão de Castanhal

No período de 05 a 09/11/2007, a Subseção Judiciária de Castanhal/Pará realizou esforço concentrado visando à redução da pauta de audiências no JEF.

Durante os trabalhos, verificou-se que o perfil socioeconômico dos jurisdicionados era de pessoas desprovidas de recursos e, na maioria, analfabetas, com dificuldades para se deslocar até a cidade de Castanhal — uma vez que residem, a maior parte, em zonas rurais localizadas às margens de rios e estradas de difícil acesso — e para entender as informações que lhes são repassadas.

Quadro 50
Desempenho do mutirão do JEF de Castanhal

AUDIÊNCIAS	PROCESSOS SENTENCIADOS				TOTAL
	ACORDOS OBTIDOS	PEDIDOS PROCEDENTES	PEDIDOS IMPROCEDENTES	EXTINTOS	
558	310	42	46	23	421

Normas propostas

- Recondição dos presidentes das Turmas Recursais e coordenadores dos JEFs, até o término do mandato dos diretores do foro (Ato/Presi 1104-906 de 09/11/2007).
- Criação da Terceira Turma Recursal de Minas Gerais (Resolução/Presi 600-016 de 28/11/2007).
- Criação da Turma Recursal de Roraima (Resolução/Presi 600-03 de 21/05/2007).
- Dispensa da jurisdição de origem para magistrados que integram as Turmas Recursais em Seções Judiciárias com quantidade de varas superior a 15.

Galeria dos coordenadores de JEFs

Os Desembargadores Federais Selene de Almeida e Ítalo Fioravante Sabo Mendes foram homenageados no dia 31/08/2007, com a aposição de suas fotografias na Galeria dos Coordenadores dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, inaugurada no saguão de entrada do Edifício Cabo Frio, na Avenida W3 Norte, onde estão instalados os Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do DF.

A homenagem foi conduzida pela Presidente do TRF 1ª Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, e pelo Coordenador dos Juizados Espe-

ciais Federais da Primeira Região, Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves.

Na ocasião também ocorreu a inauguração da Galeria dos Coordenadores do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Flávio Dino Costa, Moacir Ferreira Ramos e Daniela de Melo Queiroz, e dos Presidentes da Turma Recursal do JEF da Seccional do Distrito Federal, Juízes Federais Jamil Rosa Oliveira e Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros.



ACERVO DA ASCOM

A Presidente, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, e o Coordenador dos JEFs da Primeira Região, Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, inauguram a Galeria de Coordenadores dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, no Edifício Cabo Frio.



ACERVO DA ASCOM

Da esquerda para a direita: Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, Juíza Federal Gilda Maria Sigmaringa Seixas, Juíza Federal Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros, Desembargador Federal Carlos Olavo, Juiz Federal Moacir Ferreira Ramos, Desembargador Federal Plauto Ribeiro, aposentado do TRF, Juíza Federal Sônia Diniz Viana, Desembargadora Federal Selene de Almeida e Juiz Federal Anselmo Gonçalves da Silva.

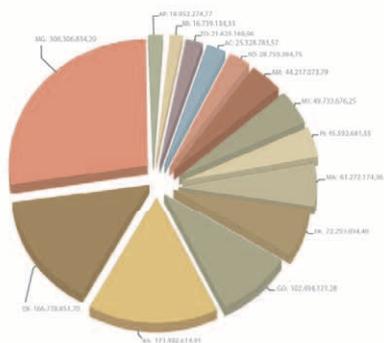


ACERVO DA ASCOM

Desembargadores Federais Selene de Almeida e Ítalo Fioravanti Sabo Mendes na Galeria dos Coordenadores dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.

ESMAF

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO



A Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf, sob a direção dos Desembargadores Federais Olindo Menezes e Cândido Ribeiro, Diretor e Vice-Diretor respectivamente, destacou-se pela relevante atuação na formação, no aperfeiçoamento e na reciclagem de conhecimentos técnico-jurídicos dos magistrados.

Além da organização de cursos, conferências e seminários, participou de diversas atividades e encontros voltados para o aprimoramento institucional e a definição de políticas e metodologias para a seleção, formação, aperfeiçoamento e especialização dos juízes federais.

Consciente de que os tempos atuais exigem conhecimentos cada vez mais amplos e multidisciplinares, a Esmaf manteve cursos de níveis básico, intermediário e avançado de latim, inglês, alemão, francês e italiano, abrangendo conhecimentos gramaticais, desenvolvimento de comunicação oral, leitura e compreensão de textos, artigos e literatura jurídica, que foram abertos à participação de magistrados e servidores.

Magistrados de Moçambique, em visita ao Tribunal, foram apresentados às instalações do Centrejufe e conheceram de perto o funcionamento da Esmaf. Participaram da visita o Vice-Presidente do Tribunal Supremo de Moçambique, Juiz Conselheiro Luiz Filipe Sacramento; o Chefe da Inspeção Judicial do Tribunal Supremo, Juiz Conselheiro Valentim Sambo, e o Chefe da Cooperação Internacional da Corte de Justiça de Moçambique, Juiz Conselheiro Ernesto Luis Cuambe, com o objetivo de intercambiar informações e experiências sobre o Poder Judiciário.

LUIZ C. B. XAVIER



A Presidente, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, e dirigentes do Tribunal recebem magistrados de Moçambique em visita à Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.

Curso de Formação para Juízes Federais Substitutos

Os 41 juízes federais substitutos aprovados no XII concurso participaram, no período de 26 de junho a 5 de julho, do curso de preparação e formação para magistrados recém-empossados, no qual a Esmaf enfatizou o desempenho das atividades judicantes inerentes à magistratura federal.

O Diretor da Esmaf, Desembargador Federal Olindo Menezes, proferiu palestra que teve como tema a Escola de Magistratura. O evento foi abrilhantado pela presença do Desembargador Federal aposentado Alberto José Tavares Vieira da Silva, que proferiu aos novos juízes aprovados no XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região a palestra Prisão Processual: modalidades e pressupostos.



LUIZ C. B. XAVIER

O Diretor da Esmaf, Desembargador Federal Olindo Menezes; a Presidente do Tribunal, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, e o Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto, na abertura do Curso de Formação para Juízes Federais Substitutos aprovados no XII concurso.



LUIZ C. B. XAVIER

Palestra do Desembargador Federal aposentado Alberto José Tavares Vieira da Silva aos juízes federais substitutos aprovados no XII concurso.

IX Encontro de Juizes Federais

O IX Encontro de Juizes Federais foi organizado pela Esmaf e pela Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, no período de 20 a 22 de junho, em Belo Horizonte/MG, onde foram debatidas as alterações na legislação processual civil, introduzidas com o propósito de modernizar o Poder Judiciário. O evento contou com a participação de 170 juizes federais.

MAURO PUTINI



Da esquerda para a direita: os Desembargadores Federais Tourinho Neto, Antônio Ezequiel da Silva e Olindo Menezes no IX Encontro de Juizes Federais.



MAURO PUTINI

Da esquerda para a direita: o Juiz Federal André Prado de Vasconcelos, Presidente da Ajufer/MG; o Desembargador Federal Olindo Menezes, Diretor da Esmaf; a Desembargadora Federal Assuete Magalhães, Presidente do Tribunal; o Juiz Federal Eduardo José Corrêa, Diretor do Foro da SJ/MG, e o Juiz Federal Charles Renaud Frazão Moraes, Presidente da Ajufer, no encerramento do IX Encontro de Juizes Federais.

I Encontro dos Juizes Administradores de Foro

Realizado nos dias 14 e 15 de junho, o I Encontro dos Juizes Administradores de Foro reuniu, em São Luís, os novos administradores das Seções Judiciárias da Primeira Região, que discutiram a necessidade de ampliação do conhecimento dos juizes administradores de foro na área administrativa, especialmente na administração de assuntos correlatos a recursos humanos e orçamento. Organizado pela Esmaf, pela Associação dos Juizes Federais da Primeira Região – Ajufer e pela Seção Judiciária do Estado do Maranhão, o encontro contou com a participação da Presidente do TRF, Desembargadora Federal Assuete Magalhães, de desembargadores federais, ministros do Superior Tribunal de Justiça e especialistas no tema Administração Judiciária.

MAURO PUTINI



I Encontro dos Juizes Administradores de Foro da Primeira Região.



ACERVO DA ASCOM

Participantes do I Encontro de Juizes Administradores de Foro.

I Seminário sobre Conciliação dos Juizados Especiais Federais na Primeira Região

Contando com a participação de 146 magistrados da Primeira Região, procuradores do INSS e advogados da Caixa Econômica Federal, foi realizado, no período de 17 a 19 de outubro, em Teresina/PI, o I Seminário sobre Conciliação dos Juizados Especiais Federais na Primeira Região, que levantou a temática relativa às técnicas de conciliação para os Juizados Especiais Federais da Primeira Região.



Abertura do I Seminário sobre Conciliação dos Juizados Especiais Federais na Primeira Região.

Participação em projetos

Representada por seu Diretor, a Esmaf participou ativamente na elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juizes Federais – PNA para o biênio 2008-2009, juntamente com os presidentes de todas as escolas de magistratura federal e juizes de várias partes do País. Aprovado por unanimidade pelo Conselho da Justiça Federal em agosto de 2007, o plano é pioneiro na uniformização de programas e ações de seleção, formação e aperfeiçoamento de juizes federais, bem como na busca do perfil condizente com as necessidades e demandas da sociedade moderna.

O Diretor da Esmaf também participou da reunião do Comitê das Escolas da Magistratura Federal – Cemaf, presidido pelo Coordenador-Geral da Justiça Federal e Diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Ministro Gilson Dipp, e composto pelos diretores das cinco escolas de magistratura federal, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião do XXIV Encontro Nacional dos Juizes Federais promovido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe. O Comitê foi criado com a finalidade de uniformizar regras para a seleção e o aperfeiçoamento dos juizes federais.

O ano de 2007 marca, ainda, o início da parceria formada entre a Esmaf e a Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – UniCorp, para a implementação de eventos presenciais e a distância aos magistrados. Serão utilizadas as instalações físicas da Escola, no Centrejufe, e oferecidas pela UniCorp ferramentas de tecnologia da informação, como internet e videoconferência, que possibilitarão a redução de custos e a diminuição de distâncias decorrentes da grande dimensão territorial da Primeira Região.

Outras atividades

- Elaboração de pareceres em processos referentes a afastamento de magistrados para realização de cursos.
- Acompanhamento dos relatórios de atividades dos juizes federais afastados para fins de estudo e encaminhamento à Corregedoria-Geral, conforme Quadro 51.

Quadro 51
Magistrados afastados para participar em cursos

JUIZ	PERÍODO	CURSO
André Prado de Vasconcelos	28/05 a 30/06/2005 e 09/07 a 05/08/2005 (concluiu mestrado em julho de 2007)	Cumberland School of Law – Samford University – Birmingham/EUA
Antônio Cláudio Macedo da Silva	20/08/2007 a 10/05/2008	Mestrado – Universidade de Michigan – Ann Arbor/EUA
Bruno Augusto Santos Oliveira	29/05 a 23/06/2006 30/05 a 27/07/2007	Mestrado – Cumberland School of Law – Samford University – Birmingham/EUA (2ª etapa do curso de mestrado)
Carlos Alberto Simões de Tomaz	13/03/2006 a 13/11/2007	Doutorado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo/RS
Helder Girão Barreto	Abril de 2007 a dezembro de 2010	Doutorado – UnB/UFRR/FLACSO
Hind Ghassan Kayath	2 anos, a partir de 05/02/2007	Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Ivanir César Ireno Júnior	2007, sextas-feiras, a partir das 13 horas	Mestrado – Universidade Católica do Rio de Janeiro (Portaria/Presi de 30/06/2007)
Guilherme Fabiano Julien de Rezende	Outubro de 2007 a julho de 2008	Mestrado – Universidade de Lisboa
Ivo Anselmo Höhn Júnior	2 anos, a partir de 13/08/2007	Doutorado – Universidade de São Paulo – USP
Marcelo Rebello Pinheiro	11/06 a 08/09/2007	Mestrado – Universidade de Brasília – UnB (afastamento para elaborar dissertação final do curso de mestrado)
Raquel Soares Chiarelli	17/09/2007 a 30/06/2008	Mestrado – Master 2ème année – Recherche – Mention Droit, Specialité Citoyennetés – Université de Franche-Comté
Rodrigo Navarro de Oliveira	27/04/2005 a 26/04/2007	Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Quadro 52
Eventos realizados pela Esmaf

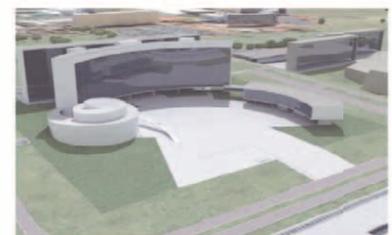
EVENTO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
Curso de Latim básico e avançado	Fevereiro a novembro	206 h	23
Curso de Inglês básico, intermediário e avançado	Fevereiro a novembro	576 h	32
Curso de Alemão instrumental	Fevereiro a novembro	128 h	11
Curso de Francês básico, intermediário e avançado	Fevereiro a novembro	576 h	40
Curso de Italiano básico e intermediário	Fevereiro a novembro	140 h	16
I Encontro de Juízes Administradores de Foro, realizado em São Luís/MA	14 e 15/06	11 h	48
Curso de Formação para Juízes Federais Substitutos da Primeira Região aprovados no XII concurso	26/06 a 05/07	80 h	41
Palestra proferida pelo Juiz do Supremo Tribunal Constitucional da Alemanha, Professor Udo Steiner	08/03	2 h	53
I Seminário sobre Conciliação dos Juizados Especiais Federais na Primeira Região, realizado em Teresina/PI	17 a 19/10	18 h	146
IX Encontro de Juízes Federais	20 a 22/06	20 h	149

Quadro 53
Participação do Diretor da Esmaf em eventos externos

EVENTO	ENTIDADE PROMOTORA	PARTICIPANTES	DATA
I Reunião das Escolas de Magistratura Federais e Estaduais	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	Diretores de Escolas de Magistratura	10/08
II Reunião das Escolas de Magistratura Federais e Estaduais	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	Diretores de Escolas de Magistratura	20/08
III Reunião das Escolas de Magistratura Federais e Estaduais	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados no Rio de Janeiro	Presidentes dos TRFs e Diretores de Escolas de Magistratura	20/10
Reunião do Conselho de Aperfeiçoamento e Pesquisa do Conselho da Justiça Federal	Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ/CJF no Rio de Janeiro	Diretores de Escolas de Magistratura e Corregedores da Justiça Federal	30/10

DIGES

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA



A Diretoria-Geral da Secretaria – Diges, por determinação regimental, incumbe supervisionar, coordenar e dirigir todas as atividades administrativas da Secretaria de acordo com a orientação estabelecida pelo presidente e pelas deliberações do Tribunal.

A Secretaria do Tribunal, composta de duas assessorias, duas coordenadorias e oito unidades em nível de secretaria, atua em múltiplas atividades: projetos organizacionais, divulgação institucional, gestão orçamentária e financeira, apoio judiciário, cadastro e assentamento de magistrados, gestão de recursos humanos, administração de material e patrimônio, obras e serviços de engenharia, manutenção geral, tecnologia da informação, controle interno, benefícios sociais, gestão documental, divulgação da jurisprudência.

As unidades que compõem a Secretaria do Tribunal desempenharam suas atividades buscando a superação das dificuldades e obstáculos e perseguindo a eficiência, a qualidade, a produtividade, o aperfeiçoamento e a modernização dos serviços.

Nesse modelo gerencial participativo, cada unidade compartilha da visão, da missão e dos objetivos estratégicos a serem atingidos e partilha dos resultados obtidos.

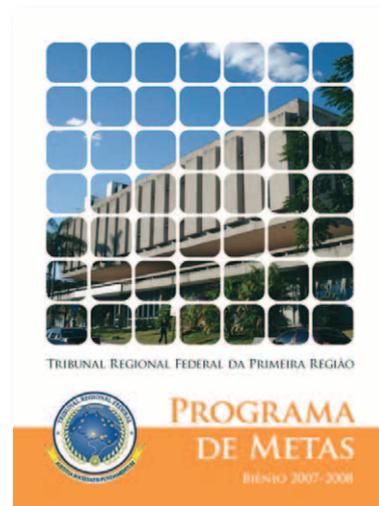
Assim, em 2007, as limitações orçamentárias foram superadas pela criatividade; o reduzido quadro de pessoal foi compensado pela determinação e dedicação dos servidores; o cansaço pelo esforço foi vencido pela alegria dos resultados alcançados, com o que foi assegurada a manutenção, a ampliação e a evolução dos serviços administrativos, a modernização dos equipamentos e das instalações e implementados projetos de grande importância para os jurisdicionados e a sociedade em geral.

A seguir são enumeradas, de forma breve, as principais realizações, que serão detalhadas nos relatórios de cada unidade técnica.

Planejamento estratégico da gestão

Iniciado o ano de 2007, uma das primeiras missões da Diges foi produzir — por meio do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag —, a pedido da Presidência, um planejamento visando à excelência da gestão.

Assim, foi concebido o Programa de Metas – Biênio 2007-2008, pioneiro na Primeira Região, para promover a melhor relação entre recursos, ações e resultados e orientar o desenvolvimento dos trabalhos.



Publicação do Programa de Metas – Biênio 2007-2008

O Programa de Metas – Biênio 2007-2008 seguiu metodologia baseada no mapeamento organizacional, em que se definiram a missão, os valores e a visão de futuro do Tribunal, para desenvolver-se o planejamento a partir de objetivos estratégicos realistas, oportunos, alcançáveis e mensuráveis, ou seja, levando-se em conta a realidade da Justiça Federal na Primeira Região, com abundância de demandas e escassez de recursos.

► **Objetivos estratégicos definidos:**

- ◆ primar pela excelência na gestão pública, tornando-a mais transparente e socialmente responsável;

- ♦ oferecer a melhor e mais célere prestação jurisdicional possível;
- ♦ descentralizar atividades e procedimentos para garantir a celeridade processual;
- ♦ garantir a estabilidade orçamentária;
- ♦ priorizar a valorização e o aperfeiçoamento do corpo funcional;
- ♦ renovar o parque tecnológico;
- ♦ fortalecer as imagens interna e externa da Justiça Federal da Primeira Região;
- ♦ criar um clima organizacional de cooperação, cordialidade, respeito e compromisso.

Definidos os objetivos, para atingi-los foram eleitas quatro diretrizes estratégicas:

I – Integração da Primeira Região;

II – Melhoria das instalações físicas;



Imagem aérea do terreno da nova sede do TRF 1ª Região.

III – Virtualização de processos judiciais;

IV – Eficiência dos serviços.

As diretrizes desdobraram-se em 26 metas, que traduzem os resultados esperados.

Metas estabelecidas, coube à Diges provisionar as dotações orçamentárias e os recursos financeiros; organizar e coordenar, de forma sincronizada, as equipes de trabalho; transmitir e receber informações; disponibilizar as ferramentas tecnológicas necessárias; controlar os prazos e os recursos; acompanhar e avaliar os resultados.

O acompanhamento do Programa de Metas está demonstrado no Quadro 54.

Investimento em melhores condições de trabalho

Construção da sede definitiva

Prestes a completar a segunda década de sua existência, o Tribunal enfrenta graves dificuldades no tocante às instalações físicas. As edificações, herdadas de outros órgãos, não comportam as necessidades específicas da Corte. Além disso, as unidades do Tribunal estão distribuídas em nove edifícios, localizados em diferentes endereços, distantes até 11 quilômetros da sede.

O grande dispêndio na manutenção desses edifícios e as dificuldades administrativas advindas da impossibilidade de se abrigarem os serviços e servidores num único local motivaram a Administração a não medir esforços para iniciar a construção da nova sede nesta gestão.

Em 2006, foram direcionados grandes esforços para a construção da tão necessária sede definitiva, com capacidade para acomodar de forma adequada todas as unidades jurisdicionais e administrativas no mesmo endereço. Para a confecção do projeto arquitetônico, foi contratada a empresa Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda.

O projeto foi desenvolvido com base no Programa de Necessidades elaborado pelo Tribunal, que resultou em uma projeção de área construída de 168.900 m², dos quais 59.885 m² destinam-se a garagens em subsolo. Suas instalações contarão com sistemas de aproveitamento de água, irrigação, prevenção, detecção e combate de incêndio, segurança patrimonial, supervisão predial, cabeamento de dados e voz, multimídia, ar-condicionado central, elevadores modernos.

Para dar funcionalidade ao trâmite de processos e ao fluxo das ações administrativas da Corte, a edificação compor-se-á de blocos distintos e interligados:

- Bloco A – Presidência, gabinetes de desembargadores federais e Biblioteca;
- Bloco B – Plenário, Corte Especial e Salão Nobre;
- Bloco C – Salas de julgamento (Turmas e Seções), Taquigrafia e Assessoria de Comunicação Social;

- Bloco D – Unidades administrativas e processantes, auditório e serviços.

Ao longo de 2007, muitas etapas foram vencidas. No dia 15 de junho, previamente à publicação do edital de licitação para a construção, em cumprimento ao estabelecido no art. 39 da Lei 8.666/1993, foi realizada audiência pública com a finalidade de se assegurar legitimidade ao procedimento e garantir transparência e efetivo controle popular da legalidade, da conveniência e oportunidade da licitação. Para a audiência pública foram convidados o Ministério Público e diversas autoridades e franqueada a participação de quaisquer interessados. Conforme ata lavrada, não se registrou nenhuma impugnação ou questionamento ao projeto.

Para se obter maior transparência, foi criada no *site* do Tribunal página denominada Construção da Nova Sede, que dá acesso a toda a documentação referente às ações relacionadas ao projeto, tais como editais, contratos, medições, pagamentos e recebimentos.

Com vistas a garantir os recursos orçamentários necessários, o Diretor-Geral assumiu a coordenação dos trabalhos e participou de várias reuniões, acompanhando a Presidente do Tribunal e intercedendo a parlamentares, à Comissão Mista de Orçamento, à Secretaria de Orçamento e ao Tribunal de Contas da União.

Em setembro, abriu-se procedimento para a realização da Concorrência 1/2007, visando à materialização do projeto arquitetônico concebido por Oscar Niemeyer, em que participaram duas construtoras e dois consórcios, reunindo cada um duas empresas.

Essa concorrência, após a fase de habilitação e por sugestão do Diretor-Geral, foi revogada devido ao entendimento, por parte deste, de que as exigências expostas no edital com relação à qualificação técnica e econômica pudessem ter restringido, em demasia, o número de empresas proponentes, frustrando-se o indispensável caráter competitivo da lici-

tação, em detrimento do interesse público na busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante disso, foi aberta a Concorrência 2/2007, da qual participaram uma empresa e três consórcios, que reuniram em sua totalidade oito empresas. No novo procedimento foram habilitados dois consórcios.

No dia 17 de dezembro, foi declarado vencedor o consórcio composto pelas empresas Via Engenharia S/A, Construtora OAS Ltda. e Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, pelo preço global de R\$ 479.975.774,14. Finalmente, em 21 de dezembro, houve a assinatura do contrato para início das obras, com prazo de execução previsto para cinco anos.

Importante destacar que, à primeira vista, parece ser uma obra cara. Todavia, o projeto é bastante simples, desprovido de luxo. Ocorre que o tamanho do Tribunal exige uma sede de grande dimensão para atender as necessidades de acomodação de seus desembargadores e servidores; toda a estrutura de julgamento para cerca de 250 mil processos ora em tramitação; apoio técnico e administrativo para o funcionamento da Corte e para a supervisão e orientação dos trabalhos desenvolvidos pelas 14 Seções Judiciárias, 42 Subseções Judiciárias e 194 varas federais.

Em ritmo acelerado se caminhou para atingir o alvo delineado na Meta 7 — Construção da Sede Própria para o Tribunal —, e, atualmente, em uma nova fase, as obras se encontram em pleno progresso.

LUIZ C. B. XAVIER



LUIZ C. B. XAVIER

Máquinas e caminhões revolvem terra e aplainam terreno onde será erguida a nova sede do TRF 1ª Região.

ACERVO DA AS.COM



Maquete da nova sede do TRF 1ª Região, com conclusão prevista para cinco anos.

Ampliação dos gabinetes dos desembargadores federais

Especial atenção foi dispensada às instalações dos gabinetes de desembargadores federais no Edifício Sede I, que muito padeciam de falta de espaço e de adequação do mobiliário. Essa foi uma das prioridades destacadas no Programa de Metas – Biênio 2007-2008, Meta 8, ação coordenada e acompanhada pessoalmente pelo Diretor-Geral.

A solução implementada foi a transferência de dez gabinetes do Edifício Sede I para o Edifício Sede II (antigo Anexo I), promovendo-se a ampliação de todos os gabinetes, que passaram a ter a área interna variando de 200 a 210 m², bem maior que a média de espaço de que dispunham, entre 103 e 108 m².

Para tanto, foi promovida a desocupação de cinco andares do Edifício Sede II, antes utilizados

pelas áreas administrativa e de apoio a julgamentos, que se encontram, atualmente, instaladas em outros edifícios.

Realizada a mudança, foi adquirido novo mobiliário, mais prático, moderno e funcional, para todos os gabinetes.

As mudanças promovidas tornaram muito mais confortável o ambiente de trabalho de desembargadores e servidores, o que, em consequência, deverá reverter em maior produtividade dos julgados.

Todas as mudanças foram realizadas com rigorosa organização e critério, não sendo necessária a paralisação dos serviços.



LUÍZ C. B. XAVIER

Conforto, beleza e praticidade nas acomodações e no mobiliário dos gabinetes de desembargadores federais.



Gabinete de desembargador federal com móveis antigos.

Gabinete de desembargador federal com novo mobiliário.

Fotos: Luiz C. B. Xavier

Outras obras e reformas

Visando à melhoria nos serviços, por meio de um ambiente de trabalho mais confortável para atendimento ao jurisdicionado, continuam os estudos quanto à viabilidade da reforma que visa à ampliação da área útil do Edifício Sede I, com ocupação, por unidades do Tribunal, da área externa sob o 2º pavimento, que atinge 770 m², no nível da Praça dos Tribunais Superiores.

No dia 17 de dezembro, foram descerradas as placas de entrega das obras de reforma dos Edifícios Sede I, Sede II e Adriana, que compõem as instalações físicas do Tribunal e necessitavam de profundas adaptações e modificações. Essas reformas denotam o esforço contínuo da Diges em alocar os recursos necessários para tornar o ambiente de trabalho o melhor possível à prestação jurisdicional e ao desempenho das atividades do órgão.

Outros importantes serviços de reforma, com várias etapas concluídas, receberam atenção da Di-

Apoio às Seções e Subseções Judiciárias

Por meio da Diges, o Tribunal presta total apoio técnico, administrativo, material e operacional em diversos serviços das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região, entre os quais se destacam:

- ▀▀▀▀ repasse de recursos orçamentários e financeiros;
- ▀▀▀▀ implantação de sistemas informatizados;
- ▀▀▀▀ fornecimento de equipamentos e tecnologia;
- ▀▀▀▀ treinamentos;
- ▀▀▀▀ construções, reformas, ampliações e adaptações de instalações.

A Diges alocou recursos e coordenou suas unidades técnicas nas ações necessárias à melhoria das instalações das novas Subseções Judiciárias e das Seções e Subseções Judiciárias já implantadas, a fim de propiciar atendimento digno aos jurisdicionados e condições de trabalho salutar aos magistrados e servidores. O Diretor-Geral acompanhou de perto o

desenvolvimento das ações relativas às construções e reformas.

- ▀▀▀▀ finalização do serviço de impermeabilização do Edifício Sede I e do Edifício Cidade de Cabo Frio;
- ▀▀▀▀ início das reformas do distribuidor geral do Edifício Sede I, o que permitirá a amenização das dificuldades elétricas atualmente enfrentadas;
- ▀▀▀▀ aquisição de equipamentos de ar-condicionado e substituição dos sistemas de condensação e fornecimento para os *racks* de informática;
- ▀▀▀▀ projeto básico de reformas e adaptações para a transferência da Gráfica para o Edifício Base Operacional;
- ▀▀▀▀ recebimento definitivo de obras pendentes: Centrejufe, Edifício Sede II, impermeabilização do Edifício Sede I.

desenvolvimento das ações relativas às construções e reformas.

Inauguração de novas sedes

- ▀▀▀▀ concluída a construção da sede da Subseção Judiciária de Caxias/MA, com inauguração em 10/12/2007.



MAURO PUTINI

Edifício Sede da Subseção de Caxias/MA.

- Foi realizado o acompanhamento sistemático das obras necessárias ao bom funcionamento dos três novos edifícios da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais — adquiridos no final de 2006 por força de decreto de desapropriação de 21/12/2006 —, que passaram a compor o Fórum Ministro Oscar Saraiva.

Construções em andamento:

- sede da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA;
- sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG;
- sede da Subseção Judiciária de Uberaba/MG;
- sede da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT;
- Ampliação do anexo da Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

Reformas e adaptações de edifícios

Todas as 14 Seções Judiciárias receberam serviços de reforma ou adaptação em suas instalações, que estão detalhados nos relatórios da Secor e da Secad.

Quanto às Subseções Judiciárias, foram contempladas com reformas: Ji Paraná/RO; Picos/PI, Marabá/PA; Aparecida de Goiânia/GO; Jequié/BA; Feira de Santana/BA; São João del-Rei/MG.

Novos projetos de construção de sedes, a exemplo de Cáceres, Guanambi, Vitória da Conquista, Passos, São Sebastião do Paraíso, Aparecida de Goiânia, Picos Campo Formoso, Paulo Afonso, estão na dependência de dotação orçamentária.



MAURO PUTINI



MAURO PUTINI



MAURO PUTINI

Novas sedes da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, que compõem o Fórum Ministro Oscar Saraiva. Da esquerda para a direita: Edifício Antônio Fernando Pinheiro, Edifício Euclides Reis Aguiar e Edifício Oscar Dias Corrêa, reformados e entregues em 2007.

Gestão do orçamento e controle preventivo

Repetiu-se esse ano a situação de cortes orçamentários, contingenciamentos e descontingenciamentos. As realizações do ano só foram possíveis devido ao planejamento aplicado, ao controle adequado e à boa execução orçamentária desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro; à definição de metas e prioridades pela Presidência e à orientação e coordenação proativa da Diges.

A provisão concedida à Primeira Região, em 2007, excluídos os valores relativos à execução de sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), foi de R\$ 1.444.972.243,11, dos quais foram descentralizados R\$ 1.131.996.669,90 para as Seccionais, sendo geridos pelo Tribunal R\$ 312.975.573,21.

O Diretor-Geral coordenou a administração coerente desses recursos, o que possibilitou a realização dos vários projetos priorizados no Programa de Metas – Biênio 2007-2008 e outros relativos às atividades essenciais do Tribunal, destacando-se especialmente os investimentos da ordem de R\$ 26.790.655,00, para a construção da sede do TRF 1ª Região, e de R\$ 23.347.563,33, para construção e reforma das sedes das Seções e Subseções Judiciárias e reforma dos demais edifícios do Tribunal.

A Diges orientou, ainda, diversos investimentos importantes realizados no ano, como os que permitiram a modernização tecnológica da Primeira Região em sistemas e equipamentos, atingindo mais de 29 milhões de reais.

Em decorrência do encerramento do ciclo do PPA 2004-2007, a Diges coordenou a elaboração da proposta para o quadriênio 2008-2011, que totalizou R\$ 1.147.990.224,57 para atendimento dos interesses relativos às atividades, benefícios e projetos da Primeira Região.

Quanto à atividade de controle interno, foram priorizadas as ações preventivas, que tornam

possível a identificação de eventuais irregularidades e orientam soluções para a gestão responsável e a racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

Prestação jurisdicional mais eficiente

A área judiciária colaborou na implantação de projetos que fizeram o Tribunal dar um salto de qualidade nos serviços prestados. A começar pela operação de verificação dos andamentos processuais para eliminar inconsistências ou incorreções nos dados lançados nos sistemas, que teve início no ano de 2007 e continuará no ano subsequente.

Em face da implantação do Protocolo Postal, coube-lhe a operacionalização do recebimento e encaminhamento das petições que ingressaram no Tribunal por essa sistemática. Nesse mesmo sentido de ampliação do protocolo judicial, a Diges atuou ainda na criação do e-Proc, que possibilita o recebimento de petições também por meio eletrônico. Ambos os projetos reduzem custos para o jurisdicionado e tornam mais fácil o acesso à Justiça.

Em mais uma inovação, foi assinada portaria que faculta ao jurisdicionado entregar não só petições mas também processos no Protocolo Judicial Externo – *Drive-Thru*. Essa decisão possibilita a diminuição de entraves no trânsito adjacente ao Tribunal e do número de pessoas nos corredores e elevadores dos edifícios do órgão, além de facilitar a devolução de autos pelos advogados e estagiários dos escritórios.

Com o objetivo de fazer face à grande demanda, a Diges está realizando estudos para propor a criação das Turmas Suplementares Previdenciárias, em moldes diferenciados das Turmas anteriores, uma vez que terão foco nos processos previdenciários. Os estudos estão se desenvolvendo, também, no sentido de encontrar uma formulação à proposta de criação de Câmaras Regionais Supletivas, como órgãos de julgamento em grau de recurso descentralizados do Tribunal. Tais propostas, entre outras, possibilitarão uma atividade fim mais eficiente.

Modernização dos serviços taquigráficos

A Meta 18 definiu a adoção de medidas de simplificação do trabalho e de incremento da produtividade como solução para a defasagem entre o quantitativo de taquígrafos no Tribunal e o crescente volume de trabalho nas sessões de julgamento judiciais e administrativas.

Por meio de suas áreas técnicas, substituiu todo o equipamento de informática do setor de modo que adequasse a estrutura para a implantação do *software* de gravação, uma solução integrada de informática para captura, armazenamento, gerência e disponibilização de áudio em meio digital.

O sistema, em fase de teste na taquigrafia, permitirá, brevemente, que o material capturado nas sessões seja disponibilizado para o público externo do Tribunal por meio da internet.

Gestão do capital humano

Ampliação dos quadros de magistrados e servidores

Especial atenção foi dedicada à conclusão do XII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da Primeira Região, iniciado em julho de 2006, que resultou na aprovação de 38 candidatos, dos quais 32 já tomaram posse e entraram em exercício. Também foram empossados dois candidatos remanescentes do concurso anterior.

Foi ainda concluído o concurso público iniciado em 2006 para preenchimento das vagas de Analista, Técnico e Auxiliar Judiciário existentes na Primeira Região e para formação de cadastro reserva, tendo sido nomeados 10 servidores para o Tribunal e 125 para as Seções Judiciárias.

Estudos para ampliação do Tribunal

Para viabilizar anteprojeto de lei que altera a composição dos cinco Tribunais Regionais Federais, a Diges participou, no âmbito deste Tribunal, dos estudos solicitados pelo Conselho da Justiça Federal – CJF.

Pela proposição, já aprovada pelo CJF, serão acrescidos oito cargos de Desembargador Federal, elevando-se para 35 o número de membros do Tribunal, criadas uma Seção e duas Turmas de Julgamento.

Quanto aos cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas, a proposta apresentada pelo TRF 1ª Região ainda não é a ideal, uma vez que limitada pelas restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Programa de Aceleração do Crescimento, todavia seu alcance irá amenizar as graves dificuldades impostas pelo reduzido quantitativo de pessoal. Aprovada pelo CJF, foi estendida a todos os outros TRFs, nos seguintes termos:

- padronização dos gabinetes de desembargadores federais, com lotação de 16 servidores, ou seja, acréscimo de mais um cargo de Analista Judiciário e uma função de Oficial-de-Gabinete (FC-05) a cada um deles;
- criação de cargos e funções correspondentes às unidades de processamento e apoio a julgamento dos novos órgãos julgadores;
- incremento da área administrativa na proporção de quatro cargos por gabinete criado;
- reforço do quadro com a recomposição decorrente da ampliação da Corte ocorrida em 2000, na proporção de três cargos para cada gabinete criado, sendo um de Analista Judiciário e dois de Técnico Judiciário.

Aperfeiçoamento e capacitação

Foram contemplados no Programa de Metas – Biênio 2007-2008 dois projetos de grande envergadura, voltados para excelência e integração institucional. Nas Metas 1 e 22 estão previstas, respectivamente, a implantação do sistema de videoconferência, para interligar todas as 57 unidades da Primeira Região, e a criação da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – UniCorp, com a finalidade de institucionalizar e promover o conhecimento, por meio do processo de educação permanente e do fortalecimento da Primeira Região e de seu capital humano.

Dada a amplitude geográfica da jurisdição da Primeira Região e o fenômeno crescente de interiorização, a UniCorp representa um avanço significativo e duradouro para intensificar a capacitação e o aprimoramento dos magistrados e servidores, bem como para a efetiva integração do Tribunal, das Seções e das Subseções Judiciárias.

Sua implantação representa um importante passo rumo ao aprimoramento da prestação jurisdicional, pela troca permanente de informações e o compartilhamento de experiências e soluções; redução e otimização de custos; racionalização do tempo; maior prontidão no atendimento de demandas; inovação da gestão do conhecimento e da gestão dos recursos logísticos e materiais.

De acordo com a programação, a conclusão dos estudos para implantação da universidade corporativa estava prevista para o primeiro trimestre de 2008. Porém, o Tribunal optou por agir proativamente e antecipar-se ao futuro pela relevância, amplitude e complexidade das providências envolvidas e pelo fato de ser oportuno o momento, em vista da recente aprovação, pelo Conselho da Justiça Federal, do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais da Justiça Federal – PNA para o biênio 2008-2009, que torna obrigatórios vários cursos e eventos para a magistratura, bem assim do Plano Nacional de Capacitação de Servidores.

A proposta da Diges, aprovada por unanimidade pelo Conselho de Administração, foi exaustivamente discutida e estudada pela Secretaria de Recursos Humanos, pelo Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional e pela Secretaria de Tecnologia da Informação desta Corte, contando com o apoio de colaboradores de outras áreas do Tribunal.

Como etapa preliminar da criação da UniCorp, foi implantado o programa de concessão de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação *lato sensu* aos servidores da Justiça Federal da Primeira Região, aprovado na sessão do dia 16/08/2007 do Conselho de Administração, que contemplou no Tribunal 32 servidores.



Quitação de verbas laborais

Diversos pleitos laborais foram contemplados. A Diges trabalhou, efetivamente, orientando a Secor na administração dos recursos visando à liquidação de pendências. Desse modo, foram possíveis os pagamentos de parte do passivo dos juros moratórios relativos aos 11,98%, de parte do reenquadramento previsto na Lei 11.416/2006, das sentenças judiciais não transitadas em julgado, das verbas de exercícios anteriores de adicional de tempo de serviço, substituições e horas extras.

Foi possível, também, garantir, no orçamento de 2008, os valores para pagamento da parte pendente relativa ao reenquadramento.

Auxílio-material escolar reconquistado

Conquista notável da área, no ano de 2007, foi o restabelecimento do auxílio-material escolar, que contempla magistrados e servidores com dependentes matriculados no ensino fundamental. O benefício havia sido suspenso desde 2003, pagando-se, com seu restabelecimento, inclusive, os benefícios retroativos a 2004.

Saúde e qualidade de vida

O Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região – Pro-Social e o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT desenvolveram valiosas ações para a prevenção de doenças e promoção da saúde e qualidade de vida no âmbito da Primeira Região.

Essencial exemplo dos avanços nessa área foi a implantação definitiva da realização de exames periódicos de avaliação da saúde dos magistrados e servidores. Iniciado em junho de 2007, em atendimento à Meta 24 — Qualidade de Vida dos Magistrados e Servidores — do Programa de Metas do Tribunal – Biênio 2007-2008, o serviço já atendeu 634 pessoas no Tribunal.

A campanha educativa Semana do Coração, a vacinação contra a gripe e as campanhas odontológicas para adultos, jovens e crianças, já tradicionais no Pro-Social, buscaram, além do atendimento prestado à clientela, o esclarecimento sobre as doenças, suas causas, sintomas e como preveni-las, bem como a diminuição dos casos de afastamento do trabalho.

O PGQVT desenvolveu ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida e à manutenção de um ambiente de trabalho salutar, por meio de projetos que incentivam um estilo de vida ativo e saudável baseado em atividades físicas, culturais e de lazer; educação nutricional; controle do estresse e das doenças ocupacionais; desenvolvimento de habilidades e do potencial criativo; combate ao uso do tabaco, álcool e outras drogas.

A Primeira Região trabalhando integrada

Videoconferência

Com a visão de trabalho em conjunto, o Programa de Metas – Biênio 2007-2008 trouxe a integração da Primeira Região como diretriz para vários projetos. A Diges empenhou-se na coordenação e gerenciamento de suas diversas áreas para tornar

possível o projeto de videoconferência, cujos equipamentos, suficientes e necessários à comunicação entre as diversas Seccionais da Primeira Região, estão sendo adquiridos.

A implantação de um sistema de tamanha complexidade — abrange não só a comunicação de pessoas com o uso de áudio e vídeo mas também o compartilhamento de materiais e informações de trabalho sem deslocamento físico e em tempo real — permitirá a melhoria da prestação jurisdicional na Primeira Região, principalmente porque possibilitará aos juizes domiciliados em cidades diversas reunirem-se virtualmente, o que resultará em maior celeridade os julgamentos.

Outro aspecto importante é que, com a criação da UniCorp, muitos eventos de treinamento poderão ser realizados a distância para as Seções e Subseções Judiciárias, além de ser possível a sustentação oral virtual e a oitiva de testemunhas a distância.

Sistema de Bibliotecas

O Tribunal, desde sua criação, almejava o trabalho em rede das bibliotecas do Tribunal e das 14 Seções Judiciárias, visando à facilitação do trabalho de intercâmbio de informações, principalmente no que se refere a documentos normativos.

Após tanto tempo, em 2007, foi possível a aquisição do Sistema Integrado de Bibliotecas – Pergamum, que permite a automação e administração das bibliotecas da Primeira Região, promovendo celeridade nas consultas formuladas pelos usuários, independência na renovação de empréstimos de livros, consulta à legislação do Tribunal, inclusive com suas alterações integrais de texto. O sistema segue padrão internacional de gerenciamento de dados.

A orientação e coordenação do Diretor-Geral quanto à alocação dos recursos para tal aquisição foram fundamentais. O Tribunal está realizando treinamento com todos os bibliotecários da Primeira Região para uso do sistema antes de sua definitiva implantação.

Protocolo Postal

Ao celebrar convênio de cooperação técnica com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT para recebimento, de qualquer ponto do território nacional, de petições destinadas à Primeira Região, o Tribunal inaugurou uma nova forma de acesso do jurisdicionado à Justiça Federal, principalmente daquele de menor poder aquisitivo.

Por meio desse serviço, será possível encurtar as distâncias para os jurisdicionados, pois, onde houver uma agência dos Correios, haverá a possibilidade de ajuizar uma ação na Justiça Federal, apresentar uma petição incidental ou um recurso, utilizando-se de envelope ou caixa do Serviço de Encomenda Expressa dos Correios – Sedex e pagando-se apenas o valor da postagem dos documentos.

A criação do serviço de Protocolo Postal, por meio da Resolução 600-012 de 08/10/2007, foi uma realização das mais importantes, pois, além de abrir as portas para os jurisdicionados, efetivamente integra o Tribunal, suas Seções e Subseções Judiciárias.

Novas soluções eletrônicas

Em 2007, além da relevante ampliação do parque tecnológico do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias, foram desenvolvidas importantes ferramentas virtuais voltadas para a otimização da prestação jurisdicional, a unificação dos sistemas judiciais, o controle de dados, a centralização das informações, a modernização dos serviços, a integração da Primeira Região e a virtualização dos processos judiciais. Destacam-se a seguir algumas dessas ferramentas.

► Sistema Virtual Judicial – e-JUS. De acordo com o planejado na Meta 17 do Programa de Metas, foi iniciado o desenvolvimento do e-JUS, cujos objetivos são: a unificação dos sistemas judiciais da Justiça Federal da Primeira Região de primeiro e segundo grau — JEF Virtual, Processual, Execução Fiscal Virtual, Juris, Requisição de Pagamentos (precatórios e RPVs); a centralização das informações do Tribunal e a virtualização dos

Protocolo Postal
Integração da Primeira Região
Uma parceria do TRF 1ª Região com os Correios

Agora você já pode encaminhar, por SEDEX, petições e recursos para a Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região.

O que é o Protocolo Postal
É o envio, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, de petições e recursos que tenham como destinatário o órgão da Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região. Sua utilização é facultativa e de exclusiva responsabilidade das partes processuais, inclusive em situações que envolvam urgência.

Como funciona
As petições e recursos devem ser encaminhadas em envelopes ou caixas SEDEX. No momento da postagem, o usuário deve indicar que o destinatário dos Correios é, na verdade, o órgão da Justiça Federal, e ser realizada a identificação do remetente, que deverá conter:
+ o endereço eletrônico do órgão da Justiça Federal;
+ horário em que o envelope é postado;
+ nome, estado civil e assinatura do remetente.

Os envelopes ou caixas SEDEX devem ser assim endereçados:
+ ao nome "Destinatário";
+ nome da Unidade da Justiça Federal da Primeira Região (Exemplo: Subseção Judiciária de Teresopolis);
+ expressão "PROTÓCOLO POSTAL";
+ endereço completo da Unidade da Justiça Federal, com o CEP, 2 – no campo "Destinatário", nome e endereço completos do usuário, com o CEP.

Para conhecer o Protocolo Postal da Primeira Região, acesse a página eletrônica www.trf1.gov.br. menu: Serviços > Protocolo Descentralizado > Protocolo Postal.

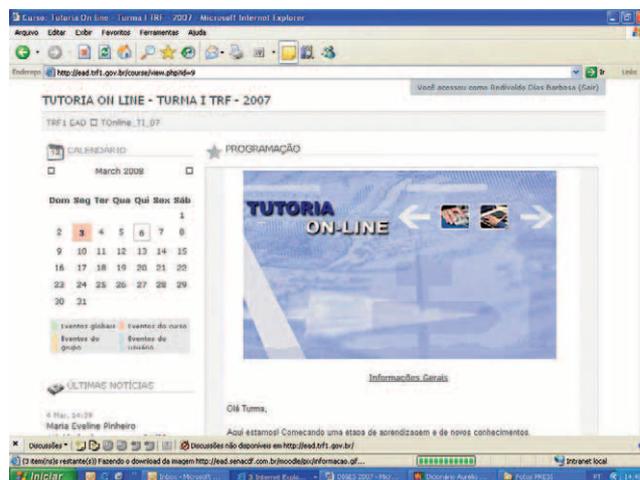
processos judiciais. Também foram incluídos no projeto os sistemas e-Proc (peticionamento eletrônico), e-Cint (citação e intimação eletrônica) e as funcionalidades do sistema e-DOC, que possibilita o gerenciamento de modelos de documentos e peças processuais. Com o novo sistema, as movimentações processuais poderão ser acompanhadas com mais rapidez e transparência e haverá melhor coleta de dados e reaproveitamento das informações.

► Recurso extraordinário por meio eletrônico – e-RE. Em junho, o Tribunal, de forma pioneira, enviou o primeiro recurso extraordinário por meio eletrônico, para análise e recebimento pelo Supremo Tribunal Federal. Além de proporcionar economia de papel e de transporte dos processos, o e-RE confere agilidade e segurança ao trâmite processual.

- ▶ Troca de informações processuais por meio eletrônico com o Superior Tribunal de Justiça – STJ. Foi assinado convênio de cooperação técnica entre o STJ e o TRF 1ª Região, objetivando estabelecer o intercâmbio de dados, em tempo real, por meio eletrônico, o que garante agilidade, economicidade e confiabilidade ao procedimento de troca de informações entre os dois Tribunais.
- ▶ *Diário da Justiça Federal da Primeira Região* em formato eletrônico – *e-DJF1*. Implantado em outubro, com todas as normas de segurança, dando cumprimento antecipado à Meta 15 do Programa de Metas — Implementação de Soluções Eletrônicas.
- ▶ Gravação de áudio das sessões de audiência, no Tribunal, nas Seções e Subseções Judiciárias. Utiliza sistema de alta tecnologia para gravação digital de áudio que gera, organiza e disponibiliza o acervo sonoro das sessões de julgamento.
- ▶ Desenvolvimento do Sistema de Solicitação de Viagens a Serviço – *e-AVS*. Consiste em modelo de gerenciamento e controle de todos os procedimentos de requisição, autorização, pagamento e prestação de contas das viagens a serviço do Tribunal. Totalmente virtual, o *e-AVS*, além de permitir o eficaz gerenciamento administrativo, orçamentário e financeiro, reduz o fluxo de envio de documentos, dando maior celeridade aos procedimentos.
- ▶ Atualização do Sistema de Remessa de Correspondências – *Sirec*. O sistema foi estendido às Seções e Subseções Judiciárias, com as seguintes inovações: alimentação automática do sistema *Juris* com a fase *Ofício Expedido*; cadastro de documentos com código único para a Primeira Região, o que permite a gravação dos documentos em diversos formatos eletrônicos; tramitação de documentos entre as unidades internas, semelhante à tramitação do processo administrativo no Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos – *Sispra*, permitindo o lançamento de fases; integração entre os bancos de dados das Seccionais.
- ▶ Finalização da implantação do Sistema de Administração de Recursos Humanos – *SARH*. Per-

mite gerenciamento unificado dos controles de dados e centralização de informações relativas aos recursos humanos, em toda a Primeira Região. Além da finalização da implantação, o *SARH* foi reforçado com novos módulos e ferramentas, mais cômodas e seguras: entrega *on-line* da declaração de bens, auxílios, adicional de qualificação (*AQ*) e processo seletivo permanente de remoção (*PSPR*).

- ▶ Conclusão do projeto básico para aquisição dos equipamentos de videoconferência. A providência permitirá que se realizem a distância a sustentação oral virtual em julgamentos, a oitiva de testemunhas e os eventos de treinamento e formação profissional.
- ▶ Desenvolvimento do ambiente para funcionamento da Unicorp sobre a plataforma Moodle, possibilitando-se o efetivo aparelhamento do ensino a distância na Primeira Região.
- ▶ Modernização do parque de equipamentos. Instalação de 800 computadores novos no Tribunal; troca de todos os monitores da Primeira Região, passando do modelo CRT para LCD; substituição de todas as impressoras adquiridas até 2002; aprimoramento dos equipamentos para armazenamento de dados (*backup*); introdução da tecnologia VoIP para se permitir tráfego de voz com custo menor.



Curso da UniCorp ministrado sobre a plataforma Moodle, em ambiente de navegação desenvolvido no Tribunal.

Divulgação e preservação da memória institucional

Selo Postal

Por ocasião do lançamento do Protocolo Postal, em 4 de outubro, comemorou-se o lançamento do selo alusivo a sua criação e aos 18 anos de história do Tribunal, que retratou o marco de um novo serviço colocado à disposição da comunidade e possibilitou ao Tribunal a aquisição de mais uma peça de eternização de sua memória, inserindo-se em mais uma parte da Meta 5 – Preservação da Memória Institucional. A Diges dirigiu sua equipe técnica na consolidação da parceria com os Correios para a viabilização de mais esse projeto.

Publicações memoriais e revitalização do Memorial Leite Soares

O Tribunal completou sua maioridade no mês de março. Desde sua inauguração até o primeiro bimestre de 2007, são 18 anos de história. O Diretor-Geral destacou e coordenou sua equipe técnica para a realização da especial tarefa de contar a história do TRF 1ª Região, que foi materializada na obra *A maioridade de um Tribunal – 18 anos de pacificação social*.

A publicação traz uma seleção dos principais eventos ocorridos no Tribunal ao longo de sua existência. Retrata também o corpo de magistrados que integram e que já integraram a Corte, bem como relata fatos sociais de suma importância para a sociedade brasileira que dependeram da intervenção do Tribunal, por meio de seus julgamentos.

Várias outras ações desenvolvidas com o objetivo de preservar a memória do Tribunal receberam total apoio e orientação da Diges, dando-se cumprimento à Meta 5, como a criação do Programa de Resgate e Preservação da Memória, que prevê a restauração do Memorial Leite Soares e a elaboração da 3ª edição da *Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região*.

Atualização das publicações do Tribunal

O Tribunal sempre se destacou por sua intensa contribuição literária e científica na área jurídica.

Por meio das revistas jurídicas, de periódicos, livros e outras publicações relevantes, já se tornou referência, com publicações de renome para os operadores do Direito.

A Diges tem realizado gestões para incentivar a retomada da produção científico-jurídica pelos membros da Primeira Região. Além disso, coordenando suas equipes técnicas, determinou-se a atualizar as edições periódicas que estiveram em atraso, a exemplo da *Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região*, e mantê-las em dia, propósito que foi alcançado com sucesso. Em 2007, foi iniciada a revisão do *Código tributário nacional à luz da jurisprudência*.

Gestão de acervos e responsabilidade ambiental

O realinhamento administrativo, realizado no ano anterior, possibilitou ao Tribunal a gestão centralizada dos acervos judicial, administrativo, bibliográfico e memorial, além dos referentes às requisições de pequeno valor e aos precatórios. Assim, mais fácil se tornou a manutenção da política de gestão de documentos no que se refere a sua avaliação, seleção, arquivamento, preservação histórica e descarte.

Em novembro, aconteceu pela terceira vez o Dia do Descarte Central de Documentos — que liberou 52,83 metros lineares de área do depósito —, com peso total de 2.990 quilos de processos e documentos administrativos fragmentados, os quais foram doados a uma entidade beneficente para dar-lhe a destinação ambiental correta e, com os recursos gerados, atender suas necessidades sociais.

Ouvir para melhorar os serviços

Com o objetivo de identificar as aspirações dos públicos interno e externo do Tribunal no que se refere aos serviços administrativos, bem assim recolher informações para o aprimoramento da Ad-

ministração e dos serviços prestados pelo Tribunal, inaugurou-se, no dia 4 de junho, a Ouvidoria Administrativa, em cumprimento à Meta 26 do Programa de Metas – Biênio 2007-2008. Esse projeto é parte do investimento da instituição em sua imagem por meio de um canal de comunicação simples, ágil, pessoal e interativo com o público do Tribunal.

O Diretor-Geral, como grande mentor do projeto, submeteu-o à consideração da Presidência, que abraçou a idéia e a inseriu em seu planejamento bienal. Por intermédio da Ouvidoria Administrativa, muitos serviços puderam ser melhorados, após a identificação das aspirações dos usuários dos serviços do Tribunal, destacando-se a ampliação dos serviços do Protocolo Judicial Externo – *Drive-Thru*, que, a partir da Portaria 600-270 de 04/12/2007, passou a

receber processos e petições, além de ter seu horário de funcionamento ampliado.



LUIZ C. B. XAVIER

Presidente, Assuete Magalhães, e Diretor-Geral, Felipe do Santos Jacinto, na inauguração da Ouvidoria Administrativa.

Assessoramento jurídico

As atividades de assessoramento jurídico da Diges centram-se no controle da legalidade dos procedimentos e atos administrativos, emitindo pareceres fundados nas normas legais, regulamentos ou atos normativos e nos princípios que informam a gestão administrativa.

Em 2007, grande parte dos processos recebidos para parecer versou sobre matérias relacionadas a atos administrativos, envolvendo:

- ▀ anulação, revogação, suspensão e convalidação de atos;
- ▀ pessoal – análise de anulação de ato de nomeação de servidor, ajuda de custo, auxílio-pré-escolar, diária, remoção, redistribuição, indenização, gratificação;
- ▀ subsídio e vantagens pessoais a magistrados;
- ▀ licitação – exame de minutas e impugnações a editais e recursos;
- ▀ homologação de resultado de licitação;
- ▀ questionamento do TCU referente a licitação de profissionais terceirizados (parecer e esclarecimento);

- ▀ execução contratual – imposição de sanções e recursos (desta Corte e das Seccionais);
- ▀ Pro-Social – credenciamentos, termos aditivos e outros assuntos ligados aos beneficiários;
- ▀ convênios – Juizados Especiais Federais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social, Ministério da Defesa e Secretaria da Receita Federal;
- ▀ contratos – exame de minutas e termos aditivos.

O total de processos analisados em 2007, segundo dados do Sispra, foi de 366, excluídos os oriundos das Seccionais (sem andamento no sistema).

Também foram fornecidas diversas informações para instrução de processos judiciais, como mandados de segurança e reclamações trabalhistas de cooperados que prestaram serviço neste Tribunal, bem como processos administrativos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público Federal.

Quadro 54
Acompanhamento do Programa de Metas

DIRETRIZ ESTRATÉGICA	META	DESCRIÇÃO DAS METAS E FASES	SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/2007
I – Integração da Primeira Região	1	Videoconferência	Projeto básico e licitação concluídos.
	2	Ampliação do Protocolo Descentralizado	Como o prazo inicialmente previsto no Programa de Metas para a conclusão dessa meta é em 2009, buscou-se solução alternativa, implantada em outubro de 2007: o Protocolo Postal de Petições e Recursos da Primeira Região.
	3	Participação em Estudos para Reestruturação da Justiça Federal de 1º e 2º Graus	Enviado ao Conselho de Justiça Federal documento consolidado contendo as sugestões dos Desembargadores e Juizes Federais para subsidiar a elaboração de anteprojeto de lei unificado.
	4	Divulgação Institucional	Ampliação do espaço do TRF nos dois telejornais: Jornal da Justiça – 1ª edição e Jornal da Justiça – 2ª edição, e nos boletins de hora em hora, com o envio de matérias diárias. Com a aquisição de novos equipamentos provenientes de convênio firmado com o Banco do Brasil, nova programação foi veiculada em caráter experimental, com mais atrativos para o público. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação das páginas eletrônicas: transparência, planejamento, memória institucional, universidade corporativa, construção da nova sede, ouvidoria administrativa; ▪ Atualização das páginas: organização, manuais, e ouvidorias (acesso único); ▪ Link TRF na TV / A Primeira Região na TV; ▪ Uso do <i>videomail</i> para envio de mensagens em vídeo da Presidente, via correio eletrônico. Intensificação da produção de vídeos institucionais.
		Ampliação da participação do Tribunal na TV Justiça	
		Incremento da TV Destaque	
		Melhor utilização dos recursos da internet e intranet	
		Intensificação das publicações de magistrados	Atividade permanente. Em andamento.
		Lançamento do novo leiaute do Boletim de Serviço	Leiaute implantado em janeiro de 2007.

Acompanhamento do Programa de Metas

DIRETRIZ ESTRATÉGICA		META		DESCRIÇÃO DAS METAS E FASES	SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/2007
I – Integração da Primeira Região		5	Preservação da Memória Institucional	Gestão dos arquivos judiciais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descarte de precatórios: dos 7.284 precatórios selecionados — pagos e com a temporalidade cumprida — 4 quatro processos foram destacados para guarda permanente (2 dois de autarquia e 2 dois da União); ▪ Participação de servidores de todas as Seccionais no curso de gestão de autos findos oferecido pelo CJF; ▪ Encaminhamento à Coger de propostas de ajustes no Sistema de Acompanhamento Processual da Primeira Instância para a adequação de rotinas de realização dos procedimentos relativos ao descarte de processos judiciais findos.
				Lançamento da publicação <i>A maioria de um Tribunal: 18 anos de pacificação social</i>	Publicação entregue na sessão solene do aniversário de 18 anos do TRF 1ª Região.
				Realização do seminário 40 anos de implantação da Justiça Federal da Primeira Região	Projeto em andamento.
				Incremento do acervo do Memorial do TRF 1ª Região	Elaboração do Programa de Resgate e Preservação da Memória da Justiça Federal da Primeira Região.
				Lançamento da 3ª edição da publicação <i>Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região</i>	Publicação será entregue na solenidade de comemoração do aniversário de 19 anos do TRF 1ª Região.
6	Uniformização de Procedimentos Administrativos	A execução desta meta depende da conclusão da meta 1 – videoconferência.			

Acompanhamento do Programa de Metas

DIRETRIZ ESTRATÉGICA		DESCRIÇÃO DAS METAS E FASES		SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/2007
META				
7	Construção da Sede Própria para o Tribunal			Projeto de arquitetura concluído. Audiência pública e licitação realizadas. Obra iniciada.
8	Ampliação dos Gabinetes dos Desembargadores Federais			Foram desocupados 5 andares do Edifício Sede II, para onde foram transferidos 10 gabinetes, ficando cada um com 210m ² . Os 17 gabinetes que permaneceram no Edifício Sede I tiveram suas instalações ampliadas, ficando cada um com 200 a 210m ² .
9	Construção de Nova Subestação de Energia Elétrica no Edifício Sede			Em andamento, aguarda proposta da CEB.
10	Ampliação da Área Útil do Atual Edifício Sede do Tribunal			Elaboração de projetos de arquitetura e complementares em andamento. Aguarda-se consulta prévia no GDF.
11	Outras Obras e Reformas no Âmbito do Tribunal	Reforma do Edifício Adriana		Reforma concluída.
		Mudança da gráfica para o Edifício Base Operacional		Elaboração do projeto básico para reformas e adaptações necessárias para a transferência em andamento.
12	Aquisição de Imóveis em Belo Horizonte/MG para sediar a Seção Judiciária			Imóveis adquiridos por desapropriação em 2006. Edifícios reformados em 2007.
13	Aquisição de Imóvel em Montes Claros/MG para sediar a Subseção Judiciária			Não foi possível adquirir o imóvel. Recursos remanejados. Meta cancelada.

II – Melhoria das Instalações Físicas

Acompanhamento do Programa de Metas

DIRETRIZ ESTRATÉGICA	META	DESCRIÇÃO DAS METAS E FASES	SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/2007
II – Melhoria das Instalações Físicas	14	<p>Construção e Reforma de sedes para as Seções e Subseções Judiciárias</p> <p>Seção Judiciária do Amazonas</p> <p>Subseção Judiciária de Tabatinga/AM</p> <p>Subseção Judiciária de Guanambi/BA</p> <p>Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA</p> <p>Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA</p> <p>Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO</p> <p>Subseção Judiciária de Caxias/MA</p> <p>Subseção Judiciária de Imperatriz/MA</p> <p>Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG</p> <p>Subseção Judiciária de Passos/MG</p> <p>Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso/MG</p> <p>Subseção Judiciária de Uberaba/MG</p> <p>Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT</p> <p>Subseção Judiciária de Picos/PI</p>	<p>Licitação da obra em andamento.</p> <p>Estão em andamento a elaboração do projeto básico para contratação de reforço estrutural para a sede da Subseção Judiciária e a deliberação e complementação documental do processo 6/2005 (penalização da Metroquattro).</p> <p>Projeto básico elaborado.</p> <p>Projeto básico elaborado.</p> <p>Projeto básico elaborado.</p> <p>Projeto básico elaborado.</p> <p>100% executado. Obra inaugurada.</p> <p>Projeto básico elaborado.</p> <p>80% executado. Inauguração prevista para 28/03/2008.</p> <p>Projeto básico elaborado.</p> <p>Projeto básico elaborado.</p> <p>45% executado. Obra em atraso.</p> <p>30% executado. Obra em andamento.</p> <p>Projeto básico elaborado.</p>

Acompanhamento do Programa de Metas

DIRETRIZ ESTRATÉGICA		META		DESCRIÇÃO DAS METAS E FASES		SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/2007	
III – Virtualização de Processos Judiciais	15	Implementação de Soluções Eletrônicas	Correição Virtual de Varas Federais	Projetos concluídos.	Implantado na Seção Judiciária de Rondônia e no Tribunal. Demais Seções em fase de estudos.	Solução validada na 5ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.	
			Pedidos de afastamentos de magistrados pela web				
			Sistema de assinatura digital – e-Assinador				
			Calendário eletrônico forense – e-Calendário				
			Intimação eletrônica nos JEFs – e-Cint				
	16	Adequação da Infra-Estrutura da Área de Tecnologia da Informação	Diário da Justiça Federal da Primeira Região – e-DJF1				
			Sistema de vinculação de consulta processual com as sentenças e decisões da Primeira Região - e-DOC				
	17	Adequação dos Sistemas Judiciais para Plataforma Web	Juizado Especial Federal Virtual	A execução das fases da meta 17 foi incorporada ao Sistema e-JUS, projeto já iniciado pela Secin. Os principais objetivos do e-JUS são a unificação dos sistemas judiciais da Justiça Federal da Primeira Região de primeiro e segundo grau: JEF Virtual, Processual, Execução Fiscal Virtual, Juris, Requisição de Pagamentos (precatórios e RPVs); a centralização das informações do Tribunal e a virtualização dos processos judiciais. Também foram incluídos no projeto os sistemas e-Proc (petição eletrônico), e-Cint (citação e intimação eletrônica) e as funcionalidades do sistema e-DOC, que possibilita o gerenciamento de modelos de documentos e peças processuais. A previsão é de que, até dezembro de 2008, os sistemas dos Juizados Especiais Federais – JEFs e da Justiça Federal de primeiro grau sejam unificados e que, até dezembro de 2009, sejam concluídas as funcionalidades necessárias ao Tribunal.			
			Execução Fiscal Virtual				
Sistema Processual de Primeiro Grau							
Sistema Processual de Segundo Grau – Juris							
		Sistema de Integração de Processos Judiciais					

Acompanhamento do Programa de Metas

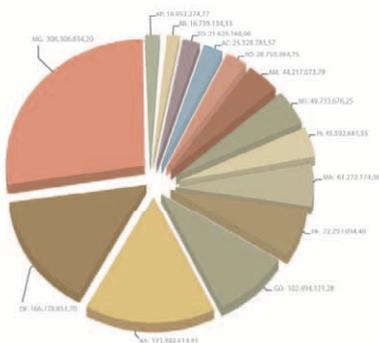
DIRETRIZ ESTRATÉGICA		DESCRIÇÃO DAS METAS E FASES		SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/2007
META				
IV – Eficiência dos Serviços	18	Modernização dos Serviços de Taquigrafia e de Audiências		<ul style="list-style-type: none"> Para a modernização dos serviços taquigráficos, substituiu-se todo o equipamento de informática do setor de modo que se adequasse sua estrutura para a implantação do <i>software</i> de gravação. O sistema, em fase de teste na Taquigrafia, permitirá, brevemente, que o material capturado nas sessões seja disponibilizado para o público externo do Tribunal por meio da internet; A implantação do sistema de gravação de áudio das audiências já foi implantado na Seção Judiciária do Distrito Federal. As próximas Sessões serão as de Minas Gerais e Bahia.
	19	Modernização e Ampliação do Parque de Equipamentos		<ul style="list-style-type: none"> 800 microcomputadores foram instalados e configurados no Tribunal, em todos os setores da área judiciária e administrativa; Notebooks foram configurados para fornecimento aos desembargadores federais, aos novos juízes federais substitutos e a Cojef; Para cada Subseção implantada nos anos de 2005 e 2006, foram adquiridos, pelo menos, três microcomputadores adicionais, para substituição dos antigos terminais de acesso; Todos os monitores da Primeira Região estão sendo substituídos por monitores LCD, mais econômicos; Aquisição de componentes de tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol), que permite a realização de chamadas telefônicas com qualidade pela internet.
	20	Desenvolvimento e Modernização de Sistemas de Informação	Reestruturação do Sistema do Pro-Social	Prazo reprogramado para o 4º trimestre de 2008.
			Sistema de Controle Orçamentário e Financeiro	O sistema está sendo desenvolvido em parceria com o CJF, com previsão de conclusão em dezembro/2008.
		Sistema Virtual de Solicitação de Viagens a Serviço – e-AVS	Sistema concluído e implantado.	
21	Gestão de Recursos Orçamentários e Financeiros		Análise comparativa de contratos administrativos do Tribunal e das Seções e Subseções iniciada. Trabalhos prosseguirão em 2008.	

Acompanhamento do Programa de Metas

DIRETRIZ ESTRATÉGICA		META		DESCRIÇÃO DAS METAS E FASES		SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/2007	
IV – Eficiência dos Serviços	22	Gestão de Recursos Humanos	Intensificação da capacitação dos recursos humanos	Implementados eventos internos, conforme Programação de Eventos de Capacitação/2007, e externos, conforme demanda.			
			Criação da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – UniCorp	Implantação inicialmente prevista para 2008 antecipada. UniCorp inaugurada em outubro de 2007.			
	23	Gestão e Aprimoramento do Sistema Normativo	Descentralização dos processos de revisão de aposentadoria	Prazo reprogramado para o 1º semestre de 2009.			
			Abertura de Processo Permanente de Remoção de Pessoal	Proposta apresentada ao Conselho de Administração (PA 1.297/2007).			
			Regulamentação das funções, atribuições, estágio probatório, avaliação, promoção e merecimento de magistrados federais	Resolução 600-017 aprovada em sessão da Corte Especial Administrativa em dezembro/2007.			
			Atualização do Regulamento de Serviço	Regulamento de Serviço atualizado.			
24	Qualidade de Vida dos Magistrados e Servidores	Revisão de Instruções Normativas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração da IN 13-04 – Identificação digital; ▪ Revisão das INs 14-11 – Viagens a Serviço e 14-08 – Transportes; ▪ Outras INs estão em processo de revisão: IN 13-01 – Programa de Estágio; IN 14-10 – Serviços de Portaria e Segurança; IN 14-13 – Serviços de Biblioteca; IN 14-20 – Porte de Arma de Fogo Institucional; IN 15-02 – Padronização de Impressos e Formulários; IN 18-01 – Auxílio-Transporte; IN 19-01 – Repositórios Oficiais de Jurisprudência. 				
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exames periódicos preventivos implementados em maio de 2007; ▪ Eventos realizados: Feira de Saúde e Expo Qualidade de Vida, Campanha de Saúde Bucal Infantil (Pro-Dentinho), Projeto Agita TRF, Projeto Viva Melhor, Projeto Ser Saudável, massagens diversificadas, ioga, Projeto Arte e Vida, Campanha Não Fume – Perfume, VIII Semana do Coração, Orientações à Gestante. 				
25	Meta – Modelo de Excelência no Trabalho		Realizado treinamento em metodologia de pesquisa (3 servidores), estabelecidos indicadores para as coordenadorias processantes em relação aos índices de erros de acórdãos publicados.				
			Serviço implantado em junho de 2007				
26	Implantação do Serviço de Ouvidoria Administrativa						

ASMAG

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA



A Assessoria de Assuntos da Magistratura – Asmag organizou e consolidou as pautas e confeccionou as atas e certidões de julgamento relativas às 52 sessões da Corte Especial Administrativa, do Conselho de Administração e do Plenário, com o julgamento de 533 processos (ver Quadro 55). Também preparou 564 atos, 34 portarias, despachou em 1.150 processos, expediu 795 ofícios e 77 circulares, elaborou 2.321 informações em processos administrativos diversos e prestou esclarecimentos em processos judiciais, tais como mandados de segurança, ações ordinárias e ações virtuais.

Quadro 55
Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos

ÓRGÃO	PROCESSOS JULGADOS
Plenário	88
Corte Especial Administrativa	291
Conselho de Administração	154
TOTAL	533

Aposentadoria e posse de magistrados

Foram executadas pela Asmag todas as ações necessárias à posse dos magistrados aprovados no XI e XII Concursos Públicos para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região, bem como as referentes à promoção do Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, em 17 de setembro, em decorrência da aposentadoria do Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima.

LUIZ C. B. XAVIER



Homenagem ao Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, em 9 de novembro, por ocasião de sua aposentadoria.

LUIZ C. B. XAVIER



Posse do Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, no dia 17 de setembro.

O Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, Presidente desta Corte no biênio 2004-2006, aposentou-se após 31 anos de dedicação à Justiça, dos quais 14 atuando no Tribunal e os 17 restantes como Juiz Federal na Seção Judiciária do Estado da Bahia.

O decreto de concessão de aposentadoria foi assinado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 29/05/2007, e publicado no *Diário Oficial da União* em 30/05/2007.

Quadro 56
Posse e exercício de magistrados

JUIZES FEDERAIS SUBSTITUTOS	SEÇÕES JUDICIÁRIAS
DATA DA POSSE: 25 DE JUNHO	
Alcioni Escobar da Costa Alvim	Amazonas
Alex Schramm de Rocha	Maranhão
Alexandre Henry Alves	Minas Gerais
Ana Paula Martini Tremarin	Roraima
Ariane da Silva Oliveira*	Goiás
Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro	Pará
Carla Dumont Oliveira de Carvalho	Minas Gerais
Eduardo Alves Fonte	Minas Gerais
Eduardo Nunes Marques	Minas Gerais
Eduardo Pereira da Silva	Goiás
Eudócio Céspedes Paes	Bahia
Flávio Marcelo Sérvio Borges*	Goiás
Gabriel Brum Teixeira	Goiás
Igor Matos Araújo	Bahia
Isabela Guedes Dantas Carneiro	Amapá
João Paulo Pirôpo de Abreu	Bahia
José Mauro Barbosa	Rondônia

JUIZES FEDERAIS SUBSTITUTOS	SEÇÕES JUDICIÁRIAS
DATA DA POSSE: 25 DE JUNHO	
José Renato Rodrigues	Amapá
Karina Cátia Bastos de Senna	Pará
Kepler Gomes Ribeiro	Pará
Leonardo Augusto de Almeida Aguiar	Pará
Leonardo Augusto Nunes Coutinho	Piauí
Luciana Cunha Villar	Amazonas
Luiz Eduardo Stancini Cardoso	Rondônia
Marcel Peres de Oliveira	Mato Grosso
Marcelo Aguiar Machado	Mato Grosso
Márcio de França Moreira	Mato Grosso
Marcos Antonio Garapa de Carvalho	Bahia
Paulo Augusto Moreira Lima	Goiás
Renata Cisne Cid Volotão	Goiás
Rodrigo Vasconcelos Coêlho de Araújo	Tocantins
Sérgio de Norões Milfont Júnior	Pará
Trícia de Oliveira Lima	Minas Gerais
Valmir Nunes Conrado	Goiás

* Magistrado remanescente do XI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região.



Posse de juizes federais substitutos em 25 de junho.

Quadro 57
Quantitativo de cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	JUIZ FEDERAL		JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	
	PROVIDOS	VAGOS	PROVIDOS	VAGOS
AC	4	0	0	4
AM	6	1	4	3
AP	3	0	3	0
BA	34	0	28	6
DF	26	0	26	0
GO	18	0	17	1
MA	8	1	9	0
MG	54	0	51	3
MT	9	0	6	3
PA	10	2	9	3
PI	7	0	7	0
RO	5	0	3	2
RR	3	0	1	2
TO	3	0	2	1
TOTAL	190	4	166	28

Convocação, vitaliciamento, movimentação e remoção de magistrados

A Asmag, em consonância com suas atribuições regulamentares, registrou e controlou as convocações para o segundo grau, férias, movimentações, remoções e permutas dos magistrados, mantendo acompanhamento sistemático de todas as situações.

Quadro 58
Magistrados convocados para gabinete de desembargador federal

DESEMBARGADORES FEDERAIS	JUIZES CONVOCADOS	SEÇÕES JUDICIÁRIAS
Assuete Magalhães – Presidente	Reynaldo Soares da Fonseca	Distrito Federal
Carlos Olavo – Vice-Presidente	Guilherme Mendonça Doehler	Minas Gerais
Jirair Aram Meguerian – Corregedor	Daniele Maranhão Costa	Distrito Federal
	Lincoln Rodrigues de Faria	Minas Gerais
Tourinho Neto	Jaiza Maria Pinto Fraxe, de 30/08 a 28/09 e 02 a 31/10 (substituição durante férias)	Minas Gerais

Magistrados convocados para gabinete de desembargador federal

DESEMBARGADORES FEDERAIS	JUIZES CONVOCADOS	SEÇÕES JUDICIÁRIAS
Catão Alves	Francisco Renato Codevila	Roraima
Aloísio Palmeira Lima	Mônica Neves Aguiar da Silva	Bahia
Carlos Fernando Mathias	Osmane Antonio dos Santos	Pará
Olindo Menezes	Saulo José Casali Bahia	Bahia
	Leão Aparecido Alves, de 12 a 28/08 (substituição durante férias do Juiz Federal Saulo José Casali Bahia)	Goiás
Mário César Ribeiro	Klaus Kuschel	Minas Gerais
Luciano Tolentino Amaral	Rafael Paulo Soares Pinto	Bahia
Cândido Ribeiro	Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	Amapá
	Geneviève Grossi Orsi (Cojef)	Minas Gerais
Hilton Queiroz	Ney de Barros Bello Filho	Maranhão
Carlos Moreira Alves	Iran Velasco Nascimento	Distrito Federal
I'talo Fioravanti Sabo Mendes	Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca	Bahia
José Amilcar Machado	Simone dos Santos Lemos Fernandes	Minas Gerais
Antônio Ezequiel da Silva	Anamaria Reys Resende	Minas Gerais
Daniel Paes Ribeiro	Carlos Augusto Pires Brandão	Piauí
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	Itelmar Raydan Evangelista	Minas Gerais
João Batista Moreira	Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	Tocantins
Souza Prudente	Moacir Ferreira Ramos	Distrito Federal
	João Carlos Costa Mayer Soares. Convocado a partir de 23/11	Minas Gerais
Selene de Almeida	Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	Bahia
Fagundes de Deus	César Augusto Bearsi	Mato Grosso
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	Sônia Diniz Viana	Minas Gerais
	Miguel Angelo de Alvarenga Lopes	Minas Gerais
	Geneviève Grossi Orsi (Cojef)	Minas Gerais
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	David Wilson de Abreu Pardo	Acre
Maria do Carmo Cardoso	Mark Yshida Brandão	Goiás
Leomar Amorim	Roberto Carvalho Veloso	Maranhão
Neuza Alves	Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	Distrito Federal

Quadro 59
Magistrados eleitos para compor os Tribunais Regionais Eleitorais

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	MEMBROS	
	EFETIVO	SUPLENTE
Amazonas	Jair Araújo Facundes	Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto
Amapá	Lino Osvaldo Sousa Segundo	João Bosco Costa Soares das Silva
Amazonas	Antônio Francisco do Nascimento	Reginaldo Márcio Pereira
Bahia	Pompeu de Souza Brasil	Saulo José Casali Bahia
Goiás	Euler de Almeida Silva Júnior	Leonardo Buisa Freitas
Mato Grosso	Adversi Rates Mendes de Abreu	Rodrigo Navarro de Oliveira
Minas Gerais	Renato Martins Prates	Ricardo Machado Rabelo
Pará	José Alexandre Franco	Daniel Santos Rocha Sobral
Piauí	Márcio Braga Magalhães	Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira
Rondônia	Geraldo Magela e Silva Meneses	Élcio Arruda
Roraima	Atanair Nasser Ribeiro Lopes	Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho
Tocantins	José Godinho Filho	Cleberon José Rocha

No decorrer do ano, foi registrado o vitaliciamento de 67 magistrados: 28 no mês de junho, 37 no mês de outubro, 1 em novembro e 1 em dezembro.

Quadro 60
Vitaliciamento de juízes federais substitutos

DATA DO VITALICIAMENTO: 24/06
Candice Lavocat Galvão Jobim
Cristiane Pederzolli Rentzsch
Daniel Carneiro Machado
Daniel Castelo Branco Ramos
Eduardo Henrique Luar Filho
Emilson da Silva Nery
Felini de Oliveira Wanderley
Gilton Batista Brito
Hallison Rêgo Bezerra
Jader Alves Ferreira Filho

DATA DO VITALICIAMENTO: 24/06
João Pedro Ayrimoraes Soares Júnior
José Alexandre Essado
José Márcio da Silveira e Silva
Karley Correa da Silva
Lílian Oliveira da Costa Tourinho
Márcio José de Aguiar Barbosa
Marcos Silva Rosa
Maria da Penha Gomes Fontenele Meneses
Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales
Newton Pereira Ramos Neto

Vitaliciamento de juízes federais substitutos

DATA DO VITALICIAMENTO: 24/06
Pedro Pereira Pimenta
Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins Alves
Raquel Vasconcelos Alves de Lima
Rodrigo Pinheiro do Nascimento
Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira
Valter Leonel Coelho Seixas
Vanessa Curti Perenha Gasques
Waldemar Cláudio de Carvalho
DATA DO VITALICIAMENTO: 19/10
Adelmar Aires Pimenta da Silva
Alexandre Ferreira Infante Vieira
Alysson Maia Fontenele
Ana Carolina Dias Lima Fernandes
Ana Paula Serizawa Silva Podedworny
Bruno Souza Savino
Dayse Starling Lima Castro
Emília Maria Velano
Fernando Cleber de Araújo Gomes
Flávio da Silva Andrade
George Ribeiro da Silva
Gustavo André Oliveira dos Santos
Gustavo Soratto Uliano
Heleno Bicalho
Henrique Gouveia da Cunha
Hugo Otávio Tavares Vilela

DATA DO VITALICIAMENTO: 19/10
Joaquim Lustosa Filho
José Gutemberg de Barros Filho
Karin Almeida Weh de Medeiros
Karine Costa Carlos
Leonardo Tochetto Pauperio
Lucyana Said Daibes Pereira
Marcelo Meireles Lobão
Marcio Sá Araújo
Maria Cecília de Marco Rocha
Marina Rocha Cavalcanti Barros
Maurício Rios Júnior
Náiber Pontes de Almeida
Natalia Floripes Diniz
Pablo Zuniga Dourado
Paulo Ricardo de Souza Cruz
Ricardo Augusto Soares Leite
Roberto Luis Luchi Demo
Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar
Sabrina Ferreira Alvarez de Moura Azevêdo
Sergio Wolney de Oliveira Batista Guedes
Tales Krauss Queiroz
DATA DO VITALICIAMENTO: 04/11
Olívia Merlin Silva
DATA DO VITALICIAMENTO: 27/12
Mei Lin Lopes Wu Bandeira

Quadro 61
Movimentação de juiz federal

JUÍZES FEDERAIS	ORIGEM	DESTINO
José Henrique Guaracy Rebelo	1ª Vara – SJ/MG	9ª Vara – SJ/MG
Nelson Loureiro dos Santos	7ª Vara – SJ/MA	7ª Vara – SJ/MA

Quadro 62
Movimentação de juiz federal substituto

JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS	ORIGEM	DESTINO
Marina Rocha Cavalcanti Barros	24ª Vara – SJ/DF	20ª Vara – SJ/DF
Hugo Otávio Tavares Vilela	14ª Vara – SJ/GO	6ª Vara – SJ/GO
Vanessa Curti Perenha Gasques	6ª Vara – SJ/MT	3ª Vara – SJ/MT
José Gutemberg de Barros Filho	11ª Vara – SJ/DF	24ª Vara – SJ/DF
Karin Almeida Weh de Medeiros	22ª Vara – SJ/BA	19ª Vara – SJ/BA
Flávio Silva Andrade	4ª Vara – SJ/RO	2ª Vara – SJ/RO
Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo	3ª Vara – SJ/TO	2ª Vara – SJ/TO
Ariane da Silva Oliveira	14ª Vara – SJ/GO	3ª Vara – SJ/GO

Quadro 63
Remoção de juiz federal

JUÍZES FEDERAIS	ORIGEM	DESTINO
Ronaldo de Castro Desterro e Silva	SSJ/Castanhal/PA	8ª Vara – SJ/PA
Marcelo Dolzany da Costa	6ª Vara – SJ/MA	1ª Vara – SJ/MG

Quadro 64
Remoção de juiz federal substituto

JUIZES FEDERAIS	ORIGEM	DESTINO
Murilo Mendes	2ª Vara – SJ/MT	SSJ/Sinop/MT
Mauro Rezende de Azevedo	1ª Vara – SSJ/Divinópolis/MG	SSJ/São João del-Rei/MG
Ailton Schramm de Rocha	SSJ/Eunápolis/BA	10ª Vara – SJ/BA
Dayse Starling Lima Castro	19ª Vara – SJ/BA	23ª Vara – SJ/BA
Heleno Bicalho	21ª Vara – SJ/BA	SSJ/Sete Lagoas/MG
Karin Almeida Weh de Medeiros	SSJ/Feira de Santana/BA	22ª Vara – SJ/BA
Sergio Wolney de Oliveira Batista Guedes	SSJ/Uberaba/MG	11ª Vara – SJ/DF
Alaôr Piacini	4ª Vara SJ/MT	9ª Vara – SJ/DF
Renata Mesquita Ribeiro	25ª Vara – SJ/DF	21ª Vara – SJ/BA
Paulo Alkmin Costa Júnior	Vara Única – SSJ/Montes Claros/MG	1ª Vara – SSJ/Divinópolis/MG
Camile Lima Santos	1ª Vara – SJ/MT	22ª Vara – SJ/BA
Marcos Silva Rosa	3ª Vara – SJ/GO	25ª Vara – SJ/GO
Maurício Rios Júnior	2ª Vara – SJ/TO	Vara Única – SSJ/Caxias/ MA

Quadro 65
Remoção de juiz federal de outras Regiões

JUIZ FEDERAL	ORIGEM	DESTINO
Rodrigo Esperança Borba	TRF 2ª Região	2ª Vara – SSJ/Divinópolis/MG

Quadro 66
Permuta de magistrados na Primeira Região

MAGISTRADOS	ORIGEM	DESTINO
José Carlos Machado Júnior	24ª Vara – SJ/MG	32ª Vara – SJ/MG
Adriane Luísa Vieira Trindade	4ª Vara – SJ/MG	24ª Vara – SJ/MG
Rogéria Maria Castro Debelli	32ª Vara – SJ/MG	4ª Vara – SJ/MG
Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca	1ª Vara – SJ/MG	2ª Vara – SJ/BA
José Henrique Guaracy Rebelo	2ª Vara – SJ/BA	1ª Vara – SJ/MG
Manoel José Ferreira Nunes	14ª Vara – SJ/GO	SSJ/Luziânia/GO
Cesar Antônio Ramos	SSJ/Luziânia/GO	14ª Vara – SJ/GO
Camile Lima Santos	22ª Vara – SJ/BA	15ª Vara – SJ/BA
Bruno Souza Savino	15ª Vara – SJ/BA	22ª Vara – SJ/BA

Quadro 67

Permuta de magistrados entre Regiões

MAGISTRADOS	ORIGEM	DESTINO
Rogério Volpatti Polezze	22ª Vara – SJ/DF	TRF 3ª Região
Énio Laércio Chappuis	TRF 3ª Região	22ª Vara – SJ/DF
Hallison Rêgo Bezerra	20ª Vara – SJ/BA	TRF 5ª Região
Fábio Roque da Silva Araújo	TRF 5ª Região	20ª Vara – SJ/BA
Felini de Almeida Wanderley	1ª Vara – SSJ/Uberaba/MG	TRF 5ª Região
Bruno Oliveira Vasconcelos	TRF 5ª Região	1ª Vara – SSJ/Uberaba/MG

Funções regimentais e condecorações de desembargadores federais

DATA INDICAÇÕES

- 28/06 Daniel Paes Ribeiro – Indicado para representar os magistrados no Conselho Deliberativo do Pro-Social.
- 23/08 Hilton Queiroz – Indicado para a Diretoria da Revista do Tribunal.



LUIZ C. B. XAVIER

Posse do novo Diretor da Revista, Desembargador Federal Hilton Queiroz, em 30 de agosto.

- 23/08 Olindo Menezes e Luciano Tolentino Amaral – Indicados pelo Conselho do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria para o recebimento de condecoração.
- 11/10 Cândido Ribeiro – Indicado para coordenar os Juizados Especiais Federais da Primeira Região no biênio 2007-2009.

Convocação especial de desembargador federal

LUIZ C. B. XAVIER



Em agosto deste ano, o Superior Tribunal de Justiça – STJ convocou o Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias de Souza, membro deste Tribunal, para reforçar o quadro daquela Corte, em substituição ao Ministro Paulo Medina, na Sexta Turma e Terceira Seção.

A convocação, prevista no art. 56 do Regimento Interno do STJ, pode ocorrer em caso de vaga ou afastamento de ministro por mais de 30 dias, sempre pelo voto da maioria absoluta dos ministros da Corte Especial.

Convocações especiais de juízes federais

Alguns juízes federais da Primeira Região foram destacados para assento em órgãos específicos ou para representar o Poder Judiciário em missões internacionais.

- ▀ O Juiz Federal Marcus Vinícius Reis Bastos, da Seção Judiciária do Distrito Federal, convocado em 28/06/2006, pelo período de um ano, para prestar auxílio à Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, teve sua convocação prorrogada por igual período, a partir de 28/06/2007.
- ▀ A fim de participar da missão científica do curso de especialização em Direito Processual Público (atividade final do curso de pós-graduação em Direito Público, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal em parceria com a Universidade Federal Fluminense), os Juízes Federais Mônica Neves Aguiar da Silva, da Seccional da Bahia; Cláudia Maria Resende Neves Guimarães, Grigório Carlos dos Santos e Carmen Elizangela Dias Moreira de Resende, da Seccional de Minas Gerais, e Maria Lúcia Gomes de Souza, da Seccional do Amazonas, estiveram em Berlim, na Alemanha, no período de 26 de março a 8 de abril.
- ▀ Visita oficial à Estação Antártica Comandante Ferraz, no período de 3 a 7 de abril, realizada pelo Juiz Federal Alexandre Vidigal de Oliveira, da Seccional do Distrito Federal, em atenção ao convite formulado pelo Comandante da Marinha, por ocasião da viagem de apoio logístico programada pelo Comando.
- ▀ Participação da Juíza Federal Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros, da Seccional do Distrito Federal, na reunião da Comissão Especial sobre Alimentos, realizada em Haia, na Holanda, no período de 7 a 17 de maio, em atenção à indicação da Presidente do Supremo Tribunal Federal para representar aquela Corte.

- ▀ Participação da Juíza Federal Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros, da Seccional do Distrito Federal, na 21ª Sessão Diplomática da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, na Holanda, no período de 5 a 23 de novembro, em atenção à indicação da Presidente do Supremo Tribunal Federal para representar aquela Corte.

Atividades administrativas

Sob a responsabilidade da Asmag encontram-se também atividades de manutenção de assentamentos funcionais de magistrados, em decorrência de decisões judiciais ou de órgãos superiores, bem como ações administrativas imprescindíveis ao desempenho de certas ações. Em 2007, cabe mencionar:

- ▀ Gratificação Especial de Localidade (GEL) – Os magistrados que ingressaram no quadro da Justiça Federal antes de 03/05/1997 (data da edição da MP 1.573/1997) e que estiveram em exercício, após 13/04/1992 (data da publicação do Decreto 493/1992), nas varas localizadas em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida a justifiquem, foram beneficiados pelo Enunciado 4 do CNJ, fazendo jus à percepção da GEL durante a permanência nas referidas localidades.
- ▀ Incorporação de quintos – Os magistrados filiados à Ajufe obtiveram decisão judicial reconhecendo o direito à incorporação das parcelas da vantagem pessoal denominada “quintos”, referentes às funções comissionadas exercidas em período anterior ao seu ingresso na magistratura federal (Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 897.177 – DF. Relator: Ministro Gilson Dipp; DJ de 12/12/2006).
- ▀ Aposentadoria e indenização de férias não usufruídas – O Conselho da Justiça Federal decidiu que as férias dos magistrados não gozadas por motivo de força maior, cuja responsabilidade objetiva possa ser atribuída à Administração, ou no

interesse dos serviços, devem ser indenizadas integralmente, independentemente da quantidade de períodos acumulados, observado o prazo prescricional de cinco anos, por ocasião da aposentadoria.

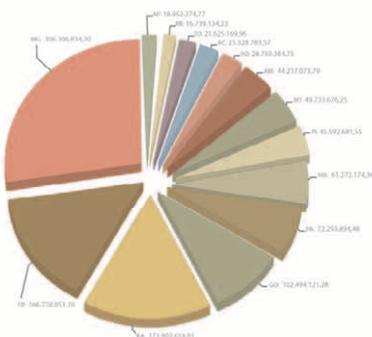
- ▣▣▣▣ Licença-Prêmio por Assiduidade – Os magistrados da Primeira Região que obtiveram a averbação, para fins de licença-prêmio por assiduidade, do tempo de serviço público prestado após a edição da Loman (14/03/1979) e cujos atos concessórios não foram desconstituídos pela Administração, dentro do prazo de cinco anos, permanecem com o direito ao gozo da referida licença, conforme decisão proferida pela Corte Especial Administrativa, na sessão realizada em 08/03/2007.
- ▣▣▣▣ Manutenção do Convênio TRF 1ª Região/BacenJud – O BacenJud é um convênio originalmente firmado entre o Banco Central do Brasil – Bacen, o Superior Tribunal de Justiça – STJ e o Conselho da Justiça Federal – CJF que permite ao juiz, mediante acesso a *link* próprio (www.bcb.gov.br/judiciario) e digitação de *login* e senha pessoal e intransferível, solicitar, *on-line*, informações sobre a existência de contas-correntes e aplicações financeiras, bem como determinar o bloqueio (penhora virtual) ou desbloqueio de contas e comunicar decretação e extinção de falências envolvendo pessoas físicas ou jurídicas que sejam partes em processos judiciais.
- ▣▣▣▣ Manutenção do convênio TRF 1ª Região/Rede Infoseg – Convênio firmado com a Rede Infoseg, administrada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que interliga órgãos estaduais e federais de segurança pública, justiça e fiscalização, disponibiliza informações confiáveis e integradas nacionalmente, com facilidade e rapidez, em computadores de mesa, viaturas, rádios e até celulares, provendo dados de pessoas com inquéritos, processos, mandados de prisão, além de dados de veículos, condutores e armas. A Rede Infoseg disponibiliza informações dos seguintes órgãos:

- ◆ Polícias Civis;
- ◆ Polícias Militares;
- ◆ Departamento Nacional de Trânsito;
- ◆ Exército Brasileiro;
- ◆ Superior Tribunal de Justiça e Justiça Federal;
- ◆ Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- ◆ Departamento de Polícia Federal;
- ◆ Secretaria da Receita Federal;
- ◆ Senasp (Projeto Fronteiras);
- ◆ Tribunais de Justiça Estaduais.

A Asmag cadastrou, atualizou e expediu em torno de 800 senhas de acesso para magistrados e servidores em ambos os convênios.

COREJ

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL



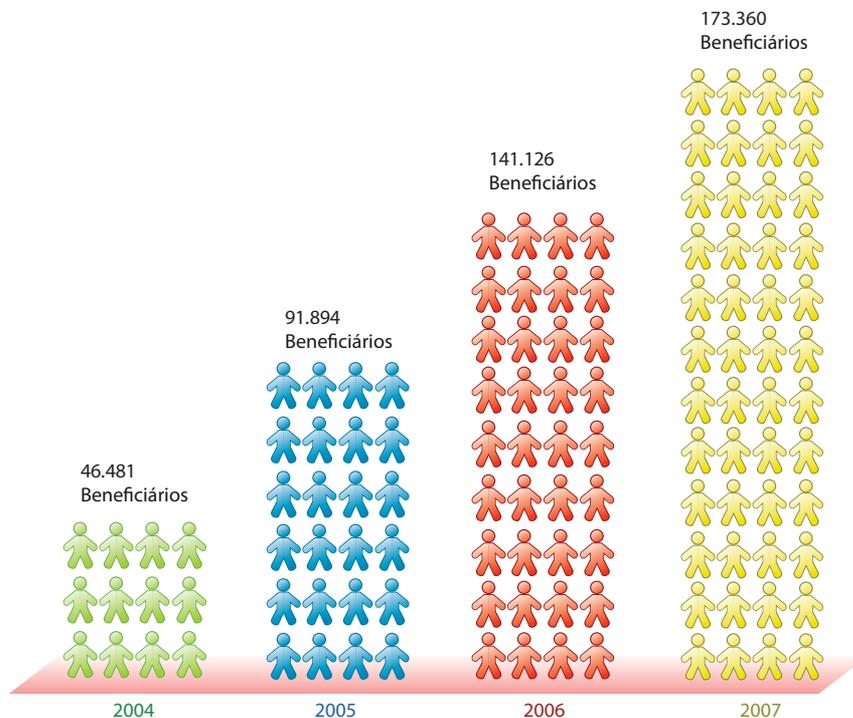
A Coordenadoria de Execução Judicial – Corej é responsável pelas atividades relativas às requisições dos pagamentos devidos pela Fazenda Pública (União, autarquias e fundações públicas) decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, tanto pela via do precatório (art. 100 da Constituição Federal) como pela via da requisição de pequeno valor – RPV (Lei 10.259/2001). A essência de seu trabalho é processar todas as requisições de pagamento obedecendo à ordem de apresentação no Tribunal. Objetiva, principalmente, assegurar aos jurisdicionados o recebimento de seus créditos dentro do prazo legal. A Corej tem também por atribuição prestar informações aos desembargadores e juízes federais convocados e elaborar pareceres e planilhas de cál-

culos em processos judiciais de diversas modalidades e graus de dificuldade.

Requisições de pagamento

No exercício de 2007, a Corej foi responsável pelo processamento e pagamento de 121.165 RPVs e 5.430 precatórios, contemplando 173.360 beneficiários diretos, sendo 159.879 de RPVs e 13.481 de precatórios. Todas as requisições foram processadas e pagas, identificando-se nominalmente cada beneficiário, com seu respectivo CPF/CNPJ, em obediência aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000 e das Resoluções 438/2005 e 559/2007 do Conselho da Justiça Federal.

Gráfico 17
Beneficiários de RPV e precatório



Para o pagamento dos precatórios da União e das entidades, foi executada a quantia de R\$ 859.115.736,30 e, para as RPVs, a importância de R\$ 854.413.470,70, totalizando R\$ 1.713.529.207,00 executados.

Gráfico 18
Pagamento de precatórios

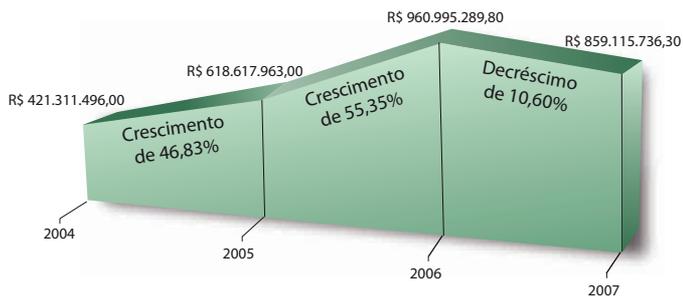
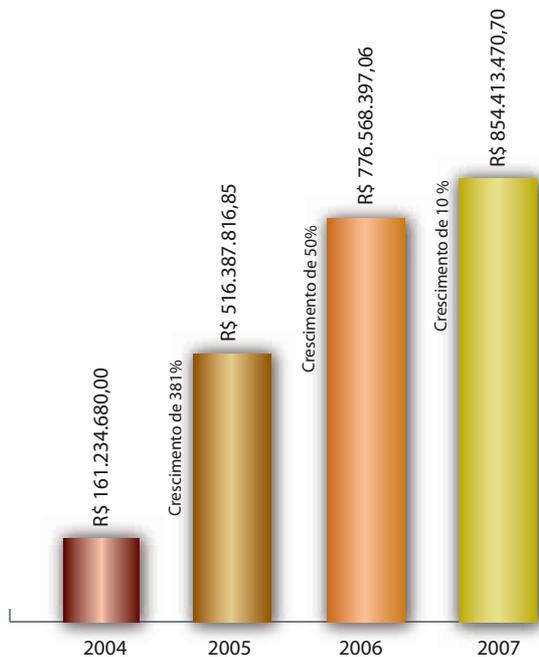


Gráfico 19
Pagamento de RPVs



Certificação digital

Entre as modernizações implementadas pela Corej, que vem ano a ano simplificando e automatizando procedimentos e processos, merece destaque, em 2007, a implantação da certificação digital pelo sistema de biometria, o que permitiu, apenas no período de agosto a dezembro, a expedição de 96.626 ofícios virtuais, informando os juízes requisitantes sobre os depósitos para pagamento das requisições e precatórios e os saques efetuados pelos beneficiários.

Houve grande ganho em relação ao tempo de movimentação e processamento e à economia de recursos materiais com o advento da assinatura digital de precatórios e RPVs. As imagens seguintes espelham autos de precatórios antes e depois das modernizações introduzidas em 2007.



Autos de precatórios autuados em 2004.

Luiz C. B. Xavier



A Diretora da Corej, Leila Maria Moreira, apresenta requisição de pagamento (RPV e PRC) virtual (na tela), realizado com certificação digital, eliminando-se a remessa da requisição em papel das Seccionais para o Tribunal.

Luiz C. B. Xavier

Quadro 68
Processamentos e pagamentos

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESEMPENHADAS	QUANTIDADE		TOTAL DEPOSITADO (EM REAIS)
	PROCESSOS	BENEFICIÁRIOS	
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2001 (7ª parcela)	101	148	83.734.649,10
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2002 (6ª parcela)	74	104	15.175.063,34
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2003 (5ª parcela)	65	83	20.085.746,82
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2004 (4ª parcela)	101	171	94.413.727,61
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2005 (3ª parcela)	158	250	37.133.662,89
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2006 (2ª parcela)	227	427	16.228.564,70
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2007 (1ª parcela)	383	1.352	59.563.299,55
Pagamento de precatórios alimentares da União – 2007	798	3.380	256.979.701,33
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2001 (7ª parcela)	31	69	7.610.707,68
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2002 (6ª parcela)	26	34	11.146.405,16
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2003 (5ª parcela)	22	27	2.806.086,20
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2004 (4ª parcela)	81	101	3.813.005,32
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2005 (3ª parcela)	83	119	5.218.935,32
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2006 (2ª parcela)	146	236	8.912.608,88
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2007 (1ª parcela)	179	509	8.797.702,52
Pagamento de precatórios alimentares das entidades – 2007	2.955	6.471	227.495.869,88
Pagamento de RPV (Lei 10.259/2001) em 2007	121.165	159.879	854.413.470,70
TOTAL	126.595	173.360	1.713.529.207,00
Precatórios processados para inclusão no orçamento de 2009 (art. 100 da CF)	2.554	7.687	

Quadro 69
Precatórios e RPVs que aguardam pagamentos em 2008

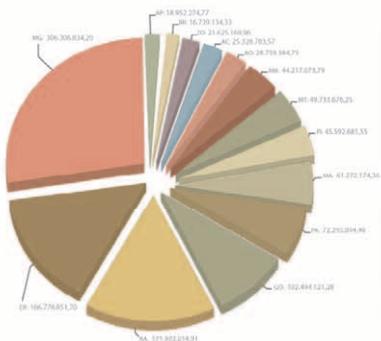
PRECATÓRIOS E RPVs	QUANTIDADE	
	PROCESSOS	BENEFICIÁRIOS
Precatórios não alimentares da União – 2001 (8ª parcela)	86	124
Precatórios não alimentares da União – 2002 (7ª parcela)	62	84
Precatórios não alimentares da União – 2003 (6ª parcela)	60	72
Precatórios não alimentares da União – 2004 (5ª parcela)	81	125
Precatórios não alimentares da União – 2005 (4ª parcela)	111	161
Precatórios não alimentares da União – 2006 (3ª parcela)	132	212
Precatórios não alimentares da União – 2007 (2ª parcela)	222	401
Precatórios não alimentares da União – 2008 (1ª parcela)	438	1.281
Precatórios alimentares da União – 2008	1.043	4.940
Precatórios não alimentares das entidades – 2001 (8ª parcela)	25	54
Precatórios não alimentares das entidades – 2002 (7ª parcela)	22	30
Precatórios não alimentares das entidades – 2003 (6ª parcela)	18	23
Precatórios não alimentares das entidades – 2004 (5ª parcela)	65	79
Precatórios não alimentares das entidades – 2005 (4ª parcela)	72	102
Precatórios não alimentares das entidades – 2006 (3ª parcela)	108	173
Precatórios não alimentares das entidades – 2007 (2ª parcela)	129	204
Precatórios não alimentares das entidades – 2008 (1ª parcela)	195	412
Precatórios alimentares das entidades – 2008	3.927	7.464
TOTAL	6.796	15.941

Quadro 70
Outras atividades

OUTRAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS	QUANTIDADE
Ofício expedido	7.890
Ofício virtual	96.626
Despacho publicado	48
Memorando expedido	90
Processo concluso ao relator após elaboração de cálculos	195

COJUD

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO



As atividades priorizadas pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – Cojud foram as concernentes à composição do acervo bibliográfico, à guarda, conservação, recuperação e arquivo de documentos e processos, à jurisprudência, bem como à preservação da memória da Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região.

Atividades destacadas

- ▀ Criação do banco de dados de jurisprudência administrativa, contendo julgados da Corte Especial Administrativa e do Conselho de Administração, com possibilidade de pesquisa.
- ▀ Edição mensal da *Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região*.
- ▀ Elaboração do Programa de Resgate e Preservação da Memória da Justiça Federal da Primeira Região.
- ▀ Preparação do índice anual das 11 edições da *Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região* referente ao ano de 2006.
- ▀ Atualização do *Código tributário nacional à luz da jurisprudência*.
- ▀ Início de atualização da obra *A Constituição na visão dos tribunais*.
- ▀ Suporte técnico e administrativo à comissão de realização do XII Concurso Público para Provisamento do Cargo de Juiz Federal Substituto, finalizado em maio de 2007.
- ▀ Elaboração e execução de projeto de aquisição de novo sistema informatizado para gerenciamento do banco de dados das bibliotecas do TRF e das Seções Judiciárias.

- ▀ Gestão das operações técnicas de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento — em fase corrente, intermediária e permanente — dos documentos e processos administrativos e judiciais do Tribunal.

Jurisprudência

A Cojud é responsável pela seleção e análise das decisões do Tribunal, com a finalidade de alimentar e manter atualizado o banco de dados de jurisprudência, colocado à disposição dos magistrados, servidores, advogados e público em geral.

Em parceria com a Secin, foi criado o banco de dados de jurisprudência administrativa, contendo julgados da Corte Especial Administrativa e do Conselho de Administração, com possibilidade de pesquisa via intranet. O objetivo desta implantação é embasar as decisões dos desembargadores federais nos processos administrativos. O banco está em fase de alimentação da base de dados com as ementas dos processos administrativos, encaminhadas pelos gabinetes.

Para a atualização da obra *Código tributário nacional à luz da jurisprudência*, no decorrer de 2007, foram realizadas pesquisas de jurisprudência e seleção das melhores ementas.

Foram publicados 63.326 acórdãos, dos quais 19.236 incorporados ao banco de dados de jurisprudência, o que representa 30,38% de decisões inéditas proferidas por esta Corte.

Quadro 71
Acórdãos processados

Mês	PUBLICADOS	EXPURGADOS	INCLUÍDOS	ANALISADOS
Janeiro	2.591	1.752	839	870
Fevereiro	3.943	2.600	1.343	890
Março	6.288	4.437	1.851	1.751
Abril	5.082	3.654	1.428	1.224
Maio	5.864	3.964	1.900	1.573
Junho	6.110	4.355	1.755	2.625
Julho	5.276	3.617	1.659	1.655
Agosto	6.239	4.231	2.008	2.348
Setembro	6.212	4324	1.888	1.766
Outubro	6.125	4.251	1.874	1.543
Novembro	5.911	4.067	1.844	1.457
Dezembro	3.685	2.838	847	1.043
TOTAL	63.326	44.090	19.236	18.745

Quadro 72
Acórdãos processados – Turmas Recursais e Turma Regional de Uniformização

Mês	TURMAS RECURSAIS	TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO	
	ACÓRDÃOS INCLUÍDOS	ACÓRDÃOS INCLUÍDOS	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Janeiro	79	14	106
Fevereiro	15	2	13
Março	73	3	29
Abril	77	11	30
Maio	103	13	57
Junho	58	22	118
Julho	19	18	182
Agosto	2	31	285
Setembro	8	2	15
Outubro	0	16	36
Novembro	2	5	8
Dezembro	0	0	0
TOTAL	436	137	879

Informativos de jurisprudência

A Cojud é responsável pela publicação do *Boletim informativo de jurisprudência* e do *Ementário de jurisprudência*.

O *Boletim informativo de jurisprudência* é veiculado no *site* do Tribunal e distribuído no formato impresso apenas aos gabinetes. O informativo, publicado a cada 10 dias, tem o objetivo de divulgar matérias de grande interesse social julgadas nas sessões dos órgãos judicantes do Tribunal, antes de sua publicação oficial, antecipando, assim, o resultado do julgamento aos interessados. Em 2007, foram publicados 31 boletins. A partir de março, foi acrescido ao *Boletim informativo de jurisprudência* o suplemento *Boletim de Jurisprudência Temático*, com veiculação na última edição de cada mês agrupando julgamentos do mesmo tema.

O *Ementário de jurisprudência* é publicado semanalmente no *site* do Tribunal e contém emen-

tas relevantes, trazendo os resultados de julgamento publicados oficialmente na semana anterior. Em 2007, foram publicados 48 ementários.

Súmula

A súmula é um compêndio das reiteradas decisões exaradas pelos Tribunais Superiores, versando sobre determinada matéria. Em 2007, nenhum Tribunal editou novas súmulas, havendo apenas revisões. A Cojud providenciou a publicação e distribuição das súmulas revisadas pelo Supremo Tribunal Federal – STF (3 súmulas) e pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ (9 súmulas) e de 29 matérias de competência dos Juizados Especiais Federais.

Em 2007, as súmulas passaram a ser publicadas apenas no *site* do Tribunal, proporcionando economia de papel e de espaço físico.

Quadro 73
Pesquisa de jurisprudência

Mês	SOLICITAÇÕES			E-MAIL	INTEIROS TEORES DE OUTROS TRIBUNAIS
	INTERNAS	EXTERNAS	SUBTOTAL		
Janeiro	49	9	57	47	2
Fevereiro	50	10	60	50	
Março	48	10	61	49	4
Abril	49	9	59	48	3
Maio	50	10	60	51	5
Junho	48	9	58	50	4
Julho	49	10	59	48	4
Agosto	50	09	60	49	5
Setembro	49	10	59	48	4
Outubro	82	10	92	59	2
Novembro	16	10	26	39	7
Dezembro	13	8	21	50	1
TOTAL	553	114	672	588	39

Revista de Jurisprudência

A *Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região* divulga decisões da Corte, expressas em acórdãos (inteiros teores), decisões monocráticas e julgamentos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, bem como a produção intelectual de autores do meio jurídico, por meio da publicação de artigos especializados e entrevistas. Em 2007, foram publicadas 11 edições da revista, com tiragem de 1.300 exemplares.

Em 2007, foi elaborado e publicado o *Índice geral da revista* referente às 11 edições de 2006, com o objetivo de facilitar o acesso às matérias publicadas.

Os repositórios oficiais de jurisprudência são publicações que contêm acórdãos e súmulas do Tribunal, com a finalidade de divulgar sua jurisprudência. São publicados pelo próprio Tribunal ou por entidades autorizadas, oficiais ou particulares. Cabe à Cojud acompanhar, deferir e cancelar as inscrições de tais publicações como repositórios da jurisprudência do Tribunal. Em 2007, foram publicados 490 acórdãos, habilitada a inscrição de uma editora e cancelado um registro de autorização de repositório.

Foram disponibilizadas em mídia eletrônica as obras *Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região*, *Índice geral da revista*, *Código tributário nacional à luz da jurisprudência e Desapropriação – doutrina e jurisprudência*, com tiragem de 1.000 CDs.

Novo Diretor da Revista do Tribunal

Em agosto, a Presidente do TRF 1ª Região, Assusete Magalhães, empossou o novo Diretor da Revista do Tribunal, Desembargador Federal Hilton Queiroz. O magistrado foi eleito para o biênio 2007-2009 pelos demais membros da Corte Especial, sem nenhuma divergência de votos.

Na ocasião, a Presidente elogiou o trabalho do ex-Diretor da Revista, Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, que “após realizar um profícuo trabalho no período de maio de 2006 a julho de 2007, deixou a direção da Revista com um saldo extremamente positivo, com enfoque especial à organização, qualidade na produção, cumprimento dos prazos estabelecidos e visão de futuro”.



O novo Diretor da Revista, Desembargador Federal Hilton Queiroz, a Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães, e o ex-Diretor da Revista, Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral.

Ao despedir-se do cargo de diretor, o magistrado agradeceu às Desembargadoras Federais Selene de Almeida e Maria do Carmo Cardoso e à Juíza Federal Mônica Sifuentes pela valiosa colaboração que prestaram à Revista como membros do Conselho Editorial. Também agradeceu à equipe da Revista pela dedicação aos interesses da Revista, com afinho, amor e idealismo. Ao referir-se ao sucessor, destacou sua competência e cultura, desejando-lhe boa sorte e muito êxito na nova missão.

Ao discursar, o novo Diretor da Revista, Hilton Queiroz, disse que a Revista “funciona bem e atende



O Desembargador Federal Hilton Queiroz e equipe da Cojud responsável pela produção da Revista.

aos propósitos para que foi criada”. Afirmou sentir-se desafiado a superar-se, a fim de “não permitir que decaia o trabalho” dos desembargadores federais que o antecederam. O Desembargador Federal Hilton Queiroz é o 11º Diretor da Revista, editada, pela primeira vez, em dezembro de 1989, e publicada mensalmente desde novembro de 2000.

Gestão documental e memória institucional

Descarte de documentos

Inserido na política de gestão documental, foi realizado, no dia 9 de novembro, o 3º Descarte Central de Precatórios e Documentos Administrativos da Primeira Região. Os trabalhos de seleção e preparação para o descarte de documentos e processos de natureza administrativa, classificados de acordo com o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT, contaram com a colaboração de servidores e prestadores de serviço das diversas unidades administrativas do Tribunal, sob a coordenação da Desembargadora Federal Neuza Alves, Presidente da Comissão de Avaliação de Documentos.



LUIZ C. B. XAVIER

A Desembargadora Federal Neuza Alves, Presidente da Comissão de Avaliação de Documentos, por ocasião da seleção de processos para descarte.

No caso de atos de natureza judicial, foram selecionados para descarte 7.284 precatórios — pagos e com a temporalidade cumprida —, referentes ao período de 01/01/1998 a 31/12/1999. Desse total quatro processos, sendo dois de cada ano, foram destacados para guarda permanente (dois de autarquia e dois da União) e requisitado para guarda particular o processo 1997.01.00.024970-2/DF.

LUIZ C. B. XAVIER



Grupo de trabalho na atividade de análise dos processos administrativos passíveis de descarte.

Quadro 74

Massa documental descartada

TIPO DE DOCUMENTO DESCARTADO	QUANTIDADE	METROS LINEARES
Precatórios	7.279	52,83
Processos administrativos	1.600	12,39
Documentos administrativos	60	6,00
TOTAL	8.939	71,22

Quadro 75

Processos arquivados e desarquivados

TIPO	PROCESSOS	
	JUDICIAIS, RPVs E PRECATÓRIOS	ADMINISTRATIVOS
Arquivados	111.702	6.193
Desarquivados	927	5.972

Gestão de auto findos

No tocante à gestão documental de autos findos da Primeira Região, foram realizadas as seguintes ações:

- ▀ participação de servidores de todas as Seccionais da Primeira Região no curso de gestão de autos findos oferecido pelo Conselho da Justiça Federal;
- ▀ aplicação do plano amostral de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa de Gestão Documental da Justiça Federal do CJF, elaborado pela área de Estatística, para a Seção Judiciária do Distrito Federal e do Estado de Minas Gerais, bem como para a Subseção Judiciária de Marabá/PA;

- ▀ encaminhamento à Coger de propostas de ajustes no Sistema de Acompanhamento Processual da primeira instância para a adequação de rotinas de realização dos procedimentos relativos ao descarte de processos judiciais findos;

Como resultado da gestão de autos findos em 2007, destacam-se o trabalho de organização do arquivo judicial da Seccional de Marabá e os procedimentos de análise e organização dos processos da classe 3000 – Execução Fiscal, não embargadas, nas Seccionais de Minas Gerais e Distrito Federal.

LUIZ C. B. XAVIER



Servidores da Primeira Região no curso de gestão de autos findos.

Gerenciamento do PCTT

O Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade foi aprovado por meio das Resoluções 217/1999 e 359/2004 do Conselho da Justiça Federal – CJF. É o instrumento utilizado para classificar os documentos e processos administrativos por assunto e definir seu tempo de guarda nos arquivos do Judiciário brasileiro.

Implantado no TRF 1ª Região, a partir de 2001, o PCTT vem sendo adequado pela Comissão

Técnica Interdisciplinar de Gestão de Documentos da Justiça Federal, do CJF, que, em parceria com os cinco TRFs e respectivas Seccionais, está padronizando todas as tabelas e procedimentos concernentes à gestão documental da Justiça Federal brasileira. Em função desta padronização, o PCTT sofreu algumas mudanças e foram iniciadas ações relativas à alteração da base de dados do Tribunal e ao planejamento de treinamento de usuários para garantir a efetiva utilização da tabela.

Programa de Resgate e Preservação da Memória Institucional

Em 2007, foi elaborado o Programa de Resgate e Preservação da Memória da Justiça Federal da Primeira Região, composto pelas seguintes fases, a serem implementadas entre 2007 e 2008.



- Fase 1 – Organização e reparos imediatos no Memorial Desembargador Federal Mauro Leite Soares, incluindo a restauração do primeiro processo do Tribunal, exposto no Memorial.
- Fase 2 – Dinamização do Memorial Desembargador Federal Mauro Leite Soares, por meio de visitas a instituições museológicas, de implementação da Campanha Pró-Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, da criação da página do Programa de Resgate e Preservação da Memória da Justiça Federal na internet e de projeto que reunirá ao Memorial o acervo de processos históricos do Tribunal.
- Fase 3 – Resgate e preservação contínuos da memória da Justiça Federal da Primeira Região, por meio da 3ª edição da publicação *Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região* e da promoção de exposições temporárias.
- Em outubro, como parte da I Mostra de Saúde e Bem Viver, foi apresentada a linha do tempo da Justiça Federal da Primeira Região no contexto dos 200 anos do Judiciário Independente Brasileiro, bem como a exposição de peças do Memorial Desembargador Federal Leite Soares.

Gerenciamento dos inteiros teores

Disponibilizar na internet os inteiros teores dos processos julgados pelo Tribunal envolve atividades gerenciais, por parte da área de Arquivo da Cojud, voltadas:

- à conferência de publicações liberadas no *Diário da Justiça* e na internet, objetivando verificar se constam relatório, voto, ementa e certidão de julgamento dos julgados;
- à solicitação de ajustes das intercorrências detectadas às Coordenadorias Processantes responsá-

veis pela divulgação das informações, caso não conste algum documento relativo a determinado julgamento;

- às notificações de incorreções, que acontecem quando a Coordenadoria Processante já tenha sido solicitada a corrigir uma falha, mas não tenha cumprido.

Destaque-se que, em 2007, foram elaborados e adotados indicadores de desempenho relativos:

- a demora no arquivamento;
- a intercorrências nas publicações disponíveis na internet e no *Diário Oficial da União*;
- a demora na conferência de listas de publicação de acórdãos.

Esses indicadores permitiram aferir o desempenho e os entraves nas atividades de arquivamento e desarquivamento, bem como na conferência de inteiro teor de julgados.

Quadro 76

Publicação mensal dos inteiros teores dos acórdãos

ÓRGÃO JULGADOR	QUANTIDADE
Corte Especial e Seções	111
Primeira Seção	380
Segunda Seção	320
Terceira Seção	572
Quarta Seção	431
Primeira Turma	12.940
Segunda Turma	12.229
Terceira Turma	2.181
Quarta Turma	2.010
Quinta Turma	6.997
Sexta Turma	6.331
Sétima Turma	8.439
Oitava Turma	10.385
Turma Regional de Uniformização	879
TOTAL	64.205

Quadro 77

Média de conferência de publicação de acórdãos

PERIODICIDADE	MÉDIA
Diária	266
Mensal	5.502

Fornecimento de inteiros teores de acórdãos

A área de arquivo realizou 3.480 impressões e 5.157 cópias xerográficas, perfazendo 8.637 atendimentos, com arrecadação no valor total de R\$ 2.952,20, referente às cópias pagas.

Quadro 78

Atendimentos realizados

MODALIDADE	QUANTITATIVO
Presencial	233
E-mail e fac-símile	1.021
Malote (correio)	38
Solicitação de acórdãos pela área de Jurisprudência	3.033
TOTAL	4.325

Solicitação de processos arquivados

A área de Arquivo atendeu às solicitações de desarquivamento de processos dos usuários, cumprindo o prazo máximo de 24 horas para desarquivamento de processos (judiciais e administrativos), apesar de o setor de arquivo se encontrar em edifício distinto do local que abriga a unidade administrativa responsável pela solicitação e entrega dos processos.

Quadro 79

Empréstimo de processos

TIPO	QUANTIDADE
Solicitados	239
Devolvidos	218
A devolver	21

Serviços bibliotecários

A Biblioteca manteve continuamente os procedimentos de solicitação e oferta de novos acervos, consulta e transmissão de informações em papel e meio eletrônico, conservação e guarda de documentos, proporcionando o atendimento rápido a consultas formuladas por seus usuários.

O destaque de 2007 foi a aquisição, para toda a Primeira Região, do *software* de automação e administração de bibliotecas Sistema Integrado de Bibliotecas – Pergamum. É um instrumento de grande importância e bastante inovador, pois marca o início da interligação em rede de todas as unidades de biblioteca da Primeira Região (Tribunal e as 14 Seções Judiciárias). Desde a criação do Tribunal se almejava esse procedimento.

O Pergamum possui um padrão internacional de gerenciamento de dados e já é utilizado em bibliotecas públicas e privadas de todo o País, inclusive em universidades.

A nova ferramenta possibilitará ao usuário independência de ação no momento de solicitar a renovação de empréstimo ou reserva de determinado livro, pois, para essas ações, pode-se utilizar a internet, não sendo necessária a presença do usuário.

No que diz respeito às consultas de legislação do Tribunal, o sistema também facilitará a vida do usuário, uma vez que permite a visualização, na própria tela de consulta, das alterações sofridas pela legislação em questão, não apenas indicando-as, mas também permitindo o acesso ao seu inteiro teor.

Quadro 80

Atividades desenvolvidas pela Biblioteca

Elaboração, juntamente com as demais bibliotecárias e chefes de setor da Biblioteca, do projeto de aquisição de um novo software para a Biblioteca.
Participação na Comissão de Memória do Tribunal para a elaboração da 3ª edição do livro <i>Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região</i> .
Atualização das partes do livro de memória: XIV – A necessidade de informações; XXIV – Maior qualidade nos serviços; XXVII – Reestruturação da Justiça Federal de primeiro grau.
Participação nas reuniões da Comissão de Acervo Documental para descarte de processos administrativos e judiciais.
Participação na arrecadação de livros para a Campanha de Doação de Livros implementada pelo Tribunal, juntamente com o STM, TRT 10ª Região e TSE, em comemoração ao bicentenário do Judiciário.
Elaboração dos termos de referência relativos aos contratos de prestadores de serviço, aquisição de livros nacionais e aquisição de livros estrangeiros para o ano de 2008.
Avaliação do sistema Sophia, de 28 a 30 de novembro, vencedor do pregão de aquisição de software para a Biblioteca.
Avaliação do sistema Pergamum, em 12 de dezembro, segundo colocado no pregão.
Elaboração de parecer técnico sobre os sistemas acima citados, para composição do processo de licitação.
Aquisição de 14 obras estrangeiras, por dispensa de licitação.
Realização de inventário com a participação de toda a equipe da Biblioteca, de 03 a 07/12/2007.

Quadro 81

Registro e processamento técnico de acervo

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Livro incorporado ao acervo da Biblioteca – comprado	1.689
Livro incorporado ao acervo da Biblioteca – doado	129
Processamento técnico de livros	2.243
Elaboração do expositor eletrônico Novidades Jurídicas	95
Elaboração do expositor eletrônico Periódicos em Destaque	19

Quadro 82
Atividades relativas a periódicos

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Registro de novos volumes no Kardex	1.058
Renovação da assinatura de títulos para 2007	26
Periódico no acervo da Biblioteca impresso	27.569
Periódicos no acervo da Biblioteca em meio eletrônico	500

Quadro 83
Atendimento ao usuário da Biblioteca

SERVIÇOS	QUANTIDADE
Consulta no Siabi	1.680
Consulta na base de monografia	18.887
Pesquisa	1.764
Circulação (empréstimo/devolução) de obras	6.465
Empréstimos interbibliotecários solicitados	170
Empréstimos interbibliotecários fornecidos	108
TOTAL	29.074

Atualização de legislação e documentos oficiais

A área de atualização de legislação e documentos oficiais da Biblioteca, que tem por objetivo selecionar, controlar, processar, atualizar e divulgar as normas internas e a legislação de interesse do Tribunal, realizou as seguintes atividades:

- ▀ elaboração de 44 Alertas Dibib eletrônicos;
- ▀ inclusão de 448 normas no Sistema de Automação de Biblioteca – Siabi;

- ▀ alteração de 425 normas no Siabi;
- ▀ atualização do conteúdo do *link* Legislação das Varas, disponível no menu Setoriais/Biblioteca, no *site* do TRF 1ª Região;
- ▀ alimentação das pastas de concursos e editais;
- ▀ mapeamento da base de legislação para desenvolvimento de sistema de normas do TRF 1ª Região, no *site* do Tribunal.

Apoio a comissões

Comissão de Acervo Jurídico

A Comissão de Acervo Jurídico do Tribunal, cuja secretaria está a cargo da área de Biblioteca e que tem por responsabilidade gerenciar e instruir as solicitações de aquisição de material bibliográfico de natureza jurídica para compor o acervo do TRF 1ª Região, adquiriu 662 livros (508 para os gabinetes e 154 para as unidades administrativas). O custo total dessas obras foi de R\$ 57.976,53.

Comissão de concursos

A Cojud prestou total apoio à conclusão do XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região.

Na semana de 20 a 24 de agosto de 2007, a Cojud recebeu visita da equipe responsável pelo Concurso para Juiz Federal Substituto do TRF 2ª Região, que veio a Brasília com o objetivo de conhecer a estrutura, o trabalho e o sistema de concurso para Juiz Federal Substituto – Conjufes, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin deste Tribunal. Na ocasião, a Secin ministrou um breve treinamento para a equipe do TRF 2ª Região, contando com a participação de servidora do Tribunal que atua na área.

Além do treinamento, foram realizadas reuniões entre a área de Apoio às Comissões Regimentais e a equipe oriunda do Rio de Janeiro/RJ, com a finalidade de troca de informações, possibilitando o aprimoramento dos conhecimentos e dos trabalhos a serem desenvolvidos.



LUIZ C. B. XAVIER

Prova oral do XII Concurso para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região.

Para o próximo ano, está prevista a abertura do X Concurso Nacional de Monografias e de novo concurso para provimento de cargo de juiz federal substituto da Primeira Região.

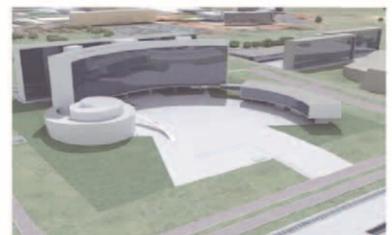
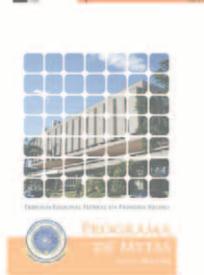
Quadro 84

Atividade de apoio à comissão de concurso

CONCURSO	ATIVIDADE
XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região	15 a 19/01/2007, pedido de vista e interposição de recursos das 2ª e 3ª provas realizados.
	26/01 a 08/02/2007, julgados os recursos das 2ª e 3ª provas. 14 a 27/02/2007, inscrição definitiva.
	23/02 a 02/03/2007, análise das inscrições definitivas.
	03 e 04/03/2007, aplicação dos exames psicotécnicos.
	05/03 a 02/04/2007, sindicância dos candidatos inscritos definitivamente, feita pela Corregedoria-Geral – Coger.
	03 a 18/04/2007, avaliados os títulos.
	23 a 29/04/2007, realizadas as provas orais.
	24/05/2007, homologado o XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região pela Corte Especial Administrativa do TRF 1ª Região (publicado no <i>Diário da Justiça</i> , Seção 2, de 31/05/2007).

CENAG

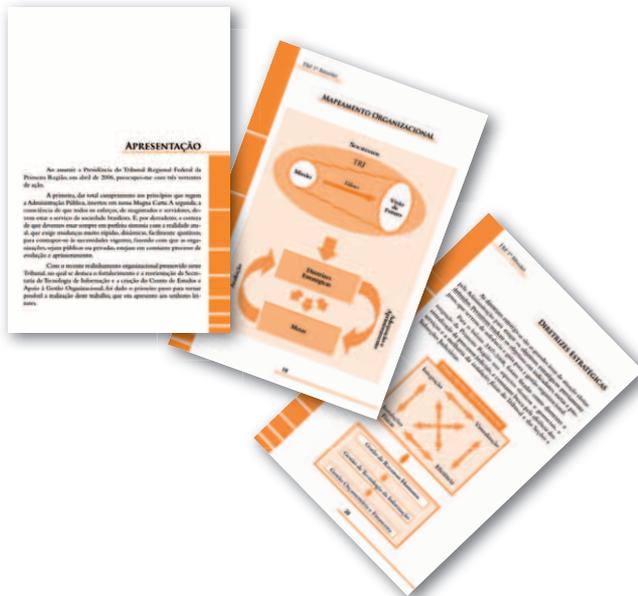
CENTRO DE ESTUDOS E APOIO À GESTÃO ORGANIZACIONAL



O Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag prestou assessoramento ao Diretor-Geral e apoio técnico e logístico às unidades da Secretaria do Tribunal, bem como desenvolveu projetos de significativa importância para a Primeira Região, alguns dos quais serão descritos a seguir.

Programa de Metas – Biênio 2007-2008

O primeiro projeto desenvolvido pelo Cenag em 2007 foi o Programa de Metas – Biênio 2007-2008, encomendado pela Presidência da Corte para consolidar seu plano de gestão. Trata-se de planejamento focado em qualidade de serviços e de gerenciamento de recursos, abrangendo as áreas gerencial, técnica e operacional, com o objetivo de tornar o Tribunal, suas Seções e Subseções Judiciárias mais eficazes e modernos, atendendo os anseios e aspirações da sociedade brasileira.



Seguindo-se quatro diretrizes estratégicas — eficiência dos serviços, integração da Primeira

Região, virtualização de processos judiciais e melhoria das instalações físicas —, foram estabelecidas 26 metas para a Primeira Região, calcadas na excelência da gestão dos recursos públicos, na transparência, na conscientização de bem servir à sociedade, no aprimoramento contínuo e progressivo dos serviços e tecnologias, na uniformização e simplificação de rotinas e procedimentos, na visão compartilhada de todas as áreas e níveis organizacionais e na motivação e engajamento do corpo funcional.



Equipe do Cenag faz a entrega oficial do Programa de Metas ao Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto.

O Cenag prestou seu apoio técnico no cumprimento de muitas dessas metas. Em algumas sua atuação foi além do assessoramento, participando ativamente no desenvolvimento, na execução e na implantação dos trabalhos.

Conceitos institucionais

No Programa de Metas, o Cenag descreveu, pela primeira vez, a missão organizacional, os valores institucionais e a visão de futuro do Tribunal, elementos que dizem respeito à razão de ser da Justiça Federal e que já existiam consolidados nas ações dos magistrados e servidores e na percepção do jurisdicionado.

MISSÃO DO TRF 1ª REGIÃO

Contribuir para a pacificação social, por meio de prestação jurisdicional acessível, célere, efetiva e agregada de princípios éticos, legais e de respeito ao ser humano.

VALORES INSTITUCIONAIS

Justiça – pautar suas ações e decisões pelos princípios de justiça e respeito ao próximo.

Ética – comprometer-se a zelar para que todas as suas ações e relações sejam realizadas com honestidade e integridade.

Observância aos princípios constitucionais – condicionar a atividade funcional aos princípios que regem a Administração Pública.

Excelência – atingir resultados com rapidez e qualidade, buscando alcançar os mais elevados padrões na prestação jurisdicional e na gestão administrativa.

Constância nos propósitos – estabelecer objetivos de longo e médio prazo que permitam a continuidade, a coerência e a efetividade do planejamento das ações e compartilhá-los com toda a organização.

Inovação e criatividade – atualizar-se em relação às melhores práticas, buscando o aprendizado contínuo, as oportunidades e alternativas e estimulando a criatividade e o estabelecimento de novos desafios.

Cidadania – ser agente de mudanças no contexto social, conscientizando todos os seus membros, servidores e colaboradores da importância de seu papel na sociedade e na preservação do meio ambiente.

Gestão participativa – trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados e promovendo a valorização do corpo funcional e o orgulho de pertencer à instituição.

Comprometimento – atuar com dedicação, empenho, entusiasmo e transparência.

Valorização do servidor público – reconhecer e valorizar os méritos do servidor, conscientizando-o da importância de seu papel no cumprimento da missão, a fim de garantir seu comprometimento, dedicação e empenho.

VISÃO DE FUTURO

Consolidar-se, perante a sociedade brasileira, como um Tribunal que promove a pacificação social por meio da excelência, rapidez e efetividade de seus julgados, da boa gestão de seus recursos e da qualidade de suas ações, além de se firmar como um centro de referência em ambiente de trabalho e motivação humana.

Protocolo Postal (Meta 2)

No Programa de Metas – Biênio 2007-2008, foi contemplada na Meta 2 a ampliação do protocolo descentralizado, composta de duas fases relativamente complexas: padronização eletrônica do protocolo descentralizado e centralização das bases do sistema processual, interligando-se o TRF e as Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região.

O processo de descentralização do protocolo teve início no Tribunal em 1999, com a implantação do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos Processuais – Gedop. Nessa fase, descentralizou-se o recebimento de petições iniciais de processos originários do Tribunal. Com o bom êxito de tal iniciativa, implantou-se posteriormente o protocolo eletrônico de petições diversas destinadas a processos em tramitação no Tribunal.

Contudo, faltava ainda implantar a descentralização geral do recebimento de petições destinadas à Primeira Região, ou seja, permitir o recebimento de petições e recursos de uma Seção Judiciária para outra,

entre as Seções e Subseções e de uma Subseção Judiciária para outra. Quando totalmente cumprida, a Meta 2 preencherá essa lacuna. A conclusão das duas soluções eletrônicas propostas nessa meta está prevista para 2008 e 2009, respectivamente.

Enquanto não implantados esses sistemas, o Tribunal buscou uma forma de atendimento imediato aos pleitos do jurisdicionado. Após estudos e pesquisas realizadas pela Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão – Diget, em conjunto com a Divisão de Comunicação e Expedição Administrativa – Dicad, foi proposta a implantação do Protocolo Postal de Petições e Recursos no âmbito da Primeira Região.

Também teve participação relevante nesse projeto a Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, que preparou os sistemas judiciais da Primeira Região para reconhecer os códigos de rastreamento que as petições e recursos recebem nas agências dos Correios.

O serviço, criado pela Resolução 600-012 de 08/10/2007, é oferecido por meio do estabelecimento de convênio de cooperação técnica com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, possibilitando ao jurisdicionado encaminhar petições e recursos que tenham como destinatários quaisquer órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo grau da Primeira Região (Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias), em quaisquer agências dos Correios de qualquer parte do Brasil, em envelopes ou caixas do Serviço de Encomenda Expressa dos Correios – Sedex.



LUIZ C. B. XAVIER

A Presidente do Tribunal, Assuete Magalhães, magistrados, Diretor-Geral, Secretário-Geral e equipe que trabalhou no desenvolvimento do Protocolo Postal.

O Protocolo Postal, além de adiantar o cumprimento parcial da Meta 2, promoverá maior acesso à Justiça Federal, integrando o Tribunal e suas Seções e Subseções Judiciárias.

Encurtando as distâncias entre os jurisdicionados de todo o Brasil e a Justiça Federal da Primeira Região e abrindo as portas para a população de menor poder aquisitivo, o Protocolo Postal promoverá ainda economia aos pleiteantes. A partir de agora, eles não precisam mais gastar com locomoção de advogado para ajuizar suas ações ou apresentar petições diversas, tendo apenas a despesa com a postagem dos documentos pelos Correios.

Outra vantagem do serviço de protocolo postal é que, para fins de contagem de prazo judicial, a data e a hora da postagem nos Correios têm a mesma validade do protocolo oficial da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, sendo, para tanto, considerado o horário de funcionamento da unidade destinatária.

A descentralização de protocolo provocada pela implantação do Protocolo Postal já vinha sendo reivindicada pelos jurisdicionados e seus advogados, bem como por diversos órgãos públicos, como a Caixa Econômica Federal, o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Ministério Público Federal, a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública da União, além de diretores de foro e da Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, que enviaram solicitações diversas relacionadas ao serviço ora oferecido.

Selo Postal

Este Tribunal não teria ocasião mais propícia para o lançamento de um selo próprio do que o

ano em que comemorou sua maioria e lançou o Protocolo Postal de Petições e Recursos da Primeira Região.

O selo, criado pelo Cenag, é composto de duas partes: uma com a arte pré-definida pelos Correios e outra contendo a Bandeira do Tribunal e a mensagem de integração da Primeira Região – 18 anos de pacificação social.



Divulgação institucional (Metas 4 e 5)

Criação e atualização de páginas eletrônicas

Para melhorar a utilização dos recursos de internet e intranet e dar maior publicidade aos atos do Tribunal, o Cenag, com o suporte tecnológico da Secin, lançou, as páginas eletrônicas Transparência, Planejamento, Construção da Nova Sede, Memória Institucional, Ouvidoria Administrativa, Universidade Corporativa, Diário da Justiça Federal da Primeira Região em meio eletrônico e Protocolo Postal.

Páginas eletrônicas criadas

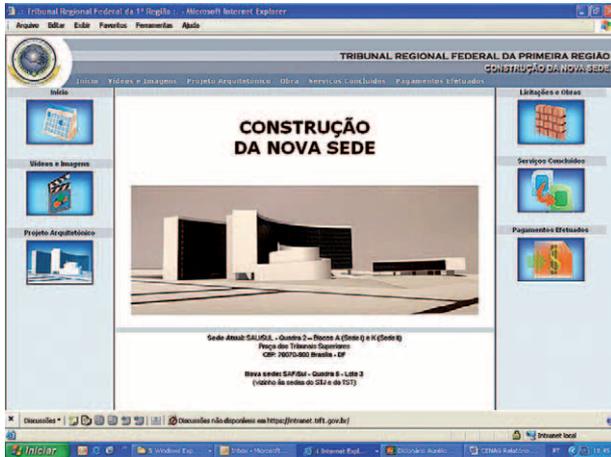
Transparência



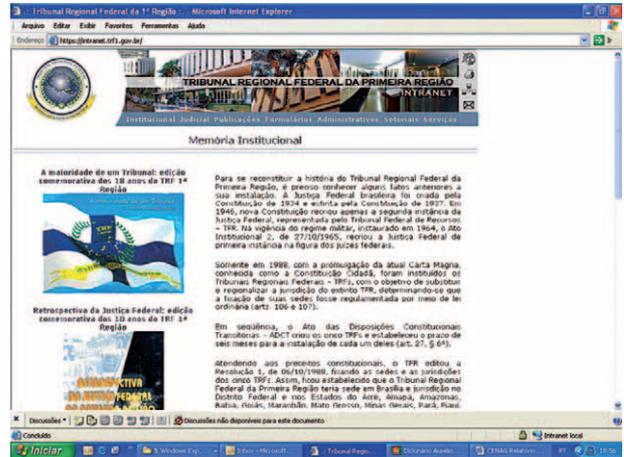
Planejamento



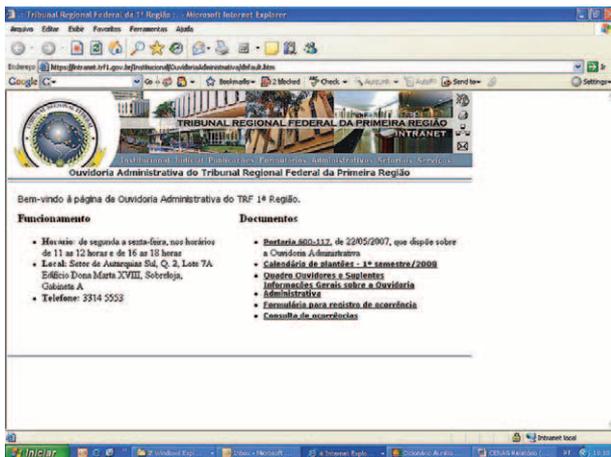
Construção da Nova Sede



Memória Institucional



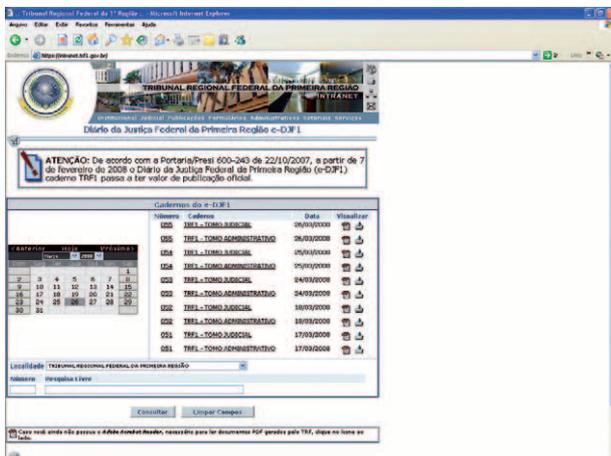
Ouvidoria Administrativa



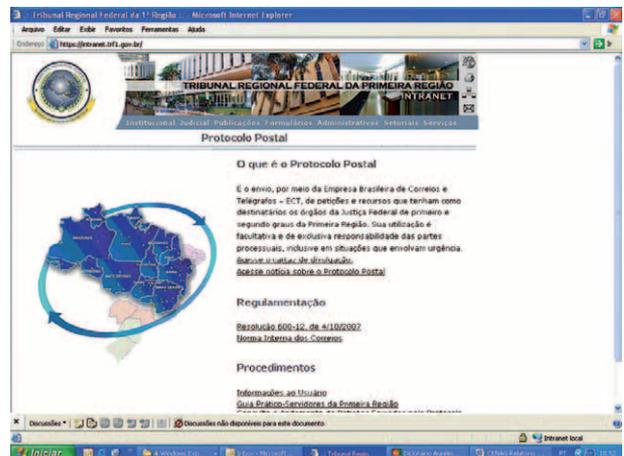
Universidade Corporativa



Diário da Justiça Federal da Primeira Região



Protocolo Postal



Além dessas páginas, foram atualizados na rede dados completos sobre a organização da Primeira Região. Na página do Tribunal (www.trf1.gov.br), pode-se visualizar no menu Institucional/Organização:

- ▄ a atual estrutura do Tribunal, conforme o realinhamento administrativo estabelecido na Resolução/Presi 600-09 de 13/11/2006;
- ▄ a atual estrutura da primeira instância, com todas as alterações promovidas desde 1999, incluindo-se a instalação das 59 varas federais criadas pela Lei 10.772/2003.



Produção editorial

A produção editorial é um processo em que se coordenam etapas de preparação de originais, elaboração de projeto gráfico, programação visual, edição de texto e revisão, nas mídias impressa e digital. Em alguns casos, envolve o acompanhamento do projeto desde o conceito e concepção até sua finalização.

- ▄ A programação visual

A área de programação visual, como nos anos anteriores, perseguiu passo a passo atualizações técnicas por exigência da demanda crescente. *Softwares* de última geração foram instalados nas máquinas dos programadores visuais, propiciando a ampliação da qualidade e da versatilidade dos trabalhos solicitados.

- ▄ O processo de revisão

O texto enviado para revisão submete-se, basicamente, a um processo subdividido em três níveis: conferência com os originais, padronização e revisão gramatical.

A conferência da obra com os documentos originais objetiva preservar o conteúdo do original enviado.

Padronizar um texto significa, em linhas gerais, procurar imprimir uniformidade aos documentos emitidos pela instituição.

A revisão gramatical compreende aspectos de ortografia, concordância, regência, colocação pronominal, detecção de vícios de linguagem e estruturação do texto, observados os princípios da cla-

reza, da coesão e da coerência. Além disso, quando o original constitui discurso falado (entrevistas, discursos), o revisor procede à adequação do texto ao registro formal, com a devida omissão de marcadores discursivos, próprios da fala, e a inserção de pontuação e conectivos coerentes.

Ao revisor não cabe, em princípio, propor alterações de mérito, tampouco verificar a veracidade de dados. Entretanto, não raras vezes, o revisor extrapola a estrita revisão gramatical e aponta questões que dizem respeito à elaboração do texto, ao mérito e ao melhoramento da redação.

➤ A revisão digital

Importante instrumento para a consecução dos trabalhos dos revisores, a revisão digital foi implantada em 2006, conforme Circular/Diges 600-562, tendo sido diariamente empregada em 2007, alcançando o número de 599 documentos revisados. O procedimento é simples. O interessado envia o documento por *e-mail*. Recebe-o, posteriormente, em dois arquivos: um documento final com as alterações propostas, pronto para ser impresso, e um com as marcações indicadas, para que o autor tome conhecimento do que foi alterado ou proposto e tenha liberdade de aceitar ou rejeitar cada alteração.

A revisão digital abrange a correção de ofícios, editais, portarias, resoluções, *RH on-line*, entre outros documentos advindos da Diretoria-Geral, das Secretarias de Recursos Humanos e de Administração e do próprio Cenag.

Publicações

As publicações institucionais têm grande importância para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, engajado na divulgação do conhecimento científico, no debate e na reflexão crítica sobre questões jurídicas e sociais, na transparência e divulgação de seus atos, na informação e atendimento ao público interno e externo e na perpetuação de sua história.

Entre as obras produzidas pelo Cenag, destacam-se:

A Maioridade de um Tribunal – 18 anos de pacificação social



Para relembrar os principais momentos da história do “Tribunal da Boa Vontade”¹, ao longo de seus 18 anos, o Cenag elaborou, a pedido da Presidência do Tribunal, a publicação denominada *A maioridade de um Tribunal – 18 anos de pacificação social*.



LUÍZ C. B. XAVIER

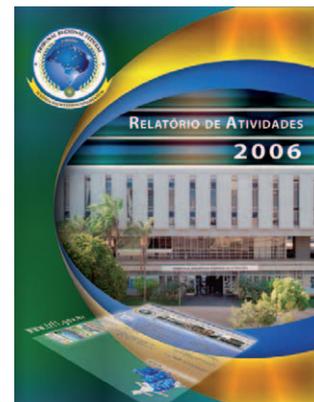
A Diretora do Cenag, Wânia Maríça Araújo Vieira, faz a entrega oficial da publicação ao primeiro Presidente do Tribunal, o Desembargador Federal Alberto José Tavares Vieira da Silva. À frente, a Presidente do Tribunal, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, e o representante do STJ, Ministro José de Castro Meira.

Trata-se de uma obra comemorativa, que traz breve histórico da composição e das principais iniciativas desta Corte, de alguns processos judiciais que tiveram grande repercussão no País, de momentos comemorativos célebres e dos símbolos do TRF 1ª Região.

¹ Nome dado ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região por seu primeiro Presidente, o Desembargador Federal Alberto José Tavares Vieira da Silva, em razão das dificuldades enfrentadas pelos magistrados que o integraram inicialmente e pelos servidores que os ajudaram no empreendimento de instalação da Corte.

Relatório de Atividades 2006

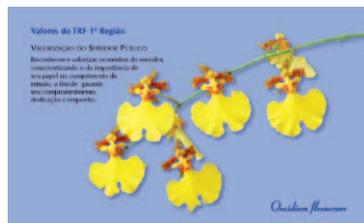
O Relatório de Atividades é uma publicação anual determinada pelo art. 22, XL, do Regimento Interno deste Tribunal. A publicação trouxe um relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados no ano de 2006, administrativos e judiciais, representando uma prestação de contas aos membros da Corte e à sociedade.



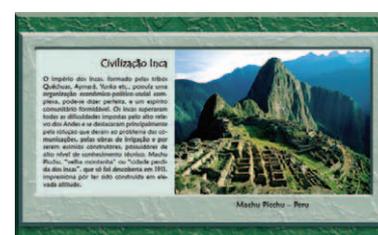
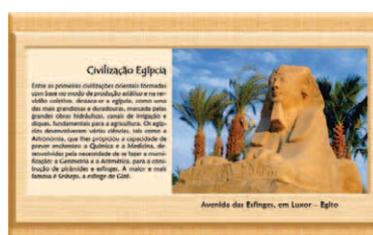
Calendários 2007 e 2008

Produzidos pela Divisão de Produção Editorial – Diedi, os calendários 2007 e 2008 trouxeram temas alegres e instigantes.

No início de 2007, foi produzido e distribuído o calendário para o próprio ano, com o tema Orquídeas. Em cada mês, além de uma espécie diferente da flor, constaram os conceitos institucionais do Tribunal: sua missão, seus valores e sua visão de futuro.



Já no final do ano, foi produzido e distribuído o calendário para 2008, com o tema Civilizações Antigas, trazendo também uma lista de compromissos assumidos no Programa de Metas e já cumpridos.



Outras publicações

Produções editoriais, que envolveram arte, programação visual e revisão de texto

RH On-line



Revista do TRF 1ª Região
(edições de janeiro a dezembro)

Índice da Revista do TRF 1ª Região

CD da Revista do TRF 1ª Região
(arte e reprodução da capa e etiqueta)

Cartazes da Revista do
TRF 1ª Região
(de janeiro a dezembro)



Série Insignes 15
e reedição das
Séries Insignes 3 e 5



Revista comemorativa dos 20 Anos da
Justiça Federal em Ilhéus

Adaptação do leiaute do
Diário da Justiça Federal da Primeira Região
para o programa InDesign (com treinamento de
servidores de diversas unidades do Tribunal)

Missa de Natal (folhetos)

I Mostra Justiça e Bem Viver
(elaboração de livretos,
cartazes, fôlderes e
informativos)



Dia Internacional da Mulher
(convite)



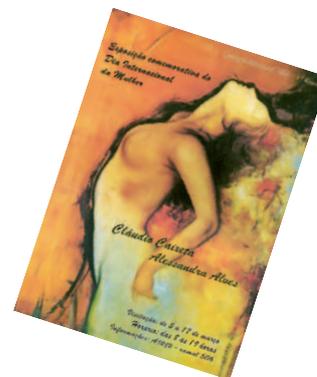
Festa Junina
(criação de cartazes,
convites e credenciais
referentes ao evento)



Festa de Encerramento (confraternização do Tribunal)

Culto de Ação de Graças (folhetos)

Espaço Cultural
(criação de cartazes e
convites)



Logomarca e material de divulgação da Universidade
Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região

Selo do Protocolo Postal

Reproduções gráficas

Para o TRF 1ª Região, sempre foram importantes a divulgação de sua jurisprudência e o compartilhamento da experiência e do conhecimento adquiridos nestes 18 anos de história. No Quadro 85, seguem relacionadas as principais reproduções gráficas realizadas pela Divisão de Serviços Gráficos – Digra.

Quadro 85
Principais reproduções gráficas

PUBLICAÇÕES	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE
Periódicos	Revista do TRF 1ª Região	15.600
	Cartaz da Revista do TRF 1ª Região	3.800
	Índice Geral da Revista do TRF 1ª Região	1.300
	Revista Destaque Mensal	12.500
Outras publicações	Calendário 2007 do TRF 1ª Região	2.000
	Calendário 2008 do TRF 1ª Região	2.520
	Ficha de inscrição/adesivos – Campanha Prodentinho	500
	Cartaz do Protocolo Postal da Justiça Federal	500
	Fôlder – Protocolo Central	7.000
	Revista – Subseção Judiciária de Ilhéus/BA	600
	Capa do CD 18 anos do TRF	500
	Relatório de Atividades 2006	500
	Base para convites	55.000
	Fôlder e convite da Feira de Saúde	5.000
	Manual de nutrição da Feira de Saúde	2.000
	Fôlder de odontologia da Feira de Saúde	2.500
	Fôlder – Campanha “Não fume, perfume”	1.500
	Série Insignes – 3, 5, 9 e 15	1.290
	Programa de Metas – Biênio 2007-2008	500
	Marcadores de texto	3.000
	Ficha de acompanhamento médico	2.000
	Certificado de conciliadores dos Juizados Especiais	1.000
	Fôlder de lançamento da campanha Pró-Memória	4.000
	Ficha de bolso – livro	4.000
	Pasta – prontuário odontológico	500
	Livreto – Juízes e a Mídia	200
Cartazes – Juizado Especial Federal itinerante	3.000	

PUBLICAÇÕES	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE
Outras publicações	Fôlder – Juizado Especial Federal itinerante	10.000
	Termo de recebimento, autuação e distribuição	2.000
	Capa de arquivo provisório do julgado	2.500
	Capas de processos do TRF 1ª Região	65.000
	Cartões para correspondência de autoridades	10.000
	Encadernações	350
	Etiquetas diversas	269.500

Construção da Nova Sede (Meta 7)

Neste grandioso projeto coordenado pela Diretoria-Geral, o Cenag teve oportunidade de prestar o seu apoio técnico em diversas situações:

- ▀ criação, com o suporte tecnológico da Secin, da página eletrônica de acompanhamento da construção da nova sede;
- ▀ assessoramento à realização da audiência pública que precedeu a publicação do edital de licitação, conforme estabelece a Lei 8.666/1993, visando dar transparência e publicidade aos atos da Administração e recolher sugestões e críticas do público; desenvolvimento de estudos para

possibilitar a criação do Memorial da Construção da Nova Sede, construído em formato semelhante a um prisma, composto por dois marcos: o da construção, lançado no início das obras, representando o princípio do empreendimento, e o da inauguração, a ser lançado na data da inauguração da nova sede, em comemoração à conclusão das obras e ao início do funcionamento das novas instalações;

- ▀ preparação de documentos diversos, tais como portarias, resoluções, informações, circulares, ofícios.

Diário da Justiça Federal da Primeira Região em formato eletrônico – e-DJF1 (Meta 15)

A implantação da edição eletrônica do *Diário* estava inicialmente prevista para o primeiro trimestre de 2008. Todavia, sobreveio situação de urgência da Seção Judiciária do Estado de Rondônia – SJ/RO, que não poderia mais manter convênio firmado com o TRT 14ª Região para publicação de seus atos oficiais a partir de outubro de 2007. Com o fim do convênio, a SJ/RO teria de desembolsar R\$ 3.022.557,72 para publicar seus atos na imprensa oficial.

Diante desse impasse, o problema foi trazido à apreciação do Cenag no mês de

The screenshot shows the header of the e-DJF1 website for the 1st Region of the Federal Judiciary of Rondônia. It includes the logo of the Brazilian Republic and the text 'DIÁRIO DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA'. Below the header, there is a 'SUMÁRIO' table and a list of judicial acts with their respective authors and dates.

SUMÁRIO	
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA	01
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE 1ª REGIÃO	21

RESOLUÇÃO
PORTARIA/PRESI 609-382 DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Atos(O)rdinatório(s):
[...] visto destes autos é parte autor para se manifestar sobre a petição da Casa Econômica Federal juntada às fls. 193/204, no prazo de 10 dias.

2007.01.00.009127-7 AÇÃO MONITÓRIA
CASA ECONÔMICA FEDERAL
AUTOR : ROSALVO FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO
ADVOGADO : ROSALVO FERREIRA DE SOUZA

Atos(O)rdinatório(s):
[...] visto destes autos é parte autor para se manifestar sobre a petição da Casa Econômica Federal para se manifestar quanto à certidão do Oficial de Justiça de fl. 34-verso, no prazo de 10 dias.

2007.01.00.00936-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
MPT
ADVOGADO : POLIVETTI COMERCIAL LTDA
ADVOGADO : GONCALVES JUNIOR
ADVOGADO : GONCALVES JUNIOR
MPO : WALTER GUSTAVO SILVA LEMOS
REU : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE PORTO VELHO/RO
ENTIDADE : RECEITA FEDERAL

Atos(O)rdinatório(s):
[...] faço visto dos presentes autos no impetrante para intimá-lo do expedito do certidão narrativa requerida a fl. 106, a qual deverá ser provida em 10 dias.

agosto, faltando apenas dois meses para o fim do convênio. Com a urgência da situação, os servidores do Cenag, em conjunto com servidores da Secin e da Secad, empenharam-se nos levantamentos de dados, estudos e desenvolvimento de soluções para viabilizar a imediata implantação da edição eletrônica do *Diário* da Primeira Região.

Foi apresentada, então, à Presidência do Tribunal a proposta de antecipação da Meta 15 do Programa de Metas para implantação do *e-DJF1* na Seccional de Rondônia em 05/10/2007 e, logo após, no Tribunal, em 26/10/2007, com previsão de implantação gradativa nos demais órgãos da Primeira Região, no prazo de 180 dias.

Assim, a Presidência do Tribunal lançou, oficialmente, *e-DJF1*, como meio oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos desta Corte, disponibilizando-o em sua página eletrônica (internet e intranet).

Quando totalmente implantado, o *e-DJF1* compor-se-á de 15 cadernos independentes, um para o TRF e um para cada Seção Judiciária da Primeira Região. As matérias relativas aos atos das Subseções Judiciárias constarão dos cadernos das respectivas Seções Judiciárias.

O *e-DJF1* apresenta, entre outras, as seguintes vantagens para o jurisdicionado e operadores do Direito:

- veiculação gratuita;
- facilidade de pesquisa;
- acesso imediato à publicação oficial, eliminando-se a demora na circulação do diário impresso que ocorre em alguns municípios da Primeira Região, que conta com 42 Subseções Judiciárias localizadas no interior;
- preservação do meio ambiente, pela eliminação do uso do papel;
- utilização de moderna tecnologia de segurança.

LUÍZ C. B. XAVIER



A Presidente do Tribunal, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, ladeada por convidados e por servidores do Cenag e da Secin, responsáveis pela implantação antecipada do *e-DJF1*, e da Secju e Secad, responsáveis pela operacionalização do *e-DJF1*.

Sistema Virtual de Viagens a Serviço – e-AVS (Meta 20)

Durante os estudos preliminares coordenados pela Diget para atualização da Instrução Normativa 14-11 – Viagens a Serviço, foi constatada a necessidade de modernização e automatização de todo o procedimento de autorização, pagamento e prestação de contas de diárias e passagens, que utilizava os formulários do Gerenciamento Eletrônico de Formulários e Impressos – Gefi: Autorização de Viagem a Serviço – AVS e Prestação de Contas de Viagem a Serviço – PCVS.

Em junho de 2006, o Cenag, em parceria com a Secad, a Secretaria de Controle Interno – Secoi e a Secin, iniciou as discussões para o desenvolvimento do Sistema Virtual de Autorização de Viagens a Serviço e-AVS, a ser criado como o primeiro processo administrativo totalmente virtual da Primeira Região.

Em 2007, o grupo deu seqüência aos estudos para o desenvolvimento e implantação do sistema, destinado a operacionalizar as atividades normatizadas pela IN 14-11 – Viagens a Serviço com maior agilidade, eficiência, segurança, transparência e economia de custos, substituindo os formulários do Gefi, até então utilizados.

Gestão de Recursos Humanos (Meta 22)

Cumprindo seu papel, o Cenag prestou, em 2007, grande apoio técnico à Secretaria de Recursos Humanos – Secre, participando do desenvolvimento e implementação de relevantes projetos que demonstraram a preocupação do Tribunal com a valorização e o desenvolvimento do corpo funcional.

Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – UniCorp

A inauguração da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – UniCorp, em 26/10/2007, representou mais um importante passo rumo ao aprimoramento da prestação jurisdicional na Justiça Federal da Primeira Região, pelas conseqüências diretas que proporcionará ao seu corpo funcional.

Originalmente, a conclusão desse projeto, contemplado na Meta 22 do Programa de Metas, estava prevista para o primeiro trimestre de 2008. Porém, em vista de sua importância institucional, tornou-se necessário agir proativamente, conferindo-se total prioridade ao projeto, hoje transformado em realidade.

Em virtude da grandiosidade do empreendimento, as atividades foram divididas, segundo a competência de cada unidade, em três grupos de trabalho:

- ▀ Organização e Estruturação (Cenag);
- ▀ Modelo Pedagógico (Secre);
- ▀ Tecnologia (Secin).

Dessa forma, coube ao Cenag definir a finalidade, missão, visão de futuro, diretrizes estratégicas, estrutura e organização da UniCorp, além de criar sua logomarca e redigir seu Regimento Interno. O Cenag elaborou também a Resolução 600-014, de 08/11/2007, que oficializou a criação da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região.



MISSÃO

Proporcionar aprendizagem continuada e educação corporativa para a qualificação e o desenvolvimento da excelência pessoal e profissional dos magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Federal da Primeira Região.

VISÃO DE FUTURO

Contribuir para consolidar a Justiça Federal da Primeira Região como centro de referência em prestação jurisdicional, agregada de qualidade, eficiência em gestão pública e motivação humana, por meio do aprendizado contínuo, educação corporativa e fortalecimento da cultura organizacional.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- a) utilização de metodologia de ensino a distância – EAD, com tecnologias avançadas, tais como ferramentas da *web*, videoconferência e teleconferência, ampliando os níveis e alcance dos cursos a toda a Primeira Região;
- b) parcerias com órgãos públicos, especialmente do Poder Judiciário, e com as melhores instituições de ensino do País para realização de cursos de alto nível;
- c) acesso ao conhecimento por meio de variadas opções de autodesenvolvimento, tais como bibliotecas, banco de teses, monografias, dissertações;
- d) promoção de práticas de gestão que favoreçam a descoberta de talentos na Primeira Região e o desenvolvimento de espírito de equipe, conciliando as competências individuais com as necessidades institucionais;
- e) realização de ações educacionais que propiciem a pesquisa, a atualização da cultura da instituição, o fortalecimento da cidadania e da responsabilidade socioambiental;
- f) democratização do acesso ao conhecimento, oferecendo modernas práticas educacionais, favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos magistrados e servidores, bem como o atendimento ao disposto nos arts. 14 a 17 da Lei 11.416/2006.

A UniCorp foi criada com a finalidade de planejar, implantar, consolidar e expandir um sistema integrado de educação corporativa, alinhado às diretrizes e aos objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal e ajustado às necessidades da Justiça Federal da Primeira Região, nas suas diversas áreas.

Com sede no Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrefufe, a UniCorp se organiza em dois segmentos, de acordo com o público-alvo:

I – Magistratura: representado pela Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf, responsável pelos cursos, ações e eventos de formação, capacitação e aprimoramento destinados a desem-

bargadores federais, juízes federais e juízes federais substitutos;

II – Servidores e colaboradores: representado pela Secre e unidades equivalentes nas Seccionais, responsável pelos cursos, ações e eventos de formação, capacitação e aprimoramento destinados a servidores e colaboradores da Primeira Região.

Apesar de não ter estrutura própria, a UniCorp contará com pessoal e unidades já existentes na estrutura organizacional do Tribunal e de suas Seções e Subseções Judiciárias, funcionando para melhor otimização de recursos e alcance de resultados.

ORGANIZAÇÃO DA UNICORP

1. Presidência: exercida pelo Presidente do TRF 1ª Região.
 - 1.1. Comitê de Tecnologia de Apoio Educacional: representado pela Secretaria de Tecnologia da Informação, que o coordena, e pelas unidades correspondentes nas Seccionais.
 - 1.2. Comitê de Estudos, Pesquisas e Apoio à Gestão do Conhecimento: representado pelo Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional, que o coordena, e pelas unidades correspondentes nas Seccionais.
2. Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf: a coordenação do segmento magistrados é exercida pela Diretoria da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região com o apoio administrativo da Secretaria Executiva, preservado integralmente o Estatuto da Esmaf.
3. Secretaria de Recursos Humanos: a coordenação do segmento servidores e colaboradores é exercida pela Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, com colaboração técnico-operacional das unidades equivalentes nas Seções Judiciárias e apoio técnico-administrativo da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos.
 - 3.1. Conselho de Orientação Curricular: coordenado pelo diretor da Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal e composto por um representante de cada uma das seguintes áreas/unidades: gabinete de desembargador federal do Tribunal; Corregedoria-Geral; Coordenação dos Juizados Especiais Federais; Diretoria-Geral; Secretaria-Geral da Presidência; secretarias do Tribunal e unidades assemelhadas; vara federal; áreas de desenvolvimento de recursos humanos das Seccionais.
 - 3.2. Comitê de Coordenação Técnico-Pedagógica: representado pela Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos, que o coordena, e pelas unidades correspondentes nas Seccionais.

Bolsas de estudo para cursos de pós-graduação *lato sensu*

Para incentivar o desenvolvimento das potencialidades dos servidores dentro de sua área de atuação, o TRF concedeu, como etapa preliminar de implantação da UniCorp, bolsas de estudo para cursos de pós-graduação *lato sensu* aos servidores da Justiça Federal da Primeira Região.

Neste projeto, o Cenag prestou seu apoio técnico ajudando a definir as regras para o processo seletivo e para a concessão e pagamento das bolsas, consolidadas na Resolução 600-009 de 21/08/2007 e na Portaria/Presi 600-195 de 27/08/2007.

Implementação do adicional de qualificação

Em 31/08/2007, foi aprovado, por meio da Portaria/Presi 600-198, o *Manual do adicional de qualificação da Primeira Região*, para imediata implementação da parcela financeira instituída pela Lei 11.416/2006 e regulamentada pela Portaria Conjunta 1 de 07/03/2007, como forma de incentivo aos servidores, com vistas a ampliar seus conhecimentos em suas áreas de atuação na Justiça Federal e a estimular sua capacitação permanente. O projeto contou com o apoio técnico do Cenag desde o seu desenvolvimento até a sua regulamentação e implantação.



Gestão do Sistema Normativo (Meta 23)

O sistema normativo utilizado e já consolidado no Tribunal permite a divulgação e a operacionalização de atos resolutivos proferidos pelos órgãos colegiados, a fixação das competências administrativas das unidades, a uniformização de procedimentos e métodos de trabalho, a transferência de conhecimentos e a racionalização de recursos. Cabe ao Cenag mantê-lo atualizado e em constante aprimoramento para assegurar o eficiente conhecimento das políticas e normas estabelecidas.

Regulamentação das decisões dos colegiados

O Cenag pesquisou, analisou e redigiu várias minutas de resolução, regulamentando normas vigentes e procedimentos aprovados.

A Resolução 600-001 de 19/04/2007, por exemplo — homenageando pessoas que demonstraram dedicação excepcional à Justiça brasileira ou desempenho destacado na Justiça Federal da Primeira Região — estabeleceu denominação para os três edifícios que compõem o Fórum Ministro Oscar Saraiwa, da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, incorporados ao patrimônio da União no final de 2006, mediante desapropriação por utilidade pública.

Já a Resolução 600-005 de 13/07/2007 referendou a Resolução 600-017 de 28/06/2005, alterando seu artigo primeiro, que define os municípios jurisdicionados às Subseções Judiciárias dos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí e Rondônia.

Tais alterações se faziam necessárias, uma vez que a resolução original, de 2005, ainda não havia sido referendada. Naquele ano, foram instaladas 41 novas varas na Primeira Região, e a necessidade de fixar, com urgência, a sua jurisdição levou o então Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira Lima, a baixar, *ad referendum*, a referida norma.



Além dessas alterações, a nova resolução permite, em seu artigo 3º, que os municípios não relacionados na resolução original passem a integrar as jurisdições das sedes das Seções Judiciárias localizadas na capital.

A Resolução 600-007 de 19/07/2007, por sua vez, regulamentou o uso dos equipamentos e programas de informática disponibilizados na Justiça Federal de primeiro e segundo grau da Primeira Região, em resposta ao alto investimento realizado na aquisição de equipamentos e sistemas e em treinamento de pessoal, com vistas à melhora na prestação jurisdicional.

A Resolução 600-010 de 21/08/2007 regulamentou na Justiça Federal da Primeira Região a concessão da licença para tratar de interesses particulares e por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, definindo os prazos mínimos para requerimento das licenças, a quem compete concedê-las e quem poderá gozá-las.

Quanto às resoluções elaboradas em outras unidades do Tribunal, coube ao Cenag a padronização e o envio para publicação no *Boletim de Serviço*. Foram elas: Resoluções 600-003, 600-006, 600-008, 600-013, 600-015 e 600-016.

Revisão evolutiva de instruções normativas

É atribuição do Cenag a elaboração e atualização das instruções normativas – INs da Primeira Região, que tem como finalidade orientar a organização e o ordenamento administrativo interno do Tribunal e de suas Seccionais, pormenorizando procedimentos e métodos de trabalho, detalhando resoluções, provimentos e portarias.

Foi elaborada a IN 13-04 – Identificação Digital, que regulamenta os procedimentos relativos à emissão e utilização do documento de identificação digital no âmbito da Primeira Região, permitindo ao corpo funcional o acesso aos sistemas informatizados desenvolvidos com a tecnologia da certificação digital, bem como contribuindo para a agilização dos trabalhos prestados ao jurisdicionado, tendo em vista que o avanço tecnológico reduz o impacto da abrangência territorial desta Corte. A IN foi aprovada pela Portaria/Presi 600-215 de 18/09/2007.

O Cenag revisou as seguintes INs:

- ▶ IN 14-11, alterada pela Portaria/Presi 600-227 de 28/09/2007. Em sua nova versão, a instrução normativa adequou-se às Resoluções 461/2005 e 548/2007 do Conselho da Justiça Federal – CJF. Sua atualização buscou também modernizar os procedimentos para a concessão de diárias, passagens e demais despesas com as viagens a serviço no âmbito da Primeira Região;
- ▶ IN 14-08, alterada de acordo com decisão do Conselho de Administração nos autos do Processo Administrativo 7.996/2007 – TRF1, em sessão realizada em 06/12/2007. A IN disciplina as atividades relacionadas com a área de transporte, aquisição e utilização dos veículos oficiais do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região.

Outras instruções normativas estão em processo de revisão e aguardam providências diversas para publicação. São elas:

- ▶ IN 13-01 – Programa de Estágio;
- ▶ IN 14-10 – Serviços de Portaria e Segurança;
- ▶ IN 14-13 – Serviços de Biblioteca;
- ▶ IN 14-20 – Porte de Arma de Fogo Institucional;

- ▶ IN 15-02 – Padronização de Impressos e Formulários;
- ▶ IN 18-01 – Auxílio-Transporte;
- ▶ IN 19-01 – Repositórios Oficiais de Jurisprudência.

Regulamentação de decisões da Presidência do Tribunal

Além das decisões dos colegiados, o Cenag também pesquisou, analisou e redigiu várias minutas de portarias, regulamentando normas e procedimentos aprovados pela Presidência do Tribunal.

A Portaria/Presi 600-006 de 11/01/2007, por exemplo, regulamentou a redistribuição dos processos de competência da Corte Especial Judiciária, em conformidade com os critérios para composição e eleição do órgão especial dos Tribunais estabelecidos pela Resolução 16, de 30/05/2006, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Além disso, ao longo do ano, foram regulamentados e uniformizados procedimentos cartorários referentes à intimação da Procuradoria Regional da União (Portaria/Presi 600-056 de 12/03/2007), da Defensoria Pública da União no Distrito Federal (Portaria/Presi 600-148 de 26/06/2007), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (Portaria/Presi 600-267 de 29/11/2007).

Já a Portaria/Presi 600-270 de 04/12/2007, com vistas a facilitar e agilizar o atendimento ao usuário do serviço de Protocolo Judicial Externo – *Drive-Thru* do TRF 1ª Região, alterou a redação da Portaria/Presi 600-065 de 09/11/2005, que criou o serviço, estendendo seu horário de funcionamento ao turno matutino e permitindo o recebimento de processos sem petição, entre outras alterações.

Atualização do Regulamento de Serviço

O TRF 1ª Região foi o precursor, em 1991, da publicação de regulamentos de serviço na Justiça Federal, consolidando e divulgando a descrição dos objetivos e das competências de cada área do Tribunal e das Seções Judiciárias, bem como das atribuições dos seus titulares.

O Regulamento de Serviço acompanha a dinâmica de funcionamento da instituição, com atualizações a cada reestruturação organizacional ou quando houver revisão na distribuição dos serviços entre as áreas.

Dessa forma, após o realinhamento administrativo do Tribunal, em novembro de 2006, o Cenag atualizou, durante 2007, o Regulamento de Serviço das unidades do Tribunal, adequando-o à nova estrutura organizacional definida pela Resolução 600-9 de 13/11/2006.

Criação e alteração de formulários

Em 2007, foram criados e alterados os formulários eletrônicos que padronizam os procedimentos administrativos da Primeira Região, previstos nas instruções normativas recentemente elaboradas ou revisadas.

Em função da elaboração da IN 13-04 – Identificação Digital, foram criados cinco novos formulários. Na atualização da IN 14-11 – Viagens a Serviço, quatro formulários foram alterados. E, na revisão da IN 14-08 – Administração de Veículos, foram criados mais quatro e alterados outros dez. Para a revisão da IN 14-10 – Serviços de Portaria e Segurança, em andamento, foram alterados nove formulários e criado mais um.

Por demandas específicas, especialmente as relacionadas à concessão de bolsa de estudos, reenquadramento de servidores (previsto na Lei 11.416/2006), recadastramento de aposentados, relatório de inspeção da Coger e marcadores de fase processual (para atendimento de todas as varas da Primeira Região e gabinetes), também foram alterados nove formulários e criados outros sete.

Quadro 86

Criação e alteração de formulários

TIPO	QUANTIDADE
Criação	17
Alteração	32
TOTAL	49

Concepção da Ouvidoria Administrativa (Meta 26)

Para dar cumprimento à Meta 26 do Programa de Metas, o Cenag realizou estudos e desenvolveu a proposta de implantação do Serviço de Ouvidoria Administrativa, instituído pela Portaria/Presi 600-117 de 22/05/2007 e inaugurado em 04/06/2007.

O serviço foi criado para servir de canal de comunicação simples, ágil e interativo com os públicos interno e externo das unidades administrativas desta Corte, para ouvir suas questões e responder a elas prontamente ou encaminhá-las para solução.

A Ouvidoria Administrativa não conta com estrutura própria. Seu funcionamento se dá mediante plantão rotativo entre as unidades em nível de secretaria, atuando como ouvidor do dia o diretor de nível hierárquico mais elevado da unidade, uma vez que possuem autonomia para solucionar problemas ou encaminhá-los para outras áreas e acompanhá-los até a solução final, além de propor correção de processos e práticas administrativas.

O atendimento na Ouvidoria Administrativa pode ser feito por *e-mail* ou por telefone, ou pessoalmente, e cabe ao Ouvidor Administrativo do dia, em qualquer caso, providenciar o registro do atendimento realizado.

Inicialmente, esse registro era feito em formulário próprio, disponibilizado na página eletrônica da Ouvidoria Administrativa, enquanto a Secin trabalhava na criação de um sistema informatizado mais elaborado, que permitisse a interação entre as diversas áreas do Tribunal, o fornecimento de dados estatísticos sobre os atendimentos efetuados e a segurança das informações armazenadas.

Com o advento do Sistema de Ouvidoria Administrativa – Siouv, implantado em novembro de 2007, tornou-se possível o registro e o acompanhamento de manifestações internas e externas, classificadas como comentários, elogios, reclamações, críticas ou sugestões, de forma ágil e interativa.

O Siouv é um sistema criado sob medida para atender as necessidades da Ouvidoria, dotando seu atendimento de maior eficiência. O sistema gerencia as manifestações desde o seu cadastro até a solução final, registrando, em cada etapa, as informações necessárias para consultas posteriores.

Cada ouvidor tem acesso à caixa de entrada de sua secretaria e pode encaminhar as manifestações para outras áreas do Tribunal sempre que entender necessário.

O sistema também disponibiliza uma série de respostas-padrão para manifestações recorrentes, tornando o atendimento mais célere, tanto para o manifestante quanto para o ouvidor.

O Gráfico 20 traz as estatísticas dos atendimentos efetuados na Ouvidoria Administrativa a partir da implantação do Siouv em 2007.

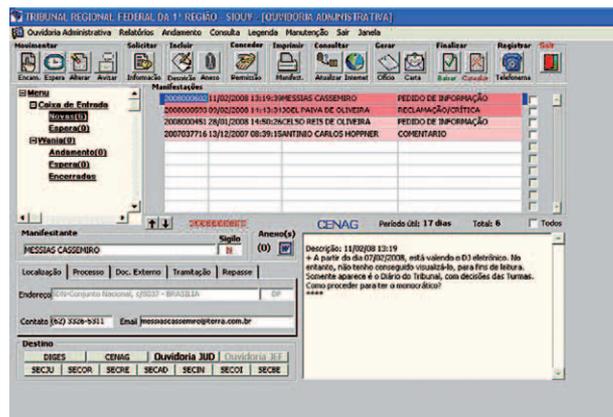
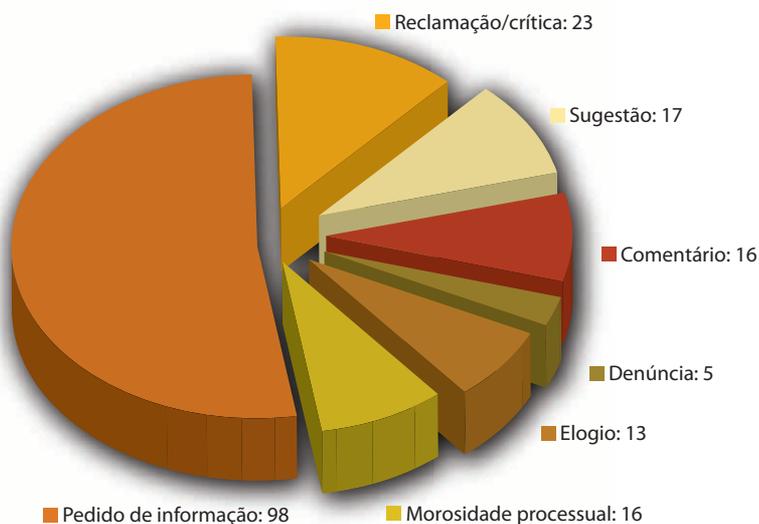


Gráfico 20

Atendimento na Ouvidoria Administrativa a partir de novembro



Estudos e apoio à gestão organizacional

A seguir, são destacadas as principais demandas que surgiram no decorrer do ano, reclamando atenção especial por parte do Cenag por terem relação direta com a missão institucional e com a visão de futuro deste Tribunal.

Crítérios para apuração do merecimento dos magistrados de primeiro grau

Em 2006, o Cenag realizou estudos preliminares sobre a adoção de critérios objetivos para a promoção por merecimento de magistrados de primeiro grau, em resposta às alterações trazidas pela Emenda Constitucional 45, de 08/12/2004, aos incisos II, III e IV do art. 93 da Constituição Federal e, conseqüentemente, Resolução/CNJ 6, de 13/09/2005.

O CJF aprovou, em 31/08/2007, o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais da Justiça Federal – PNA – para o biênio 2008-2009, instituído pela Resolução/CJF 532, de 20/11/2006.

Dessa forma, o Cenag pôde concluir seu trabalho, apresentando proposta de alteração da Resolução 11 de 12/08/1994 — que regulamenta, na Primeira Região, as funções, as atribuições, o estágio probatório, a avaliação, a vitaliciedade e a promoção dos juízes federais substitutos, assim como a remoção de juízes federais e juízes federais substitutos —, com vistas a adequá-la às exigências constitucionais e cumprir a determinação do CNJ, considerando-se a regulamentação expedida pelos demais Tribunais Regionais Federais sobre o assunto, editais de concursos e publicações técnicas sobre produtividade, eficácia e eficiência administrativa.

Resumidamente, as alterações constitucionais trazidas pela Emenda 45 definiram novos parâmetros para a promoção de magistrados e para o acesso aos Tribunais, reforçando a impessoalidade e o mérito. O Conselho Nacional da Justiça, então, regulamentou a matéria, por intermédio da Resolução 6/2005, determinando aos Tribunais a edição de ato administrativo que disciplinasse:

I – a valoração objetiva de desempenho, produtividade e presteza no exercício da jurisdição, para efeito de promoção por mérito;

II – a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento ou especialização de magistrados, que serão considerados para fins de ascensão por mérito, com a respectiva gradação.

No tocante aos critérios objetivos de avaliação de desempenho e avaliação de merecimento, buscou-se, pela proposta apresentada, adotar uma metodologia de incentivo que permitisse uma análise sistêmica, dinâmica e integrativa da Primeira Região. As proposições enfatizaram os aspectos qualitativos, buscando reconhecer a dedicação dos ma-

gistrados à causa da Justiça e estimular as iniciativas para otimização da judicatura.

O resultado encontra-se consolidado e publicado na Resolução 600-017, aprovada em sessão da Corte Especial Administrativa em 17/12/2007.

Veiculação de súmulas em formato eletrônico

Visando à modernização administrativa, à agilidade nos procedimentos e à economia de papel, o Cenag propôs, em 2007, à Presidência desta Corte que as súmulas de interesse da Justiça Federal (STF, STJ, TRFs e JEFs), até então impressas e distribuídas a todos os magistrados da Primeira Região, passassem a ser veiculadas apenas em meio eletrônico, por meio das páginas de internet e intranet do Tribunal.

Tal medida, apoiada pela Presidência da Comissão de Jurisprudência, foi adotada em consonância com a Meta 15 (Implementação de Soluções Eletrônicas) do Programa de Metas – Biênio 2007-2008, com a conseqüente redução de gastos com material e mão-de-obra, resultando em melhoria na aplicação dos recursos do Tribunal.

Vale destacar que, além das vantagens advindas do corte de gasto com procedimentos de impressão gráfica, a adoção gradativa do arquivo digital, já amplamente utilizado em todos os setores deste Tribunal, tem somado mais eficiência e celeridade aos trabalhos, principalmente, proporcionadas pelos recursos de pesquisa eletrônica em documentos e pela facilidade na transcrição de textos.

Por outro lado, a eventual preferência pelo suporte papel não estará prejudicada com a presente medida, uma vez que as súmulas poderão ser impressas, a qualquer tempo, diretamente da intranet, no endereço: <https://intranet.trf1.gov.br/judicial/jurisprudencia/súmulas>.

Câmaras Regionais Supletivas

Desde a criação do Tribunal, muitos esforços foram despendidos para acompanhar o crescimento progressivo da demanda por prestação jurisdicional. A própria Constituição Federal indica um caminho,

por intermédio do art. 107, § 3º, da Emenda Constitucional 45, de 08/12/2004, que autorizou os Tribunais Regionais Federais a funcionarem descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo.

Diante disso, o Cenag iniciou a realização de estudos para que o TRF 1ª Região seja o pioneiro, entre os seus pares, na utilização de tal dispositivo, descentralizando seu funcionamento mediante a implantação de três Câmaras Regionais Supletivas, sendo uma na Seção Judiciária do Estado da Bahia e duas na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, uma vez que essas duas Seções, juntas, totalizam, em média, 45% da demanda processual da Primeira Região.

Prioridade de julgamento para deficientes

O Cenag realizou pesquisas e elaborou proposta de regulamentação, na Primeira Região, de procedimento de prioridade no julgamento dos processos cuja parte seja pessoa portadora de necessidades especiais, tendo em vista o disposto na Lei 7.853, de 24/10/1989, e nos Decretos 3.298, de 20/12/1999, e 5.296, de 02/12/2004, que dispõem sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência.

Tal prioridade já foi regulamentada pelo Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução 554, de 03/05/2007, que prevê seja a concessão do benefício limitada a causas em juízo que tenham vínculo com a própria deficiência da parte ou interveniente interessado na obtenção do julgamento prioritário. No mesmo sentido, a regulamentação do Superior Tribunal de Justiça, por meio da Resolução 2 de 25/02/2005.

Conforme a proposta deste Tribunal, o interessado deverá requerer o benefício diretamente ao juiz federal ou ao desembargador federal relator, fazendo prova de sua condição mediante atestado médico do qual conste a indicação da deficiência, conforme critérios descritos no art. 4º do Decreto 3.298/1999, combinado com o art. 5º do Decreto 5.296/2004.

Finalmente, tendo em vista a necessidade de se facilitar a identificação especial e o manuseio dos processos prioritários em comento, propõe-se seja feita aposição de tarja azul autocolante específica nas capas dos processos que tenham obtido a concessão do benefício, indicando-se prioridade, a exemplo do que já ocorre com autos em que figuram como parte pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.

A proposta foi encaminhada, com minuta de resolução, para apreciação do Conselho de Administração desta Corte. A matéria foi apreciada na sessão de 18/10/2007, porém a votação não foi concluída devido a um pedido de vista.

Ampliação da estrutura de pessoal do TRF 1ª Região

Desde sua criação, em 1989, o quadro de pessoal do TRF 1ª Região manteve-se praticamente estável, enquanto sua composição foi ampliada de 18 para 27 magistrados no ano de 2000; as varas passaram de 66 para 194, das quais 59 foram criadas e instaladas a partir de 2003. Também foram criados os Juizados Especiais Federais, inclusive em caráter itinerante.

Em várias oportunidades, foram necessárias adequações na estrutura da Corte para acompanhar esse crescimento, de modo que foi reduzido substancialmente o número de servidores e funções comissionadas da área administrativa para que se pudesse atender a área judicante. Uma das alterações significativas resultou no rebaixamento das funções comissionadas FC-05 e FC-04 para FC-04 e FC-03, respectivamente, em toda a área administrativa, a fim de que fossem incrementados, dentro do possível, os gabinetes de desembargadores federais.

Em 22/03/2007, a Presidência do Tribunal recebeu do Coordenador-Geral da Justiça Federal o Ofício 2007010869/CG, solicitando informações sobre a ampliação da estrutura de pessoal das unidades administrativas do Tribunal. Coube ao Cenag a realização de estudos e a consolidação das sugestões desta Corte para o anteprojeto de lei em elaboração, contendo o resumo geral dos cargos efetivos

e em comissão e de funções comissionadas necessários para a recomposição e ampliação do Tribunal, dimensionado, dentro do possível, em conformidade com as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Programa de Aceleração do Crescimento.

Em reunião realizada em 15/06/2007, o CJF aprovou nova minuta do anteprojeto de lei que altera a composição dos Tribunais. A proposta já se encontra em apreciação no Pleno do Superior Tribunal de Justiça – STJ. O relator, Ministro Gilson Dipp, votou pela aprovação do anteprojeto e por seu encaminhamento ao Poder Legislativo. Todavia, a votação foi interrompida devido ao pedido de vista do Ministro Humberto Gomes de Barros.

Código de Ética da Magistratura Brasileira

Por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, está em fase de elaboração o *Código de ética da magistratura brasileira*. A minuta do código foi elaborada por comissão instituída pela Presidente daquele órgão e do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, composta pelos Conselheiros Marcus Faver, Desembargador no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que a preside; Cláudio Godoy, Juiz de Direito do Foro Regional XI – Pinheiros, em São Paulo, e Jirair Aram Meguerian, Desembargador Federal neste Tribunal e também Corregedor-Geral da Justiça Federal da Primeira Região.

A população e as entidades de classes e órgãos do Poder Judiciário de todo o País puderam opinar sobre o documento, por meio de consulta pública disponibilizada na página eletrônica do Conselho, no período de 16/04 a 16/05/2007. Juízes e desembargadores federais da Primeira Região enviaram sugestões em resposta ao Ofício-Circular 505/SG/CONS/CNJ, de 16/04/2007. Coube ao Cenag receber, analisar e consolidar todas as sugestões recebidas e encaminhá-las ao CNJ para apreciação.

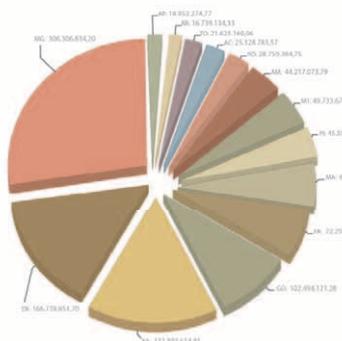
Registro público de movimentação de processos judiciais

O Cenag, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e com a Secretaria Judiciária, desenvolveu proposta com vistas a aperfeiçoar os registros de movimentação dos processos judiciais no âmbito do Tribunal e, conseqüentemente, permitir maior gerenciamento do acervo e otimização do acompanhamento estatístico.

A proposta foi levada pelo Diretor-Geral à apreciação da Presidente do Tribunal, que assinou, em 27/06/2007, a Portaria/Presi 600-150, regulamentando o registro público de movimentação processual no âmbito do Tribunal.

SECJU

SECRETARIA JUDICIÁRIA



A Secretaria Judiciária – Secju, responsável pela coordenação das atividades cartorárias do Tribunal, empenhou-se, em 2007, na implantação de projetos que melhoraram a qualidade e a eficiência dos serviços prestados na área judiciária, como a classificação dos feitos, o processamento de recursos interpostos, a publicação dos atos judiciais, o protocolo descentralizado de petições, o atendimento às partes e os serviços taquigráficos.

Aos projetos implantados, em sintonia com o Programa de Metas estabelecido pela Presidência, somam-se os trabalhos rotineiros da Secju, como o acompanhamento, a avaliação e a execução das atividades de competência de suas unidades integrantes, e os trabalhos realizados por delegação, como a elaboração de despachos em processos conclusos à Presidência.

Visando a garantir a fidelidade das informações prestadas pelo Sistema de Automação Judicial – Juris, procedeu a Secju a uma trabalhosa varredura nos andamentos processuais dos feitos em trâmite no Tribunal, em busca de eventuais incorreções nas informações lançadas. Vale sublinhar que a conclusão desse trabalho aumentará ainda mais a qualidade das informações prestadas nos andamentos processuais.

Despachos da Presidência

Entre as atribuições da Secju, destacam-se o exame de petições e a lavratura de minutas de despacho em processos conclusos à Presidência. Foram elaborados mais de 1.200 despachos em processos de competência da Presidência, sob a supervisão do Juiz Federal em auxílio à Presidência, Reynaldo Soares da Fonseca.

Protocolo Judicial

Até novembro de 2007, o protocolo de petições destinadas ao Tribunal era realizado diretamente no balcão de atendimento da Coordenadoria de

Registro e Informações Processuais – Corip, por meio de envio eletrônico e do protocolo descentralizado.

A partir de então, foi implantada nova modalidade de atendimento: o Protocolo Postal de Petições e Recursos no âmbito da Primeira Região, que muito contribuiu para a celeridade e democratização do acesso à Justiça, oferecendo melhor prestação jurisdicional, além de representar relevante economia para o jurisdicionado.

O serviço é oferecido por meio de convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, possibilitando ao jurisdicionado encaminhar petições e recursos que tenham como destinatários os órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo grau da Primeira Região, em envelopes ou caixas do Serviço de Encomenda Expressa dos Correios – Sedex.

Quadro 87

Petições recebidas no TRF e nas Subseções Judiciárias via Protocolo Postal

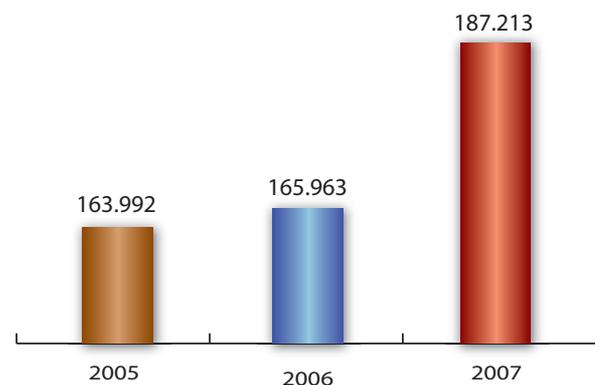
LOCALIDADE	QUANTIDADE (*)
Seções e Subseções Judiciárias	162
Tribunal	40
TOTAL	202

Fonte: Sistema Processual de Primeira Instância e Corip.

(*) Período de 12/11 a 01/12/2007.

Gráfico 21

Petições apresentadas no Tribunal

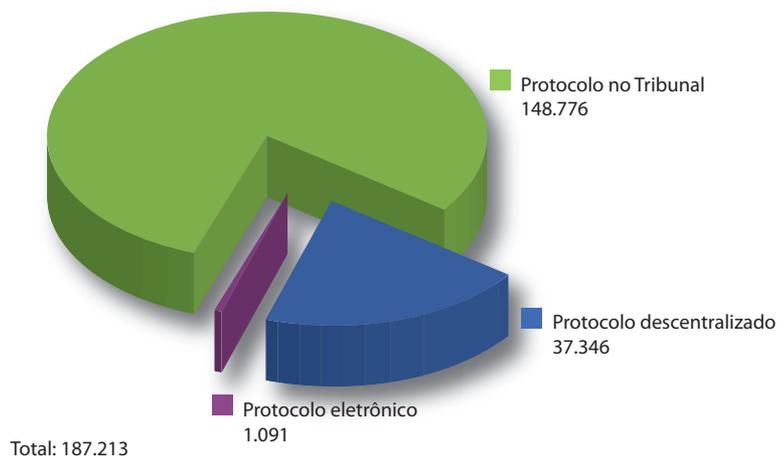


Quadro 88
Petições iniciais e diversas protocolizadas

DISCRIMINAÇÃO		TOTAL
Petições iniciais	Processos originários recebidos (TRF 1ª Região)	14.916
	Processos originários recebidos (protocolo descentralizado)	16.404
	Petições recebidas por meio eletrônico no Tribunal	75
	Subtotal	31.395
Petições diversas	Petições protocolizadas no TRF 1ª Região	133.860
	Petições recebidas pelo protocolo descentralizado	20.942
	Petições recebidas por meio eletrônico no Tribunal	1.016
	Subtotal	155.818
TOTAL		187.213
Processos recebidos da primeira instância		101.927

Fonte: Corip.

Gráfico 22
Petições protocolizadas



Quadro 89
Petições diversas recebidas no Tribunal

TIPO	QUANTIDADE
Agravo regimental	3.016
Agravo de instrumento	6.431
Embargos infringentes	429
Embargos de divergência	4
Embargos de declaração	12.351
Recurso extraordinário	4.243
Recurso especial	40.652
Recurso ordinário	76
Petições diversas	66.658
TOTAL	133.860

Fonte: Corip.

Quadro 90
Petições diversas recebidas nas Seções Judiciárias

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	RECURSOS											TOTAL	
	AGRAVOS REGIMENTAIS	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	EMBARGOS INFRINGENTES	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	RECURSOS ESPECIAIS	RECURSOS ORDINÁRIOS	PETIÇÕES DIVERSAS				
Acre	5		1		3							105	114
Amapá	1					1		1				58	61
Amazonas	11	5	1		36	21	29	1	265	1		265	369
Bahia	63	38	15		253	121	193	44	1.857			1.857	2.584
Goiás	46	123	10		238	76	271	5	1.616			1.616	2.385
Maranhão	9	2			38	7	26		406			406	488
Matto Grosso	15	17	3		53	16	65	4	1.150			1.150	1.323
Minas Gerais	324	184	52	4	1.095	393	931	9	6.924			6.924	9.916
Pará	36	10	5		87	14	36	3	608			608	799
Piauí	7	3	1		21	3	9		202			202	246
Rondônia	6	2			21	11	50	1	265			265	356
Roraima					2				22			22	24
Tocantins	4				9	4	10		112			112	139
TOTAL	527	384	88	4	1.856	667	1.621	67	13.590	67	67	13.590	18.804

Fonte: Corrip.

Petições diversas recebidas nas Subseções Judiciárias

SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS	RECURSOS										TOTAL
	AGRAVO REGIMENTAL	AGRAVO DE INSTRUMENTO	EMBARGOS INFRINGENTES	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	RECURSO ESPECIAL	RECURSO ORDINÁRIO	PETIÇÕES DIVERSAS	TOTAL	
BA	Ilhéus	4			3			4	1	63	75
	Campo Formoso									1	1
	Eunápolis	2								14	16
	Feira de Santana									1	1
MA	Caxias									2	2
	Imperatriz				1				1	43	45
	Juiz de Fora	5	36	2	148	60	88			486	825
	Uberaba				10	2	8			184	204
MG	Uberlândia	17	15	1	29	12	17		1	294	386
	Ipatinga	1	4		15	6	11			70	107
	Divinópolis	2			16		10			30	58
	Governador Valadares				3					28	31
	Lavras						1			4	5
	Montes Claros		1				2			17	20
	Patos de Minas		1		4		3			37	45
	São João del-Rei									5	5
	Pouso Alegre				2				1	63	66
	Passos				3			2		11	16
PA	Sete Lagoas		1		2		1		1	17	22
	São Sebastião do Paraíso				1					75	76
	Varginha	2	1		7	1	3			79	93
	Altamira									1	1
TOTAL	Marabá		1		3					22	26
	Santarém	1					1			10	12
TOTAL	32	59	3	243	81	148	5	1.496	2.138		

Fonte: Corrip.

Distribuição de feitos

Quadro 92

Processos distribuídos no Tribunal (por grupo)

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS		
CÓDIGO	GRUPO	QUANTIDADE
20	Ação penal	23
35	Agravo de instrumento	25.272
39	Agravo de instrumento	1
86	Apelação cível	55.069
94	Apelação criminal	1.205
108	Apelação em mandado de segurança	7.901
132	Carta testemunhável	4
133	Carta precatória	37
134	Carta precatória	21
135	Carta precatória	6
152	Carta de ordem	1
160	Ação de improbidade administrativa	2
205	Exceção de suspeição	29
213	<i>Habeas corpus</i>	1.319
231	Medida cautelar	19
248	Medida cautelar	212
265	Recurso de <i>habeas data</i>	10
272	Recurso criminal	556
280	Recurso de <i>habeas corpus</i>	10
329	Agravo de petição trabalhista	6
336	Remessa <i>ex officio</i>	2.858
337	Remessa <i>ex officio</i> em mandado de segurança	1.888
338	Remessa <i>ex officio</i> em <i>habeas data</i>	4
370	Suspensão de segurança	5
380	Medida cautelar	1
400	Recurso de <i>habeas corpus (ex officio)</i>	11
418	Recurso criminal (<i>ex officio</i>)	1

Quadro 91

Protocolo descentralizado de petições iniciais

SEÇÃO JUDICIÁRIA	TOTAL
Acre	79
Amapá	83
Amazonas	346
Bahia	4.236
Goiás	1.186
Maranhão	655
Mato Grosso	901
Minas Gerais	6.570
Pará	1.076
Piauí	425
Rondônia	507
Roraima	129
Tocantins	211
TOTAL	16.404

Fonte: Corip.

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS		
CÓDIGO	GRUPO	QUANTIDADE
434	Petição	23
450	Incidente de falsidade	1
452	Impugnação ao valor da causa	1
469	Exceção de impedimento	2
477	Restauração de autos	3
507	Petição	1
558	Agravo em execução penal	15
566	Medida cautelar originária	2
639	Reclamação	1
647	Exceção de suspeição	1
663	Petição	21
697	Exceção de incompetência	1
698	Exceção de impedimento	3
710	Embargos infringentes em AR	11
728	Embargos infringentes em AC	74
730	Embargos infringentes e de nulidade em ACr	5
744	Conflito de competência	2.058
752	Mandado de segurança	336
760	Revisão criminal	17
764	Embargos infringentes e de nulidade em RcCr	2
779	Ação rescisória	338
817	Queixa-crime	10
824	Inquérito	365
825	Inquérito	28
833	Mandado de segurança	128
850	Conflito de competência	19
923	Incidente de inconstitucionalidade na Corte Especial	3
924	Incidente de uniformização de jurisprudência	1

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS		
CÓDIGO	GRUPO	QUANTIDADE
925	Incidente de uniformização de jurisprudência	1
930	Petição	4
949	Comunicação	1
957	Exceção da verdade	1
965	Reclamação	2
973	Representação	2
981	<i>Habeas data</i>	1
992	Impugnação ao valor da causa	16
TOTAL		99.969

Fonte: Corip.

Quadro 93 Processos registrados

CÓDIGO	GRUPO	QUANTIDADE
35	Agravo de instrumento	1
43	Agravo de instrumento em RE	1.778
44	Agravo de instrumento em REsp	4.806
124	Avocatória	8
130	Carta de ordem	13
136	Carta precatória	8
248	Medida cautelar	2
370	Suspensão de segurança	132
380	Medida cautelar	31
507	Petição	6
915	Restauração de autos	16
983	AC c/recurso extraordinário/especial	2
Processos registrados (Presidente)		6.803
TOTAL		106.772

Fonte: Corip.

Quadro 94

Processos distribuídos e registrados (por magistrado)

DESEMBARGADORES FEDERAIS	QUANTIDADE
Presidente	6.803
Tourinho Neto	991
Catão Alves	4.796
Aloísio Palmeira Lima	2.645
Jirair Aram Meguerian	14
Carlos Fernando Mathias	4.818
Olindo Menezes	853
Mário César Ribeiro	895
Luciano Tolentino Amaral	4.888
Cândido Ribeiro	879
Hilton Queiroz	807
Carlos Moreira Alves	7.199
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	857
Carlos Olavo	16
José Amilcar Machado	7.196
Antônio Ezequiel da Silva	4.792
Daniel Paes Ribeiro	3.829
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	7.207
João Batista Moreira	3.803
Souza Prudente	3.843
Selene de Almeida	3.751
Fagundes de Deus	3.716
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	7.144
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	3.728
Maria do Carmo Cardoso	4.804
Leomar Amorim	4.811
Neuza Alves	7.161
Francisco de Assis Betti	1.847
Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva (convocada)	2.679
TOTAL	106.772

Fonte: Corip.

Quadro 95

Processos redistribuídos (por magistrado)

DESEMBARGADORES FEDERAIS	QUANTIDADE
Tourinho Neto	39
Catão Alves	102
Aloísio Palmeira Lima	97
Jirair Aram Meguerian	3
Carlos Fernando Mathias	110
Olindo Menezes	38
Mário César Ribeiro	36
Luciano Tolentino Amaral	125
Cândido Ribeiro	44
Hilton Queiroz	79
Carlos Moreira Alves	71
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	25
Carlos Olavo	4
José Amilcar Machado	53
Antônio Ezequiel da Silva	153
Daniel Paes Ribeiro	136
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	63
João Batista Moreira	173
Souza Prudente	149
Selene de Almeida	132
Fagundes de Deus	148
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	52
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	150
Maria do Carmo Cardoso	119
Leomar Amorim	99
Neuza Alves	64
Francisco de Assis Betti	16.416
Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva (convocada)	12
TOTAL	18.692

Fonte: Corip.

Diário da Justiça Federal da Primeira Região

O Tribunal instituiu, por meio da Portaria/ Presi 600-243 de 22/10/2007, o Caderno TRF, em versão eletrônica, do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região – e-DJF1*, como meio oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos do Tribunal, conforme os termos da Lei 11.419, de 19/12/2006, e da Resolução/ Presi 600-011 de 04/10/2007.

As coordenadorias processantes, subordinadas à Secju, são responsáveis pela remessa para publicação dos atos judiciais dos órgãos do Tribunal, que, para tanto, se utilizam do sistema desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, composto pelas seguintes ferramentas necessárias à publicação das matérias: envio de matérias, consulta de matérias enviadas, consolidação de matérias e publicação de matérias. Incumbe-se a Secju a gestão do tomo judicial, centralizando o recebimento e a diagramação das matérias e gerenciando a publicação na página eletrônica do Tribunal.

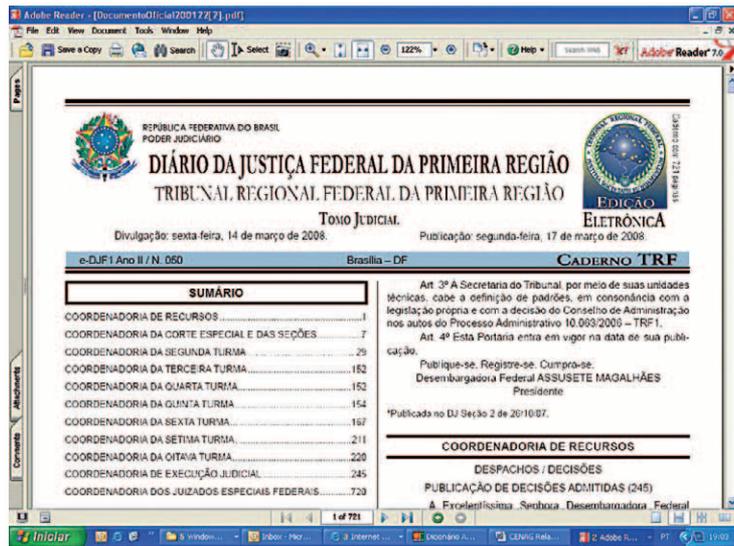
Inovações cartorárias

Inventário de processos

Pioneiramente, a Coordenadoria da Quinta Turma implementou procedimento de cadastramento de todo o acervo de processos que se encontravam no cartório — ação denominada inventário —, que, após concluído, possibilita a impressão de relatórios gerenciais.

Realizado em um esforço conjunto dos servidores da unidade, após o horário regimental, o inventário permite o gerenciamento do fluxo de processos entre a coordenadoria e os gabinetes de desembargadores federais, uma vez que os relatórios demonstram as entradas e as saídas de processos, sendo uma ferramenta de acompanhamento do desempenho das atividades da unidade, agilizando a localização de autos desaparecidos e permitindo a monitoração, de forma clara e ágil, de todos os feitos que circularam na Coordenadoria.

O projeto teve o apoio e a parceria da Divisão de Estatística – Diest e da Divisão de Sistemas Judiciais – Disij, da Secin.



Alteração nos procedimentos de intimação

Com o intuito de imprimir maior celeridade processual às intimações e otimizar os trabalhos realizados pelas coordenadorias de turmas do Tribunal pela unificação de atividades cartorárias e melhor utilização dos recursos humanos disponíveis, foram regulamentados e uniformizados procedimentos referentes à intimação da Procuradoria Regional da República (Portaria/Presi 600-056 de 12/03/2007), da Defensoria Pública da União no Distrito Federal (Portaria/Presi 600-148 de 26/06/2007), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (Portaria/Presi 600-267 de 29/11/2007).

Com os novos procedimentos, a intimação é realizada mediante a remessa dos autos, ficando os órgãos intimados responsáveis por sua retirada, em dias programados, na competente unidade cartorária, sem necessidade de expedição de mandado judicial.

Participação em comissões especiais

Implementação da Tabela Única de Classes

Em dezembro, foi adotada a Tabela Única de Classes – TUC, aprovada pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, para classificação de feitos no TRF 1ª Região, por meio da Portaria/Presi 600-281 de 17/12/2007. A portaria foi baseada em proposta apresentada pela Comissão Especial para a uniformização das tabelas de assunto, classes e movimentação processual, coordenada pela Juíza Federal da 25ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Kátia Balbino de Carvalho Ferreira, e integrada por servidores da Asret, Secju, Corip, Diest, Secin e Diget.

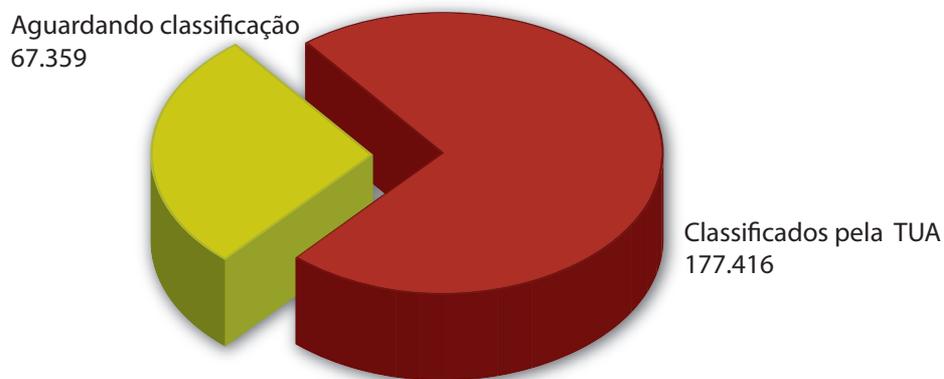
A reclassificação dos feitos em trâmite no Tribunal, em conformidade com a TUC, será executada de forma automática, com o apoio de ferramentas desenvolvidas pela Secin, ficando reservados à reclassificação manual apenas os casos em que não seja possível ao sistema processual identificar o destino do feito na nova tabela de classes, sendo indispensável análise manual do cadastro ou dos autos. Os processos em situações especiais que necessitem de análise física dos autos serão reclassificados, manualmente, pelas coordenadorias da Secju, no primeiro semestre de 2008.

Recadastramento de assuntos

Dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Recadastramento de Assuntos (Portaria/Diges 600-127 de 08/03/2006), criada com o objetivo de classificar os feitos ainda pendentes de acordo com a Tabela Única de Assuntos – TUA, instituída pelo Conselho da Justiça Federal, a Secju completou ao final do ano — com o apoio dos gabinetes dos desembargadores federais e das coordenadorias processantes — o recadastramento de cerca de 180 mil processos, representando mais de 70% dos processos em trâmite na Corte.

Gráfico 23

Processos com assuntos recadastrados com base na TUA



Atualização de dados nos andamentos processuais

A Secju implementou trabalho de atualização das fases processuais dos feitos em tramitação no Tribunal, com o fim de se detectar eventuais lançamentos equivocados no Sistema de Automação Judiciária – Juris.

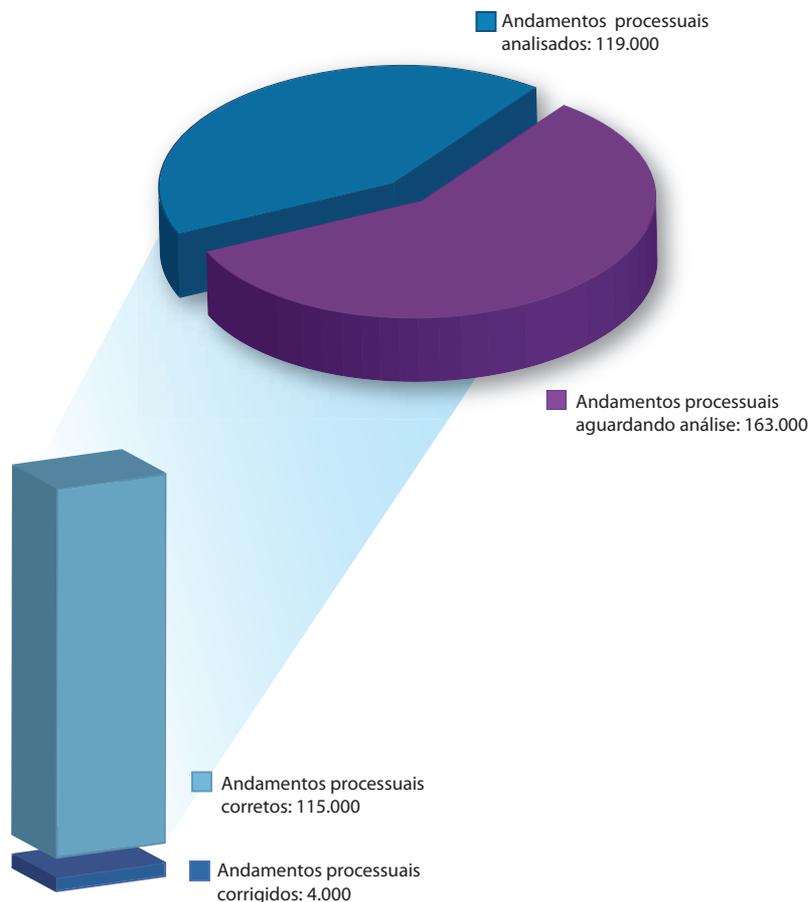
Tomando-se por base os processos ainda em trâmite no Tribunal, obteve-se, com o subsídio de ferramenta desenvolvida pela Disij, o número de 282 mil andamentos processuais a serem verificados.

Ao final do ano, por meio de sistema de filtros de análise, criados especialmente para essa finalidade,

de, foram analisados 119 mil andamentos processuais pela Secju (mais de 40% do total), verificando-se que 115 mil andamentos estavam corretos. Os 4 mil andamentos restantes foram retificados devido a incorreções na localização do processo, duplicação de informação, desatualização do último andamento, entre outros.

Para a conclusão deste trabalho, restam a verificação e a análise de mais de 163 mil andamentos processuais, que compreendem, em sua quase totalidade, processos pertencentes às classes de apelação cível – AC, apelação em mandado de segurança – AMS e agravo de instrumento – AG.

Gráfico 24
Atualização em andamentos processuais



Apoio a julgamentos

Quadro 96

Sessões realizadas no Tribunal

ÓRGÃO JULGADOR	SESSÕES		
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
Corte Especial	20	0	20
Primeira Seção	25	0	25
Segunda Seção	23	0	23
Terceira Seção	22	0	22
Quarta Seção	24	0	24
Primeira Turma	67	0	67
Segunda Turma	69	0	69
Terceira Turma	73	0	73
Quarta Turma	73	0	73
Quinta Turma	65	1	66
Sexta Turma	69	4	73
Sétima Turma	70	2	72
Oitava Turma	63	0	63
TOTAL	663	7	670

Fonte: Secju.

Quadro 97

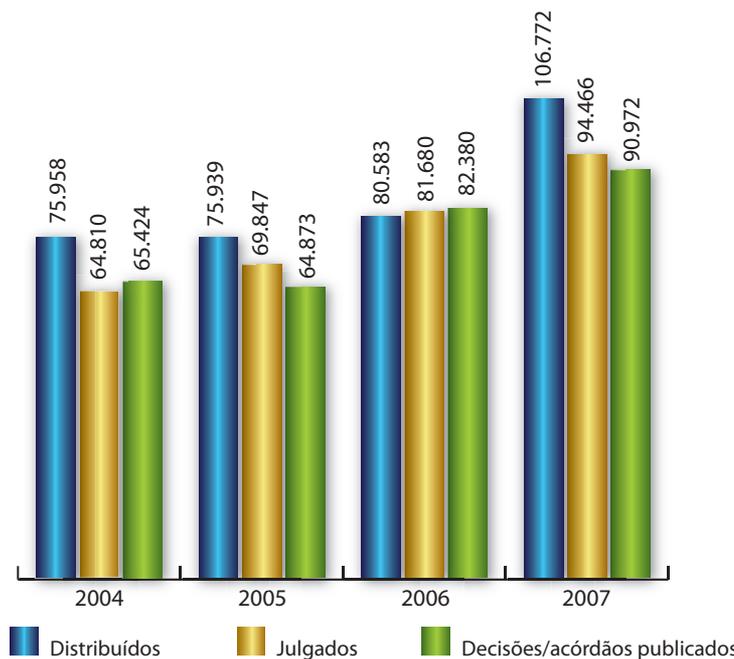
Desempenho dos órgãos julgadores

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS JULGADOS	DECISÕES TERMINATIVAS	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Corte Especial	139	231	118
Primeira Seção	420	345	405
Segunda Seção	375	306	336
Terceira Seção	641	231	597
Quarta Seção	469	1.687	475
Primeira Turma	13.596	2.465	13.382
Segunda Turma	12.529	2.843	12.171
Terceira Turma	2.235	258	2.173
Quarta Turma	2.252	255	2.039
Quinta Turma	7.519	6.808	7.555
Sexta Turma	7.007	2.298	6.569
Sétima Turma	9.122	3.897	8.918
Oitava Turma	12.947	3.591	11.019
TOTAL	69.251	25.215	65.757

Atualizações e correções feitas até 31/01/2008.
Fonte: Diest.

Gráfico 25

Processos distribuídos e julgados no Tribunal e decisões/acórdãos publicados*

*No total de processos julgados e decisões/acórdãos publicados são computados os julgamentos dos órgãos colegiados e as decisões terminativas.
Fontes: Processos distribuídos e decisões publicadas – Secju; processos julgados – Diest.

Quadro 98
Outras estatísticas

ÓRGÃO JULGADOR	PAUTAS PUBLICADAS	ATAS PUBLICADAS	REMETIDO À COREC	BAIXADOS À ORIGEM
Corte Especial	28	22	39	203
Primeira Seção	34	24	113	195
Segunda Seção	35	23	61	257
Terceira Seção	38	23	205	347
Quarta Seção	30	25	115	1.016
Primeira Turma	69	61	2.550	16.246
Segunda Turma	71	68	1.608	11.339
Terceira Turma	73	67	323	924
Quarta Turma	72	50	288	2.024
Quinta Turma	65	63	1.036	9.672
Sexta Turma	72	57	1.290	7.253
Sétima Turma	67	67	1.610	7.238
Oitava Turma	67	50	2.425	9.781
TOTAL	721	600	11.663	66.495

Processamento de recursos

Envio eletrônico de recurso extraordinário ao STF

A Secju, com apoio da Secin, implementou, na Coordenadoria de Recursos – Corec, a digitalização de recursos extraordinários admitidos, para remessa eletrônica ao STF, dando início à utilização pelo TRF 1ª Região do denominado e-RE (Recurso Extraordinário eletrônico). Desde o final de maio, a maioria dos recursos extraordinários encaminhados ao STF pela Corec — à exceção dos referentes a processos criminais e a processos sigilosos — têm sido remetidos eletronicamente, tendo a Corec encerrado o ano de 2007 com o envio de 435 e-REs.

Quadro 99
Movimentação de recursos

MOVIMENTAÇÃO		QUANTIDADE
Remetidos	ao STJ	8.456
	ao STF	2.112
	ao STF (e-RE)	435
Recebidos	do STJ	7.111
	do STF	3.074
	do STF (e-RE)	15
Agravos processados		6.233
Baixa definitiva à origem		14.650

Fonte: Corec.

Quadro 100
Publicação de decisões e despachos em recursos

RECURSOS	QUANTIDADE
Admitidos	3.663
Não admitidos	7.759
TOTAL	11.422

Fonte: Corec.

Serviços taquigráficos

A partir da aprovação do Projeto de Modernização da Cotaq, em agosto de 2006, todo o equipamento de informática do setor foi substituído para que pudesse ser implantado o *software* de gravação Kenta — solução integrada de informática para captura, armazenamento, gerência e disponibilização de áudio em meio digital —, adquirido pelo Tribunal para ser testado em projeto piloto e utilizado, inicialmente, pela Cotaq e, futuramente, pelos gabinetes dos desembargadores e juízes federais, pelas coordenadorias das turmas e das seções e pelo público em geral, por meio da internet.

A equipe da área de som e áudio, além de acompanhar todas as sessões de julgamento realizadas na Corte, atendeu também todas as solicitações de instalação de equipamento de som e de gravação para as aulas, cursos, palestras e seminários realizados no Centrejufe.

A Cotaq participou de todas as sessões de julgamento e administrativas realizadas no Tribunal, confeccionando e revisando as respectivas notas taquigráficas, além de fazer a revisão de todas as entrevistas concedidas pelos desembargadores e juízes federais. Os taquígrafos da Cotaq fizeram o apanhamento taquigráfico de 833 julgamentos no decorrer do ano, que resultaram na elaboração e revisão de 34.299 notas taquigráficas.

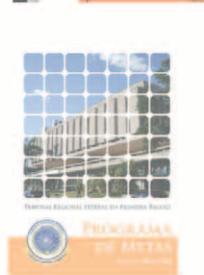
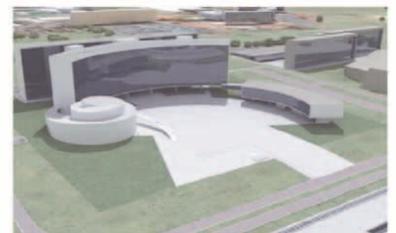
Quadro 101
Notas taquigráficas

ÓRGÃOS JULGADORES	NOTAS TAQUIGRÁFICAS ELABORADAS
Primeira Turma	1.627
Segunda Turma	2.153
Terceira Turma	2.845
Quarta Turma	2.715
Quinta Turma	2.717
Sexta Turma	6.579
Sétima Turma	4.336
Oitava Turma	3.042
Primeira Seção	652
Segunda Seção	702
Terceira Seção	1.131
Quarta Seção	968
Corte Especial Judicial	1.036
Corte Especial Administrativa	1.936
Plenário	725
Conselho de Administração	584
Conselho Deliberativo do Pro-Social	147
Turma Regional de Uniformização	354
Comissão de Promoção de Juízes Federais Substitutos	48
TOTAL	34.299

Fonte: Cotaq.

SECOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO



A Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro – Secor, em conjunto com as unidades administrativas da Primeira Região, no desempenho de suas atribuições, utilizou o orçamento de acordo com as respectivas ações de governo. Foi responsável pelo gerenciamento, acompanhamento e execução dos recursos recebidos, seguindo as determinações contidas na Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei 11.451, de 07/02/2007, as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei 11.439, de 29/12/2006, e os parâmetros e limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar 101, de 04/05/2000.

A Secor desempenhou o controle gerencial da elaboração da proposta orçamentária do Tribunal e das Seccionais e acompanhou sua execução, por meio de um banco de dados que permite cobrar de cada executor de contrato o planejamento previsto, a economia dos gastos e o bom emprego do dinheiro público.

Sua atuação deu-se em três grandes vertentes:

- a) alocação de dotação orçamentária para viabilizar o Programa de Metas – Biênio 2007-2008;
- b) rígida administração do orçamento, de forma que as limitações e contingenciamentos fossem amenizados graças a efetivo controle da despesa, que tornaram possível atender as necessidades da Primeira Região com as dotações consignadas;
- c) elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte e o Plano Plurianual – PPA 2008-2011.

Dotação orçamentária para o Programa de Metas – Biênio 2007-2008

- ▀ Metas 1, 16 e 19 – Videoconferência, Adequação da Infra-Estrutura da Área de Tecnologia da Informação e Modernização e Ampliação do Parque de Equipamentos. Para viabilizar a implementação dessas metas, foi disponibilizado à Secretaria

de Tecnologia da Informação – Secin um montante de R\$ 20.417.471,00, conforme a seguinte composição:

- ◆ R\$ 4.109.500,00 da atividade de julgamento de causas para material permanente;
 - ◆ R\$ 8.607.971,00 do projeto de implantação dos Sistemas Integrados de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal;
 - ◆ R\$ 7.700.000,00 de crédito adicional suplementar elaborado pela Secor na atividade de julgamento de causas com oferecimento de recursos — proveniente do convênio com o Banco do Brasil;
 - ◆ R\$ 1.000.000,00 de crédito adicional suplementar do projeto de implantação de varas federais — proveniente de sobras orçamentárias não utilizadas pelos outros Tribunais Regionais Federais, obtido pela Secor mediante gestão no Conselho da Justiça Federal – CJF.
- ▀ Meta 7 – Construção do Edifício Sede do Tribunal — obtenção de dotação orçamentária para o projeto arquitetônico e início das obras. A Secor solicitou crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.790.655,00, oferecendo em cancelamento créditos provenientes da distribuição da dotação existente na reserva do CJF relativa à implantação de varas federais e de emendas relativas ao projeto Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação – Isigi. A dotação inicial acrescida do crédito perfaz o montante de R\$ 26.790.655,00, alocados em 2007.
 - ▀ Meta 8 – Ampliação dos Gabinetes dos Desembargadores Federais — reforma e adaptação dos gabinetes remanejados para o Edifício Sede II. Foram alocados R\$ 1.087.919,39 do projeto de modernização das instalações da Justiça Federal.
 - ▀ Meta 11 – Conclusão da Reforma do Edifício Adriana. Foram investidos R\$ 2.588.011,24, sendo R\$ 2.094.000,00 para execução de Restos a Pagar e R\$ 494.011,24 para execução do exercício, visando à modernização do edifício, de forma que abrigasse unidades administrativas do Tribunal.

- Meta 12 – Reforma e Adaptações Necessárias para Ocupação do Imóvel Adquirido para a Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Foram destinados recursos da ordem de R\$ 4.845.046,00 para execução da reforma e adaptações necessárias.
- Meta 14 – Construção e Reformas de Sedes para as Seções e Subseções Judiciárias. Foram aplicados recursos da ordem de R\$ 3.522.190,70 — do projeto de modernização das instalações da Justiça Federal para reforma de várias unidades da primeira instância — e de R\$11.304.396,00 — dos projetos em andamento de construção dos Edifícios Sede de Juiz de Fora e Uberaba, em Minas Gerais, de Imperatriz e Caxias, no Maranhão, e de Rondonópolis, em Mato Grosso; ampliação do Edifício Anexo de Manaus, no Amazonas, e projetos novos de construção das sedes de Cáceres, em Mato Grosso, de Guanambi e Vitória da Conquista, na Bahia, e de São Sebastião do Paraíso e Passos, em Minas Gerais.
- Meta 21 – Gestão de Recursos Orçamentários e Financeiros. A Secor, com o apoio da Secin, está implementando, desde setembro de 2007, o sistema de controle da execução orçamentária para a Primeira Região. O sistema tem por escopo permitir o monitoramento, gerenciamento e avaliação da gestão orçamentária constantes do planejamento efetuado pela administração do Tribunal, com a participação das Seções Judiciárias, provendo o gestor de informações para apoiar a tomada de decisões de forma ágil e consideravelmente segura. O pleno funcionamento desse sistema representa um anseio de todos que trabalham na área e necessitam de um controle mais eficiente para substituir todo o mecanismo manual hoje empregado.
- Meta 22 – Gestão de Recursos Humanos — criação da Universidade Corporativa da Justiça Fe-

deral da Primeira Região. Apesar de não constar da proposta de 2007 nem da de 2008 valor a ser investido na Universidade Corporativa, a Secor, verificando a existência de sobras orçamentárias provenientes de licitações que não se concretizaram, disponibilizou o valor de R\$ 1.089.137,00, os quais foram utilizados na contratação de serviços de consultoria na área de educação a distância e na aquisição de vários cursos a distância, que serão ministrados em 2008.

Administração do orçamento de 2007

Considerando-se os créditos iniciais consignados na Lei 11.451/2007 e os créditos adicionais, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), a Primeira Região foi contemplada com recursos orçamentários da ordem de R\$ 1.452.685.665,45, de forma que foram assegurados recursos para:

- pagamento das despesas com pessoal, incluindo as despesas de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- pagamento de benefícios;
- pagamento de ajuda de custo para magistrados e servidores removidos;
- reajuste para bolsa-estágio;
- manutenção das 194 varas federais;
- o funcionamento dos Juizados Especiais Federais, incluindo-se a realização dos Juizados itinerantes;
- manutenção da estrutura física com obras e reformas nas edificações existentes;
- aquisição de materiais e equipamentos para as diversas áreas visando à renovação, modernização e expansão das edificações;
- andamento de dez obras com ações específicas;
- efetivação da desapropriação de imóvel para a Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

Quadro 102
Orçamento aprovado para a Primeira Região

RECURSOS	VALOR (R\$)
Dotação inicial	1.404.055.568,00
(+) Alterações orçamentárias (suplementações menos cancelamentos)	51.520.183,05
= Dotação autorizada	1.455.575.751,05
(-) Contingenciamento	3.214.749,00
(=) Dotação disponível	1.452.361.002,05
(+) Destaque recebido	324.663,40
(=) Dotação disponível	1.452.685.665,45

As alterações na LOA foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme as Resoluções/CJF 542, de 24/01; 550, 551 e 552, de 27/04; 571 e 572, de 01/10; 584, de 21/11; 591, de 11/12, e 593, de 12/12, os Decretos de 21/11, 22/11, 14/12 e as Leis 11.595, de 29/11 e 11.628, de 26/12, todos de 2007.

Merecem destaque o crédito adicional especial destinado à aquisição de imóvel para a Seção Judiciária do Estado de Maranhão (R\$ 1.300.000,00) e o crédito suplementar para a atividade de julgamento de causas (R\$ 7.700.000,00), com o oferecimento de recursos do convênio com o Banco do Brasil.

Quadro 103
Alterações à Lei Orçamentária Anual

AÇÕES	LOA/2007	CONTINGENCIADO	ALTERAÇÕES	DOTAÇÃO FINAL
PESSOAL				
Julgamento de causas	810.698.699		27.151.832	837.850.531
Pagamento de aposentadorias e pensões	150.239.699		6.643.511	156.883.210
Custeio do regime de previdência dos servidores	149.091.293		2.128.947	151.220.240
TOTAL – PESSOAL	1.110.029.691		35.924.290	1.145.953.981
BENEFÍCIOS				
Auxílio-alimentação	44.421.400		(830.000)	43.591.400
Auxílio-transporte	903.360		(76.000)	827.360
Assistência pré-escolar	7.763.308	131.006	(1.401.148)	6.231.154
Assistência médica e odontológica a servidores	21.552.040		3.952.948	25.504.988
TOTAL – BENEFÍCIOS	74.640.108	131.006	1.645.800	76.154.902
MANUTENÇÃO				
Julgamento de causas	156.509.779	2.055.713	9.664.526	164.118.592
Assistência jurídica a pessoas carentes	7.470.671		809.673	8.280.344
Capacitação de recursos humanos	2.100.000	15.812	125.000	2.209.188
TOTAL – MANUTENÇÃO	166.080.450	2.071.525	10.599.199	174.608.124

AÇÕES	LOA/2007	CONTINGENCIADO	ALTERAÇÕES	DOTAÇÃO FINAL
PROJETOS				
Ampliação do Edifício Sede da SJ/AM	2.500.000			2.500.000
Construção da sede em Rondonópolis/MT	439.587			439.587
Construção da sede em Cáceres/MT	200.000			200.000
Construção da sede em Picos/PI	200.000			200.000
Construção da sede em Imperatriz/MA			1.500.000	1.500.000
Construção da sede em Caxias/MA			228.000	228.000
Aquisição de imóvel em São Luís/MA			1.300.000	1.300.000
Construção da sede em Aparecida de Goiânia/GO	200.000			200.000
Construção da sede em Guanambi/BA	180.000			180.000
Construção da sede em Vitória da Conquista/BA	500.000			500.000
Construção da sede em Paulo Afonso/BA	100.000			100.000
Construção da sede em Juiz de Fora/MG	2.500.000		1.350.000	3.850.000
Construção da sede em Uberaba/MG	2.500.000			2.500.000
Construção da sede em Passos/MG	30.000			30.000
Construção da sede em São Sebastião do Paraíso/MG	30.000			30.000
Aquisição do Edifício Anexo I em Belo Horizonte/MG	238.000		(238.000)	
Construção da sede do TRF 1ª Região	17.000.000		9.790.655	26.790.655
Modernização de instalações do TRF 1ª Região	2.500.000	610.823		1.889.177
Modernização de instalações das Seccionais da Primeira Região	4.000.000	351.395		3.648.605
Implantação de varas federais	3.565.106	50.000	(2.565.106)	950.000
Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação	16.622.626		(8.014.655)	8.607.971
TOTAL – PROJETOS	53.305.319	1.012.218	3.350.894	55.643.995
TOTAL GERAL DAS AÇÕES	1.404.055.568	3.214.749	51.520.183	1.452.361.002

Descentralização orçamentária

Foram descentralizadas as dotações orçamentárias para atender as despesas relativas à Primeira Região, conforme Quadro 104.

Quadro 104
Distribuição do orçamento

SECOR – 090032	PESSOAL	ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	PROJETOS	TOTAL
Dotação consignada	1.145.953.981,00	174.608.123,57	76.154.902,31	55.643.995,17	1.452.361.002,05
Contingenciamento		2.071.525,48	131.005,69	1.012.217,83	3.214.749,00
Dotação consignada total	1.145.953.981,00	176.679.649,05	76.285.908,00	56.656.213,00	1.455.575.751,05
Provisão concedida	1.141.130.239,90	174.605.363,04	76.051.512,50	53.185.127,67	1.444.972.243,11
Disponível	4.823.741,10	2.760,53	103.389,81	2.458.867,50	7.388.758,94

Da provisão total concedida, no valor de R\$ 1.444.972.243,11, foram descentralizadas dotações de R\$ 1.131.996.669,90 para atender as despesas das Seções Judiciárias e de R\$ 312.975.573,21 para atender as despesas do Tribunal.

Gráfico 26
Dotação consignada por unidade orçamentária

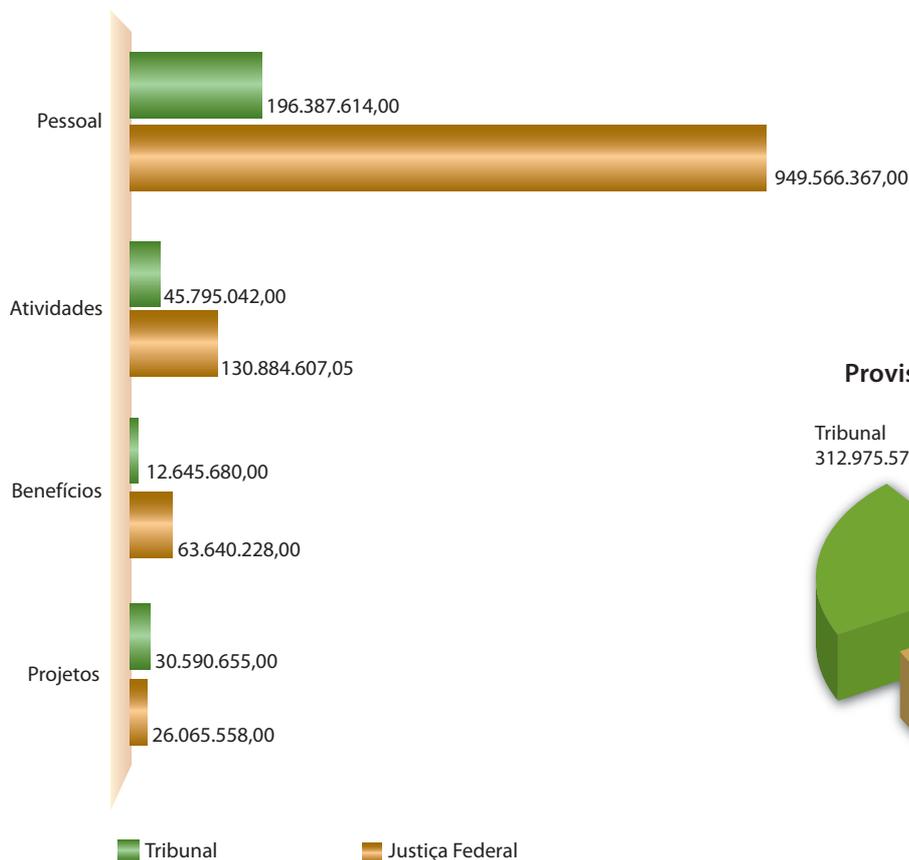


Gráfico 27
Provisão orçamentária concedida

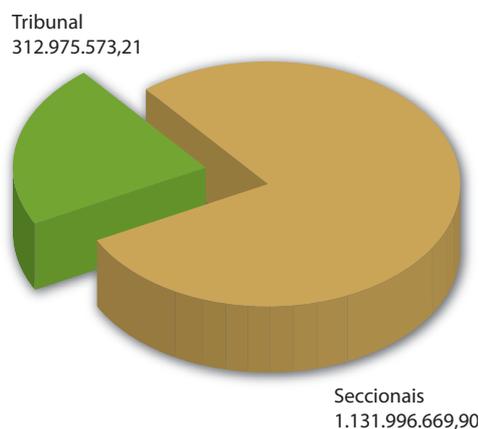


Gráfico 28
Comparativo orçamentário: dotação e provisão

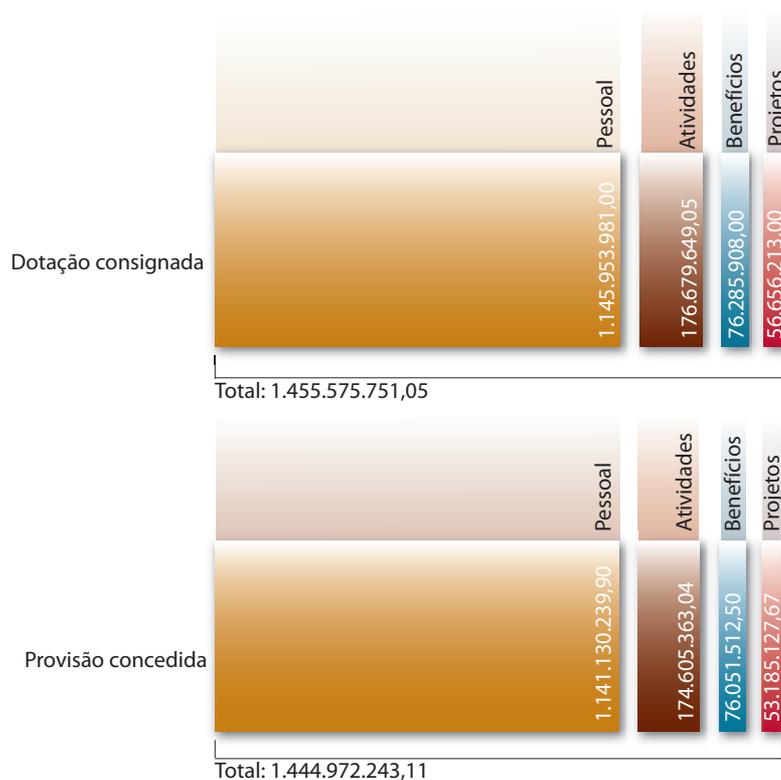
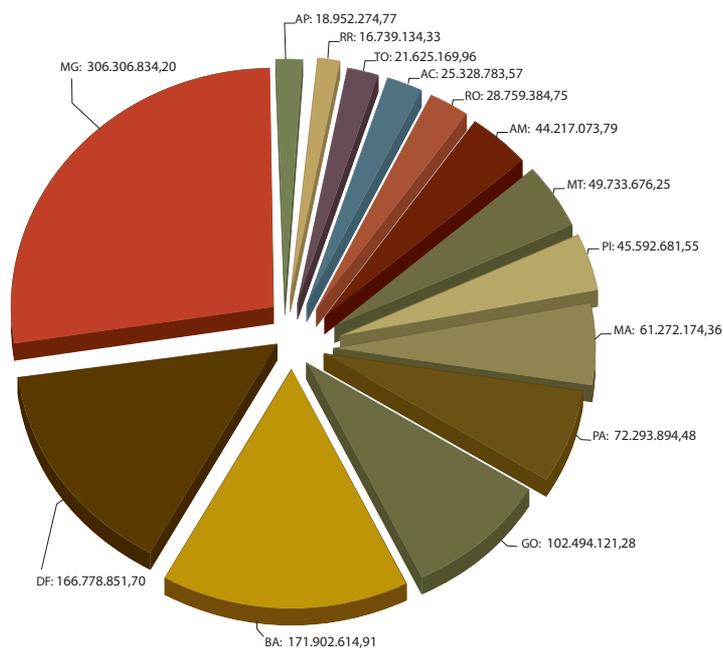


Gráfico 29
Sub-repasse para as Seccionais



Quadro 105
Provisão orçamentária concedida

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	PESSOAL	ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	PROJETOS	TOTAL
P1	Amapá	15.466.725,13	2.105.342,85	1.060.964,13	319.242,66	18.952.274,77
	Roraima	12.840.461,23	2.390.280,53	1.069.284,52	439.108,05	16.739.134,33
	Tocantins	17.752.025,62	2.274.474,68	1.256.436,34	342.233,32	21.625.169,96
P2	Acre	21.157.556,07	2.827.184,92	1.343.191,76	850,82	25.328.783,57
	Rondônia	23.130.227,29	3.860.070,64	1.656.668,18	112.418,64	28.759.384,75
P3	Amazonas	34.817.066,69	4.488.492,08	2.243.309,77	2.668.205,25	44.217.073,79
	Mato Grosso	40.277.584,07	5.833.616,53	2.850.555,18	771.920,47	49.733.676,25
	Piauí	38.477.071,53	4.411.963,02	2.513.827,00	189.820,00	45.592.681,55
P4	Maranhão	50.163.866,77	5.846.304,83	3.271.228,56	1.990.774,20	61.272.174,36
	Pará	61.169.790,58	7.111.229,53	3.556.395,94	456.478,43	72.293.894,48
P5	Goiás	88.003.597,70	8.959.018,20	5.521.333,61	10.171,77	102.494.121,28
P6	Bahia	143.400.362,65	17.566.937,93	9.907.667,69	1.027.646,64	171.902.614,91
	Distrito Federal	146.690.546,84	13.712.378,74	6.048.907,12	327.019,00	166.778.851,70
	Minas Gerais	252.808.205,15	28.543.894,35	18.537.622,70	6.417.112,00	306.306.834,20
Subtotal – Seccionais		946.155.087,32	109.931.188,83	60.837.392,50	15.073.001,25	1.131.996.669,90
Tribunal		194.975.152,58	64.674.174,21	15.214.120,00	38.112.126,42	312.975.573,21
TOTAL GERAL		1.141.130.239,90	174.605.363,04	76.051.512,50	53.185.127,67	1.444.972.243,11

Quadro 106
Recebimento e distribuição dos limites financeiros

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	CATEGORIA "A" PESSOAL	CATEGORIA "C" CUSTEIO	CATEGORIA "E" RESTOS A PAGAR	DARFS GPS	TOTAL
P1	Amapá	9.744.644,91	1.527.275,21	0,00	2.641.341,16	13.913.261,28
	Roraima	8.360.203,39	1.457.475,93	0,00	1.940.297,43	11.757.976,75
	Tocantins	11.190.421,19	1.843.643,88	0,00	2.897.623,96	15.931.689,03
P2	Acre	13.652.075,64	3.621.708,54	167.814,02	3.829.085,38	21.270.683,58
	Rondônia	14.856.157,63	839.440,39	6.453,00	3.747.646,10	19.449.697,12
P3	Amazonas	12.546.524,70	2.945.258,37	277.371,25	5.623.521,64	21.392.675,96
	Mato Grosso	22.084.452,92	4.943.881,50	277.591,27	6.738.803,50	34.044.729,19
	Piauí	25.052.288,56	3.565.056,38	581.902,61	6.359.376,87	35.558.624,42
P4	Maranhão	32.268.966,83	4.562.615,11	0,00	8.519.473,69	45.351.055,63
	Pará	32.226.902,85	5.696.917,17	148.163,38	10.440.755,62	48.512.739,02
P5	Goiás	47.248.545,10	7.243.500,00	13.992,22	15.406.214,17	69.912.251,49
P6	Bahia	78.922.594,25	10.661.478,30	25.239,11	23.781.002,00	113.390.313,66
	Distrito Federal	73.162.180,46	8.161.979,62	771.109,12	23.641.956,04	105.737.225,24
	Minas Gerais	131.370.735,89	21.864.921,77	0,00	41.799.255,80	195.034.913,46
Subtotal – Seccionais		512.686.694,32	78.935.152,17	2.269.635,98	157.366.353,36	751.257.835,83
Tribunal		112.362.946,32	46.767.438,52	69.669.551,02	34.777.643,08	263.577.578,94
TOTAL GERAL		625.049.640,64	125.702.590,69	71.939.187,00	192.143.996,44	1.014.835.414,77

Convênios

Foram recebidos dotações e limites financeiros provenientes de convênios firmados entre:

a) o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e o TRF 1ª Região, destinado a pagamento de taxas extras de imóveis funcionais, no valor de R\$ 4.022,00;

b) o Fundo Nacional Antidrogas – Funad e a Seção Judiciária do Estado de Goiás, para aquisição de equipamentos de comunicação e processamento de dados, veículos, mobiliário, legislações atualizadas e mecanismos de segurança, visando acelerar a tramitação processual envolvendo causas relaciona-

das a tráfico de entorpecentes e drogas ilícitas, no valor de R\$ 279.707,40;

c) o Funad e a Seção Judiciária do Estado de Roraima, para dotar as varas federais de instrumentos capazes de auxiliar a prevenção e o combate permanente ao tráfico de drogas, no valor de R\$ 40.934,00.

Além dos convênios já mencionados, foram recebidos limites financeiros que possibilitaram a inclusão da dotação de R\$ 9.070.800,00 no orçamento de 2007, na fonte 181 (recursos de convênio). Tal valor decorre dos convênios firmados entre:

d) a Prefeitura de Cáceres/MT e a Subseção Judiciária de Cáceres, para cobrir despesas com a locação do imóvel que abriga a Subseção;

e) a Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT e a Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, para cobrir parte da despesa de locação do imóvel da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT;

f) o Banco do Brasil e o TRF 1ª Região, para aquisição de equipamentos e modernização dos serviços de taquigrafia e gráfica; implantação dos serviços de videoconferência na Primeira Região; aperfeiçoamento do sistema processual de unidades da primeira instância; execução de obras e serviços de engenharia para reforma das instalações e ampliação dos edifícios do Tribunal; execução da obra do edifício que abrigará a sede do TRF e construção de sedes novas para as Subseções Judiciárias.

Acompanhamento da execução orçamentária e financeira

A execução do orçamento foi acompanhada e controlada com a emissão de relatórios periódicos, que demonstram a evolução da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada Seção Judiciária dentro do que foi planejado.

Foram emitidas 3.989 notas de movimentação de créditos, 1.826 notas de programação financeira e 623 documentos, entre ofícios, memorandos e despachos em processos administrativos.

Quadro 107

Execução orçamentária consolidada (excluídos precatórios e RPVs)

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	CRÉDITO NÃO UTILIZADO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% DE EXECUÇÃO
P1	Amapá	18.952.274,77	18.911.191,72	41.083,05	990.310,70	99,78%
	Roraima	16.739.134,33	16.430.597,56	308.536,77	1.374.819,32	98,16%
	Tocantins	21.625.169,96	21.488.912,48	136.257,48	744.058,83	99,37%
P2	Acre	25.328.783,57	25.165.615,25	163.168,32	594.764,95	99,36%
	Rondônia	28.759.384,75	28.715.685,65	43.699,10	701.090,80	99,85%
P3	Amazonas	44.217.073,79	43.796.556,66	420.517,13	3.365.066,14	99,05%
	Mato Grosso	49.733.676,25	49.703.084,94	30.591,31	1.765.628,42	99,94%
	Piauí	45.592.681,55	45.299.141,32	293.540,23	1.019.360,02	99,36%
P4	Maranhão	61.272.174,36	61.150.550,91	121.623,45	3.548.719,86	99,80%
	Pará	72.293.894,48	72.093.795,92	200.098,56	1.672.033,05	99,72%
P5	Goiás	102.494.121,28	102.249.163,60	244.957,68	2.059.534,06	99,76%
P6	Bahia	171.902.614,91	171.901.598,34	1.016,57	7.389.680,12	100,00%
	Distrito Federal	166.778.851,70	166.338.181,01	440.670,69	4.711.359,01	99,74%
	Minas Gerais	306.306.834,20	306.279.268,55	27.565,65	16.148.390,32	99,99%
Secor – 090032		7.388.758,94		7.388.758,94		0,00%
Subtotal – Seccionais		1.139.385.428,84	1.129.523.343,91	9.862.084,93	46.084.815,60	99,13%
Tribunal		312.975.573,21	311.158.714,56	1.816.858,65	58.608.258,61	99,42%
TOTAL GERAL		1.452.361.002,05	1.440.682.058,47	11.678.943,58	104.693.074,21	99,20%

Quadro 108
Execução orçamentária – Pessoal

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	CRÉDITO NÃO UTILIZADO (*)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% DE EXECUÇÃO
P1	Amapá	15.466.725,13	15.466.725,13	0,00	147.325,47	100,00%
	Roraima	12.840.461,23	12.835.883,20	4.578,03	155.586,06	99,96%
	Tocantins	17.752.025,62	17.724.175,86	27.849,76	62.330,00	99,84%
P2	Acre	21.157.556,07	21.061.118,93	96.437,14	166.427,73	99,54%
	Rondônia	23.130.227,29	23.129.867,87	359,42	85.965,59	100,00%
P3	Amazonas	34.817.066,69	34.651.475,92	165.590,77	132.885,52	99,52%
	Mato Grosso	40.277.584,07	40.277.565,95	18,12	173.460,00	100,00%
	Piauí	38.477.071,53	38.470.762,57	6.308,96	251.051,07	99,98%
P4	Maranhão	50.163.866,77	50.154.800,79	9.065,98	205.312,20	99,98%
	Pará	61.169.790,58	61.153.334,02	16.456,56	534.523,53	99,97%
P5	Goiás	88.003.597,70	87.857.173,04	146.424,66	442.071,00	99,83%
P6	Bahia	143.400.362,65	143.400.362,24	0,41	1.037.436,91	100,00%
	Distrito Federal	146.690.546,84	146.678.416,19	12.130,65	1.232.018,28	99,99%
	Minas Gerais	252.808.205,15	252.799.844,87	8.360,28	1.310.096,28	100,00%
Secor – 090032		4.823.741,10		4.823.741,10		0,00%
Subtotal – Seccionais		950.978.828,42	945.661.506,58	5.317.321,84	5.936.489,64	99,44%
Tribunal		194.975.152,58	194.744.228,23	230.924,35	918.416,47	99,88%
TOTAL GERAL		1.145.953.981,00	1.140.405.734,81	5.548.246,19	6.854.906,11	99,52%

(*) R\$ 5.074.801,05 referentes à dotação do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Cups, que não pode ser remanejada para atender outras despesas de Pessoal.

Quadro 109
Execução orçamentária – Atividades

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	CRÉDITO NÃO UTILIZADO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% DE EXECUÇÃO
P1	Amapá	2.105.342,85	2.067.445,25	37.897,60	545.222,45	98,20%
	Roraima	2.390.280,53	2.128.353,97	261.926,56	700.650,43	89,04%
	Tocantins	2.274.474,68	2.239.706,60	34.768,08	394.316,21	98,47%
P2	Acre	2.827.184,92	2.767.774,46	59.410,46	376.530,44	97,90%
	Rondônia	3.860.070,64	3.817.093,22	42.977,42	508.903,30	98,89%
P3	Amazonas	4.488.492,08	4.252.494,50	235.997,58	554.994,12	94,74%
	Mato Grosso	5.833.616,53	5.803.043,34	30.573,19	859.932,04	99,48%
	Piauí	4.411.963,02	4.131.467,28	280.495,74	757.416,32	93,64%
P4	Maranhão	5.846.304,83	5.750.141,45	96.163,38	1.099.797,70	98,36%
	Pará	7.111.229,53	6.928.147,25	183.082,28	719.025,62	97,43%

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	CRÉDITO NÃO UTILIZADO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% DE EXECUÇÃO
P5	Goiás	8.959.018,20	8.867.399,35	91.618,85	1.335.190,47	98,98%
P6	Bahia	17.566.937,93	17.565.924,69	1.013,24	4.904.129,29	99,99%
	Distrito Federal	13.712.378,74	13.592.313,62	120.065,12	3.219.255,68	99,12%
	Minas Gerais	28.543.894,35	28.524.688,98	19.205,37	9.276.541,68	99,93%
Secor – 090032		2.760,53		2.760,53		0,00%
Subtotal – Seccionais		109.933.949,36	108.435.993,96	1.497.955,40	25.251.905,75	98,64%
Tribunal		64.674.174,21	63.530.164,57	1.144.009,64	22.088.363,22	98,23%
TOTAL GERAL		174.608.123,57	171.966.158,53	2.641.965,04	47.340.268,97	98,49%

No que concerne às atividades, estão incluídas as ações de julgamento de causas, capacitação de recursos humanos e assistência jurídica a pessoas carentes. O montante de R\$ 2.641.965,04 não utilizado provém de licitações frustradas no final de dezembro, sem tempo hábil para utilização da dotação, o que representa, no montante total, menos de 1,6% de toda a dotação destinada para o exercício.

Quadro 110
Execução orçamentária – Benefícios

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	CRÉDITO NÃO UTILIZADO (*)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% DE EXECUÇÃO
P1	Amapá	1.060.964,13	1.060.325,63	638,50	36.053,45	99,94%
	Roraima	1.069.284,52	1.057.373,84	11.910,68	168.592,49	98,89%
	Tocantins	1.256.436,34	1.215.902,03	40.534,31	15.593,76	96,77%
P2	Acre	1.343.191,76	1.335.871,04	7.320,72	51.806,78	99,45%
	Rondônia	1.656.668,18	1.656.305,92	362,26	2.504,83	99,98%
P3	Amazonas	2.243.309,77	2.234.196,87	9.112,90	115.181,38	99,59%
	Mato Grosso	2.850.555,18	2.850.555,18	0,00	0,00	100,00%
	Piauí	2.513.827,00	2.509.912,73	3.914,27	9.312,63	99,84%
P4	Maranhão	3.271.228,56	3.254.835,14	16.393,42	4.872,49	99,50%
	Pará	3.556.395,94	3.555.836,22	559,72	30.348,44	99,98%
P5	Goiás	5.521.333,61	5.514.419,44	6.914,17	282.272,59	99,87%
P6	Bahia	9.907.667,69	9.907.667,69	0,00	548.861,24	100,00%
	Distrito Federal	6.048.907,12	5.740.513,80	308.393,32	8.781,65	94,90%
	Minas Gerais	18.537.622,70	18.537.622,70	0,00	1.689.742,51	100,00%
Secor – 090032		103.389,81	0,0	103.389,81	0,0	0,00%
Subtotal – Seccionais		60.940.782,31	60.431.338,23	509.444,08	2.963.924,24	99,16%
Tribunal		15.214.120,00	15.087.528,08	126.591,92	580.985,66	99,17%
TOTAL GERAL		76.154.902,31	75.518.866,31	636.036,00	3.544.909,90	99,16%

(*) O valor total do crédito não utilizado decorreu de atraso das nomeações de cargos vagos, em virtude da anulação do concurso para o cargo de Técnico Judiciário.

Quadro 111
Execução orçamentária – Projetos

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	CRÉDITO NÃO UTILIZADO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% DE EXECUÇÃO
P1	Amapá	319.242,66	316.695,71	2.546,95	261.709,33	99,20%
	Roraima	439.108,05	408.986,55	30.121,50	349.990,34	93,14%
	Tocantins	342.233,32	309.127,99	33.105,33	271.818,86	90,33%
P2	Acre	850,82	850,82	0,00	0,00	100,00%
	Rondônia	112.418,64	112.418,64	0,00	103.717,08	100,00%
P3	Amazonas	2.668.205,25	2.658.389,37	9.815,88	2.562.005,12	99,63%
	Mato Grosso	771.920,47	771.920,47	0,00	732.236,38	100,00%
	Piauí	189.820,00	186.998,74	2.821,26	1.580,00	98,51%
P4	Maranhão	1.990.774,20	1.990.773,53	0,67	2.238.737,47	100,00%
	Pará	456.478,43	456.478,43	0,00	388.135,46	100,00%
P5	Goiás	10.171,77	10.171,77	0,00	0,00	100,00%
P6	Bahia	1.027.646,64	1.027.643,72	2,92	899.252,68	100,00%
	Distrito Federal	327.019,00	326.937,40	81,60	251.303,40	99,98%
	Minas Gerais	6.417.112,00	6.417.112,00	0,00	3.872.009,85	100,00%
Secor – 090032		2.458.867,50		2.458.867,50		0,00%
Subtotal – Seccionais		17.531.868,75	14.994.505,14	2.537.363,61	11.932.495,97	85,53%
Tribunal		38.112.126,42	37.796.793,68	315.332,74	35.020.493,26	99,17%
TOTAL GERAL		55.643.995,17	52.791.298,82	2.852.696,35	46.952.989,23	94,87%

Dos R\$ 2.852.696,35 constantes do crédito não utilizado, R\$ 1.419.698,04 são referentes a créditos especiais abertos no último quadrimestre, os quais serão reabertos em 2008 (R\$ 1.300.000,00 para aquisição de imóvel destinado à Seção Judiciária do Estado do Maranhão, R\$ 107.589,22 para construção da sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA e R\$ 12.108,82 para construção da sede da Justiça Federal em Caxias/MA), e R\$ 1.033.492,05 são referentes à dotação orçamentária obtida por emendas parlamentares individuais para a construção das sedes de Passos e São Sebastião do Paraíso, em Minas Gerais; Picos, no Piauí; Guanambi, Paulo Afonso e Vitória da Conquista, na Bahia, e Aparecida de Goiânia, em Goiás, que não foi utilizada pelas Seccionais na elaboração dos projetos arquitetônicos nem puderam ser objeto de contingenciamento, de acordo com a informação recebida do CJF.

Execução de Restos a Pagar

Quadro 112
Execução de Restos a Pagar inscritos em 2007

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	INSCRITOS		PAGOS		LIQUIDADOS		CANCELADOS	
		PESSOAL	OUTROS	PESSOAL	OUTROS	PESSOAL	OUTROS	PESSOAL	OUTROS
P1	Amapá	0,00	1.099.035,97	0,00	1.092.359,51	0,00	0,00	0,00	6.676,46
	Roraima	304,02	1.193.205,94	304,02	1.088.324,63			0,00	104.881,31
	Tocantins	165,19	680.656,00	0,00	632.237,67	0,00	0,00	165,19	48.418,33
P2	Acre	298.994,52	943.646,90	298.190,98	916.884,68			803,54	26.762,22
	Rondônia	7.347,11	977.509,81	7.347,11	964.982,39			0,00	12.527,42
P3	Amazonas	267.440,69	1.403.629,87	266.402,75	1.035.283,99			1.037,94	368.345,88
	Mato Grosso	0,00	2.817.027,35	0,00	2.670.270,40	0,00	64.562,69	0,00	82.194,26
	Piauí	1.186.256,07	1.191.721,84	589.839,66	1.085.711,40	0,00	0,00	596.416,41	106.010,44
P4	Maranhão	0,00	4.021.147,88	0,00	2.620.987,84	0,00	320.790,77	0,00	1.079.369,27
	Pará	168.910,84	1.459.180,01	157.544,88	1.368.408,92			11.365,96	90.771,09
P5	Goiás	2.741.186,25	2.336.716,32	2.582.162,24	2.226.139,73	0,00	0,00	159.024,01	110.576,59
	Bahia	114.635,75	4.645.677,39	63.561,58	3.919.165,08	0,00	1.793,81	51.074,17	724.718,50
P6	Distrito Federal	751.127,60	2.677.532,03	560.023,86	2.555.464,82	0,00	1.708,90	191.103,74	120.358,31
	Minas Gerais	0,00	11.824.806,94	0,00	11.659.773,24	0,00	21.809,47	0,00	143.224,23
Subtotal – Seccionais		5.536.368,04	37.271.494,25	4.525.377,08	33.835.994,30	0,00	410.665,64	1.010.990,96	3.024.834,31
Tribunal		191.063,64	26.895.701,58	190.792,34	25.495.543,40	0,00	1.851,66	271,30	1.398.306,52
TOTAL GERAL		5.727.431,68	64.167.195,83	4.716.169,42	59.331.537,70	0,00	412.517,30	1.011.262,26	4.423.140,83

Despesas com Pessoal

Com a dotação orçamentária de Pessoal aprovada, acrescida da suplementação orçamentária obtida no decorrer do exercício, foi possível pagar todas as folhas ordinárias, o adicional de qualificação previsto no Plano de Cargos e Salários – PCS, parte do passivo dos juros dos 11,98%, parte do reenquadramento (com a outra parte assegurada no orçamento de 2008), sentenças judiciais não transitadas em julgado, exercícios anteriores de adicional de tempo de serviço, substituição e horas extras.

As Seções Judiciárias e a Secretaria de Recursos Humanos – Secre encaminharam, mensalmente, à Secor as informações referentes às despesas com Pessoal ativo e inativo (quantitativo físico e valores pagos em regime de competência), as quais foram analisadas e consolidadas e, em seguida, encaminhadas ao CJF. Esses dados servem de base para a liberação dos repasses financeiros, para elaboração dos créditos adicionais de Pessoal e definição dos limites orçamentários para o próximo exercício.

Despesas com Ajuda de Custo

Foi paga a importância total de R\$ 1.534.406,20, sendo R\$1.142.718,96 para a remoção de 31 magistrados e R\$ 391.687,24 para a remoção de 19 servidores, visando ao pleno funcionamento das varas federais.

Reajustes de bolsa-estágio

Por solicitação da Presidência do Tribunal, após análise da disponibilidade orçamentária, a Secor verificou que poderia reajustar os valores da bolsa-estágio a partir de dezembro de 2007, passando o valor da bolsa de R\$ 400,00 para R\$ 450,00, no nível superior, e de R\$ 300,00 para R\$ 330,00, no nível médio.

Frota de veículos

Para o cumprimento da diretriz da Presidência do Tribunal de renovar a frota de veículos de serviço da Primeira Região, foram alocados inicialmente R\$1.145.000,00. O valor foi ultrapassado em algumas Seccionais com a utilização de créditos próprios consignados para aquisição de material permanente ou créditos suplementares autorizados para atender o critério de se ter em cada Seccional uma frota de veículo com, no máximo, dez anos de uso, assim composta: um carro de serviço por vara federal (considerando-se Seções e Subseções); dois, três, quatro ou seis carros de serviço por área administrativa, dependendo do padrão da Seção; um carro de serviço por Subseção e dois carros de serviço para a representação do TRF 1ª Região nas Seções Judiciárias dos Estados da Bahia e de Minas Gerais.

Quadro 113
Aquisição de veículos

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	PLANEJADA		EXECUTADA	
		QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
P1	Amapá			1	49.300,00
	Roraima	1	90.000,00	1	90.000,00
	Tocantins				
P2	Acre	1	110.000,00	1	88.900,00
	Rondônia			1	58.000,00

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	PLANEJADA		EXECUTADA	
		QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
P3	Amazonas			0	0,00
	Mato Grosso			4	202.462,40
	Piauí	1	90.000,00	1	56.920,00
P4	Maranhão	1	160.000,00	4	409.400,00
	Pará	1	95.000,00	4	222.000,00
P5	Goiás	1	90.000,00	1	81.000,00
P6	Bahia	1	90.000,00	13	889.500,00
	Distrito Federal	1	90.000,00	11	582.000,00
	Minas Gerais	3	150.000,00	16	694.276,50
Subtotal – Seccionais		11	965.000,00	58	3.423.758,90
Tribunal		4	180.000,00	5	145.875,00
TOTAL GERAL		15	1.145.000,00	63	3.569.633,90

Projetos – obras

A Secor participou efetivamente do acompanhamento da execução dos projetos nas Seccionais, com vistas a otimizar a utilização orçamentária e financeira dos que estão em andamento e dos que estão em fase inicial. Desse acompanhamento, foi possível:

- buscar a retomada e conclusão da obra da Subseção de Caxias/MA;
- retomar as obras de ampliação do Edifício Anexo da Seção Judiciária do Estado do Amazonas e da Subseção de Imperatriz/MA, por intermédio de novos procedimentos licitatórios;
- minimizar as perdas orçamentárias decorrentes dos cancelamentos de Restos a Pagar inscritos em 2006, relativas às obras de Imperatriz/MA e da Seção Judiciária do Estado do Amazonas;
- evitar a execução de projetos em descompasso com o PPA e a LOA;
- verificar a impossibilidade de se executarem

todos os projetos consignados na LOA de 2007;

- elaborar as solicitações de créditos adicionais suplementares e especiais para execução das obras em andamento de Imperatriz e de Caxias, para construção da sede do TRF e ainda para a desapropriação de imóvel destinado à Seção Judiciária do Estado do Maranhão, sendo oferecida como cancelamento a dotação do convênio com o Banco do Brasil, do Isigi e da aquisição do Edifício Anexo I para a Justiça Federal em Belo Horizonte/MG.

Obras em andamento

- Construção da sede da Seção Judiciária em Cuiabá/MT: a obra foi inaugurada e o prédio ocupado, encontrando-se em processo de finalização e ajustes. Aguardam-se a entrega definitiva e a liquidação de despesa remanescente.
- Construção da sede da Seção Judiciária em Teresina/PI: obra inaugurada e finalizada. Todos os pagamentos foram efetivados pela Seccional, não restando faturas a serem pagas.

- ▀▀▀ Construção do edifício II para o JEF da Justiça Federal em Salvador/BA: o prédio foi inaugurado e já está ocupado desde 2006, aguardando a entrega definitiva e liquidação de despesa remanescente.
- ▀▀▀ Construção da sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA: o descumprimento do cronograma físico-financeiro, entre outros problemas, ensejou a rescisão do contrato e o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 979.167,95. Foi contratada nova empresa para conclusão da obra e aberto um crédito adicional especial no valor de R\$ 1.500.000,00, uma vez que não havia sido consignada na LOA de 2007 a dotação para este projeto.
- ▀▀▀ Construção da sede da Justiça Federal em Caxias/MA: a obra foi executada com atraso e está em fase de finalização e ajustes. Para liquidação dos pagamentos finais, relativos a novos aditivos, houve necessidade de concessão de crédito adicional especial no valor de R\$ 228.000,00, uma vez que não havia sido consignada na LOA de 2007 dotação para este projeto. Obra inaugurada em dezembro de 2007.
- ▀▀▀ Construção da sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG: obra em andamento, com cronograma físico-financeiro adiantado. Não há problemas em relação à execução orçamentária e financeira.
- ▀▀▀ Construção da sede da Justiça Federal em Uberaba/MG: a obra encontra-se em andamento, porém apresenta atraso em relação ao cronograma físico-financeiro. Há comprometimento da empresa construtora em retomar os serviços para que a obra seja inaugurada na data prevista.
- ▀▀▀ Construção da sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT: a obra foi iniciada, porém se encontra atrasada em relação ao cronograma físico-financeiro em decorrência de inúmeros problemas, tais como pendências de documentos perante a Prefeitura Municipal, sondagem de solo etc.
- ▀▀▀ Ampliação do Edifício Anexo da Justiça Federal em Manaus/AM: o descumprimento do cronograma físico-financeiro, entre outros problemas, ensejou a rescisão do contrato e o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 324.926,14. Com a contratação de nova empresa, a obra foi retomada e o novo canteiro de obras já está implantado.
- ▀▀▀ Construção da sede do TRF 1ª Região: os pagamentos feitos neste exercício referem-se ao projeto arquitetônico. O primeiro procedimento licitatório para a construção foi cancelado pela Presidência do Tribunal. Após nova licitação, foi contratado um consórcio para executar a obra. Para tanto, foi aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.790.655,00.

Desapropriação

- ▀▀▀ Aquisição de imóvel para a Seção Judiciária do Estado do Maranhão/MA: dotação consignada por meio de crédito adicional especial com a utilização dos recursos provenientes do convênio com o Banco do Brasil. Não foi possível adquirir o imóvel em 2007, em virtude de o convênio não ter sido alterado. O crédito especial será reaberto em 2008 para que a aquisição possa se concretizar.

Reformas e adaptações

Quadro 114
Obras e reformas por unidade gestora

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	LOCALIZAÇÃO	OBRAS E REFORMAS	VALOR
P1	Amapá	Edifício Sede	Aferição do grau de comprometimento estrutural com emissão de laudo técnico.	22.000,00
			Instalações elétricas e de telemática.	28.453,05
			Laudo técnico para edificação de dois pavimentos.	30.875,00
			Manutenção do canteiro, demolição, impermeabilização, pintura de tetos e esquadrias e recuperação do sistema de telhamento.	235.367,66
		SUBTOTAL		
	Roraima	Edifício Anexo	Projeto arquitetônico e complementar para construção do anexo.	51.867,00
			Residência funcional	Reformas nas instalações elétricas.
		Edifício Anexo	Construção de espaço físico para instalação de elevador.	102.990,34
			Fornecimento e instalação de um elevador.	100.000,00
			Reforma do telhado e das instalações para a coleta de águas pluviais.	147.000,00
		SUBTOTAL		
	Tocantins	Edifício Sede	Execução de serviços de reforma da rede elétrica.	23.357,00
			Aquisição de elevador — exercícios anteriores.	5.961,42
			Confecção e instalação de portão.	3.890,00
			Elaboração de projeto e construção de passarela.	72.888,22
			Reforma dos pisos internos.	157.341,50
			Substituição de carpete do auditório.	12.194,00
			Instalação de portões eletrônicos, da iluminação e de bombas de incêndio.	11.062,95
			Reforma e adequação da rede de proteção e combate a incêndios.	16.622,01
			Serviço de manutenção corretiva e preventiva no telhado.	5.810,89
SUBTOTAL			309.127,99	

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	LOCALIZAÇÃO	OBRAS E REFORMAS	VALOR
P2	Acre	Edifício Sede	Fiscalização da obra de cobertura do estacionamento externo.	850,82
		SUBTOTAL		
	Rondônia	Edifício Sede em Porto Velho	Reforma destinada à adequação do sistema de combate a incêndio e pânico.	9.159,55
			Elaboração de projeto básico da reforma do auditório, sanitários, balcão e revestimento das fachadas dos elevadores.	11.988,00
		Casa funcional	Reforma em imóvel funcional.	28.648,66
		Edifício Sede em Ji-Paraná	Reforma de telhado.	12.280,70
			Instalação de um transformador de energia de 112KVA.	39.441,73
			Serviços de dimensionamento e instalação de fossa séptica.	10.900,00
	SUBTOTAL			112.418,64
	P3	Amazonas	Edifício Sede	Aquisição e instalação de grupo gerador.
Impermeabilização das calhas de águas pluviais e das platibandas.				18.006,75
Assentamento de piso no 1º e 2º andares.				48.183,62
SUBTOTAL			158.389,37	
Mato Grosso		Edifício Sede	Instalação elétrica da guarita e controle de acesso.	14.757,18
			Confecção e instalação de três módulos de bicicletário.	350,00
			Porta acústica para a sala da subestação de energia.	4.776,00
			Instalação de sistema de proteção física e blindagem da guarita.	40.610,88
			Fornecimento e instalação de circuito fechado de TV.	71.839,61
		SUBTOTAL		
Piauí		Edifício Sede em Teresina	Reforma e execução dos serviços de instalação de elevadores.	3.784,59
			Fornecimento e instalação de divisórias.	181.634,15
		Edifício Sede em Picos	Instalação de transformador.	1.580,00
		SUBTOTAL		

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	LOCALIZAÇÃO	OBRAS E REFORMAS	VALOR
P4	Maranhão	Edifício Sede em São Luís	Construção de passarela e reforma/manutenção do estacionamento.	70.247,34
			Impermeabilização dos terraços e jardins do 1º pavimento.	32.335,94
			Reforma dos banheiros e substituição dos pisos.	272.898,96
		Edifício Sede em Caxias	Confecção e fixação de letreiros com a inscrição da Justiça Federal.	6.990,00
	SUBTOTAL			382.472,24
	Pará	Edifício Sede em Belém	Reforma e construção de estacionamento e ampliação do <i>hall</i> de entrada.	48.861,13
			Instalações elétrica, lógica e de telefonia, ar-condicionado e grades, no protocolo do <i>drive-thru</i> .	32.633,06
			Recuperação estrutural com recomposição de pisos, paredes e forros.	363.013,42
			Regularização da rampa de acesso ao estacionamento.	1.970,60
		Edifício Sede em Marabá	Construção de elevação de muro para inclusão de calçada.	10.000,22
SUBTOTAL			456.478,43	
P5	Goiás	Edifício Sede em Aparecida de Goiânia	Elaboração e execução de projeto de sistema de proteção contra descargas atmosféricas e construção de cobertura de garagens.	7.154,79
		Edifício Sede em Goiânia	Construção de cobertura de garagens.	3.016,98
	SUBTOTAL			10.171,77

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	LOCALIZAÇÃO	OBRAS E REFORMAS	VALOR	
P6	Bahia	Edifício Sede em Jequié	Serviços de complementação de climatização.	1.375,92	
		Edifício Sede em Feira de Santana	Climatização das áreas administrativas.	9.101,00	
		Edifício Sede em Salvador	Construção de duas oficinas de marcenaria.	368.301,58	
			Elaboração de projeto de construção de uma oficina mecânica.	11.250,00	
			Reforma de 34 sanitários.	165.244,27	
			Reforma do auditório.	12.000,00	
			Modernização das instalações com fornecimento de prateleira para caixas em sistema de arquivamento deslizante, arquivo para pastas suspensas, cadeiras ergonômicas e escadas articuláveis.	256.293,00	
		SUBTOTAL			823.565,77
	Distrito Federal	Edifício Sede I	Laudo técnico, visando à construção de escada de emergência e modernização das instalações com o fornecimento de quatro <i>nobreaks</i> , sistema de atendimento telefônico automático e seis estabilizadores.	126.654,00	
		Edifício Sede II	Consultoria e planejamento em arquitetura para reforma do <i>hall</i> de entrada e do auditório e fornecimento de três <i>nobreaks</i> e seis estabilizadores.	11.965,00	
		Edifício Cidade de Cabo Frio	Atualização da central telefônica marca Philips e o fornecimento de três <i>nobreaks</i> .	20.400,00	
		SUBTOTAL			159.019,00
	Minas Gerais	Edifício Sede em São João del-Rei	Construção de cobertura de garagem.	3.682,00	
		Edifício Oscar Dias Correa, em Belo Horizonte	Projeto para adequação do sistema de medição de energia elétrica.	26.000,00	
		Edifício Euclides Reis Aguiar, em Belo Horizonte	Elaboração de projeto de auditório.	35.000,00	
		Edifícios Sede I, II e III em Belo Horizonte	Reformas e adaptações nos edifícios sede com instalação de cabeamento estruturado e elétrico, divisórias, carpetes e equipamento de segurança JC 3.	4.845.046,00	
		SUBTOTAL			4.909.728,00
	TOTAL – SEÇÕES JUDICIÁRIAS				8.367.236,70

PADRÕES	SEÇÕES JUDICIÁRIAS	LOCALIZAÇÃO	OBRAS E REFORMAS	VALOR
TRF	Edifício Sede II		Exercícios anteriores: modernização de elevadores (Contrato 61/2005).	723,61
			Serviços de adequação das instalações elétricas.	7.522,68
			Atualização tecnológica de três elevadores.	299.000,00
	Edifício Sede I		Modernização das instalações com fornecimento de armários para processos, estação de trabalho e conjunto de mesas para escritório.	1.087.919,39
	Edifício Adriana		Fornecimento e instalação de bastidor remoto para instalação de sistema telefônico PABX, marca Alcatel.	78.024,39
			Impermeabilização de áreas.	99.000,00
			Reforma das instalações.	316.986,85
	SUBTOTAL			
TOTAL GERAL – PRIMEIRA REGIÃO				10.256.413,62

Juizado Especial Federal itinerante

Quadro 115

Gasto com os Juizados Especiais Federais itinerantes

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	CIDADES	VALOR PLANEJADO	VALOR EXECUTADO	DIFERENÇA SUPERAVIT/ DEFICIT
Acre	Tarauacá (concluído)	67.205	112.535	(45.330)
	SUBTOTAL	67.205	112.535	(45.330)
Amazonas	São Paulo e Santo Antônio do Içá (concluído)	53.280	51.006	2.274
	Silves (concluído)	8.989	3.300	5.689
	Manacapuru	99.560	123.587	(24.027)
	Itacoatiara (concluído)	99.715	44.552	55.163
	Benjamin Constant (concluído)	0	44.086	(44.086)
	Presidente Figueiredo (concluído)	43.716	37.850	5.866
	Rio Preto da Eva (concluído)	43.695	17.563	26.132
	SUBTOTAL	348.955	321.944	27.011

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	CIDADES	VALOR PLANEJADO	VALOR EXECUTADO	DIFERENÇA SUPERAVIT/ DEFICIT
Amapá	Vitória do Jari/Laranjal Jari (concluído)	32.369	48.897	(16.528)
	Tartarugalzinho / Pracuúba (concluído)	32.369	30.759	1.610
Amapá	Amapá/Calçoene (concluído)	10.310	5.918	4.392
	SUBTOTAL	75.048	85.574	(10.526)
Bahia	Coribe (concluído)	0	5.864	(5.864)
	SUBTOTAL	0	5.864	(5.864)
Distrito Federal	Planaltina (cancelado e adiado <i>sine die</i>)	1.177	0	1.177
	Ceilândia (cancelado e adiado <i>sine die</i>)	1.070	0	1.070
	Paranoá (cancelado e adiado <i>sine die</i>)	1.070	0	1.070
	SUBTOTAL	3.317	0	3.317
Goiás	Posse (concluído)	82.684	62.851	19.833
	Morrinhos (concluído)	81.629	52.982	28.647
	SUBTOTAL	164.313	115.833	48.480
Minas Gerais	Taiobeiras (concluído)	76.291	121.960	(45.669)
	Salinas (cancelado)	75.979	0	75.979
	Santa Maria do Suaçuí (concluído)	75.979	157.949	(81.970)
	Pedra Azul (concluído)	76.291	157.803	(81.512)
	SUBTOTAL	304.540	437.712	(133.172)
Mato Grosso	Pontes e Lacerda (concluído)	69.852	178.006	(108.154)
	Alta Floresta (cancelado)*	75.901	0	75.901
	Porto Alegre do Norte (cancelado)*	84.874	0	84.874
	SUBTOTAL	230.627	178.006	52.621
Pará	Monte Alegre (cancelado)*	122.685	0	122.685
	Capitão Poço (cancelado – 2ª fase)*	82.070	1.070	81.000
	SUBTOTAL	204.755	1.070	203.685
Rondônia	Jaru (concluído)	50.807	51.805	(998)
	SUBTOTAL	50.807	51.805	(998)
Tocantins	Tocantinópolis (concluído)	65.099	52.284	12.815
	Ananás (concluído)	67.871	52.284	15.587
	SUBTOTAL	132.970	104.568	28.402
TOTAL PROGRAMADO		1.582.537	1.414.911	167.626
Reserva Secor		115.195		
Dotação inicial		1.697.732	1.414.911	167.626

* Cancelados por deliberação das Seccionais.

Cumprimento de decisões judiciais

Para a execução do pagamento do programa de cumprimento de sentenças judiciais (precatórios e requisições de pequeno valor), a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF do Governo Federal disponibilizou as dotações orçamentárias para este Tribunal, por força de legislação, tanto dos débitos de responsabilidade da União quanto das entidades diversas.

Em decorrência do *deficit* de caixa do Governo Federal, a execução dos processos de natureza alimentícia e dos processos de demais naturezas somente foi efetivada em março de 2007, início e final do mês respectivamente, conforme cronograma de pagamento acertado entre a SOF/MPOG e o CJF.

Neste exercício, iniciaram-se os pagamentos dos precatórios e requisições de pequeno valor na unidade gestora especificamente criada para este fim: UG 090049. Somente foram pagos na UG 090027 os precatórios parcelados cujas parcelas anteriores ali tenham sido pagas, objetivando o melhor controle e a impossibilidade de fracionamento do pagamento em UGs diferentes.

Para o pagamento integral dos precatórios de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio – Funai e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs, foram utilizados créditos orçamentários da União, objetivando a não paralisação dos pagamentos, em decorrência da obediência ao preceito constitucional em relação ao direito de precedência. Visando corrigir a inversão orçamentária, foram solicitados créditos orçamentários para sua regularização.

Os recursos financeiros remanescentes e disponíveis em 31/12/2006 foram devolvidos ao Conselho de Justiça Federal, objetivando o encerramento do exercício.

Por solicitação do CJF, para que se provisionasse o pedido de crédito adicional suplementar destinado a complementar dotação relativa às RPVs, foram devolvidos à UG 090001 recursos financeiros e disponibilizados créditos orçamentários, conforme documentos lançados no Siafi durante o exercício de 2007.

Em alguns meses, as dotações orçamentárias para pagamento das RPVs e do GND 5 (Inversões Financeiras) da União tornaram-se insuficientes. Dessa forma, houve inversão na execução no que se refere ao GND 3 (Outras Despesas Correntes), sendo corrigida logo que os créditos suplementares foram disponibilizados ao Tribunal. A insuficiência permanente ocorreu em relação às requisições de responsabilidade do Fundo do Regime Geral da Previdência Social.

Houve incremento da ordem de 41,56% em relação ao número de requisições processadas e pagas. Em 2006, foram 85.595 requisições e, em 2007, 121.165.

Quadro 116
Precatórios e RPVs pagos

UNIÃO	DOTAÇÃO		CRÉDITO CONCEDIDO	EXECUÇÃO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% EXECUÇÃO
Precatórios	Alimentício	258.316.354,00	80.872,05	257.317.797,71	338.096,38	99,64%
	Outros	328.583.844,00		328.583.842,78	2.274.869,51	100,00%
	Total	586.900.198,00	80.872,05	585.901.640,49	2.612.965,89	99,84%
RPVs	Alimentício	322.525.895,00		322.525.895,00	51.829.383,84	100,00%
	Outros	23.776.837,00		23.776.837,00	4.485.429,49	100,00%
	Total	346.302.732,00	0,00	346.302.732,00	56.314.813,33	100,00%
TOTAL – UNIÃO		933.202.930,00	80.872,05	932.204.372,49	58.927.779,22	99,90%

ENTIDADES	DOTAÇÃO		CRÉDITO CONCEDIDO	EXECUÇÃO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% EXECUÇÃO
Precatórios	Alimentício	87.308.755,00		87.308.521,01	1.109.603,19	100,00%
	Outros	190.737.031,25	0,00	190.287.889,36	1.315.750,26	99,76%
	Total	278.045.786,25	0,00	277.596.410,37	2.425.353,45	99,84%
RPVs	Alimentício	551.300.000,00		551.300.000,00	55.033.424,95	100,00%
	Outros	0,00		0,00	0,00	0,00%
	Total	551.300.000,00	0,00	551.300.000,00	55.033.424,95	100,00%
TOTAL – ENTIDADES		829.345.786,25	0,00	828.896.410,37	57.458.778,40	99,95%

UNIÃO E ENTIDADES	DOTAÇÃO		CRÉDITO CONCEDIDO	EXECUÇÃO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% EXECUÇÃO
Precatórios	Alimentício	345.625.109,00	80.872,05	344.626.318,72	1.447.699,57	99,73%
	Outros	519.320.875,25	0,00	518.871.732,14	3.590.619,77	99,91%
	Total	864.945.984,25	80.872,05	863.498.050,86	5.038.319,34	99,84%
RPVs	Alimentício	873.825.895,00	0,00	873.825.895,00	106.862.808,79	100,00%
	Outros	23.776.837,00	0,00	23.776.837,00	4.485.429,49	100,00%
	Total	897.602.732,00	0,00	897.602.732,00	111.348.238,28	100,00%
TOTAL – UNIÃO E ENTIDADES		1.762.548.716,25	80.872,05	1.761.100.782,86	116.386.557,62	99,92%

Quadro 117
Execução de precatórios e RPVs inscritos em Restos a Pagar

UNIÃO		INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR EM 2006	RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2007	RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2007	% EXECUÇÃO
Precatórios	Alimentício	326.608,25	0,00	326.608,25	0,00%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
	TOTAL	326.608,25	0,00	326.608,25	0,00%
RPVs	Alimentício	35.362.813,65	22.507.861,05	12.854.952,60	63,65%
	Outros	3.774.170,08	1.670.818,80	2.103.351,28	44,27%
	TOTAL	39.136.983,73	24.178.679,85	14.958.303,88	61,78%
TOTAL – UNIÃO		39.463.591,98	24.178.679,85	15.284.912,13	61,27%

ENTIDADES		INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR EM 2006	RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2007	RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2007	% EXECUÇÃO
Precatórios	Alimentício	103.257,40	0,00	103.257,40	0,00%
	Outros	3.468,40	0,00	3.468,40	0,00%
	TOTAL	106.725,80	0,00	106.725,80	0,00%
RPVs	Alimentício	45.227.249,91	45.099.954,63	127.295,28	99,72%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
	TOTAL	45.227.249,91	45.099.954,63	127.295,28	99,72%
TOTAL – ENTIDADES		45.333.975,71	45.099.954,63	234.021,08	99,48%

UNIÃO E ENTIDADES		INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR EM 2006	RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2007	RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2007	% EXECUÇÃO
Precatórios	Alimentício	429.865,65	0,00	429.865,65	0,00%
	Outros	3.468,40	0,00	3.468,40	0,00%
	TOTAL	433.334,05	0,00	433.334,05	0,00%
RPVs	Alimentício	80.590.063,56	67.607.815,68	12.982.247,88	83,89%
	Outros	3.774.170,08	1.670.818,80	2.103.351,28	44,27%
	TOTAL	84.364.233,64	69.278.634,48	15.085.599,16	82,12%
TOTAL – UNIÃO E ENTIDADES		84.797.567,69	69.278.634,48	15.518.933,21	81,70%

Contingenciamento e descontingenciamento

O art. 9º da Lei Complementar 101/2000 (LRF), estabelece que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal fixadas pela LDO, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Após o encerramento do primeiro bimestre, o Poder Executivo reavaliou as receitas e despesas primárias consignadas nos orçamentos, o que demonstrou a necessidade de ajuste nas despesas discricionárias para fins de cumprimento da meta de resultado primário. Dessa forma, coube ao Poder Judiciário a limitação de empenho na ordem de R\$ 217.752.212,00 e à Justiça Federal o total de R\$ 67.386.343,00. Adotados os critérios aprovados na reunião de Diretores-Gerais e de Orçamento, coube à Primeira Região o montante de R\$ 18.256.723,00.

Transcorrido o terceiro bimestre, procedeu-se à reavaliação das receitas e despesas primárias de execução obrigatória com base nos valores realizados até o mês de junho em parâmetros macroeconômicos atualizados, medida compatível com a política econômica. Em consequência, verificou-se a possibilidade de se aumentarem os limites de movimentação de empenho e de movimentação financeira, cabendo ao Poder Judiciário descontingenciar R\$ 110.336.965,00, à Justiça Federal R\$ 35.433.324,00 e à Primeira Região R\$ 9.599.814,00.

Após o quarto bimestre, os limites de movimentação de empenho e de movimentação financeira foram ampliados, cabendo ao Poder Judiciário descontingenciar R\$ 11.301.754,00, à Justiça Federal R\$ 3.361.954,00 e à Primeira Região R\$ 910.841,00.

Transcorrido o quinto bimestre, os limites de movimentação de empenho e de movimenta-

ção financeira foram ampliados, cabendo ao Poder Judiciário descontingenciar R\$ 56.224.778,00, à Justiça Federal R\$ 16.725.293,00 e à Primeira Região R\$ 4.531.319,00.

Assim, da dotação autorizada para a Primeira Região, ficou contingenciado o valor de 3.214.749,00.

Coube à Secor administrar os imprevistos ocasionados pelos bloqueios dos créditos no decorrer do exercício bem como buscar a melhor execução do orçamento com o remanejamento das dotações contingenciadas, orientando o Tribunal e as Seccionais para que efetuassem registros de preços, visando ao aproveitamento dos créditos que viessem a ser descontingenciados. As limitações orçamentárias decorrentes do contingenciamento foram amenizadas graças ao controle rígido da despesa realizado pela Secor.

Proposta orçamentária para 2008

A proposta orçamentária para 2008 foi elaborada nos termos da Lei 11.514, de 13/08/2007 (LDO), com a participação efetiva das unidades administrativas do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias, que enviaram suas necessidades à Secor. Após a análise e consolidação dos dados, foi encaminhada proposta preliminar ao CJF no valor de R\$ 2.298.431.074,00.

Em decorrência do limite orçamentário definido para a Justiça Federal da Primeira Região, no mês de julho de 2007, a Secor procedeu à revisão da proposta, ajustando-a ao novo valor de R\$1.300.792.671,00, que, somado ao valor de R\$ 9.000.000,00 do convênio com o Banco do Brasil (fonte 181), resultou no total de R\$ 1.309.792.671,00.

Não constam do limite acima as dotações orçamentárias para atender as despesas a seguir, as quais se encontram na reserva do CJF para posterior distribuição.

- ▀ Pessoal. Parcelas do PCS de julho de 2007, dezembro de 2007, julho de 2008; e dezembro de 2008 as nomeações ocorridas de maio a dezembro de 2007 e o adiantamento de férias de 2009.
- ▀ Benefícios. Acréscimos decorrentes das nomeações ocorridas de maio a dezembro de 2007.
- ▀ Custeio. Dotações referentes a:
 - a) recursos próprios (fonte 150, no valor de R\$ 335.412,00, que será recomposto pela reserva do CJF);
 - b) pagamento das despesas com assistência jurídica a pessoas carentes durante seis meses.
- ▀ Projeto de implantação dos Sistemas Integrados de Gestão da Informação da Justiça Federal. A dotação orçamentária será distribuída em 2008 de acordo com os critérios definidos pela área de tecnologia da informação do CJF e dos Tribunais Regionais Federais, conforme Resolução/CJF 380, de 05/07/2004.

Quadro 118
Projetos priorizados para 2008

PROJETOS	VALOR
Ampliação do Edifício Anexo da Seção Judiciária em Manaus/AM	2.350.000
Construção da sede da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT	772.663
Construção da sede da Subseção Judiciária de Uberaba/MG	2.331.115
Construção da sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG	1.981.467
Construção da sede do TRF 1ª Região, em Brasília/DF	15.000.000
Modernização das instalações da Justiça Federal (Seções Judiciárias)	4.135.994
Modernização das instalações da Justiça Federal (Tribunal)	2.000.000
Aquisição de imóvel para a Subseção Judiciária de Altamira/PA	430.000
TOTAL	29.001.239

O quadro a seguir demonstra o orçamento de 2007 — com os valores contingenciados e sem o valor do Projeto Isigi (R\$ 8.607.971,00) — e o Projeto de Lei 30/2007, destinado ao orçamento para 2008, considerando-se os seguintes valores contidos na reserva do CJF pertencentes à Primeira Região: R\$ 4.232.380,00 para os benefícios de cargos vagos, R\$ 5.355.339,00 para assistência gratuita a pessoas carentes (dotação que falta para chegar ao valor recebido em 2007) e R\$ 335.412,00 referentes à fonte 150 (recursos próprios provenientes de cópias reprográficas cujo valor foi abatido do limite e será recomposto pela reserva do CJF).

Quadro 119
Comparativo dos orçamentos de 2007 e 2008 (por unidade orçamentária)

ORÇAMENTO DE 2007					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PESSOAL	ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	PROJETOS	TOTAL
TRF	196.387.614	45.795.042	12.645.680	30.590.655	285.418.991
Seções Judiciárias	949.566.367	130.884.607	63.640.228	17.457.587	1.161.548.789
TOTAL	1.145.953.981	176.679.649	76.285.908	48.048.242	1.446.967.780

PROPOSTA PARA 2008 – PL 30/2007					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PESSOAL	ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	PROJETOS	TOTAL
TRF	172.875.523	48.386.463	12.349.350	17.000.000	250.611.336
Seções Judiciárias	861.664.673	133.488.375	61.950.180	12.001.239	1.069.104.467
TOTAL	1.034.540.196	181.874.837	74.299.530	29.001.239	1.319.715.802

ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO (%)					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PESSOAL	ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	PROJETOS	TOTAL
TRF	-11,97%	5,66%	-2,34%	-44,43%	-12,20%
Seções Judiciárias	-9,26%	1,99%	-2,66%	-31,25%	-7,96%
TOTAL	-9,72%	2,94%	-2,60%	-39,64%	-8,79%

Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2008 – PL 30/2007

Com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias da Primeira Região, foram encaminhados ofícios aos diretores de foro das Seções Judiciárias, informando a importância da apresentação de emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2008 (PL 30/2007 – CN). Em consequência, foram aprovadas, na relatoria setorial, até 11/12/2007, emendas individuais e de comissão de interesse da Justiça Federal.

Quadro 120
Emendas ao PL 30/2007 aprovadas na relatoria setorial

ÓRGÃOS	AÇÕES	VALOR
TRF 1ª Região	Construção da sede do TRF 1ª Região, em Brasília/DF	2.000.000,00
Tocantins	Construção do anexo da Seção Judiciária do Estado do Tocantins	1.450.000,00
Mato Grosso	Construção da sede da Subseção Judiciária de Sinop/MT	300.000,00
Bahia	Construção da sede da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA	720.000,00
	Construção da sede da Subseção Judiciária de Jequié/BA	550.000,00
	Construção da sede da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA	1.000.000,00
	Construção da sede da Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA	300.000,00
	TOTAL – BA	2.570.000,00
TOTAL – EMENDAS INDIVIDUAIS		6.320.000,00
Justiça Federal	Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal	8.000.000,00
TRF	Julgamento de causas na Justiça Federal	7.000.000,00
TOTAL – EMENDAS DA COMISSÃO		15.000.000,00
Amapá	Construção da sede da Seção Judiciária do Estado do Amapá/AP	5.000.000,00
TOTAL – EMENDAS DA BANCADA		5.000.000,00
TOTAL – EMENDAS DE INTERESSE DA PRIMEIRA REGIÃO		26.320.000,00

Convém destacar que, em razão da não prorrogação da CPMF a partir de 31/12/2007, houve uma frustração de receita de aproximadamente R\$ 40 bilhões, o que acarretará cortes no orçamento para 2008.

Os cortes do Poder Judiciário estão sendo negociados por meio da Presidente do Supremo Tribunal Federal juntamente com os presidentes dos Tribunais Superiores, desse modo a Secor terá de ajustar a proposta de 2008 aos novos limites que serão definidos.

PPA 2004-2007

Quadro 121
 Projetos constantes do PPA 2004-2007

PROJETOS	PPA 2004-2007				
	DOTAÇÃO	CRÉDITO CONTINGENCIADO	EXECUÇÃO LÍQUIDA	CRÉDITO NÃO UTILIZADO	% PERDA
Implantação de varas federais	16.645.391,00	50.000,00	16.430.624,35	164.766,65	0,99%
Implantação dos Juizados Especiais Federais	3.450.000,00	0,00	3.401.908,05	48.091,95	1,39%
Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal (e-JUS)	28.960.757,37	28.151,00	28.566.546,31	366.060,06	1,27%
Modernização de instalações da Justiça Federal	10.914.536,00	1.487.394,83	9.125.308,61	301.832,56	3,20%
Modernização de instalações da Justiça Federal na Bahia	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00%
Aquisição de ônibus para o JEF em Rio Branco/AC	280.000,00	0,00	269.000,00	11.000,00	3,93%
Ampliação do Edifício Anexo da Seção Judiciária do Estado do Amazonas	3.085.000,00	0,00	2.760.073,86	324.926,14	10,53%
Construção da sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT	12.017.875,00	324.730,00	11.644.036,53	49.108,47	0,42%
Construção da sede da Justiça Federal em Cáceres/MT	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00%
Construção da sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT	1.759.587,00	0,00	1.585.569,74	174.017,26	9,89%
Construção da sede da Justiça Federal em Teresina/PI	13.784.679,00	0,00	13.772.353,24	12.325,76	0,09%
Construção da sede da Justiça Federal em Picos/PI	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	100,00%
Construção da sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA	6.999.236,00	0,00	5.903.791,22	1.095.444,78	15,65%
Construção da sede da Justiça Federal em Caxias/MA	2.328.000,00	162.660,00	2.152.734,44	12.605,56	0,58%
Aquisição de imóvel para a Seção Judiciária do Estado do Maranhão	1.300.000,00	0,00	0,00	1.300.000,00	100,00%
Aquisição de imóvel para a Seção Judiciária do Estado do Pará	150.000,00	0,00	148.396,49	1.603,51	1,07%
Aquisição de terreno em Belém/PA	300.000,00	89.000,00	210.553,18	446,82	0,21%
Construção da sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia/GO	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	100,00%

PROJETOS	PPA 2004-2007				
	DOTAÇÃO	CRÉDITO CONTINGENCIADO	EXECUÇÃO LÍQUIDA	CRÉDITO NÃO UTILIZADO	% PERDA
Construção da sede II para a Seção Judiciária do Estado da Bahia	11.157.000,00	0,00	10.960.711,89	196.288,11	1,76%
Construção da sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA	500.000,00	0,00	116.435,80	383.564,20	76,71%
Construção da sede da Justiça Federal em Guanambi/BA	180.000,00	0,00	87.642,15	92.357,85	51,31%
Construção da sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	100,00%
Construção da sede da Justiça Federal em Passos/MG	30.000,00	0,00	1.409,40	28.590,60	95,30%
Construção da sede da Justiça Federal em São Sebastião do Paraíso/MG	30.000,00	0,00	1.020,60	28.979,40	96,60%
Construção da sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG	10.077.990,00	193.400,00	8.151.535,00	1.733.055,00	17,53%
Construção da sede da Justiça Federal em Uberaba/MG	5.685.422,00	0,00	5.684.546,46	875,54	0,02%
Aquisição do Edifício Anexo I em Belo Horizonte/MG	19.000.000,00	0,00	18.762.000,00	238.000,00	1,25%
Aquisição do Edifício Anexo II em Belo Horizonte/MG	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00%
Aquisição do Edifício Anexo III em Belo Horizonte/MG	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00%
Reforma de edifício anexo ao TRF 1ª Região	800.000,00	0,00	708.614,85	91.385,15	11,42%
Centrejufe	290.000,00	0,00	64.121,69	225.878,31	77,89%
Construção da sede do TRF 1ª Região	33.442.655,00	0,00	33.442.655,00	0,00	0,00%
Modernização de instalações do TRF 1ª Região	5.000.000,00	610.823,00	4.330.728,52	58.448,48	1,33%
TOTAL	215.318.128,37	3.396.158,83	204.482.317,38	7.439.652,16	3,51%

Do total de crédito não utilizado deve ser deduzido o valor de R\$ 1.657.697,00, referente a créditos especiais que foram reabertos nos projetos de aquisição do Anexo I da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG (R\$ 238.000,00), de construção da sede da Justiça Federal em Caxias/MA (R\$ 12.108,00), de construção da sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA (R\$ 107.589,00) e de aquisição de imóvel em São Luís/MA (1.300.000,00).

PPA 2008-2011 (PL 31/2007)

Quadro 122

Limites definidos para a Primeira Região no período de 2008-2011

LIMITES – PRIMEIRA REGIÃO	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Atividades	167.184.086,27	169.443.031,00	176.103.752,00	183.896.796,00	696.627.665,27
Benefícios	70.067.150,00	70.067.150,00	70.067.150,00	72.393.379,38	282.594.829,38
Projetos	29.001.238,92	35.153.337,00	46.046.650,00	58.566.504,00	168.767.729,92
TOTAL	266.252.475,19	274.663.518,00	292.217.552,00	314.856.679,38	1.147.990.224,57

Dentro dos limites mencionados, não constam os valores relativos aos itens abaixo, os quais se encontram na reserva técnica do CJF para posterior distribuição:

- benefícios das nomeações de cargos vagos existentes em abril de 2007;
- complementação da assistência jurídica a pessoas carentes;
- projeto de implantação dos Sistemas Integrados de Gestão da Informação da Justiça Federal;
- projeto de implantação de varas federais.

Vale ressaltar que não foi consignado limite para o anteprojeto de reestruturação dos TRFs nem para o aumento dos benefícios.

Em virtude dos baixos limites para projetos, houve a mobilização conjunta da Secor, da Assessoria Especial da Presidência do TRF 1ª Região, da Diretoria-Geral e de diretores de foro para apresentação de emendas ao PPA. Entre as várias emendas apresentadas, foram aprovadas parcialmente a da construção da sede da Subseção Judiciária de Barreiras/BA e a da construção da sede da Seção Judiciária do Estado do Tocantins.

Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do PPA – Sigplan

Foram encaminhados mensalmente ao CJF os desempenhos físicos e financeiro das ações orçamentárias pertencentes à Primeira Região, para consolidação e registro no Sigplan, consoante prevêem a Lei 10.933, de 11/08/2004, o Decreto 5.233, de 06/10/2004, e a Portaria 198 de 18/07/2005 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

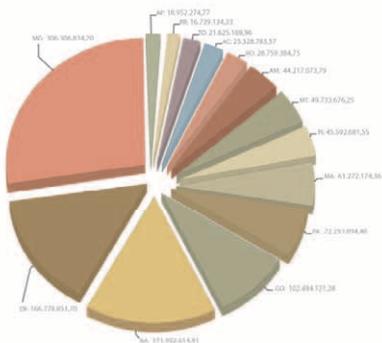
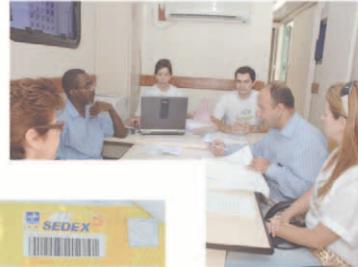
A Justiça Federal da Primeira Região, buscando levar a justiça a todos os jurisdicionados por meio dos projetos dos Juizados Especiais Federais, dos Juizados itinerantes e da interiorização das varas federais, tem contribuído sobremaneira para o alcance do megaobjetivo do PPA 2004-2007, estabelecido pelo Governo Federal, na medida em que permite a inclusão social e a redução das desigualdades sociais.

Inovação na tramitação de documentos

Além das tarefas de gerenciar o orçamento e acompanhar sua execução, a Secor ainda implantou nova rotina administrativa de tramitação de documentos internos, reduzindo significativamente o uso de papel. Todas as demandas dirigidas à Secretaria passaram a ser digitalizadas e a ter seus trâmites viabilizados por meio do correio eletrônico. Em 2007, foram movimentados cerca de 3.575 e-mails.

SECRE

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

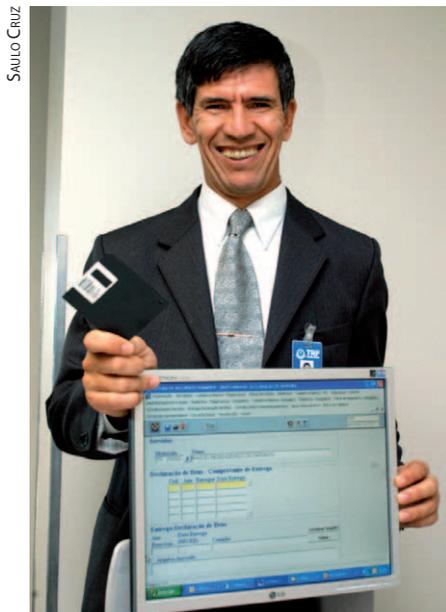


A Secretaria de Recursos Humanos – Secre, além de cumprir suas atividades rotineiras, atinentes a cadastro, pagamento, legislação e avaliação e desempenho de pessoal, aplicou-se diligentemente para que fossem alcançadas as metas propostas no Programa de Metas – Biênio 2007-2008.

Com base em um planejamento estratégico de valorização e desenvolvimento do corpo funcional, o que também promove maior efetividade e produtividade, grandes projetos foram empreendidos, cujos frutos, colhidos desde agora, ajudarão futuramente na obtenção de ótimos resultados em toda a Primeira Região.

Modernização dos serviços

Recebimento e arquivamento eletrônico das declarações do Imposto de Renda



O Diretor da Secre, José Maria de Andrade, apresenta o sistema de recebimento e arquivamento de comprovantes de declarações de rendimentos.

Com o objetivo de agilizar e modernizar os serviços administrativos do Tribunal e das Seções Judiciárias da Primeira Região, foi implantado o sistema eletrônico de recebimento e arquivamento de

cópias da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF dos servidores ocupantes de cargo em comissão ou de função comissionada, nos termos do art. 13 da Lei 8.429, de 02/06/1992, e da Lei 8.730, de 10/11/1993.

Implantado, inicialmente, de forma experimental, apenas no Tribunal, o sistema mostrou-se totalmente adequado, pois proporciona segurança da informação e praticidade, a par de solucionar o grande problema de espaço no arquivamento do enorme volume de papéis recebidos. Atualmente, está disponível no Sistema de Recursos Humanos – SARH, desenvolvido por este Tribunal — rotina própria para o recebimento *on-line* da declaração anual do IRPF, na plataforma Oracle/Report, em toda a Primeira Região. O gerenciamento eletrônico da declaração do IRPF possui mecanismos de segurança de acesso superiores quando comparado ao controle de cópias em papel.

Processo Seletivo Permanente de Remoção

O edital do último concurso para o provimento de cargos públicos na Justiça Federal da Primeira Região prevê que os cargos que vierem a vagar durante seu prazo de validade serão destinados, alternadamente, para remoção e para nomeação de aprovados.

Devido à grande dimensão da Primeira Região, que envolve 56 localidades, além do Tribunal, é essencial que se disponha de instrumentos institucionais suficientes à agilização dessa modalidade de movimentação de pessoal, sem o que poderão advir sérios embaraços para regular a nomeação de aprovados. Por isso, a Secre apresentou proposta de instituição do Processo Seletivo Permanente de Remoção – PSPR, que visa disciplinar a matéria no âmbito da Primeira Região, destacando-se os seguintes pontos:

- o servidor interessado em ser movimentado para o Tribunal ou para uma das Seções ou Subseções Judiciárias da Primeira Região deverá inscrever-se no PSPR independentemente da existência de

vagas na localidade de destino, uma vez que se trata da formação de um cadastro;

- ▣ o Requerimento de Participação em Processo Seletivo deverá ser preenchido diretamente no SARH, em tela especialmente confeccionada;
- ▣ as áreas de recursos humanos das Seccionais e do TRF prestarão todas as informações necessárias à seleção do servidor a ser removido, nos termos da Resolução 574 do Conselho da Justiça Federal, de 02/10/2007;
- ▣ os programas informatizados necessários à implementação do PSPR estão sendo desenvolvidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin e integram o SARH.

Regulamentação de trânsito

Outra proposta importante foi a regulamentação do período de trânsito do servidor por motivo de remoção, redistribuição, cessão ou exercício provisório que implique mudança de residência, visando tornar uniformes e vinculados os prazos relativos a concessões para situações idênticas.

Essa proposta resultou na regulamentação disposta na Portaria 630-286 de 18/12/2007, a qual estabeleceu que o período de trânsito será de, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias, contados da publicação do ato de remoção, redistribuição, cessão, exercício provisório ou retorno à origem, observados os seguintes requisitos:

Quadro 123
Período de trânsito por distância

DISTÂNCIA RODOVIÁRIA E/OU FLUVIAL ENTRE A LOCALIDADE DE ORIGEM E A LOCALIDADE DE DESTINO	DIAS DE TRÂNSITO
Até 500 km	10 dias
Entre 501 e 1.000 km	15 dias
Entre 1.001 e 2.000 km	20 dias
Entre 2.001 e 3.000 km	25 dias
Acima de 3.001 km	30 dias

Estabelece ainda a Portaria que, nos deslocamentos dentro da mesma região metropolitana, assim como aglomeração urbana ou microrregião, constituída por municípios limítrofes e regularmente instituída, o servidor não fará jus ao período de trânsito.

Adicional de qualificação – AQ

O TRF 1ª Região foi o primeiro órgão do Poder Judiciário Federal a pagar o adicional de qualificação, previsto na Lei 11.416/2006, restando apenas uma pequena parcela a ser implementada. O pagamento ocorreu em duas modalidades: pós-graduação e ações de treinamento.

Para isso, a Secre coordenou, preliminarmente, uma comissão integrada por sete servidores, que elaborou proposta de instituição do adicional, estabelecendo as áreas de interesse da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. Orientou, ainda, a equipe da Secin, responsável pelo desenvolvimento dos programas necessários à implantação e ao pagamento do adicional. Em etapa posterior, o Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag contribuiu para a definição das áreas de interesse e para o fechamento da proposta.



LUIZ C. B. XAVIER

Comissão reunida para a elaboração da proposta do adicional de qualificação.

Desse trabalho resultou o *Manual do adicional de qualificação*, baixado pela Portaria/Presi 600-198 de 31/08/2007, que tem sido adotado por outros Tribunais para subsidiar seus trabalhos.

Com a implementação do adicional de qualificação na Primeira Região, em razão dos conhecimen-

tos adicionais adquiridos em ações de treinamento e cursos de pós-graduação, a área de desenvolvimento e avaliação de recursos humanos procedeu à triagem, à análise e ao cadastro dos certificados apresentados pelos servidores, de acordo com as áreas de interesse, e orientou tais ações nas Seções Judiciárias.

Quadro 124
Pagamento do adicional de qualificação

GRUPO	AÇÕES DE TREINAMENTO			PÓS-GRADUAÇÃO (<i>LATO SENSU</i> E <i>STRICTO SENSU</i>)		
	1%	2%	3%	7,5%	10%	12,5%
Seções Judiciárias	635	276	585	750	31	0
TRF	110	34	94	107	17	1
TOTAL	745	310	679	857	48	1

Valorização e aprimoramento dos recursos humanos

A excelência da gestão não se restringe a modernização de instalações, implementação de novos serviços e melhoria de equipamentos; ela passa, principalmente, pelos recursos humanos, que são aqueles que fazem, direta ou indiretamente, a comunicação com o jurisdicionado.

Por isso, a atual Administração entende que, quanto mais se trabalhar para aprimorar os conhecimentos, atualizar e capacitar os servidores, melhor será o desenvolvimento do órgão e mais rapidamente se atingirá a excelência almejada.

Bolsa de estudos de pós-graduação

Consciente de que o conhecimento é a principal ferramenta de desenvolvimento humano, a Secre formalizou proposta de inclusão no orçamento de 2007 de provisão para concessão de bolsas de estudos a servidores, tendo sido destinados recursos no valor de R\$ 88.000,00.

A regulamentação da concessão de bolsas de estudos para cursos de pós-graduação *lato sensu*,

visando aprimorar a formação dos servidores da Justiça Federal da Primeira Região, atualizando-os e especializando-os para melhor desempenho de suas atividades, foi aprovada pelo Conselho de Administração e consolidada pela Resolução/Presi 600-09 de 21/08/2007.

A concessão dessas bolsas iniciou-se como projeto piloto no Tribunal, que já dispunha de dotação orçamentária, e será implantada nas Seccionais a partir do exercício de 2008, de acordo com suas dotações orçamentárias. No Tribunal, a concessão deu-se mediante processo seletivo, sendo requisito básico para a habilitação ser ocupante de cargo efetivo e estar em exercício há pelo menos três anos no órgão de lotação. Entre os critérios para a concessão está a necessidade de o curso ser compatível com a atividade que o servidor esteja exercendo e a possibilidade de o servidor conciliar horário do curso com horário de trabalho.

A área de desenvolvimento e avaliação de recursos humanos foi a responsável pela análise quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à habilitação, concedendo, após o processo seletivo, 32 bolsas de estudo a servidores do Tribunal.

Criação da Universidade Corporativa

Sob a coordenação do Diretor da Secre, foi instituído grupo de trabalho responsável pelos estudos iniciais que deram origem à Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – UniCorp.

Os trabalhos foram divididos em três subgrupos temáticos, visando à celeridade e especialização das áreas envolvidas, a saber:

- ▀ Subgrupo de Organização e Estruturação, sob a responsabilidade do Cenag;
- ▀ Subgrupo de Modelo Pedagógico, sob a responsabilidade da Secre;
- ▀ Subgrupo de Tecnologia, sob a responsabilidade da Secin.

A junção desses trabalhos culminou na proposta de criação da UniCorp, instituída pela Resolução/Presi 600-14 de 08/11/2007, com a finalidade de institucionalizar e promover a gestão do conhecimento, visando ao processo de educação permanente e ao fortalecimento da Primeira Região e de seu capital humano. A UniCorp atua em dois segmentos: magistrados e servidores, representados pela Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf e pela Secre, respectivamente.

Na UniCorp, cabe à Secre o acompanhamento e desenvolvimento pedagógico no segmento servidores, orientando essas atividades em toda a Primei-

ra Região. Esse modelo permite à UniCorp promover, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, cursos de curta, média e longa duração, seminários, encontros e eventos similares, destinados à extensão (atualização, capacitação etc.). Em breve, promoverá também, por intermédio de parcerias, cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, definidos no Plano Anual de Educação Corporativa da Primeira Região.

A implantação da UniCorp possibilita a troca permanente de informações e o compartilhamento de experiências e soluções, com redução e otimização de custos, racionalização do tempo, maior prontidão no atendimento de demandas, inovação na gestão do conhecimento e na gestão dos recursos logísticos e materiais.

Por ocasião da inauguração da UniCorp, os integrantes dos três subgrupos de trabalho (Organização e Estruturação, Modelo Pedagógico e Tecnologia) foram contemplados com os primeiros diplomas por sua contribuição e pelo desvelo com que desenvolveram seus trabalhos para a concretização do projeto. Os diplomas foram conferidos pela Presidente da UniCorp e Presidente do Tribunal, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, pelo Diretor da Esmaf, Desembargador Federal Olindo Menezes, que coordena o segmento magistrados, e pelo Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto, coordenador do segmento servidores.

Servidores recebem, na solenidade de inauguração da UniCorp, diploma de reconhecimento pelos relevantes trabalhos desenvolvidos nos estudos para implantação da Universidade Corporativa

LUIZ C. B. XAVIER



Wânia Maritça Araújo Vieira



José Maria de Andrade

LUIZ C. B. XAVIER



Márcio Cruz de Souza



Teresinha Maria Jesus da Silva



Marcus Vinícius Q. Ribeiro



Vera Lúcia C. Rabello Mendes



Sandra Maria Alves Borges Costa



Maria de Jesus Mendes Frazão

Fotos: Luiz C. B. Xavier



Nádia Barbosa da Cruz Santana



Maura Gomes de Carvalho



Lúcia Beatriz de M. de Sá



Maria Carolina Souza Ribeiro



Luzanira Maria Santos Ribeiro



André Sampaio da Silva

Fotos: Luiz C. Xavier

Ana Gláucia de Queiroz, Patrícia Helen Fielding Lóssio e Priscilla Coelho Carvalho — servidoras que não puderam comparecer ao evento.

A implantação da UniCorp, além de dar cumprimento a parte da Meta 22 do Programa de Metas – Biênio 2007-2008, serve como instrumento de educação continuada e de auxílio no desenvolvimento do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e de Pesquisa para Juízes Federais – PNA e do Programa Permanente de Capacitação de Servidores da Justiça Federal – PNC, ambos coordenados pelo Conselho da Justiça Federal.

Na UniCorp, o PNA terá todo o seu desenvolvimento pautado pelas ações do segmento magistrados, dirigido pela Esmaf. O PNC, por sua vez, será desenvolvido pela Secre — com auxílio das demais unidades organizacionais da UniCorp —, que é a área responsável pelo modelo pedagógico do segmento servidores e colaboradores.

Posteriormente à definitiva implantação da UniCorp, celebrou-se contrato com a empresa Opus Mind para o desenvolvimento do Portal da Unicorp. Coube à área de desenvolvimento e avaliação de recursos humanos, responsável pela execução dos programas de treinamento, realizar parceria com o Senac para viabilizar a oferta dos cursos a distância, que já estão ocorrendo no Tribunal. Em razão da grande procura, novas vagas e cursos serão oferecidos. Para isso, foi celebrado contrato com a Universidade do Senac para o desenvolvimento de 23 cursos *on-line* de 30 horas cada um, que serão propriedade da UniCorp. Esses cursos contarão com profissionais de notória especialização nas áreas de interesse da Justiça Federal.

Quadro 125
Cursos oferecidos pela UniCorp

UNIDADE ADMINISTRATIVA	ACCESS	EXCEL	POWER POINT	WORD	TUTORIA ON-LINE	TOTAL
SJ/AC		1	2		1	4
SJ/AM	2	1		1	1	5
SJ/AP					1	1
SJ/BA	6	2	1	2	3	14
SJ/DF	3	2	1	2	2	10
SJ/GO	1			3	2	6
SJ/MA					2	2
SJ/MG	10	2	9	13	3	37
SJ/MT	2	2	1		1	6
SJ/PA	1	3	1	2	2	9
SJ/PI	1	3	3	1	1	9
SJ/RO	5	1	1	1	1	9
SJ/RR					1	1
SJ/TO		1		1	1	3
TRF	4	14	9	8	10	45
TOTAL	35	32	28	34	32	161

Quadro 126

Outros eventos de capacitação – externos com ônus

ÁREA/PÚBLICO-ALVO	CARGA HORÁRIA TOTAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Administrativa	125	19
Biblioteca	52	14
Comunicação social	64	2
Controle interno	49	5
Desenvolvimento organizacional	19	12
Engenharia	32	3
Execução orçamentária e financeira	35	1
Gerencial	16	3
Informática	88	9
Judiciária	239	31
Orçamento	92	7
PGQVT	60	19
Psicologia	32	1
Recursos humanos	96	4
Saúde	127	12
Segurança	46	36
TOTAL	1.172	178

Quadro 127

Outros eventos de capacitação – externos sem ônus

ÁREA/PÚBLICO-ALVO	CARGA HORÁRIA TOTAL	PARTICIPANTES
Administrativa	41	31
Geral	103	161
Gerencial	32	61
Judiciária	52	128
Orçamento e controle interno	14	23
TOTAL	242	404

Quadro 128

Eventos internos de capacitação

ÁREA/PÚBLICO-ALVO	CARGA HORÁRIA TOTAL	PARTICIPANTES
Administrativa	60	7
Gerencial	20	1
Judiciária	3	11
Recursos humanos	21	6
TOTAL GERAL	104	25



FOTOS: LUIZ C. B. XAVIER

Cursos de aperfeiçoamento e capacitação ministrados pelo Tribunal a servidores e colaboradores.

Recomposição do quadro de pessoal

Outro importante projeto da Secre em 2007 foi a operacionalização do IV Concurso para Provimento de Cargos na Justiça Federal da Primeira Região para os cargos de Analista Judiciário (nível superior), Técnico Judiciário (nível médio) e Auxiliar Judiciário (nível fundamental), que contou, segundo informação da Fundação Carlos Chagas — instituição que elaborou e aplicou as provas —, com cerca de 250 mil candidatos.

No mês de junho de 2007, foram empossadas as três primeiras servidoras que participaram desse processo seletivo. O concurso possibilitará o atendimento da demanda da Primeira Região por pelo menos dois anos, mediante o preenchimento das vagas já existentes e a formação de cadastro de reserva.



LUIZ C. B. XAVIER

A Presidente, Assusete Magalhães, dá posse às primeiras servidoras do IV Concurso para Provimento de Cargos da Primeira Região.

Adicionalmente a esse trabalho de acompanhamento do concurso, foram desenvolvidas atividades diversas de recrutamento, seleção e colocação de pessoal alcançando, inclusive, os servidores mais antigos do quadro para a ocupação de funções comissionadas.

Recrutamento, seleção e colocação de pessoal

Quadro 129

Distribuição de servidores em primeira lotação

CARGO	UNIDADE	QTD.
Analista Judiciário (Odontologia)	Secretaria de Programas e Benefícios Sociais	1
Técnico Judiciário (Segurança e Transporte)	Secretaria de Administração	1
Auxiliar Judiciário (Serviços Gráficos)	Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional	2
TOTAL		4

Quadro 130

Seleção interna para funções comissionadas

UNIDADES REQUISITANTES	VAGAS	PARTICIPANTES
Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais – Cojef	2	6
Gabinetes	26	97
Secretaria do Tribunal	14	35
TOTAL	42	138

Programa de Estágio

O Programa de Estágio — consideravelmente reconhecido pelas instituições de ensino superior —, além de servir de apoio aos órgãos que integram a Primeira Região, é fundamental para a formação dos estudantes selecionados, pois constitui oportunidade de aquisição de experiência para a vida profissional, em complemento aos conhecimentos teóricos adquiridos nas universidades.

A partir de dezembro, o valor da bolsa-estágio sofreu reajuste, passando a de nível superior de R\$ 400,00 para R\$ 450,00 e a de nível médio de R\$ 300,00 para R\$ 340,00,

Foram realizadas 203 seleções para estagiários. Dessas, 93 para selecionar estudantes de nível superior e 110 para estudantes de nível médio. Foram expedidos ainda 96 certificados de estágio devidamente registrados e 131 declarações de estágio.

Quadro 131

Contratação de estagiários na Primeira Região

ÓRGÃO CONTRATANTE	QUANTITATIVO	
	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO
TRF	145	94
Seções Judiciárias	691	55
TOTAL	836	149

Quadro 132

Quantitativo de estagiários na Primeira Região

ÓRGÃO CONTRATANTE	QUANTITATIVO	
	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO
TRF	244	130
Seções Judiciárias	1.050	38
TOTAL	1.294	168

Força de trabalho

Em face das dificuldades enfrentadas por este Tribunal e pelas Seções e Subseções Judiciárias, o quantitativo de cargos efetivos do quadro de pessoal da Primeira Região mostrou-se insuficiente. Uma vez que a ampliação do quadro somente pode ser realizada mediante lei ordinária, foi necessária a distribuição dos cargos existentes da forma mais adequada possível.

Quadro 133
Força de trabalho da Primeira Região

LOCALIDADE	ATIVOS				
	EFETIVOS	REQUISITADOS	SEM VÍNCULO	CEDIDOS (-)	TOTAL
TRF	961	187	35	64	1.119
Seccionais	4.953	304	12	166	5.435
TOTAL	5.914	491	47	230	6.222

Com o objetivo de promover a adequação da força de trabalho, foi realizado processo seletivo para remoção de servidores no âmbito da Primeira Região, oferecendo-se as vagas disponíveis naquela ocasião. Os claros existentes foram preenchidos pela remoção de servidores de outras localidades e, onde existiam excedentes de lotação, houve remanejamento de cargos vagos. Ao final do procedimento, foram removidos 64 servidores para diversas localidades, por meio dos Atos/Presi 630-162 e 163/2007.

Visando à criação de um histórico dos cargos efetivos desde a sua criação e, por conseqüência, a um controle mais efetivo com relação aos cargos existentes e vagos da Primeira Região, estão sendo criadas e alimentadas tabelas relativas às Subseções Judiciárias para fins de identificação do órgão de origem do servidor, uma vez que na plataforma antiga (Mumps) não existia essa identificação.

Nomeações de novos servidores

Imediatamente após as homologações do quarto concurso público promovido por este Tribunal para 56 cidades da Primeira Região, ocorridas em junho e novembro de 2007, promoveram-se as nomeações para preenchimento de 10 cargos vagos existentes para este Tribunal, nas diversas categorias funcionais, e de 125 para as Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região.

Quadro 134

Movimentação de pessoal – TRF 1ª Região

TIPO	FORMA	QUANTIDADE
Provimento	Nomeação	10
	Redistribuição	12
	Requisição/exercício provisório	38
TOTAL		60
Vacância	Aposentadoria	1
	Exoneração	5
	Redistribuição	12
	Falecimento	0
	Posse em cargo inacumulável	7
	Retorno à origem	27
TOTAL		52

Quadro 135

Movimentação de pessoal – Justiça Federal de primeiro grau

TIPO	FORMA	QUANTIDADE
Provimento	Nomeação	125
	Redistribuição	12
	Requisição/exercício provisório	54
	Remoção	34
TOTAL		225
Vacância	Aposentadoria	4
	Exoneração	22
	Redistribuição	12
	Falecimento	9
	Posse em cargo inacumulável	57
	Retorno à origem	37
TOTAL		141

Legislação de pessoal

A área de legislação de pessoal prosseguiu nos estudos iniciados no ano anterior visando à descentralização do processamento das concessões de aposentadorias para as Seções Judiciárias. A proposta ensejou o desenvolvimento de sistema e aguarda aprovação.

Houve ainda a fundamental participação da área no treinamento ministrado na Seção Judiciária do Estado do Maranhão para as áreas de recursos humanos, controle interno e assessoria jurídica da Diretoria do Foro. Além disso, empenhou-se no processamento de novas aposentadorias, no atendimento às diligências do Tribunal de Contas da União – TCU e na prestação de informações em várias ações judiciais envolvendo servidores do Tribunal e das Seccionais vinculadas, conforme detalhamento do quadro a seguir.

Quadro 136

Processos analisados sobre legislação de pessoal

TIPOS DE PROCESSO	QUANTIDADE
Concessão de aposentadoria	64
Concessão de pensão por morte do servidor	39
Diligência TCU – pensão/aposentadoria	38
Elaboração de informações em ações judiciais	150
TOTAL	291

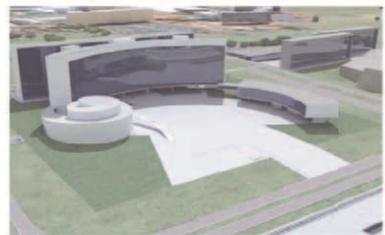
Pagamento de pessoal

Os pagamentos de pessoal mantiveram-se rigorosamente em dia. Foram confeccionadas 56 folhas de pagamentos, entre ordinárias e suplementares, resultando na geração de mais de 20 mil contracheques. Também se procedeu ao levantamento, à informação e ao pagamento de cerca de 100 processos de exercícios anteriores.

Foram implementadas duas parcelas, uma em julho e outra em dezembro, do novo Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário, previstas na Lei 11.416/2006, e foi realizado todo o cálculo relativo ao reenquadramento previsto na referida lei para pagamento no início do ano subsequente. Outra atividade desenvolvida decorrente da mesma lei foi a implantação em folha da Gratificação de Atividade de Segurança e o pagamento do adicional de qualificação.

SECAD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



A Secretaria de Administração – Secad tem sob sua responsabilidade vasta gama de atividades visando ao adequado funcionamento do Tribunal: engenharia e manutenção; segurança; comunicação e expedição administrativa; contratos; compras; material e patrimônio; serviços gerais e execução financeira.

Além de dar eficaz cumprimento a suas atividades habituais, a Secad teve importante papel na realização do Programa de Metas – Biênio 2007-2008, notadamente no projeto de construção da nova sede e nos serviços de obras e reformas programadas.

Compras e contratações

Em relação a compras e contratações, a Secad realizou análise de processos, pesquisa de preços, verificação de codificação de materiais, análise de propostas, gerenciamento de cadastro de fornecedores, entre outras atividades.

Quadro 137
Procedimentos de aquisição

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
Dispensa de licitação	261
Extrato de inexigibilidade	41
Cotação eletrônica	20
Inclusão de empresas no Sicaf	8
Atualização de documentos de empresas no Sicaf	670
Renovação de cadastramento no Sicaf	32
Nota de empenho encaminhadas	765
Carta de capacidade técnica emitida	25
Lançamento de penalidades no Sicaf/Sicam	53
Carimbo confeccionado	464

Licitações

A partir de agosto de 2007, o pregão eletrônico tornou-se obrigatório para todas as aquisições e serviços, mesmo com adjudicação global, isso porque foi disponibilizada a adjudicação por lotes (grupos de itens). Dessa forma, não poderão ser realizados pregões presenciais ou demais modalidades tradicionais sem as devidas justificativas para não utilização da modalidade eletrônica.

A modalidade pregão foi utilizada em cerca de 98% de todas as aquisições licitáveis, por se tratar de um procedimento célere, transparente e altamente competitivo, o que trouxe grande economia à Administração.

Cabe mencionar a realização, em 12/12/2007, do Pregão 92/2007, homologado em 27/12/2007, que permitiu ao Tribunal firmar contrato com a empresa Seal Telecom Comércio e Serviço de Telecomunicações, em 31/12/2007, para fornecimento e instalação de todos os equipamentos necessários à implantação do Sistema de Videoconferência na Primeira Região. O executor do contrato é a área de infra-estrutura tecnológica e apoio aos usuários da Secretaria de Tecnologia da Informação. Consta do contrato que, até janeiro de 2008, os equipamentos deverão ser entregues ao TRF 1ª Região.

Durante os procedimentos licitatórios, foram verificadas as mesmas dificuldades do ano anterior, fazendo-se necessário o retorno dos autos à área de material e patrimônio para emissão de novo código, em face das modificações ou inativações adotadas pelo Ministério do Planejamento entre o período de emissão dos pedidos de aquisição e a elaboração dos editais.

Algumas aquisições foram canceladas, devido à falta de estimativas e pesquisas de preços melhor elaboradas, capazes de demonstrar as práticas do mercado.

No Quadro 138, estão relacionadas as modalidades de licitação utilizadas pelo Tribunal durante o ano, com o percentual de economia em relação aos recursos estimados e os adjudicados.

Quadro 138
Procedimentos licitatórios

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	RECURSOS ESTIMADOS (R\$)	RECURSOS ADJUDICADOS (R\$)	RECURSOS ECONOMIZADOS	
				VALOR (R\$)	PERCENTUAL
Pregão Presencial/Eletrônico	90	5.378.053,68	4.002.524,87	1.375.528,81	25,58%
Sistema de Registro de Preços*	25	68.517.231,36	34.478.254,30	34.038.977,06	49,68%
Tomada de Preços	2	363.428,50	377.024,39	-13.595,89	-3,74%
Concorrência	1	486.725.751,68	479.772.654,12	6.953.097,56	1,45%
TOTAL	117	560.984.465,22	518.630.457,68	42.354.007,54	7,60%

* Quanto aos Registros de Preços, a Comissão de Licitação não tem como quantificar a real economia obtida pela Administração, tendo em vista que a modalidade não obriga o desembolso da despesa.

Elaboração e acompanhamento de contratos

No decorrer do ano, foram realizadas as seguintes atividades:

Quadro 139
Elaboração e acompanhamento de contratos

ATIVIDADES DESEMPENHADAS	QUANTIDADE
Minuta de instrumento contratual elaborada	141
Instrumento contratual celebrado	238
Ordem de serviço/execução	242
Extrato de instrumento contratual	241
Documento de cobrança analisado e conferido	2.633

Comunicação e expedição administrativa

No que diz respeito à área de comunicação e expedição administrativa da Secad, três inovações contribuíram para a busca por excelência em atendimento e modernização do Tribunal.

Em atendimento à Portaria/Presi 600-243, de 22/10/2007, que instituiu o Caderno do Tribunal no *Diário da Justiça Federal da Primeira Região* em formato eletrônico – *e-DJF1*, como instrumento oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos do órgão, a Secad incorporou ao rol de suas atribuições as atividades de diagramação do Tomo Administrativo do *e-DJF1* (atas de julgamento, resoluções, atos, portarias e demais normatizações deste TRF), cuja publicação era realizada exclusivamente no *Diário da Justiça*.

Ressalte-se que até 06/02/2008 os cadernos eletrônicos serão veiculados em fase de teste, e, por essa razão, os trabalhos de diagramação das matérias de interesse do Tribunal serão realizados em paralelo aos procedimentos de transmissão eletrônica à Imprensa Nacional.

SUMÁRIO		PLENÁRIO, CORTE ESPECIAL ADMINISTRATIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
PLENÁRIO, CORTE ESPECIAL ADMINISTRATIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	1	ATA DE JULGAMENTOS	
PRESIDÊNCIA.....	2	ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2007.	
PORTARIA/PRESI 600-243 DE 22 DE OUTUBRO DE 2007.		Presidente : EXMO SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO	
Institui o Caderno do Tribunal Regional Federal da Primeira Região no Diário da Justiça Federal da Primeira Região.		Secretária : FRANCISCA ETARCINHA DE OLIVEIRA EMERY	
A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na RESOLUÇÃO/PRESI 600-011 de 04/10/2007, que institui o Diário da Justiça Federal da Primeira Região, em formato eletrônico, como meio oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos da Justiça Federal da primeira e segunda graus da Primeira Região.		As nove horas e vinte e quatro minutos do dia dezoito de maio de outubro do ano de dois mil e sete, presentes os Exmos. Srs. Desembargadores Federais MÁRIO CESAR RIBEIRO (convocado em substituição ao Exmo. Sr. Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN, ausente por motivo justificado); HILTON QUEIROZ, CARLOS MOREIRA ALVES; ITALO FIORAVANTI SABO MENDES; ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA; DANIEL PAES RIBEIRO (convocado em substituição ao Exmo. Sr. Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO, ausente por motivo justificado) e JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA (convocado em substituição à Exma. Sra. Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES, ausente, por motivo justificado), foi aberta a Sessão.	
RESOLVE:		Ausente por motivo justificado, o Exmo. Sr. Desembargador Federal JOSE AMILCAR MACHADO.	
Art. 1º Instituir, a partir de 26/10/07, o Caderno do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – CADERNO TRF – do Diário da Justiça Federal da Primeira Região (e-DJF1), em formato eletrônico, como meio oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos do Tribunal, conforme os termos da RESOLUÇÃO/PRESI 600-011 de 04/10/2007.		Foi lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.	
§ 1º O e-DJF1 – CADERNO TRF, composto de dois tomos: atos judiciais e atos administrativos, será veiculado gratuitamente no Portal da Justiça Federal da Primeira Região (internet).		JULGAMENTOS	
§ 2º Durante o período de 26/10/2007 a 06/02/2008, a publicação do e-DJF1 – CADERNO TRF será veiculada em fase de teste, sem valor de publicação oficial, paralelamente à veiculação impressa atualmente em uso, conforme dispõe o § 2º do art. 4º da Lei 11.419, de 19/12/2006.		PROCESSO 5.022/2007 – TRF1	
§ 3º A partir de 07/02/2008 a publicação oficial do Tribunal Regional Federal da Primeira Região passará a ser veiculada exclusivamente na versão eletrônica do e-DJF1 – CADERNO TRF, com valor oficial para todos os efeitos.		Interessado: Juiz Federal Carlos D'Ávila Teixeira.	
Art. 2º A Secretária do Tribunal, por meio da Secretária de Tecnologia da Informação – SECIN prestará todo o suporte à veiculação do e-DJF1 – CADERNO TRF, principalmente no que se refere às normas de segurança, conforme a legislação aplicável.		Assunto: Pedido de afastamento parcial de suas atribuições jurisdicionais junto a 13ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia até o final da sua gestão como Diretor do Foro.	
Art. 3º A Secretária do Tribunal, por meio de suas unidades técnicas, cabe a definição de padrões, em consonância com a legislação própria e com a decisão do Conselho de Administração nos autos do Processo Administrativo 10.050/2006 – TRF1.		Relator: Exmo. Sr. Desembargador Federal CARLOS OLAVO.	
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.		Decisão: O Conselho de Administração, por unanimidade, deferiu o pedido.	
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.		PROCESSO 7.067/2007 – TRF1	
Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES		Assunto: Regulamentação no âmbito da Primeira Região a prioridade no julgamento dos processos cuja parte seja pessoa portadora de deficiência física.	
Presidente		Relator: Exmo. Sr. Desembargador Federal HILTON QUEIROZ.	
		Decisão: Após o voto do Relator aprovando a proposta de Resolução, no que foi acompanhado pelos Exmos. Srs. Desembargadores Federais CARLOS MOREIRA ALVES, ITALO FIORAVANTI SABO MENDES, pediu vista o Exmo. Sr. ANTÔNIO EZEQUIEL. Aguardam votar os Exmos. Srs. Desembargadores Federais DANIEL PAES RIBEIRO (convocado em substituição ao Exmo. Sr. Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO), JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA (convocado em substituição à Exma. Sra. Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES), MÁRIO CÉ-	

Tomo Administrativo do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região* em meio eletrônico – e-DJF1.

Após aquela data, apenas as matérias destinadas aos cadernos dos Diários Oficiais da União continuarão a ser transmitidas em conformidade com os padrões de veiculação anteriormente adotados.

A segunda inovação foi a instalação, nas dependências do Tribunal, de um posto terceirizado de serviços reprográficos, mediante assinatura do Contrato de Concessão de Uso 51/2007, firmado com a empresa Copiadora Universitária Ltda.-Me, para atendimento aos usuários externos do Tribunal, notadamente advogados e partes interessadas.

Essa terceirização de serviços permite aliviar o fluxo de trabalho destinado ao Setor de Reprografia e também proporcionar maior celeridade e eficiência ao atendimento interno. Além disso, possibilita o redimensionamento da quantidade de equipamentos reprográficos locados e a redução dos custos com suprimentos, inclusive papel.

Finalmente, merece destaque a participação da Secad na implantação do Protocolo Postal, cabendo-lhe negociar os termos do convênio firmado entre o Tribunal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que possibilita o envio de petições e recursos de qualquer cidade do Brasil para o Tribunal e Seccionais da Primeira Região com a utilização das encomendas Sedex.



Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do Tribunal, com a equipe de implantação do Protocolo Postal, formada por servidores do Cenag, Secju, Secad e Secin.



Primeira petição encaminhada por meio do Protocolo Postal da Primeira Região.

As demais atividades comumente realizadas pela Comunicação Administrativa constam dos Quadros 140. a 142.

Quadro 140
Atividades de comunicação e expedição

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE/VALOR
Processo administrativo autuado	11.121
Matéria encaminhada para publicação nos diários oficiais	1.340
Matéria encaminhada para publicação no <i>Jornal de Brasília</i>	46
Tomo administrativo do <i>Diário da Justiça Federal da Primeira Região</i> diagramado	40
Telegrama transmitido	1.672
Fax transmitido	4.060
Petição recebida	3.462
Cópia reprográfica	1.671.478
Fatura/nota fiscal distribuída	3.295
Fatura/nota fiscal analisada e atestada	142
Custas recolhidas (em reais)	R\$ 168.777,31

Quadro 141
Remessa de documentos

DOCUMENTOS ENVIADOS/POSTADOS	QUANTIDADE	
Enviado à Seção Judiciária do Distrito Federal	1.320	
Enviado ao CJF/STJ/STF	4.193	
Postado na ECT	Registrado	8.111
	Registrado com AR	16.989
	Simples e impressos	23.495
	Mão própria	1.243
	Sedex	7.073
	PAC	3.944
Enviado, via malote, às Seccionais	Correspondência enviada	89.745
	Malote enviado	12.348
Enviado às Seccionais da Primeira Região	60.659	
Enviado às comarcas	16.916	
Processo enviado aos demais TRFs	337	

Quadro 142
Recebimento de documentos

DOCUMENTOS RECEBIDOS/DISTRIBUÍDOS	QUANTIDADE
Recebidos das Seccionais via malote	67.672
Recebidos dos Correios e outros órgãos	68.123
Diários distribuídos no TRF	9.828
Jornais distribuídos no TRF	6.079
Revistas distribuídas no TRF	158

Execução financeira

Em janeiro de 2007, a pedido da área de execução judicial, foi criada a Unidade Gestora 090049 – TRF 1ª Região – PREC/RPV para o cadastro e pagamento dos precatórios e requisições de pequeno valor – RPVs, com a finalidade de aprimorar os controles, diminuir as dificuldades de correção de possíveis falhas e facilitar o gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros. Os precatórios parcelados que já vinham sendo pagos na Unidade Gestora – UG 090027 continuarão a ser executados pela mesma UG até o término das parcelas. Já os novos precatórios e RPVs de 2007 em diante estão sendo realizados pela UG 090049.

Os quadros a seguir retratam os valores concernentes ao exercício de 2007, correspondentes às despesas de pessoal, custeio, capital e inversão financeira, bem como ao pagamento de precatórios e de RPVs.

Quadro 143
Crédito provisionado e liquidado por categoria de gasto – Tribunal
(Unidade Gestora 090027)

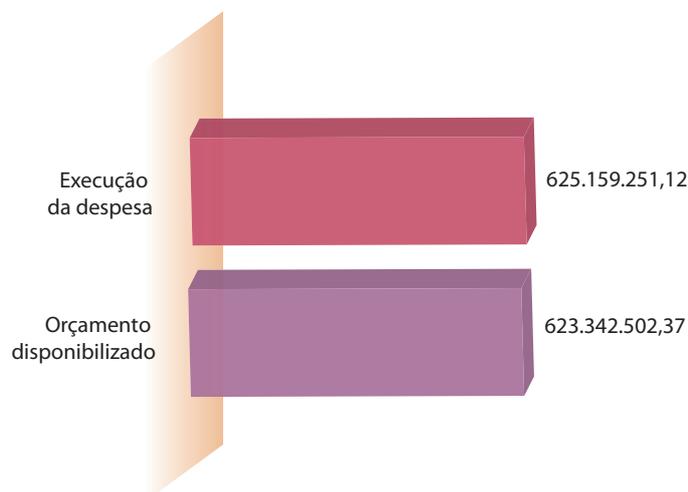
GRUPO DE DESPESA	ORÇAMENTO PROVISIONADO	EXECUÇÃO DA DESPESA	CRÉDITO DISPONÍVEL
Pessoal e encargos sociais	194.975.152,58	194.744.228,23	230.924,35
Outras despesas correntes	361.552.118,37	360.089.855,29	1.462.263,08
Investimentos	46.803.139,92	46.679.578,60	123.561,32
Inversões financeiras	21.828.840,25	21.828.840,25	0,00
TOTAL	625.159.251,12	623.342.502,37	1.816.748,75

Quadro 144
Crédito provisionado e liquidado por subprojeto/atividade
(Unidade Gestora 090027)

SUBPROJETO/ SUBATIVIDADE	TRF			SEÇÕES/ENTIDADES			APLICAÇÃO DA DESPESA REALIZADA
	ORÇAMENTO PROVISIONADO	DESPESA REALIZADA	DESPESA – RESTOS A PAGAR	ORÇAMENTO PROVISIONADO	DESPESA REALIZADA	DESPESA – RESTOS A PAGAR	
Despesas administrativas	45.109.937,13	29.199.905,75	15.019.905,52	18.646.791,08	12.036.590,45	6.535.293,20	98,49%
Auxílios refeição/transporte/pré-escolar	8.790.320,00	8.579.068,96	125.467,40	0,00	0,00	0,00	99,02%
Assistência médico-odontológica	3.855.360,00	3.559.051,93	255.499,79	2.568.440,00	2.368.421,53	200.018,47	99,36%
Modernização das instalações da Justiça Federal	1.889.176,92	564.100,10	1.325.076,82	48.000,00	0,00	0,00	97,52%
Implantação do Sistema Integrado de Gestão	0,00	0,00	0,00	8.434.294,50	264.200,32	7.903.514,50	96,84%
Construção da sede do TRF	26.790.655,00	1.948.000,00	24.842.655,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
Implantação de varas federais	0,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00	949.246,94	99,92%
Treinamento	525.000,00	314.816,94	131.647,55	293.340,00	127.844,16	65.165,00	78,14%
Pessoal ativo	153.348.802,00	152.642.248,83	704.001,26	44.880,00	29.925,93	14.954,07	100,00%
Pessoal inativo/pensionista civil	15.172.401,11	14.966.558,27	36.154,40	0,00	0,00	0,00	98,88%
Contribuição da União e suas autarquias	26.409.069,47	26.187.078,73	163.306,74	0,00	0,00	0,00	99,78%
Auxílio às pessoas carentes	98.996,00	9.489,00	89.507,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
Precatório/RPV – União *	269.020.421,63	266.745.673,72	2.274.747,91	0,00	0,00	0,00	100,00%
Precatório/RPV – entidades *	43.159.344,28	43.115.402,66	43.941,52	0,00	0,00	0,00	100,00%
Administração do patrimônio imobiliário	4.022,00	4.022,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
TOTAL	594.173.505,54	547.835.416,89	45.011.910,91	30.985.745,58	14.826.982,39	15.668.192,18	99,71%

* Requisições de pagamento parceladas que já vinham sendo pagas na Unidade Gestora – UG 090027.

Gráfico 30
Crédito provisionado e liquidado por subprojeto/atividade
(Unidade Gestora 090027)



Quadro 145
Crédito provisionado e liquidado de cumprimento de sentença judicial transitada em julgado
(Unidade Gestora 090049)

TIPO	SUBPROJETO/ SUBATIVIDADE	TRIBUNAL		
		ORÇAMENTO PROVISIONADO	DESPEZA REALIZADA	DESPESA RESTOS A PAGAR
Precatório	União	516.231.032,18	514.288.715,51	1.942.316,67
	Acre	730.849,42	730.849,42	0,00
	Pará	2.097.231,12	1.876.022,51	221.208,61
	Tocantins	50.134,23	0,00	50.134,23
	Maranhão	104.690,42	104.690,42	0,00
	Piauí	64.482,93	64.482,93	0,00
	Bahia	2.691.290,17	2.691.290,17	0,00
	Minas Gerais	22.887.408,26	22.591.694,77	295.713,49
	Mato Grosso	1.172.704,57	1.172.704,57	0,00
	Goiás	4.268.554,13	4.181.437,75	87.116,38
	Distrito Federal	4.413.658,41	4.290.516,98	123.141,43
	Amazonas	213.904,21	213.904,21	0,00
	RPV	Devidas pela União, autarquias e fundações públicas	893.995.077,00	782.646.839,62
TOTAL		1.448.921.017,05	1.334.853.148,86	114.067.868,19

Material e patrimônio

A área de administração de material e patrimônio da Secad atende às requisições de materiais, mantém os níveis de estoque, registra, controla e distribui os bens patrimoniais do Tribunal, além de manter organizados, limpos e etiquetados os oito depósitos de materiais da Casa. Também está realizando a catalogação de todo o material de consumo no Sistema Catmat/Siasg, para aquisição via pregão eletrônico.

O Quadro 146 resume as atividades da área realizadas no decorrer do ano.

Quadro 146
Atividades da área de material e patrimônio

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Requisição de material – RM atendida	6.954
Pedido de aquisição de material – PAM emitido	416
Livro tombado	2.390
Bem patrimonial tombado	3.652

Engenharia e manutenção

A manutenção preventiva e corretiva das instalações do TRF, que também é atividade rotineira da Secad, totalizou em 2007 o atendimento a 3.972 requisições de serviços.

Nesse ano, vários projetos foram desenvolvidos e diversas obras executadas, com o acompanhamento da área de engenharia e manutenção.

Quadro 147
Atividades da área de engenharia e manutenção

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL EXECUÇÃO	PA
Contratação em andamento	Aquisição de materiais de pintura e serralheria	Edifício Adriana	Setomi	7961/2007
	Contratação de empresa para fornecimento e instalação de grelhas de retorno para gabinete	Edifício Sede I	Setmam	8992/2007
	Projeto básico para instalação de rede interna de televisão	Edifícios Sede I e II	Setmet	9461/2007
	Anotação de responsabilidade técnica de cargo e função dos profissionais de engenharia e arquitetura da Dieng no Crea/DF	Dieng	Dieng	10053/2007
	Pintura e aplicação de vinil em placas de identificações.	Edifícios do TRF	Setomi	10206/2007
	Fornecimento e instalação de grades	Edifício Adriana	Setomi	
	Aquisição de placa para a Central PABX	Base operacional	Setmet	
	Reforma no imóvel funcional do TRF (SQN 202, bloco G, ap. 604)	Imóvel funcional	Dieng	
	Remanejamento de dutos de ar-condicionado do Gabinete do Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro	Edifício Sede I		10932/2007
Contratação de empresa para fornecimento e instalação de bombas de recalque de esgotos	Edifícios Sede II e Adriana	Setmam	9157/2007	

Atividades da área de engenharia e manutenção

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL EXECUÇÃO	PA
Contratação em andamento	Contratação da empresa Estúdio Gráfica Reprografia CPD para fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado e exaustores		Setmam	9460/2007
	Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia fixa comutada local e de longa distância nacional e internacional	Todos os edifícios	Setmet	3469/2007
Contrato assinado em 21/12/2007	Construção	Nova sede TRF	Dieng / Setpob	4177/2007
Em execução	Fornecimento e instalação de 479 armários e balcões de aço para os gabinetes dos desembargadores	Edifícios do TRF	Movap	2651/2007
Em fase de recebimento	Execução de serviços de engenharia de elaboração de estudos preliminares, projetos básicos e projetos executivos de terraplanagem	Nova sede TRF	Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer	5810/2006
	Reforma	Edifício Adriana	Termsul	8074/2006
	Serviços de engenharia de impermeabilização das áreas externas do Edifício Adriana	Edifício Adriana	Maria Carolina de Freitas e Cia. Ltda.	3257/2007
Em fase de recebimento do material	Aquisição de aparelhos telefônicos analógicos	Edifícios do TRF	Setmet	9435/2007
	Fornecimento e instalação de placa em aço escovado	Edifícios do TRF	Setomi	10494/2007
	Aquisição de material para substituição de filtro de água da sala de banho	Berçário	Setomi	
Processo arquivado	Aquisição de material para correção de infiltração na casa de máquinas de elevadores	Edifício Sede I	Dieng	
Serviço concluído	Modernização de elevadores	Edifício Sede I	Thyssenkrupp	7452/2004
	Fornecimento e instalação de divisórias	Edifícios do TRF	Diviforma	618/2005
	Reforma das instalações prediais de proteção contra incêndio e pânico	Edifícios Sede I, Sede II e Cabo Frio	Creмасco	2998/2007
	Substituição dos sistemas de condensação e fornecimento e instalação de ar-condicionado para os racks de informática	Central de Ar Condicionado e Informática	Proclima	7788/2006
	Fornecimento e instalação de moldura para mapa	Edifícios do TRF	MF Vidros	8973/2006
	Placa de identificação para terreno	Nova sede do TRF	Stamplacar Comércio de Placas	10601/2006
	Contratação de empresa especializada para substituição de toldo	Imóvel funcional do Desembargador Federal Olindo Menezes	Toldos Brasília	11269/2006

Atividades da área de engenharia e manutenção

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL EXECUÇÃO	PA
Serviço concluído	Aquisição de equipamentos de ar-condicionado tipo <i>split</i>	Assessoria da Presidência e Esmaf	Polytec	14/2007
	Fornecimento de vidro fumê de 6 mm	Edifícios do TRF	Mf Vidros	860/2007
	Aquisição e instalação de bastidor remoto para o sistema de telefonia	Edifício Adriana	Mahvla Telecomm	1491/2007
	Fornecimento e instalação de filme controle solar	Edifícios do TRF	Visiofilm Comércio e Serviços de Conservação Ltda.	1884/2007
	Fornecimento de vidro fumê de 6 mm	Edifícios do TRF	Mf Vidros Ltda.-Me	1946/2007
	Fornecimento e instalação de equipamento de ar-condicionado	Serviço Médico	Engear	2072/2007
	Serviços de tratamento e pintura das fachadas e revisão das esquadrias	Edifício Sede	Maria Carolina de Freitas e Cia. Ltda.	2077/2007
	Recuperação de equipamentos de ar-condicionado tipo <i>self contained</i>	8º e 9º andares	Polytec	2078/2007
	Fornecimento e Instalação de DG para rede de telefonia	Edifício Sede I	Construtora Queiroz Garcia Ltda.	2217/2007
	Fornecimento e instalação de piso paviflex	Edifício Funasa	Pisorama	2992/2007
	Fornecimento e instalação de persianas	Edifício Sede II e Esmaf	Embramar	3003/2007
	Confecção de 7 quadros para fotografias da maquete	Edifícios do TRF	MF Vidros	3406/2007
	Alteração do letreiro da fachada	Edifício Sede II	HBL Carimbos	3855/2007
	Fornecimento e instalação de exaustores para o Gabinete do Desembargador Federal Mário César Ribeiro e Dibib	Edifício Sede I	Engear	4254/2007
	Contratação de serviços de telefonia móvel celular GSM		Setmet	4829/2007
	Fornecimento e instalação de mola em porta de vidro	Edifícios do TRF	Embramar	5788/2007
	Fornecimento e instalação de esquadrias tipo máximo – ar	Edifícios do TRF	Sermatec Construções e Reformas Ltda.	6106/2007
	Fornecimento e instalação de persianas	Edifício Adriana	Gap Comércio Representação e Serviços de Manutenção Predial Ltda.	6408/2007

Atividades da área de engenharia e manutenção

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL EXECUÇÃO	PA
Serviço concluído	Instalação de exaustor para banheiro	Presidência	Clima9	6477/2007
	Fornecimento e instalação de vidro para clarabóia	Edifício do TRF	Executiva	7542/2007
	Aquisição e instalação de filme de controle solar para janelas	Edifício Adriana	Distribuidora Muralha	7542/2007
	Prolongamento de ramais de dutos de ar-condicionado em 4 gabinetes	2º e 3º andares do Edifício Sede I	Proclima	8161/2007
	Fornecimento e instalação de placas de identificação	Edifícios do TRF	HBL Carimbos	8414/2007
	Fornecimento e instalação de carpete	1º subsolo do Edifício Adriana	RC Comércio de Tapetes Ltda.	8415/2007
	Serviços de revitalização de placas de identificação	Edifícios do TRF	Capitalplac	8694/2007
	Fornecimento e instalação de porta de vidro e fechaduras	Edifícios do TRF	Vidromexicano	8991/2007
	Aquisição de material para manutenção da central telefônica	Edifício Cabo Frio	Setmet	9642/2007
	Aquisição de materiais para confecção de placas de identificação das unidades do TRF	Edifícios do TRF	Madecor	9643/2007
	Aquisição de 3 equipamentos de ar-condicionado tipo <i>split</i>	Serviço Médico, Settel e Corregedoria	Temperclima	14/2007
	Aquisição de materiais para confecção de placas de identificação das unidades do TRF	Edifícios do TRF	Taguafort	9643/2007
Serviço em execução	Modernização dos elevadores	Edifício Sede II	Elevadores Otis	2358/2005
	Fornecimento e instalação de divisórias	Edifícios do TRF	Diviforma	1487/2007
	Contratação de serviço SLDD para interligação da central PABX do Edifício Sede I ao bastidor remoto do Edifício Adriana	Edifícios Sede I e Adriana	Setmet	3972/2007
	Aquisição de materiais hidráulicos, pintura, marcenaria e vidraçaria	Edifícios do TRF	Várias empresas	4515/2007
	Reforma do distribuidor geral	Edifício Sede I	Setmet	6590/2007
	Aquisição de móveis para os gabinetes	Edifício do TRF	Setpob	7543/2007
	Reforma do grupo motor gerador e do <i>no-break</i>	Centrejufe	Setmet	7544/2007
	Fornecimento e instalação de piso do imóvel funcional localizado na SQN 202, bloco G, ap. 504	Imóvel funcional	Setomi	8423/2007
	Fornecimento e instalação de boxe para banheiro	Imóvel funcional	Cristalvidros Comércio e Representação de Vidros e Molduras	8520/2007
	Aquisição de materiais para reforma	Imóvel funcional	Setomi	8595/2007
Programação da central PABX	Centrejufe	Setmet	10014/2007	

ACERVO DA ASCOM



SALLO CRUZ

Operários realizando obras de manutenção no Tribunal.



LUIZ C. B. XAVIER

Fachada do Edifício Adriana, reformado em 2007.

LUIZ C. B. XAVIER



Edifício Sede I do Tribunal, reformado — pintura da fachada, impermeabilização da cobertura e ampliação dos gabinetes de desembargadores federais.

LUIZ C. B. XAVIER



Edifício Sede II do Tribunal, reformado — instalação de dez gabinetes de desembargadores federais.

Quadro 148
Apoio às Seções e Subseções Judiciárias

ESTADO	SEÇÃO/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA	PERÍODO	FINALIDADE
AM	Subseção Judiciária de Tabatinga	05 a 09/02	5ª medição da obra de reforço estrutural da caixa d'água e recebimento provisório das obras de construção do muro e central de gás GLP e lavanderia.
AP	Seção Judiciária do Estado do Amapá	21 a 24/05	Vistoria de obras em execução; discussão de contratos, aditivos e serviços técnicos.
		08 a 12/07	Recebimento provisório da obra de reforma das instalações e levantamento de dados técnicos para elaboração de novo projeto básico.
		10 a 14/09	Vistoria para levantamento de dados para elaboração de projeto básico para reforma do Edifício Sede.
		29 a 30/11	Reunião técnica para discussão de laudo preliminar da perícia estrutural do Edifício Sede da Seccional.
BA	Seção Judiciária do Estado da Bahia	23 a 25/09	Vistoria em imóvel da Justiça Federal em Salvador, por solicitação da Presidência do TRF.
	Subseção Judiciária de Ilhéus	07 a 09/05	Vistoria na sede da Seccional de Ilhéus para elaboração de projeto básico para adaptação de leiaute e verificação de patologias na estrutura do edifício.
MA	Seção Judiciária do Estado do Maranhão	02 a 04/04	Reunião sobre o contrato de execução da obra da Seccional de Imperatriz/MA.
	Subseção Judiciária de Imperatriz	31/01	Visita à empresa Archi5 para estudo de adequação do Projeto de Imperatriz como padrão para as novas subseções – Rio de Janeiro/RJ.
		26/03	Visita à empresa Archi5 para estudo de adequação do Projeto de Imperatriz como padrão para as novas Subseções – Rio de Janeiro/RJ.
		28 a 30/08	Acompanhamento da obra de construção da Seccional.
MG	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	29/01 a 01/02	Inspeção nos prédios da Justiça Federal em Belo Horizonte. Reunião da obra em Juiz de Fora/MG.
	Subseção Judiciária de Juiz de Fora	29 a 31/03	Visita da comissão de fiscalização da obra de Juiz de Fora/MG para elaborar medição e orientar empresa contratada de fiscalização.
		29 a 31/05	Visita juntamente com a comissão de fiscalização à obra da construção da sede da Subseção.
		04 a 07/07	Acompanhar a comissão de fiscalização de obras e a visita da Presidente do TRF, nos dias 05 e 06/07/2007.
		28 a 30/08	Acompanhar a comissão de obra de construção da sede em Juiz de Fora/MG.
	Subseção Judiciária de Montes Claros	27 a 28/02	Vistoria em imóveis para instalação da Seccional de Montes Claros/MG.
	Subseção Judiciária de Uberaba	17 a 19/01	Visita de fiscalização da obra de construção da sede da Subseção Judiciária.
		28/02 a 02/03	Vistoria na obra de construção da sede.
		09 a 11/05	Visita, junto com a comissão de fiscalização, da obra da construção da sede da Seção Judiciária.
		11 a 13/07	Acompanhar a Comissão de fiscalização de obras.
29 a 31/10		Fiscalização da construção da sede da Subseção Judiciária.	

MAURO PUTINI



Prédio novo da Subseção Judiciária de Caxias/MA.



ACERVO DO TRF

ALEXANDRE LACERDA



Edifício Sede da Subseção Judiciária de Macapá/AP, reformado em maio para reforço da estrutura.

MAURICIO RUBIO



Alojamento dos juizes na Subseção Judiciária de Tabatinga/AM, reformado para instalação da central e rede de distribuição de GLP e construção do muro perimetral.



ACERVO DO TRF

Visita da comissão de fiscalização da obra de Juiz de Fora/MG para elaborar medição e orientar empresa contratada de fiscalização.

Programa de Metas – Biênio 2007-2008 e o compromisso da Secad

A Diretriz Estratégica II do Programa de Metas previu a melhoria das instalações físicas da Primeira Região, por meio das metas:

- ▣ 7 – Construção da Sede Própria para o Tribunal;
- ▣ 8 – Ampliação dos Gabinetes dos Desembargadores Federais;
- ▣ 9 – Construção de Nova Subestação de Energia Elétrica no Edifício Sede;
- ▣ 10 – Ampliação da Área Útil do Atual Edifício Sede do Tribunal;
- ▣ 11 – Outras Obras e Reformas no Âmbito do Tribunal;
- ▣ 14 – Construção e Reformas de Sedes para as Seções e Subseções Judiciárias.

Coube à Secad coordenar a execução de tais melhorias, elaborando projetos básicos, intermediando negociações e acompanhando as obras. Os quadros a seguir indicam as atividades/obras realizadas e a respectiva situação de cada meta.

Quadro 149
Ações do Programa de Metas desenvolvidas nas Seccionais – Meta 14

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CIDADE	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
AM	Tabatinga	Elaboração de projeto básico para contratação de reforço estrutural para a sede da Subseção Judiciária.	Em andamento
		Deliberação e complementação documental do Processo 6/2005, referente à penalização da Metroquattro.	Em andamento
		Acompanhamento de diversos serviços na Subseção Judiciária.	Concluído
AP	Macapá	Projeto Básico para obras de reforma da Seção Judiciária.	Concluído
		Apoio técnico à obra de reforma das instalações elétricas e de telemática da Seção Judiciária, bem como reforço estrutural e serviços extras.	Em andamento
		Recebimento da obra da Seccional.	Em andamento
		Projeto básico para contratação de projeto e reforços da estrutura de Macapá/AP.	Concluído
BA	Ilhéus	Apoio técnico à obra de reforma do leiaute interno da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA; reestruturação de gabinetes; execução de projeto básico para reforço estrutural.	Em andamento
MA	Caxias	Acompanhamento da construção da sede da Subseção Judiciária.	Concluído
	Imperatriz	Construção da sede da Subseção Judiciária.	Em andamento
MG	Juiz de Fora	Acompanhamento da construção da sede da Subseção Judiciária.	Em andamento
	Uberaba	Acompanhamento da reforma das instalações do JEF da Subseção Judiciária.	Em andamento
		Acompanhamento da construção da sede da Subseção Judiciária.	Em andamento
Todas as Subseções Judiciárias		Elaboração do projeto básico para execução do projeto padrão para a construção das Subseções Judiciárias.	Concluído
		Projeto básico para topografia e sondagem das Subseções Judiciárias.	Concluído

Quadro 150
Ações do Programa de Metas desenvolvidas no Tribunal

META	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
7	Fiscalização e deliberação dos projetos e obras para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.	Em andamento
	Construção da sede do TRF 1ª Região.	Em andamento: contrato assinado em 21/12/2007
8	Execução de serviços de reforma geral do Edifício Sede II do TRF.	Em andamento
	Recebimento da obra de reforma do Edifício Sede II.	Em fase de recebimento
	Elaboração de projetos e outras providências para adaptações e instalações dos novos gabinetes dos desembargadores federais.	Serviço concluído
	Remanejamento de diversas unidades para o Edifício Funasa.	Serviço concluído
	Remanejamentos de gabinetes de desembargadores do Edifício Sede I para o Sede II.	Serviço concluído
	Recebimento definitivo da obra de impermeabilização (Empresa Construssati).	Serviço concluído
9	Construção de subestação no Edifício Sede, incluindo as obras civis.	Em andamento: aguardando proposta da CEB
10	Contratação de projetos para obra de ampliação do Edifício Sede I.	Em andamento
	Elaboração de projetos de arquitetura e complementares para ampliação da área útil do Edifício Sede I.	Em andamento: fase de consulta prévia no GDF
11	Elaboração do projeto básico para reformas e adaptações para a transferência e instalação da Gráfica na Base Operacional.	Em andamento
	Procedimentos de apoio às licitações das obras de impermeabilização da laje térrea do Edifício Adriana.	Em andamento: serviço contratado
	Recebimento da obra do Centrejufe – Presidência da comissão.	Em fase de recebimento
	Projetos e outras providências para a reforma dos banheiros do Edifício Sede I.	Serviço concluído
	Elaboração do leiaute do Edifício Adriana.	Serviço concluído
	Ajustes no acesso da guarita.	Serviço concluído
	Elaboração e execução de programa visual para identificação dos diversos órgãos do TRF 1ª Região.	Em andamento

Construção da nova sede do Tribunal

O funcionamento do Tribunal, em nove edifícios, com área total aproximada de 50.000 m², localizados em diferentes endereços, distantes até 11 km da sede, tem provocado graves dificuldades administrativas, gerado altos custos e prejudicado o trâmite processual.

Essa situação se tornaria mais crítica, uma vez que, para os próximos anos, está prevista a aprovação de projetos de lei que culminarão em um total de 48 gabinetes de desembargadores federais, além dos da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria, com um acréscimo de 100% no quantitativo hoje existente.

Mantidas as previsões de crescimento para um horizonte de 20 anos, tornou-se clara a necessidade de construção de sede própria para o Tribunal. A obra está estimada, com base em Programa de Necessidades detalhado, em 102.000 m² de área, para acomodar escritórios, depósitos, circulações, salas de sessões, salas de equipamentos e oficinas, e outros 61.000 m², para instalação de quase 2.000 vagas de garagens (exigência da NGB – 41/2000 do GDF).

Em função de limitações legais à implantação de um Programa de Necessidades com área superior às impostas pelas Normas de Gabarito, o TRF 1ª Região optou pela solução prevista no § 3º do art. 9º da Portaria 314, de 08/10/1992, do Iphan, que estabelece:

excepcionalmente e como disposição naturalmente temporária, serão permitidas, quando aprovadas pelas instâncias legalmente competentes, as propostas para novas edificações encaminhadas pelos autores de Brasília — arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer — como complementações necessárias ao Plano Piloto original e, portanto, implícitas na Lei Santiago Dantas (3.7511/60) e no Decreto 10.829/87 do GDF, que a regulamenta e respalda a inscrição da Cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade.



LUIZ C. B. XAVIER

Assim, optou-se pela contratação dos serviços técnico-especializados do arquiteto Oscar Niemeyer, por inexigibilidade de licitação, uma vez que se consideraram configuradas as condições jurídicas requeridas pela Lei 8.666/1993.

Em junho, o Tribunal realizou audiência pública, com o objetivo de informar, esclarecer, dirimir dúvidas, recolher críticas e sugestões da sociedade para elaboração do edital de concorrência que seria lançado pelo Tribunal, relativo à contratação da execução das obras e serviços de engenharia de construção da nova sede, em terreno com 57.600 m² de área.

Os projetos de arquitetura foram concluídos e revisados em setembro e a obra licitada e contratada antes do final do exercício, pelo valor de R\$ 479.772.654,12, junto ao consórcio formado pelas empresas OAS, Via Engenharia e Camargo Correa.



LUIZ C. B. XAVIER

Desembargador Federal Olindo Menezes, Presidente Assusete Magalhães, Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto, e Diretor da Secad, Rüter Roberto Ramos, na assinatura do contrato para construção da nova sede do TRF 1ª Região.

Ampliação dos gabinetes de desembargadores federais

O grave problema de espaço físico enfrentado pelos gabinetes não poderia aguardar a solução definitiva da construção da nova sede para o Tribunal. Assim, o Programa de Metas contemplou, na Meta 8, a transferência de 10 gabinetes para o Edifício Anexo I, hoje denominado Edifício Sede II.

Para isso, sob orientação do Diretor-Geral, a Secad desocupou cinco andares do Edifício Sede II, realocando as unidades administrativas ali situadas para os Edifícios Funasa e Dona Marta. Livres os andares, foram redivididos os espaços, acomodando dois gabinetes em cada andar, ficando cada um com 210 m².

No Edifício Sede I permaneceram 17 gabinetes, que também tiveram seus espaços redivididos, aumentando sua área útil de 103 a 108 m² para 200 a 210 m². Hoje, os 27 gabinetes têm mais espaço para

abrigar magistrados e servidores, bem como os processos em tramitação no Tribunal.

Segurança e serviços gerais

A área de segurança e serviços gerais da Secad coordena o gerenciamento de cerca de 20 contratos de fornecimento de produtos e serviços e os trabalhos de gestão da frota automotiva, hoje aparelhada com 62 veículos, cujo percentual de renovação chegou a 50%, resultado de um processo de planejamento e estabelecimento de metas alcançado ainda no meio do ano.

No que diz respeito à adoção de medidas voltadas à área de segurança, é responsável pela elaboração de propostas tanto no Tribunal como em toda Justiça Federal de primeiro grau da Primeira Região.

As principais atividades desenvolvidas pela área constam do quadro abaixo.

Quadro 151
Execução e controle de contratos de serviços gerais e segurança

EMPRESA	OBJETO
Capital Empresa de Serviços Gerais Ltda.	Prestação de serviços de copeiragem, limpeza e conservação.
Fino Sabor Indústria e Comércio Ltda.	Fornecimento de café.
Silt Self Service Ltda.-Me.	Fornecimento de refeições.
Empresa Master Serviços Profissionais Ltda.	Prestação de serviços de restaurante e lanchonete
Toca Comercial de Hortigranjeiros Ltda.	Fornecimento de hortifrutigranjeiros.
Comércio de Alimentos PC	Fornecimento de gêneros alimentícios industrializados.
João Lopes Malta	Fornecimento de água mineral sem gás, acondicionada em garrafas de 500 ml.
Comércio de Alimentos PC	Fornecimento de açúcar cristal.
Apollen Comércio Ltda.	Fornecimento de água mineral com gás, acondicionada em garrafas de 500 ml.
Organização Floresta Engenharia e Serviços Ltda.	Prestação de serviços de dedetização e desratização.

Brigada de incêndio

O Tribunal conta com uma equipe de Brigada de Incêndio composta por oito brigadistas (seis homens e duas mulheres). Seus integrantes foram escolhidos por criterioso processo de seleção, que exigiu, além do domínio teórico sobre a profissão, prova de conhecimento prático e exames de perfil profissional.



LUÍZ C. B. XAVIER

Treinamento de brigadistas realizado no Tribunal.

A Brigada realiza rondas nas instalações de nossas unidades para detectar sinais de anomalias em preventivos como mangueiras dos hidrantes de parede, extintores de incêndio, caixas de emergência, caixas de maca, luzes de emergência, quadros de força elétrica e bombas hidráulicas. É treinada, também, para realizar resgates de pessoas presas em elevadores, retirada de animais, insetos e outros, auxiliar o Serviço Médico em caso de primeiros so-

corros e traumas, garantindo assim a integridade dos magistrados, funcionários, estagiários, prestadores de serviço e do público externo. Além disso, promove campanhas de orientação interna, com finalidade preventiva.

A Brigada dispõe de central de emergência, que pode ser acionada por meio do ramal de segurança (#1), além de uma cadeira de rodas, macas instaladas em locais estratégicos e uma ambulância equipada com maca e oxigênio.

Controle de acesso aos edifícios do Tribunal

A elaboração do projeto básico que visa adquirir quatro cancelas eletrônicas, desenvolvido pela área de segurança da Secad, deve ser destacado entre as ações levadas a efeito no ano de 2007. Permitirá o melhor controle do intenso fluxo de veículos no Centrefufe e na Base Operacional e a substituição da cancela eletrônica da garagem do Edifício Sede I. Observe-se ainda a relação custo-benefício do projeto, uma vez que a substituição da cancela eletrônica do Edifício Sede I permitirá eliminar os gastos com as constantes manutenções feitas.

Como nos demais anos, o Sistema de Controle de Acesso – SCA registrou o fluxo de entrada e saída de pessoas no Tribunal, conforme quadro a seguir.

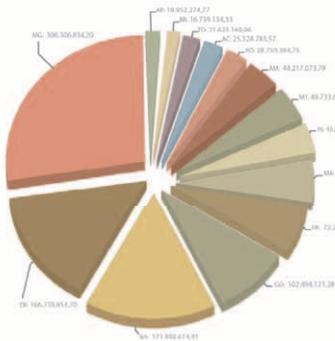
Quadro 152

Acesso de pessoas às dependências do Tribunal

CATEGORIA	MÉDIA DE ACESSOS DIÁRIOS	MÉDIA MENSAL
Estagiário	1.055	31.650
Servidor e prestador	4.797	143.910
Advogado	24	720
Visitante	2.860	85.800
TOTAL	8.736	262.080

SECIN

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



A Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin teve papel fundamental para solidificar a imagem do Tribunal como modelo tecnológico. Nesse sentido, dezenas de ferramentas estão sendo desenvolvidas pela Secin para a definitiva consolidação da Justiça Federal da Primeira Região no processo de virtualização da Justiça, previsto na Lei 11.419/2006.

Para tanto está sendo aprimorado o parque tecnológico do Tribunal e das Seccionais, com a instalação de novos equipamentos: microcomputadores, monitores, impressoras, soluções de arquivamento de dados, áudio e vídeo etc., que visam garantir a produtividade, estabilidade e segurança compatíveis com os melhoramentos dos sistemas já existentes e com os novos programas em desenvolvimento, entre os quais vale destacar: o aperfeiçoamento do Sistema de Remessa de Correspondências – Sirec, a videoconferência, a implantação do Sistema do Recurso Extraordinário eletrônico – e-RE, o sistema para troca de informações com o Superior Tribunal de Justiça – STJ, o desenvolvimento do Sistema Judicial Virtual – e-JUS.

Seguindo o Programa de Metas da Presidência, a Secin cumpriu os prazos estabelecidos, tendo inclusive antecipado a implantação de alguns sistemas previstos apenas para o ano seguinte. Com antecedência, por exemplo, foi desenvolvido e entregue o *Diário da Justiça Federal da Primeira Região* em formato eletrônico – e-DJF1.

LUIZ C. B. XAVIER



Equipe da Secretaria de Informática instala monitor no Setor de Telecomunicações.

Modernização do parque tecnológico

Em atendimento à Meta 19 do Programa de Metas — Modernização e Ampliação do Parque de Equipamentos —, foram instalados e configurados 800 microcomputadores no Tribunal, em todos os setores da área judiciária e administrativa, e configurados *notebooks* para fornecimento aos desembargadores federais, aos novos juízes federais substituídos da Primeira Região e à Cojef.

Monitores funcionais e econômicos

Todos os monitores CRT da Primeira Região estão sendo substituídos por monitores LCD, que, além de ocupar menos espaço e gerar grande economia de energia, proporcionam maior conforto visual aos servidores.

Novos equipamentos

As impressoras a laser adquiridas até 2002, para toda a Primeira Região, estão sendo substituídas. Para cada Subseção implantada nos anos de 2005 e 2006, foram adquiridos, pelo menos, três microcomputadores adicionais, para substituição dos antigos terminais de acesso.

Equipamentos de telefonia com tecnologia VoIP

Com a aquisição de componentes de tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol), que permite a realização de chamadas telefônicas com qualidade pela internet, haverá significativa economia com os serviços de telefonia utilizados, visto que o gasto com ligações telefônicas interurbanas entre o TRF, Seções e Subseções da Primeira Região será reduzido a zero. O Tribunal utilizará a rede de dados na realização de chamadas telefônicas, sem nenhum custo adicional.

A escolha dos equipamentos foi precedida de estudos e testes de diversas soluções gratuitas e de código livre realizados pela equipe da Secin.

Cópia de segurança dos dados digitais

De acordo com a Meta 16 — Adequação da Infra-estrutura da Área de Tecnologia da Informação —, o Tribunal e as Seções Judiciárias estão sendo equipados com unidades robóticas de *backup*, com fitas de última geração, com maior capacidade de armazenamento, o que propiciará maior agilidade e confiabilidade no procedimento de salvaguarda de dados na Primeira Região.

Foram adquiridos também equipamentos de armazenamento de dados para o arquivamento do áudio das audiências da Primeira Região e das imagens das peças processuais, conforme previsto na implantação dos sistemas e-JUS e e-Admin.

Novo modelo tecnológico para as Subseções Judiciárias

Foi concluído o trabalho de implantação do novo modelo tecnológico — *hardwares* e *softwares* — em todas as Subseções Judiciárias da Primeira Região, tornando-as mais eficazes e menos dependentes da infra-estrutura tecnológica das Seções Judiciárias e do Tribunal.

Videoconferência: integração da Primeira Região

Com projeto básico concluído pela Secin e em fase de licitação de recursos materiais, o sistema de videoconferência, correspondente à Meta 1 do Programa de Metas – Biênio 2007-2008, permitirá o compartilhamento, em tempo real, mediante transmissão de áudio, dados e vídeo, de informações entre duas ou mais pessoas que estejam em diferentes lugares.

Fundamental para a integração da Primeira Região, a videoconferência possibilitará a realização de reuniões virtuais do Tribunal com suas Seções e Subseções e destas entre si, a oitiva de testemunhas, a tomada de depoimento e a sustentação oral virtual em sessões de julgamento ou audiências, além de ser

também ferramenta de grande valia para a Secretaria de Recursos Humanos e para a recém-criada Universidade Cooperativa (UniCorp), no atendimento de atividades de treinamento e de formação profissional a distância.

Sistemas judiciais para a plataforma web

De acordo com o planejado na Meta 17 do Programa de Metas, foi iniciado pela Secin o projeto do Sistema Virtual Judicial – e-JUS. Os principais objetivos do e-JUS são a unificação dos sistemas judiciais da Justiça Federal da Primeira Região de primeiro e segundo grau: JEF Virtual, Processual, Execução Fiscal Virtual, Juris, Requisição de Pagamentos (precatórios e RPVs); a centralização das informações do Tribunal e a virtualização dos processos judiciais. Também foram incluídos no projeto os sistemas e-Proc (peticionamento eletrônico), e-Cint (citação e intimação eletrônica) e as funcionalidades do sistema e-DOC, que possibilita o gerenciamento de modelos de documentos e peças processuais.

Com o novo sistema, as movimentações processuais poderão ser acompanhadas com mais rapidez, transparência, bem como haverá melhor coleta de dados e reaproveitamento das informações. Os processos físicos existentes poderão ser digitalizados, de acordo com a capacidade da Seção ou Subseção Judiciária, e tratados pelo e-JUS de forma virtual. Os processos que permanecerem físicos também serão tratados pelo e-JUS, mas não de forma virtual.

A previsão é de que, até dezembro de 2008, os sistemas dos Juizados Especiais Federais – JEFs e da Justiça Federal de primeiro grau sejam unificados e que, até dezembro de 2009, sejam concluídas as funcionalidades necessárias ao Tribunal.

Com a implementação do e-JUS, o Tribunal e a Justiça Federal da Primeira Região terão, entre outros benefícios, os seguintes: garantia de legalidade dos procedimentos propostos; decisão de questões negociais divergentes entre as diferentes unidades;

possibilidade de integração futura dos processos em primeiro e segundo grau com a centralização das bases de dados; acesso célere ao inteiro teor dos documentos, áudios e vídeos dos processos para o público, por meio da internet, diminuindo o tempo gasto com atendimento nas varas federais; facilidade de acesso ao processo judicial pelas partes interessadas; exibição do significado das movimentações do processo; diminuição da utilização de papel nas varas federais; utilização da assinatura eletrônica no registro dos atos processuais; facilidade na localização dos processos, devido ao acompanhamento de suas movimentações e encadeamentos.

LUIZ C. B. XAVIER



Diretor da Secin, Márcio Cruz, explica o funcionamento do sistema e-JUS.

Recurso Extraordinário eletrônico – e-RE

Em junho, o Tribunal enviou o primeiro recurso extraordinário por meio eletrônico, para análise e recebimento pelo Supremo Tribunal Federal – STF, dando início à utilização do denominado e-RE (Recurso Extraordinário eletrônico) no TRF 1ª Região, que, após o desenvolvimento de todas as fases, adaptação e implantação do programa, irá substituir o encaminhamento físico dos REs.

A ferramenta do e-RE está inserida ao processo de virtualização da Justiça previsto na Lei 11.419/2006. Além de proporcionar economia de

papel e de transporte dos processos, o e-RE confere agilidade e segurança ao trâmite processual, que se dará da seguinte forma: o arquivo digitalizado no TRF é enviado à base de dados do STF, que gera um recibo comprobatório. Proferida decisão no STF, o processo é devolvido por meio eletrônico ao Tribunal. Em continuação à implementação do e-RE, em agosto, foram enviados pela Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal os primeiros recursos extraordinários totalmente digitalizados.

Sistema de gravação de áudio das sessões de audiência

A implantação do sistema de gravação de áudio das sessões e audiências dos órgãos julgadores do Tribunal e das Seções e Subseções integrantes da Primeira Região teve início na Seção Judiciária do Distrito Federal.

A implantação do sistema atende a Meta 18 do Programa de Metas — Modernização dos Serviços de Taquigrafia e de Audiências. Trata-se de um sistema de alta tecnologia para gravação digital de áudio que gera, organiza e disponibiliza o acervo sonoro a partir da gravação das sessões, por meio de captação de som diretamente de cada um dos microfones instalados na sala de julgamento.



LUIZ C. B. XAVIER

Diretor da Secin, Márcio Cruz, fala sobre o novo sistema de gravação de áudio.

O principal objetivo do sistema é agilizar as audiências e sessões, uma vez que dispensa a digitação simultânea e possui mecanismo que facilita a recuperação e a rescusa de dados, reduzindo o tempo de julgamento. Permite ainda a gravação instantânea em mídia digital de quaisquer eventos audíveis ocorridos durante a audiência ou sessão, se assim for determinado pelo magistrado. A preservação do áudio captado pelo sistema é um dos pontos fortes do sistema, já que é armazenado em equipamento próprio e tem cópia de segurança. Em breve, será possível disponibilizar o áudio das audiências e sessões na internet, o que visa assegurar a transparência e a democratização da informação.

Diário da Justiça Federal eletrônico

Em outubro, dando cumprimento antecipado à Meta 15 do Programa de Metas — Implementação de Soluções Eletrônicas —, foi publicada a primeira edição eletrônica do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região – e-DJF1*, veículo oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos da Justiça Federal de primeiro e segundo grau da Primeira Região. A publicação piloto foi realizada pela Seção Judiciária do Estado de Rondônia, seguida pela publicação do Tribunal, ainda no mesmo mês.

O Sistema *e-DJF1* desenvolvido pela Secin é constituído das seguintes ferramentas necessárias à publicação das matérias: envio de matérias, consulta de matérias enviadas, consolidação de matérias e publicação de matérias.

Ao *e-DJF1* são atribuídas todas as normas de segurança, incluídos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, conforme o disposto no parágrafo único do art. 154 do Código de Processo Civil, com redação dada pelo art. 2º da Lei 11.280, de 16/02/2006, bem como o disposto na Lei 11.419, de 19/12/2006.

A Secin implementou os seguintes procedimentos que garantem a segurança, a autenticidade e a integridade dos dados publicados na versão eletrônica do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região*: assinatura eletrônica; código de validação, uma espécie de identidade única de cada número do *Diário*; geração do *Diário* em arquivo PDF, o que dificulta tentativas de adulteração; auditoria interna pelo próprio sistema de todas as movimentações; geração automática de cópia de segurança.



LUIZ C. B. XAVIER

Apresentação do sistema *e-DJF1*.

Troca de informações processuais por meio eletrônico com o STJ

Em novembro, foi assinado convênio de cooperação técnica entre o STJ e o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, objetivando estabelecer o intercâmbio de dados, em tempo real, por meio eletrônico, o que garante agilidade, economicidade e confiabilidade ao procedimento de troca de informações entre os dois Tribunais. Inicialmente, o STJ poderá recuperar informações processuais da base de dados do TRF 1ª Região, como o número do processo, o nome do relator, o órgão julgador e o nome do advogado.

Sistema e-AVS

Na Meta 20 — Desenvolvimento e Modernização de Sistemas de Informação —, foi prevista a implantação do Sistema de Solicitação de Viagens a Serviço – e-AVS.

Totalmente concluído, em fase de testes para implantação definitiva nos primeiros dias de 2008, o sistema, pioneiro no Poder Judiciário, consiste em um modelo de gerenciamento de diárias e passagens que permite obter, em tempo real, dados disponíveis em diversas bases com celeridade e segurança. Por meio dele, será possível controlar todos os procedimentos de requisição, autorização, pagamento e prestação de contas das viagens a serviço do Tribunal. Em uma segunda fase, será implantado o módulo Auditoria e, ainda, sua extensão a toda a Primeira Região.

Sistemas para a eficiência da gestão de recursos humanos

A Secin finalizou a implantação do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH, em toda a Primeira Região, que permite o gerenciamento unificado dos controles de dados e a centralização de informações relativas aos recursos humanos. Além da finalização da implantação, o SARH foi reforçado com novos módulos e ferramentas, mais cômodas e seguras: Entrega *on-line* da Declaração de Bens, Au-

xílios, adicional de qualificação – AQ e Processo Seletivo Permanente de Remoção – PSPR.

O módulo Entrega *On-line* da Declaração de Bens permite ao servidor entregar à área de cadastro de pessoal, de forma cômoda e segura, sem nenhum manuseio das informações, cópia de seu arquivo de declaração de bens transmitido à Receita Federal. Disponível na página do SARH, o arquivamento digital desse documento possibilita ao servidor contribuinte, mediante a utilização de sua senha de acesso, a leitura dos dados a qualquer tempo.

O módulo Auxílios, transferido do sistema Pro-Social para o SARH, gerencia a geração de informações para o pagamento dos seguintes auxílios: transporte, alimentação e pré-escolar. Esse módulo, além de gerar os dados de auxílio do mês em curso, gera também os ajustes de pagamento (diferença entre o que foi pago em meses anteriores e o que deveria ter sido pago) por meio de operações de recálculos.

O módulo Adicional de Qualificação, ainda em desenvolvimento, gera os percentuais sobre as ações de treinamento e os cursos de pós-graduação para pagamento aos servidores. A parte já concluída desse módulo permitiu o pagamento aos servidores que adquiriram o direito a partir de 01/06/2006, tanto no Tribunal quanto em todas as Seções Judiciárias da Primeira Região.

O módulo Processo Seletivo Permanente de Remoção, ainda em desenvolvimento, tem abrangência muito ampla, controlando os pedidos de remoções, as vagas existentes em cada cargo dentro da Primeira Região, a movimentação destas vagas entre as Seções e Subseções Judiciárias e a nomeação de servidores novos aprovados em concurso.

A equipe do SARH ainda tornou mais seguro e eficiente o processo de marcação e autorização de férias do servidor, alterou o processo de cadastro de férias dos magistrados para facilitar o pagamento dos benefícios por parte do Sistema de Folha de Pagamento e modificou o módulo Prestadores de Serviço para permitir melhor controle de entrada e saída.

Acompanhamento informatizado de correspondências

O Sistema de Remessa de Correspondências – Sirec foi atualizado em 2007, passando a atender não apenas o Tribunal como as Seções e Subseções Judiciárias. O Gabinete da Presidência e a Diretoria-Geral também passaram a utilizar o sistema, agilizando a tramitação de suas correspondências.

A inovação do Sirec acrescentou as seguintes vantagens: alimentação automática do sistema Juris com a fase Ofício Expedido; cadastro de documentos com código único para a Primeira Região, o que permite a gravação dos documentos em diversos formatos eletrônicos; tramitação de documentos entre as unidades internas, semelhante à tramitação do processo administrativo no Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos (Sispra), permitindo o lançamento de fases; integração entre os bancos de dados das Seccionais, o que evita a re-digitação dos dados das correspondências.



LUIZ C. B. XAVIER

Demonstração do sistema.

Atendimentos realizados

A Secin mantém equipe permanente e uma central de serviços para atender com presteza aos chamados e requisições de magistrados, servidores, unidades e sistemas do Tribunal. Em 2007, foram atendidas mais de 18 mil requisições de serviço do Siate.

Quadro 153

Sinopse dos principais sistemas desenvolvidos ou em desenvolvimento

SISTEMA/PROGRAMA	FASE
Pro-Social	Reestruturação do Sistema Pro-Social – módulos: Beneficiário, Auxílios, Folha de Pagamento, Prestadores, Análise, Pagamento, Contabilidade e Saúde; módulos: Saúde Bucal e Investigação Clínica.
SARH	Finalização da implantação do sistema SARH na Primeira Região, com elaboração de vários módulos; desenvolvimento de programas para a implantação do adicional de qualificação (AQ) e do processo seletivo permanente de remoção (PSPR); entrega <i>on-line</i> de declaração de bens.

Sinopse dos principais sistemas desenvolvidos ou em desenvolvimento

SISTEMA/PROGRAMA	FASE
Juris	Assinatura digital de vários documentos; desenvolvimento e melhorias em rotinas e relatórios; aprimoramento dos registros indicativos de remessa e recebimento de processos entre as unidades do Tribunal.
Sirec	Desenvolvimento do módulo de geração de aviso de recebimento.
Siate	Atendimento de cerca de 18 mil requisições de serviço – Siate, representando um aumento de 40% em relação ao ano anterior.
G-DOC	Alteração do G-DOC para possibilitar a inclusão de notas taquigráficas.
e-Cint	Sistema de Citação e Intimação Eletrônica.
Jurisprudência	Programa de pesquisa de jurisprudência administrativa; programa de geração de dados de jurisprudência para envio ao CJF; programa de carga de decisões monocráticas para pesquisa de jurisprudência; alterações no programa de súmulas da jurisprudência para permitir a inserção das súmulas vinculantes do STF.
Videoconferência	Sistema para realização de encontros telepresenciais, através da rede de dados da Primeira Região.
Ouvidoria Judicial	Informatização do recebimento de manifestações dos usuários da Justiça de primeiro grau, permitindo o registro das ocorrências via internet e a conseqüente geração de relatórios estatísticos de acompanhamento.
Ouvidoria Administrativa	Desenvolvimento de sistema para a Ouvidoria Administrativa, que possibilita o registro, o acompanhamento e a solução de manifestações internas e externas estratificadas, como comentários, elogios, reclamações, críticas e sugestões.
Push administrativo	Envio de <i>e-mail</i> para as partes quando da movimentação de processos administrativos. Permite também o envio de <i>e-mail</i> para as partes das Seccionais na movimentação dos processos de seu interesse no TRF.
e-DJF1	Diário Eletrônico do Tribunal Regional Federal da Primeira Região: implantação na SJ/RO, desenvolvimento e aprimoramento dos módulos Judicial e Administrativo (TRF), estudos dos módulos das Seções e Subseções Judiciárias e respectivas varas.
e-Siest	Sistema de Estatística de primeiro e segundo graus: moderna metodologia de apoio à gestão que possibilitará extração automática de boletins estatísticos, como informações referentes à produtividade dos magistrados e ao andamento dos processos, a partir de qualquer banco de dados da Primeira Região; acompanhamento da geração de dados estatísticos do Projeto de Conciliação.
e-JUS	Sistema Virtual Judicial: integração dos sistemas existentes no Tribunal.
e-TUC	Implementação da Tabela Única de Classes – TUC no Tribunal.
CVD	Catalogador Virtual de Documentos: modificação no programa CVS, que catalogava somente sentenças, para catalogação de outros tipos de documentos. O programa passou a catalogar além das sentenças, as decisões e os acórdãos do JEF.
e-Digitalizador	Sistema de Digitalização de Documentos: substituirá o sistema atualmente utilizado pelo JEF Virtual e atenderá todas as necessidades de digitalização de documentos administrativos e judiciais em toda a Primeira Região.
e-DOC	Sistema de Controle de Documentos: edição de textos via <i>web</i> integrado com as bases de dados da Justiça Federal da Primeira Região. Tem como objetivo a automação do processo de elaboração e assinatura digital de despachos e sentenças pelos magistrados do primeiro grau.
VoIP	VoIP (Voz sobre IP): interligação de todos os sistemas telefônicos da Primeira Região, através da rede de dados existente, gerando economia nas ligações de longa distância.

Sinopse dos principais sistemas desenvolvidos ou em desenvolvimento

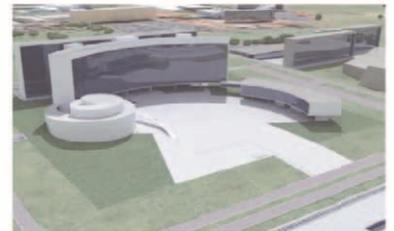
SISTEMA/PROGRAMA	FASE
Wiki Corporativa	Implantação de servidor de Wiki na Primeira Região, possibilitando a geração de documentação de forma rápida e democrática, pelo endereço wiki.trf1.gov.br .
Integrador	Integração de dados com o STJ.
e-Sentinela	Sistema de Controle de Acesso: unificará os controles de acesso distribuídos nas diversas aplicações desenvolvidas na Diesp. Centralizará a autenticação, autorização e auditoria dos usuários internos e externos de toda a Primeira Região em todos os sistemas; atualização da versão do sistema de antivírus no TRF e nas Seções Judiciárias do Distrito Federal e de Roraima.
RED	Repositório Eletrônico de Documentos: permite guardar de forma segura os documentos digitais e garantir a integridade e preservação desses documentos durante o seu ciclo de vida.
e-AVS	Sistema de Solicitação de Viagens a Serviço: automatização de todo o processo de solicitação, autorização e prestação de contas de viagens a serviço em toda a Justiça Federal da Primeira Região.
e-Assinador	Publicação da versão 1.0 do e-Assinador, programa para assinatura digital em utilização nas aplicações e-Siam, e-AVS e e-DOC.
Requisição Virtual de Pagamento e Ofício Virtual	Desenvolvimento das seguintes ferramentas: requisição virtual de pagamento (precatórios e RPV); ofício virtual de depósito e de saque e assinatura digital, por meio de leitura biométrica.
Outros	Implementação de ferramentas de Data Warehouse – DW: com intuito de modernizar as ferramentas de extração e pesquisa de informações na base de dados do TRF.
	Consolidação do envio dos dados estatísticos da Primeira Região ao CJF.
	Viabilização da remessa dos dados estatísticos para o Sistema Nacional de Dados da Justiça Federal – Sinejus, mantido pelo CJF.
	Desenvolvimento e homologação da integração entre a PGFN e a Justiça Federal.
	Sistema de Gravação de Audiências nas varas federais de primeiro grau do TRF 1ª Região.
	Rotinas para o sistema de protocolo postal.
	Desenvolvimento de remessa e retorno do RE eletrônico ao STF.
	Padronização textual de todo o acervo documental produzido pela Diesp, qualquer que seja a mídia: páginas de internet, telas de programas, documentos gerados digitalmente ou digitalizados; impressos, gravações em vídeo, fita, disco compacto, videodisco, etc.
	Plataforma de EAD Moodle: foi instalada a plataforma de ensino a distância Moodle (ead.trf1.gov.br).
	Apoio aos demais TRFs no acesso a informações da Polícia Federal através de nossa rede de dados, via CJF.
	Criação das seguintes novas páginas no site do TRF: Ouvidoria, Memória Institucional, Página da Legislação da Biblioteca, Licitação, Jurisprudência Administrativa, Certidão de Concursos, Universidade Corporativa, acompanhamento da construção da nova sede, Memória Institucional, planejamento estratégico do TRF 1ª Região delineado no Programa de Metas – biênio 2007-2008.
	Leiaute das páginas internas do TRF: desenvolvendo nova proposta de leiaute para as páginas internas do TRF seguindo os padrões da web e de acessibilidade.
	Cálculo de Custas e Despesas Processuais da Primeira Região: realiza os cálculos de custas de toda a Primeira Região para a primeira e segunda instâncias, utilizando os dados do Sistema Nacional de Cálculo Judicial.

Sinopse dos principais sistemas desenvolvidos ou em desenvolvimento

SISTEMA/PROGRAMA	FASE
Seccionais	Atualização do modelo tecnológico das 34 Subseções Judiciárias criadas em 2005/2006 com o intuito de contornar a instabilidade dos <i>links</i> e criar redundância do equipamento servidor.
	Concluído o trabalho de implantação do novo modelo tecnológico (<i>hardware</i> e <i>software</i>) em todas as Subseções Judiciárias da Primeira Região.
	Aumento da velocidade dos circuitos de comunicação de dados que atendem a Primeira Região para suportar o tráfego de videoconferência.
	Conclusão da implantação do SARH na Primeira Região nas Seções Judiciárias dos Estados da Bahia, do Pará, de Goiás e de Minas Gerais.
	Substituição do roteador da Seção Judiciária do Estado do Amazonas e Subseção de Uberaba.
	Módulo revisado de cálculo de rubricas para a Folha Oracle – SJ/DF, SJ/AC e SJ/AM.
	Implantação do Sistema de Folha de Pagamento nas Seções Judiciárias do Distrito Federal e dos Estados do Acre e do Amazonas.
	Criação e implantação da rotina do Pro-Social para a cobrança mensal de cotas na folha de pagamento em todas as Seções Judiciárias que operam a folha de pagamento em Mumps.
	Criação, na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, da rotina para pagamento de função comissionada para as servidoras gestantes.
	Preparação dos ambientes nas Seccionais do DF, AC e AM, para suportar a implantação da folha Oracle.
	Criação de rotina para identificação de inconsistências entre os lançamentos efetuados na folha de pagamento e os registros gravados na ficha financeira na Seção Judiciária do Estado de Goiás.
	Instalação de novo servidor de banco de dados para a Seção Judiciária do Distrito Federal e Subseções Judiciárias, além do Sistema Nacional de Cálculo.
	Instalação de novos servidores de aplicação no TRF com o sistema processual para atender as demandas das Subseções Judiciárias dos Estados de Minas Gerais e da Bahia.
Atualização dos bancos de dados da Seção Judiciária do Estado do Amazonas (atualização da versão do SGBD e do sistema operacional).	

SECOI

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



A Secretaria de Controle Interno – Secoi planeja, coordena, acompanha e avalia as atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos atos de gestão praticados pela administração do Tribunal, bem como orienta e auxilia as Seções e Subseções Judiciárias vinculadas na identificação e correção de eventuais incongruências de ordem administrativa.

Prevenção e controle

A atividade de controle interno tem respaldo nos arts. 70 a 74 da Constituição Federal de 1988. É um conjunto de procedimentos e ações executadas por unidades dos próprios órgãos da Administração Pública, com vistas à aferição e análise da gestão administrativa, inclusive relacionada à execução orçamentária e financeira. Fundamentam-se tais ações nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos insertos na Carta Magna, em seu art. 37.

A Secoi desenvolveu atividades que priorizaram a orientação e os controles preventivos e concomitantes, contribuindo para a uniformização de procedimentos no âmbito da Primeira Região, em face das constantes alterações na legislação, nas rotinas contábeis e nos procedimentos operacionais relacionados ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, que sofreu várias inovações e que exigiu contínua atualização dos conhecimentos dos servidores da área, mediante a participação em eventos de capacitação e treinamento específicos.

Ante tantas inovações, a área de controle interno buscou tornar-se mais atuante, incluindo entre suas ações o lançamento do *Informe Secoi* na página do TRF 1ª Região — informativo que compila a legislação e a jurisprudência referentes às matérias afetas à área de atuação da Secoi e que contribui com a divulgação e disseminação de informações necessárias ao desenvolvimento de melhores técnicas de fiscalização e gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos órgãos da Primeira Região.

INFORME SECOI
INFORMATIVO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
ANO 1
N. 1
Brasília - DF, 19 de janeiro de 2007

➤ **LEGISLAÇÃO**

PODER LEGISLATIVO

Lei 11.419, de 19/12/2006
Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.

Instrução Normativa 7, de 29/12/2006
Estabelece normas de elaboração e acompanhamento da execução do Plano Anual de Atividades das Auditorias Internas das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

Instrução Normativa 1, de 03/01/2007
Estabelece o conteúdo do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Publicação que compila legislação e jurisprudência relativa à área de controle interno, lançada na página do TRF 1ª Região em 2007.

No que diz respeito a atividades sistemáticas de acompanhamento de processos comprobatórios de despesa, levantamentos e conferência das tomadas de contas das 15 unidades gestoras que compõem a Primeira Região, foram realizadas em 2007 as atividades de:

- ▀ acompanhamento do encerramento do exercício financeiro de 2006 e abertura do exercício de 2007 no Siafi, visando ao fechamento dos balanços e dos demonstrativos dos orçamentos fiscal e da seguridade social sem restrições contábeis, destacando-se as análises da inscrição dos recursos a receber para pagamento de restos a pagar, das transposições automáticas das contas patrimoniais realizadas pelo sistema e da inscrição do diferido;
- ▀ elaboração do Relatório de Prestação de Contas do exercício de 2006, com a colaboração dos núcleos e seções de controle interno das Seccionais e a consolidação de informações acerca da observância da normatização referente à execução dos orçamentos da União e recursos públicos federais, do reflexo da administração financeira e orçamentária federal nas ações desenvolvidas pelo órgão e do cumprimento dos parâmetros e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- ▀ elaboração do processo consolidado de Tomada de Contas de 2006 das 15 unidades gestoras da Justiça Federal da Primeira Região;
- ▀ levantamento de despesas de diárias e passagens, para fins de adequação dos registros contábeis, em observância às normas legais;
- ▀ análise das garantias contratuais apresentadas ao Tribunal e atividade de monitoramento a distância para análise da execução orçamentária financeira das unidades gestoras, mediante o Siafi e o Siafi Gerencial;
- ▀ monitoramento a distância para análise da execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, por meio das rotinas de consultas disponíveis no Siafi Operacional e no Siafi Gerencial;

- ▀ orientação e acompanhamento das diversas áreas do Tribunal e Seccionais na aplicação da legislação relativa à execução orçamentária e financeira e ao registro de informações nos sistemas governamentais (Siafi, Siafi Gerencial, Siafi Educacional, Siasg);
- ▀ gestão do cadastramento de usuários dos sistemas governamentais usados no Tribunal e habilitação de cadastradores das Seções Judiciárias;
- ▀ registro da Conformidade de Operadores das unidades gestoras do Tribunal (090027, 090032 e 090049), procedimento de segurança do Siafi que visa a atestar a regularidade dos usuários habilitados ao uso dos diversos sistemas governamentais.

Em 2007, a Secoi buscou também aperfeiçoar a uniformização de procedimentos administrativos na Primeira Região, com a conscientização sobre a necessidade da gestão responsável e a atualização do conceito de controle interno, que passa da ação meramente fiscalizatória, realizada posteriormente, ao desenvolvimento de ações preventivas e corretivas. Esse modelo de controle preventivo, como instrumento auxiliar de gestão, permite ao administrador a tomada de decisões quanto à racionalidade na aplicação dos recursos públicos, abrangência e eficiência na arrecadação, legalidade e legitimidade nos atos de gestão e, finalmente, adequação dos registros e controle do patrimônio público.

Integração com outras secretarias e com Seções Judiciárias vinculadas

Com suas atividades voltadas, na atual gestão, para o controle preventivo e corretivo, a Secoi colaborou constantemente com diversas secretarias do Tribunal e Seções Judiciárias vinculadas. Com esse objetivo, buscou também maior interação com o Tribunal de Contas da União, em especial com a Terceira Secretaria de Controle Externo, que também tem pautado suas atividades por essa nova visão de controle.

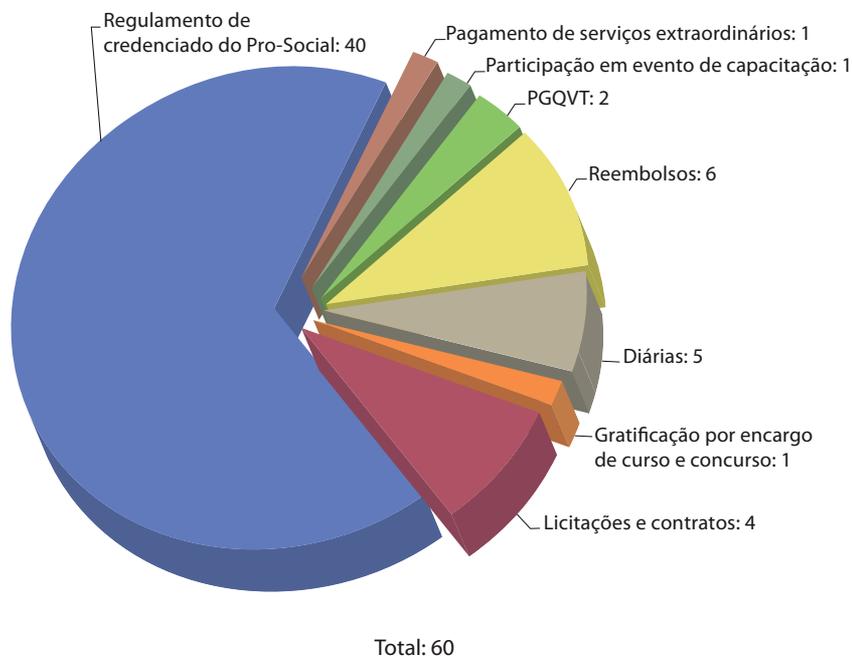
Quadro 154
Outras atividades realizadas

OBJETO DA ANÁLISE	ASPECTO	QUANTIDADE
Auditorias	Relatórios de auditoria de gestão, operacional e de contratos.	5
	Certificado de regularidade de contas.	1
	Solicitações de auditoria.	20
Acompanhamento das ações corretivas	Informações emitidas para a proposição de medidas para o aproveitamento das recomendações efetuadas na análise de processos ou em auditorias.	7
Consultas e orientações por correio eletrônico	Respostas a consultas e orientações às unidades do TRF e das Seções Judiciárias.	71
Processos administrativos das Seccionais	Avocação de processos e documentos com expedição dos respectivos relatórios analíticos.	60

Quadro 155
Execução de auditorias

UNIDADE GESTORA	TIPO DE AUDITORIA	PERÍODO	NÚMERO DE AUDITORES
090027 – TRF	Contratos	15/01 a 23/02	4
090027 – TRF	Gestão	01/03 a 28/11	6
090038 – Seção Judiciária do Estado do Tocantins	Operacional	12 a 16/03	4
090013 – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	Operacional	03/04 a 12/05	3
090027 – TRF	Especial	20/08 a 28/11	6

Gráfico 31
Processos avocados e analisados



Quadro 156
Prestação de contas em folhas de pagamento

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Conferência de processos de folha de pagamento normal e suplementar (ativos, inativos e pensionistas) do TRF 1ª Região.	60
Atendimento a consultas relativas à folha de pagamento e legislação pertinente.	23
Conferência de demonstrativos de cálculo-resumo de servidores selecionados por amostragem (390 servidores por mês), de janeiro a novembro/2007.	4.290
Elaboração de relatórios parciais, de janeiro a junho/2007, decorrentes do exame dos demonstrativos de cálculo-resumo de servidores selecionados por amostragem.	6
Elaboração de levantamentos mensais decorrentes do exame das folhas de pagamento.	42
Treinamento supervisionado de estagiários.	1
Exame de processos relativos a cálculos de vencimentos, vantagens e descontos incidentes sobre a folha de pagamento.	49

Quadro 157
Exame de despesas do Pro-Social

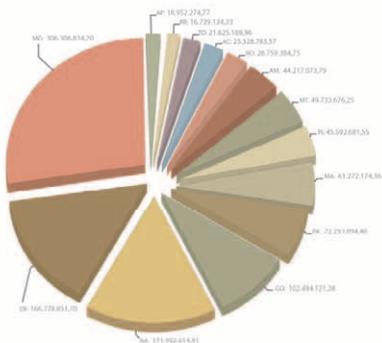
PROCESSOS/RECURSOS DA UNIÃO		PROCESSOS/RECURSOS PRÓPRIOS	
Despesas diversas	245	Despesas diversas	85
Despesas médico-hospitalares	814	Despesas médico-hospitalares	284
TOTAL	1.059	Reembolso	112
		TOTAL	481
OUTRAS ATIVIDADES			
Atendimento a consultas		9	
Emissão de informações		8	

Quadro 158
Análise de licitações e contratos

ATIVIDADES	
Emissão de informações originadas da análise dos processos administrativos referentes a licitações e contratos.	87
Atendimento a consultas formuladas por unidades do TRF 1ª Região e pelas Seções Judiciárias.	49
Análise de processos administrativos relacionados à Tomada de Contas/2007.	38
Elaboração de relatório sobre a regularidade dos procedimentos licitatórios e da execução dos contratos durante o exercício de 2006, para compor processo de tomada de contas.	1
Leitura, lançamento no banco de dados e arquivamento de instrumentos contratuais, ordens de serviço, termos aditivos e de rescisão e atas de registro de preços.	312
Alimentação de banco de dados contendo os procedimentos licitatórios por modalidade, os contratos originados de inexigibilidades e dispensa e as demais contratações realizadas em 2007, para acompanhamento e seleção de amostragem para exame.	285

SECBE

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS



A Secretaria de Programas e Benefícios Sociais – Secbe é a unidade que responde pela gestão administrativa e financeira das ações de promoção à saúde e qualidade de vida no âmbito da Primeira Região. Coordena o Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região – Pro-Social e o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT.

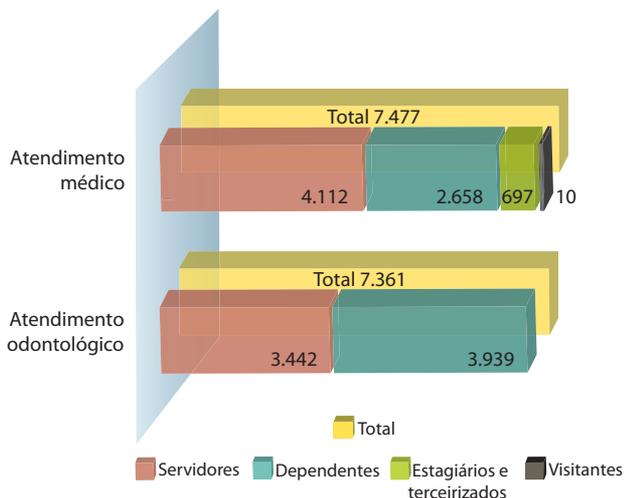
Voltada para o bem-estar dos que trabalham na Primeira Região, a Secbe presta atendimento em duas grandes modalidades: assistência direta e assistência indireta à saúde.

Assistência direta à saúde

Oferece atendimento por profissionais de saúde, nas áreas médica, odontológica, psicológica e de enfermagem, nas dependências do Tribunal e das Seccionais, a todos os servidores (ativos e inativos), magistrados e pensionistas, pertencentes aos quadros de pessoal da Primeira Região, independentemente de inscrição no Pro-Social. Na área médica, são atendidos também estagiários e prestadores de serviço e, em casos de emergência, visitantes, como pode ser observado no Gráfico 32.

Gráfico 32

Clientela atendida pela assistência direta no Tribunal



Quadro 159

Atendimentos médicos e de enfermagem no Tribunal

ATENDIMENTOS	TOTAL
Consulta	2.780
Visita hospitalar	6
Visita domiciliar	2
Autorização	4.538
Medicação oral	1.304
Medicação intramuscular	359
Medicação endovenosa	283
Homologação de atestado	1.814
Curativo	410
Pequena cirurgia	6
Nebulização	327
Eletrocardiograma	93
Exame admissional/atestado de saúde	62
Sinais vitais	1.468
Glicemia/colesterol	85
Junta médica	555
Visita ao berçário	234
Acidente de trabalho	11
Outros	1.387
TOTAL	15.724

Quadro 160
Serviços psicológicos

ESPECIFICAÇÕES	TOTAL
Documento expedido	45
Reunião	62
Pesquisa e elaboração de trabalhos	34
Visita a instituições	8
Acompanhamento de paciente	14
Internação	10
Atendimento psicoterápico interno	466
Autorização psicológica	897
Autorização psiquiátrica	380
Autorização fonoaudiológica	147
Contato telefônico com pacientes ou familiares	510
Marcação de consulta	598
Análise de processo	61
Discussão de casos	229
Contato telefônico com profissionais externos	382
TOTAL	3.843

Quadro 161
Atendimentos odontológicos no Tribunal

ATENDIMENTOS	TOTAL
Consulta	1.377
Perícia	3.304
Emergência	271
Dentística	298
Prevenção infantil (Prodentinho)	1.329
Prevenção em adulto	801
TOTAL	7.380

Gráfico 33

Causas de afastamento do trabalho no Tribunal



Exame periódico de saúde – EPS

Em atendimento à Meta 24 — Qualidade de Vida dos Magistrados e Servidores — do Programa de Metas do Tribunal – Biênio 2007-2008, foi instituído o exame periódico de saúde – EPS, por meio da Resolução/Presi 600-006, de 11/07/2007. Além da realização de consultas e exames preventivos, o EPS pretende mapear as doenças comuns no quadro funcional da Primeira Região. A partir do conhecimento do perfil epidemiológico dos magistrados e servidores (ativos e inativos), requisitados e comissionados, será possível o estabelecimento de uma política de saúde para combater tais doenças.

O EPS será realizado a cada 24 meses, para as pessoas com idade inferior a 45 anos, e a cada 12 meses, para aquelas com idade igual ou superior a 45 anos. Em 2007, foram atendidas 634 pessoas no Tribunal, local escolhido como projeto piloto desta implantação.

Semana do Coração

Esta campanha educativa é realizada anualmente e tem como principal característica a visita da equipe de enfermagem do Serviço Médico a todas as unidades do Tribunal. Dessa forma, magistrados, servidores, estagiários e terceirizados são atendidos no próprio local de trabalho, com aferição da pressão arterial e medição da circunferência abdominal, além de responderem a um questionário referente a hábitos de saúde, vícios, uso de medicamentos etc.

A campanha tem alcançado o objetivo de esclarecer a clientela sobre as doenças cardiológicas, suas causas e sintomas e como preveni-las. São rastreados novos casos de hipertensão no Tribunal, agendados atendimentos no Serviço Médico e realizados encaminhamentos para o cardiologista.

Em 2007, foram atendidas 1.087 pessoas. Destas, 567 eram magistrados e servidores e 520 eram terceirizados e estagiários. Constatou-se que 18% dos magistrados e servidores e 16% dos terceirizados e estagiários atendidos apresentaram pressão arterial igual ou superior a 130 x 90 mm de Hg, per-

centual inferior à estimativa da Sociedade Brasileira de Cardiologia, que refere prevalência nacional de 22,3 a 43,9%.

Campanha de vacinação contra a gripe

Realizada anualmente desde 1999, a campanha é dirigida aos magistrados e servidores do Tribunal e tem conseguido atenuar sensivelmente a incidência do vírus da gripe na população-alvo, bem como diminuir os casos de afastamento do trabalho por tal contaminação. Em 2007, foram vacinadas 730 pessoas no Tribunal, sendo 16 magistrados, 542 servidores ativos, 3 servidores aposentados e 169 estagiários e prestadores de serviço.

Assistência indireta à saúde

Nesta modalidade são atendidos apenas os titulares e dependentes beneficiários do Pro-Social, sendo oferecidos os seguintes serviços:

- assistência médico-hospitalar, ambulatorial e domiciliar:
 - ◆ consultas médicas;
 - ◆ exames laboratoriais, radiológicos e outros;
 - ◆ tratamentos clínicos e cirúrgicos;
 - ◆ tratamentos fisioterápico, fonoaudiológico, psicológico e fora do domicílio.
- assistência odontológica:
 - ◆ consultas;
 - ◆ exames e tratamentos nas especialidades: clínica geral, dentística, odontopediatria, endodontia, periodontia, cirurgia, prótese e ortodontia.

Pro-Social

O Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região – Pro-Social oferece a seus beneficiários atendimento voltado para a saúde preventiva e acesso a vasta rede credenciada de hospitais, clínicas, médicos, dentistas, psicólogos e outros serviços. Foi criado há 18 anos e, por ser um programa de autogestão, apresenta uma série de

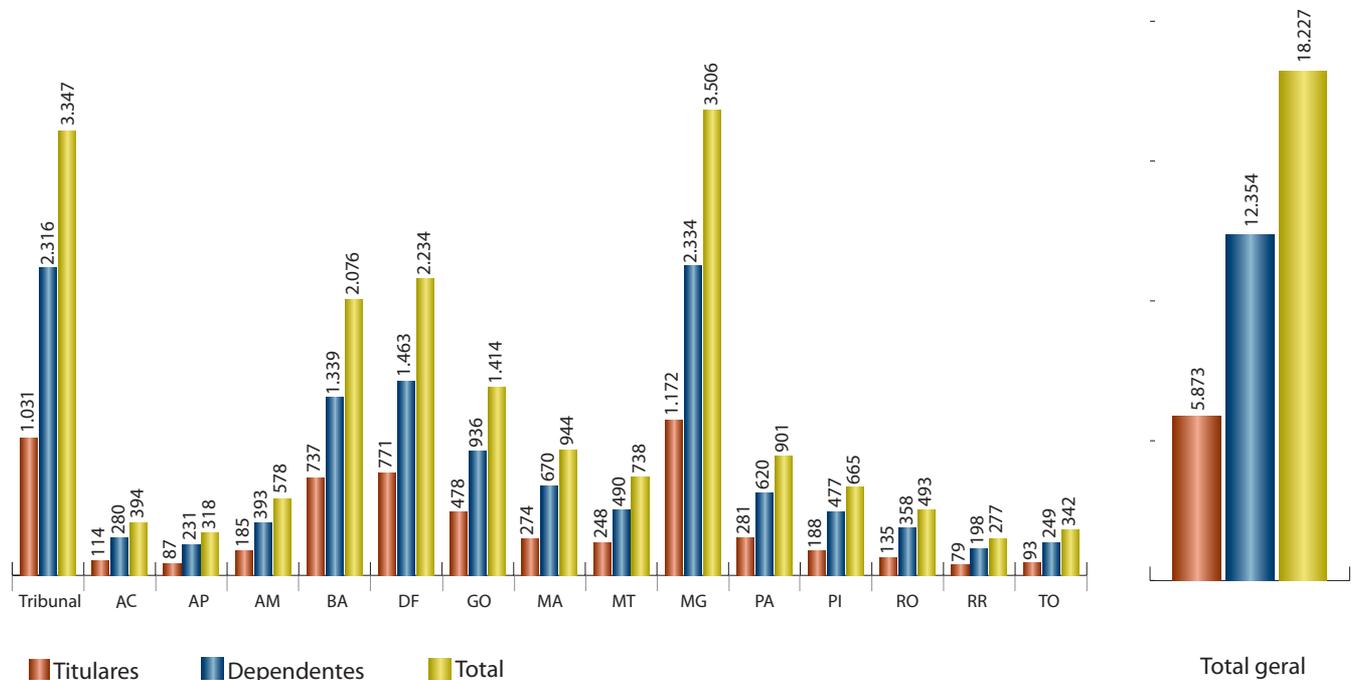
vantagens em relação ao mercado de operadoras de planos de saúde, possibilitando atendimento de alto padrão e conseqüentemente maior satisfação dos usuários:

- possui maior flexibilidade, adequando-se às demandas de sua clientela;
- sua equipe gerencial e administrativa é composta por servidores da Casa;
- relaciona-se diretamente com os prestadores de serviço credenciados e, por isso, consegue negociar melhor os preços dos contratos;
- não visa ao lucro e não gera despesas com propaganda;
- tem rede credenciada de ótimo padrão, adequada ao número de usuários;

- procura reduzir os custos por meio de ações de prevenção de doenças e promoção de saúde;
- controla a utilização dos serviços por meio de autorização prévia;
- busca a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

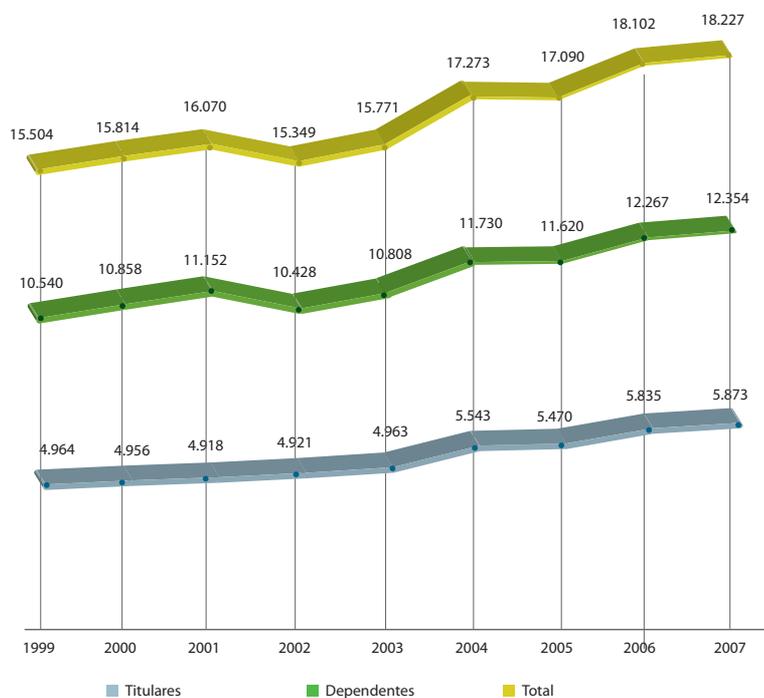
As diretrizes e estratégias do Pro-Social são traçadas pelo Conselho Deliberativo, órgão colegiado que zela pelo prestígio, pela qualidade e eficácia dos serviços e benefícios oferecidos pelo programa. Em 2007, o Conselho reuniu-se em seis sessões ordinárias e uma sessão extraordinária, tendo sido julgados 59 processos.

Gráfico 34
Beneficiários do Pro-Social



Estão incluídos entre os titulares os servidores ativos, inativos e pensionistas.

Gráfico 35
Evolução do número de beneficiários do Pro-Social



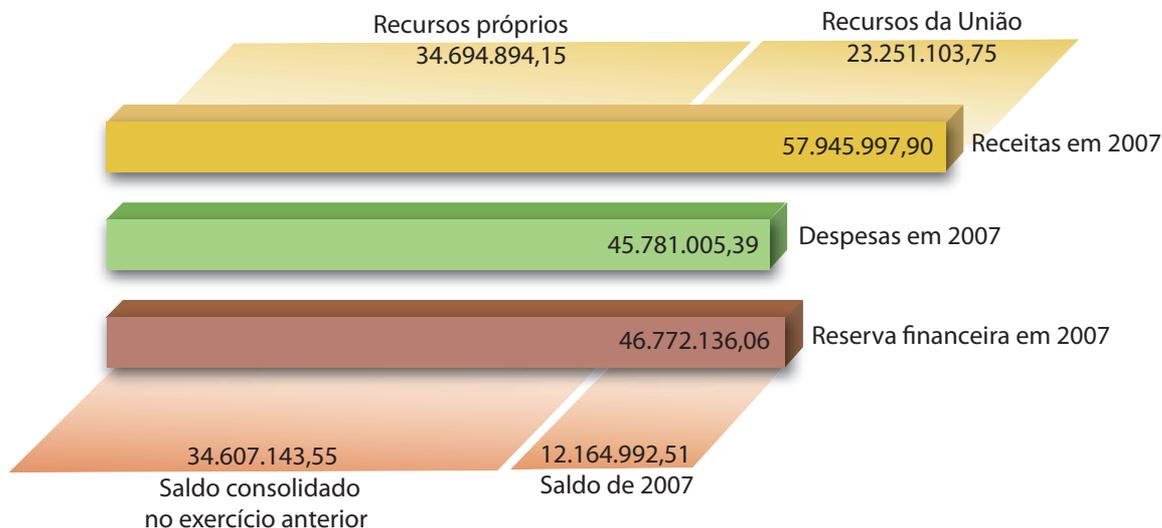
Quadro 162
Atividades de credenciamento no Tribunal

DETALHAMENTO	QUANTIDADE
Credenciado (hospital, clínica, médico, dentista, psicólogo etc.)	200
Credenciamento firmado em 2007	22
Processo autuado para pagamento	6.537
Guia de pagamento cadastrada e analisada	59.746
Documento de crédito pago	8.685

Quadro 163
Atendimentos realizados pela rede credenciada na Primeira Região

SERVIÇOS	QUANTIDADE
Consulta médica	67.799
Exame laboratorial	23.120
Exame radiológico	16.374
Exame cardiológico	4.826
Internação	20.237
Fonoaudiologia	1.077
Tratamento fora do domicílio	36
Medicina física e reabilitação	3.777
Outros – área médica	24.766
Psicologia	7.431
Consulta odontológica	11.006
Dentisteria	5.672
Prótese dentária	1.612
Periodontia	1.592
Radiologia	5.851
Endodontia	891
Outros – área odontológica	3.951
TOTAL	200.018

Gráfico 36
Acompanhamento financeiro do Pro-Social



O Pro-Social obteve como receita total R\$ 57.945.997,90, sendo que deste valor 40% foram provenientes da União e 60% de recursos próprios, ou seja, da contribuição de magistrados e servidores usuários do programa.

As despesas compreendem gastos com assistência médica, odontológica e hospitalar e com benefícios, além de despesas administrativas. Totalizaram R\$ 45.781.005,39. O custo mensal *per capita* foi de R\$ 209,31, assim distribuídos: 77% com despesas médicas, 12% com despesas odontológicas e 11% com despesas administrativas.

O programa fechou o exercício de 2007 com uma reserva financeira de R\$ 46.772.136,06, sendo que deste total R\$ 34.607.143,55 foram provenientes

de saldo consolidado em 2006 e R\$ 12.164.992,51 de saldo em 2007.

A área financeira da Secbe buscou, em 2007, dimensionar a quantidade e a qualidade da rede credenciada, priorizando soluções para a prestação de serviços médico-odonto-hospitalares, com racionalização dos recursos e otimização de resultados. Procurou, ainda, contratar prestadores de serviço que se destacam pela excelência na gestão e assistência à saúde, como a Fundação Zerbini – InCor/DF, que atende na área de cardiologia de alta complexidade clínica e cirúrgica. Foram incorporadas modernas tecnologias com o credenciamento da Clínica Villas Boas e retomado o credenciamento com o Hospital Santa Luzia, instituições renomadas.

Quadro 164
Receitas e despesas do Pro-Social

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS										SALDO		
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS						TOTAL	DESPESAS				
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	COTAS	CUSTEIOS	RENDIMENTOS	OUTRAS						
SALDO DEZ/06		1.156.161,26		1.156.161,26													34.607.143,55
JAN	1.156.161,26	1.594.170,00	802.022,35	1.948.308,91	34.607.143,55	2.172.530,56	147.334,90		6.121,51	523.326,43	89.673,51					2.294.023,50	35.252.106,96
FEV	1.948.308,91		607.048,63	1.341.260,28	35.252.106,96	2.143.493,89	129.509,40		16.261,83	364.212,62	42.042,96					1.995.912,96	35.951.714,70
MAR	1.341.260,28	17.535.870,00	1.729.932,21	17.147.198,07	35.951.714,70	2.127.290,93	90.969,94		11.197,67	331.520,19	94.020,70					2.856.685,04	35.749.863,09
ABR	17.147.198,07		1.825.162,73	15.322.035,34	35.749.863,09	2.120.507,27	108.481,62		39.317,96	437.017,90	42.191,24					2.645.447,23	35.851.931,85
MAI	15.322.035,34	2.422.000,00	2.876.712,62	14.867.322,72	35.851.931,85	2.166.694,37	120.382,97	287,14	57.653,14	463.543,22	37.685,32					1.288.135,62	37.410.042,39
JUN	14.919.150,00		2.662.894,80	12.256.255,20	37.410.042,39	2.124.004,24	210.689,18		51.117,85	10.170,58	32.464,54					716.595,05	39.301.881,77
JUL	12.256.255,20		3.211.259,02	9.044.996,18	39.301.881,77	2.246.298,38	170.015,72	20.491,424	49.760,65	712.129,36	34.057,92					954.056,61	41.765.001,43
AGO	9.044.996,18		3.503.112,24	5.541.883,94	41.765.001,43	2.255.415,57	176.794,36	52.831,03	50.771,59	7.357,68	27.537,73					19.442,14	43.416.267,25
SET	5.541.883,94	1.324.841,00	2.370.966,55	4.495.758,39	43.416.267,25	2.173.693,04	127.102,30	58.384,65	125.524,74	738.253,07	37.751,92					709.437,33	45.967.539,64
OUT	4.495.758,39		2.355.520,21	2.140.238,18	45.967.539,64	2.205.603,88	141.670,62	14.335,82	52.912,98	393.209,68	92.320,95					1.342.857,11	47.524.736,46
NOV	2.140.238,18		517.689,67	1.622.548,51	47.524.736,46	2.225.860,84	146.117,51	4.611,99	78.604,68	83.75,37	169.617,28					2.741.054,25	47.416.869,88
DEZ	1.622.548,51	2.628.107,00	788.782,72	3.461.872,79	47.416.869,88	2.314.017,73	247.751,17	3.811,15	52.731,94	760.723,16	42.319,83					4.066.088,80	46.772.136,06
TOTAL 2007		26.661.149,26	23.251.103,75	3.410.045,51		26.275.410,70	1.816.819,69	519.164,06	591.976,54	4.749.839,26	741.683,90					22.529.901,64	46.772.136,06

Fonte: Recursos da União – Secor; Recursos próprios – Secbe.

O saldo em dezembro/2006 corresponde ao saldo em 31/12/2006.

Recursos próprios: Rendimentos = aplicações em CDB e fundos; Outras = seguro de vida, devolução de DOC, patrocínios etc.

Quadro 165
Aplicação dos recursos do Pro-Social (por benefício)

DESPESA	BENEFÍCIOS	VALOR		
		RECURSOS DA UNIÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TOTAL
ÁREA SOCIAL	Programa de qualidade de vida		298.267,65	298.267,65
	Auxílio-material escolar		1.074.485,00	1.074.485,00
	SUBTOTAL I		1.372.752,65	1.372.752,65
ÁREA MÉDICA	Consulta	2.823.114,07	2.138.287,44	4.961.401,51
	Exame laboratorial	1.759.231,18	1.332.479,61	3.091.710,79
	Exame radiológico	1.478.774,04	1.120.055,33	2.598.829,37
	Exame cardiológico	463.565,53	351.114,52	814.680,05
	Internação	9.421.969,37	7.136.402,66	16.558.372,03
	Medicina física e reabilitação	403.302,01	305.469,63	708.771,64
	Psicologia	876.138,85	663.606,45	1.539.745,30
	Tratamento fora de domicílio		1.700,00	1.700,00
	Outras	2.857.881,48	2.164.621,03	5.022.502,51
	Material de consumo	72.827,32		72.827,32
	SUBTOTAL II	20.156.803,85	15.213.736,67	35.370.540,52
ÁREA ODONTOLÓGICA	Consulta	213.240,14	161.512,68	374.752,82
	Dentisteria	922.495,40	698.717,89	1.621.213,29
	Prótese dentária	864.549,71	654.828,58	1.519.378,29
	Periodontia	352.309,80	266.847,04	619.156,84
	Radiologia	292.046,28	221.202,15	513.248,43
	Endodontia	164.565,76	124.645,66	289.211,42
	Outras	285.092,81	215.935,43	501.028,24
	SUBTOTAL III	3.094.299,90	2.343.689,43	5.437.989,33
ÁREA ADMINISTRATIVA	Fenaserjus		2.689.786,24	2.689.786,24
	Seguro de vida		306.530,00	306.530,00
	Passagem e hospedagem (TFD)		22.037,62	22.037,62
	Outras		581.369,03	581.369,03
	SUBTOTAL IV		3.599.722,89	3.599.722,89
TOTAL		23.251.103,75	22.529.901,64	45.781.005,39

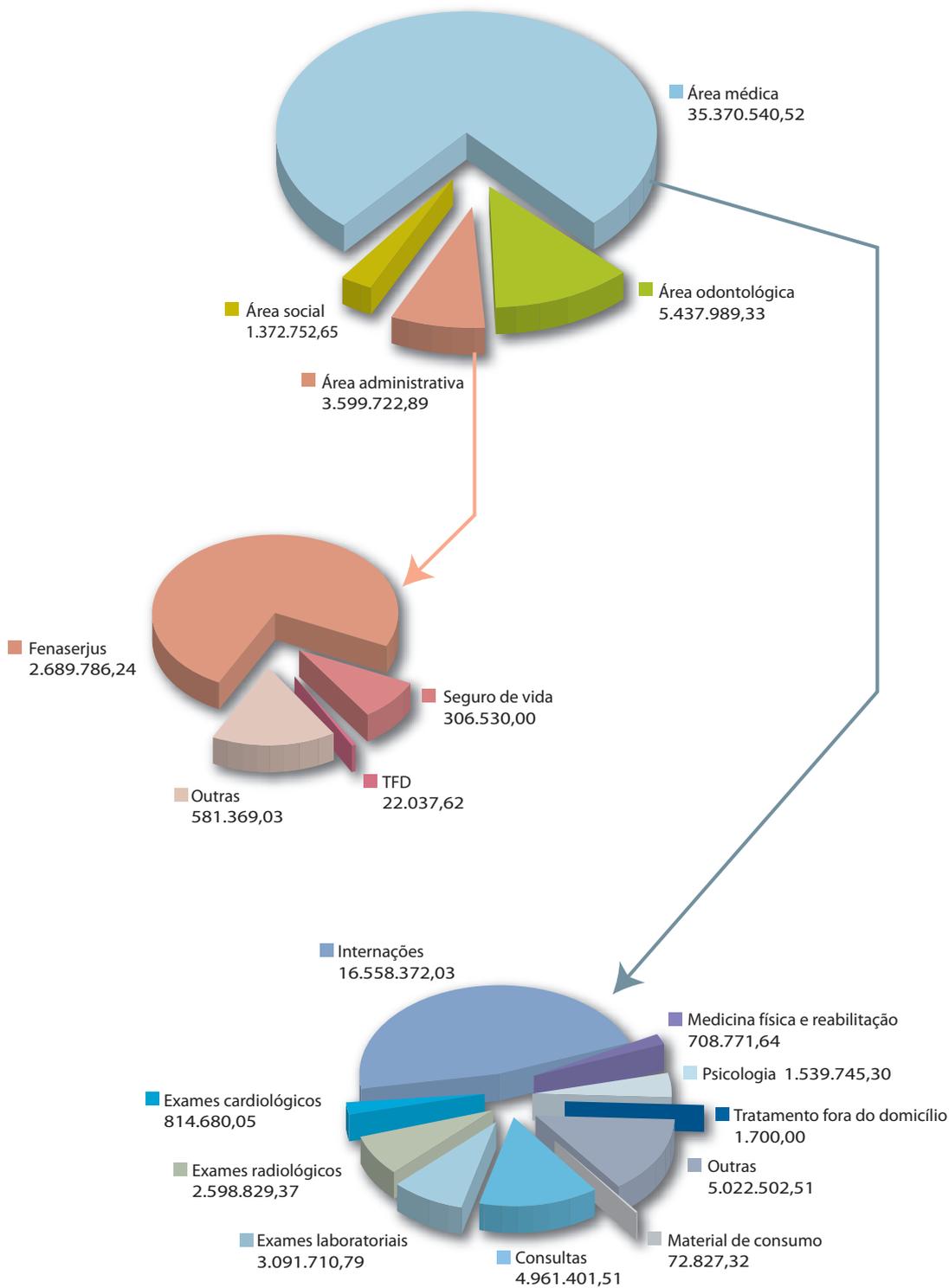
Fonte: Recursos da União – Secor; Recursos próprios – Secbe.

Outras despesas médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria e acupuntura.

Outras despesas odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia e prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente e INSS autônomos.

Gráfico 37
Aplicação dos recursos do Pro-Social (por benefício)



Auxílio-material escolar

O Conselho Deliberativo do Pro-Social votou pelo restabelecimento do auxílio-material escolar, com pagamento retroativo aos anos de 2004, 2005 e 2006. Conforme o artigo 56 do Regulamento do programa, tem direito ao auxílio os magistrados e servidores beneficiários do Pro-Social que tenham dependentes matriculados no ensino fundamental.

O benefício anual foi suspenso após proposta de extinção pelo Conselho, em 2003, e seu restabelecimento se deu por deferimento ao requerimento dos servidores da Casa. Foram pagos, por ano e por dependente cursando ou que cursou o ensino fundamental no período de suspensão do auxílio, os valores: R\$ 137,00 (2004), R\$ 129,00 (2005), R\$ 123,00 (2006) e R\$ 120,00 (2007). A despesa total com o repasse do auxílio retroativo e de 2007, para os beneficiários de toda a Primeira Região, foi de R\$ 1.074.485,00.

PGQVT – Qualidade de vida na Primeira Região

Criado a sete anos, com o objetivo de oferecer ao corpo funcional da Primeira Região um sistema integrado de ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida e à manutenção de um ambiente de trabalho saudável, o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT é custeado com recursos próprios do Pro-Social e coordenado por um comitê gerencial, integrado por servidores de diversas áreas do Tribunal.

As ações desenvolvidas pelo PGQVT integraram o Programa de Metas do Tribunal para o biênio 2007-2008 (Meta 24). O PGQVT é reconhecido e premiado nacionalmente como programa de qualidade pioneiro na Justiça Federal brasileira e, em 2007, foi selecionado para figurar no livro *Qualidade de vida: experiências de sucesso*, lançado pelo Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida – IBQV. No mesmo ano, foram repassados R\$ 298.267,65 ao PGQVT de toda a Primeira Região.

As ações visam à promoção de um estilo de vida ativo e saudável e são fundamentadas em cinco grandes frentes:

- incentivos a atividades físicas, culturais e de lazer;
- educação nutricional;
- gerenciamento do estresse e das doenças ocupacionais;
- desenvolvimento de habilidades e do potencial criativo;
- combate ao uso do tabaco, álcool e outras drogas.

As ações são desenvolvidas nos seguintes programas:

- *Educação Alimentar*: realizou quatro encontros onde foram abordados temas sobre alimentação saudável, com a presença de 25 pessoas em cada reunião, além de uma palestra sobre o mesmo tema, em homenagem ao Dia das Mães.
- *Promoção à Atividade Física*: promoveu dois encontros experimentais com atividades de conscientização e exercícios práticos.
- *Promoção à Saúde Bucal*: realiza, semestralmente, campanhas preventivas de doenças bucais, com atendimento individualizado nos consultórios odontológicos do Tribunal, sendo a principal a Campanha do Prodentinho — voltada para crianças de 3 a 12 anos —, cuja abertura festiva conta com a presença de seu personagem símbolo, apresentação de peça teatral educativa e distribuição de *kits* de lanche. Em 2007, a abertura aconteceu em dois turnos, durante a I Mostra Justiça e Bem Viver, com a presença de 300 crianças.
- *Projeto de Bem com a Vida*: realizou seis oficinas de artesanatos diversos, com participação total de 80 servidores, e 2.438 massagens (*shiatsu*, tui-ná, expressa, estética e drenagem linfática). Realizou também 71 aulas de ioga, com a participação média de 15 alunos.
- *Capacitação dos Comitês Gerenciais*: promoveu dois eventos de capacitação com a participação de integrantes dos comitês do TRF e de todas as Seccionais.

- **Projeto Eventos Comemorativos:** como comemoração ao Dia das Mães, realizou programação de três dias, com a exposição TRF Mix, duas palestras, curso de automaquiagem, culto, oficina e apresentação do Coral Habeas Cantus. Para o Dia dos Pais, programou massagens expressas gratuitas aos servidores. A programação para o Dia do Servidor foi integrada à I Mostra Justiça e Bem Viver. Realizou também a tradicional festa de confraternização natalina, no final do exercício.
- **Projeto Cântico Coral – Coral Habeas Cantus:** com 25 integrantes, em média, em 2007, o coro participou das solenidades e comemorações da Casa e de diversos eventos externos. Promoveu o XIII Encontro de Corais de Empresas e Órgãos Públicos, com participação de nove corais, e o IV Concerto Encantando Sonhos de Natal, com cinco coros. Participou do 19º Festival Internacional Cantapueblo – La Fiesta Coral de America, em Mendonza, na Argentina.

- **Desenvolvimento Materno-Infantil:** programa responsável pelo berçário do Tribunal, que funciona em dias úteis, das 12 às 19 horas, atendendo 13 bebês de 4 a 12 meses, filhos de servidoras do TRF e da SJ/DF. Realizou, ainda, cinco encontros de gestantes para orientação e acompanhamento.



LUIZ C. B. XAVIER

Programa de Acompanhamento a Gestantes.



ACERVO DO CORAL HABEAS CANTUS

Coral Habeas Cantus no festival Cantapueblo, em Mendonza – Argentina.

- **Projeto Viva Melhor:** voltado aos servidores aposentados ou prestes a se aposentarem, o projeto promoveu cinco reuniões internas e cinco externas, com participação média de 28 servidores.



LUIZ C. B. XAVIER

Dia dos Pais no berçário.

- **Feira de Saúde e Expo Qualidade de Vida:** projeto realizado, desde 1996, com o objetivo de divulgar informações de saúde preventiva para o maior número possível de magistrados e servidores. Em 2007, a Feira foi integrada à I Mostra Justiça e Bem Viver.

I Mostra Justiça e Bem Viver

Como parte das comemorações do Bicentenário do Poder Judiciário Independente e do Dia do Servidor Público, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, a Seção Judiciária do Distrito Federal e o Sindjus estabeleceram parceria para a organização de um grande evento de promoção à saúde, qualidade de vida e incentivo ao desenvolvimento de ações socioambientais cidadãs — a I Mostra Justiça e Bem Viver. A mostra aconteceu na Praça dos Tribunais Superiores e teve como tema Justiça, Saúde e Responsabilidade Socioambiental: direito de todos, compromisso de cada um. Cerca de 5 mil pessoas, incluindo servidores dos órgãos envolvidos e público externo, circularam pelo evento, que foi dividido em cinco estações.

- **Estação Justiça:** sob a coordenação do STM, apresentou a evolução histórica e conquistas do Poder Judiciário.

LUÍZ C. B. XAVIER



Estação Justiça. Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região, e o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, Presidente do STM, em visita à Estação Justiça.

- **Estação Saúde:** coordenada pelo TRF, apresentou 14 estandes sobre assuntos relacionados ao tema e realizou palestras, oficinas, peças teatrais educativas etc.



LUÍZ C. B. XAVIER

Cerimônia de abertura. Da esquerda para a direita: Juíza Federal Solange Salgado, Diretora do Foro da SJ/DF; Juíza Flávia Simões Falcão, Presidente do TRT 10ª Região; Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, Presidente do STM, e Ministro do STJ Gilson Dipp, Coordenador-Geral da Justiça Federal do CJF.



LUÍZ C. B. XAVIER

Estação Saúde.

- **Estação Meio Ambiente:** coordenada pelo TSE, apresentou espaços representativos dos elementos da natureza, oficinas de reciclagem e exposições de ONGs de responsabilidade socioambiental.

FOTOS: LUIZ C. B. XAVIER



Estande da Estação Meio Ambiente.

- **Estação Viver Bem:** coordenada pelo TRT, promoveu vivências e bate-papos dirigidos por especialistas, massagens relaxantes diversas, peças teatrais, oficinas e palestras.



Spa Zen da Estação Viver Bem.

- **Estação Cultura e Lazer:** sob a coordenação da SJ/DF, promoveu variada programação cultural, com talentos dos Tribunais, recreação infantil, dinâmicas interativas, peças teatrais e uma Feira de Troca de Livros, cujo acervo foi doado ao projeto Parada Cultural.

FOTOS: LUIZ C. B. XAVIER



Feira de Troca de Livros da Estação Cultura e Lazer.



Atividades lúdicas no espaço infantil da Estação Cultura e Lazer.

Galeria de fotos da I Mostra Justiça e Bem Viver

FOTOS: LUIZ C. B. XAVIER



Campanha Prodentinho.



Área de degustação.



Exame oftalmológico.



Exames laboratoriais.



Apresentação cultural.



Show de Leila Pinheiro – encerramento do evento.

FOTOS: LUIZ C. B. XAVIER



Oficina interativa.



Oficina de mosaico.



Oficina de papel reciclável.



Oficina de origami.



Talk show – Juventude e mídia: onde está o abuso?
Facilitadores: Carla Furtado e Valdi Craveiro.



Oficina de aproveitamento integral de alimentos –
Cozinha Sesi Brasil.